José Augusto Dias Júnior

Os Contos e os Vigários

Golpes, Trapaças e Mentalidades em São Paulo, 1930-1960

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Celso Miceli

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 20 / 02 / *2004*

BANCA

Prof. Dr. Paulo Celso Miceli - *Unicamp* (orientador)
Prof. Dr. Adilson José Gonçalves - *PUC-SP* (membro)
Profa. Dra. Regina Beatriz Guimarães Neto (membro)
Prof. Dr. Leandro Karnal - *Unicamp* (membro)
Profa. Dra. Luzia Margareth Rago - *Unicamp* (membro)
Prof. Dr. Marcos Tognon - *Unicamp* (suplente)
Profa. Dra. Eliane Moura da Silva (suplente)

Fevereiro de 2004

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE TBC
Nº CHAMADA T/UNICAMP
D543c
V ____ EX ____
TOMBO BC/ 57802
PROC 16-117-04
C ____ D X
PREÇO R$ 11,00
DATA 17/04/2004
Nº CPD ____
CM00197018-4

BIB ID 314877

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

D 543 c

Dias Junior, José Augusto
Os contos e os vigários: golpes, trapaças e mentalidades em São Paulo, 1930-1960 / José Augusto Dias Junior. -- Campinas, SP : [s. n.], 2003.

Orientador: Paulo Celso Miceli.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Fraude. 2. Cultura - História. 3. Criminalidade urbana – São Paulo – 1930-1960. 4. Apropriação indébita. I. Miceli, Paulo Celso. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

RESUMO

Valendo-se do instrumental teórico da História Cultural, a presente tese coloca em destaque as práticas e as representações ligadas ao fenômeno social conhecido como "conto-do-vigário" (ou "estelionato", em linguagem jurídica). Visa-se enfocá-lo a partir de dois princípios básicos. O primeiro é o de que as tramas e os enredos que o caracterizam procuram apoiar-se nas mentalidades da sociedade em que são aplicados, refletindo, portanto, muito de seu ambiente cultural. O segundo é o de que seus esquemas de engano são colocados em execução por meio de autênticas teatralizações, dentro das quais os vigaristas e mesmo suas vítimas desempenham papéis pré-determinados. Tais princípios são ilustrados e discutidos por meio da apresentação de vários dos golpes aplicados na cidade de São Paulo, no período compreendido entre 1930 e 1960 – em episódios que foram identificados sobretudo a partir da consulta a processos criminais e noticiários policiais da época em tela.

ABSTRACT

Resorting to the theoretical instruments or Cultural History, this thesis focuses on the practices and representations linked to the social phenomenon known as "confidence game" (or "stellionate", in judicial terms). The phenomenon is studied from two basic standpoints. The first is that the schemes and plots typical of the phenomenon search support on the mentalities of the society in which they are put into effect, reflecting, therefore, much of its cultural environment. The second is that the plans of deception are put into execution by means of genuine theatrical performances, in which the deceivers and even their victims play predetermined roles. These standpoints are illustrated and discussed by means of the presentation of several deceitful actions used in the City of São Paulo, in the period between 1930 and 1960 – in episodes that were identified above all by the consultation of lawsuits documents and of police news published in the newspapers of the period referred to.

SUMÁRIO

Apresentação.....*vii*

Introdução.....1

Capítulo 1 - Dona São Paulo de Piratininga.....31

Capítulo 2 - Ludibriando um Roceiro.....59

Capítulo 3 - Tudo Era Máquina.....81

Capítulo 4 - O Célebre Pistolão.....105

Capítulo 5 - Aqui Não Há Direito.....125

Conclusão.....143

Referências.....167

Apresentação

Um tema inusitado demanda algumas palavras iniciais de explicação. A idéia de estudar a história dos *contos-do-vigário* nos surgiu no início da década de 1990, a partir de uma situação, em princípio, um tanto incômoda. Estávamos então empenhados no processo de pesquisa de nosso projeto de Mestrado, desenvolvido junto à Universidade de São Paulo,[1] quando passamos a receber insistentes telefonemas de pessoas a quem conhecíamos apenas superficialmente, mas que nos asseguravam ter oportunidade extraordinária a oferecer. Em conversas que começavam quase sempre da mesma maneira – "você tem um sonho?", era a indagação que ouvíamos repetidamente –, tais pessoas nos tentavam convencer a participar de um obscuro negócio, que envolvia a venda de uma certa linha de produtos estrangeiros e a exigência de que fossemos capazes de recrutar outros conhecidos para também integrar o empreendimento. Se o fizéssemos, asseguravam-nos, a meta de atingir a riqueza e a opulência – porque outro não era o sonho a que faziam referência – seria atingida quase que instantaneamente.

Não foi difícil reconhecer a manifestação de uma nova versão de golpe que costuma reaparecer de tempos em tempos, conhecido em geral como *Conto da Pirâmide*. O curioso, no entanto, eram as roupagens com que o ardil se apresentava na ocasião. Aquela seria, afirmava-nos um de seus loquazes participantes, mobilização empresarial iniciada por organização que atuava em escala planetária e que multiplicava milionários por toda parte – e que, apesar disso, conseguia passar sem ser notada pelo noticiário econômico dos jornais e das revistas. Não estava, de maneira alguma, ligada a qualquer atividade ilegal – ainda que os detalhes do esquema só pudessem ser revelados aos que se dispusessem a comparecer pessoalmente a uma reunião com seus representantes no Brasil. Tão formidável era o número de pessoas que já integravam o empreendimento e o volume dos negócios realizados que, para poder cadastrá-los, era necessário recorrer a um supercomputador – aliás, o segundo maior do mundo, menor apenas que o da agência espacial norte-americana, a Nasa.

Foi esta última afirmação a que mais nos chamou a atenção. Por dois motivos. Primeiro, porque se tratava, evidentemente, de uma mentira. Segundo, porque, não obstante isso, se tratava de uma mentira *habilíssima*. Naquela primeira metade da década de 1990, o Brasil vinha vivendo com especial intensidade o devaneio de atingir rapidamente o chamado *Primeiro Mundo*, como prometera um certo Presidente da República de efêmera passagem pelo poder. A informática parecia abrir as portas de uma nova era cheia de perspectivas de crescimento pessoal, em especial depois que, revogada a lei de reserva de mercado que protegia os equipamentos nacionais, computadores fabricados nos Estados Unidos começaram a ser importados livremente. Disseminava-se a convicção de que a chave da prosperidade estaria ao alcance de quem soubesse ler os sinais dos tempos e acompanhar o ritmo de uma modernidade feita de sintonia com a

cultura norte-americana e familiaridade com as tecnologias mais avançadas. A imagem mítica de um computador monstruoso, *quase* tão poderoso e avançado quanto o da poderosa e avançada Nasa, reunia todas essas sugestões de maneira notável.

Aí está, passou-nos então pela cabeça, o conto-do-vigário característico do final do século XX. Com o passar do tempo, os telefonemas foram diminuindo até cessar por completo, mas esta reflexão ficou-nos alojada em algum recanto da mente, como que a aguardar subseqüente desenvolvimento. Em uma madrugada de insônia – situação que não nos é incomum – , o repetido martelar de tal observação finalmente acabou desencadeando um processo de associação de idéias, que se desenvolveu de maneira tão espontânea quanto inesperada. Se aquele era o golpe do final, qual seria o golpe representativo do *início* do século XX?

Lembramo-nos imediatamente de um conto de Monteiro Lobato lido havia muito tempo antes, *O Comprador de Fazendas*. Escrito em 1917, ele narra as desventuras de um desesperado fazendeiro paulista, ansioso por vender sua propriedade e ludibriado por um suposto interessado no negócio.[2] Pedro Trancoso de Carvalhais Fagundes, o falso comprador, apresenta-se como um rico janota de família tradicional, homem viajado e de fala fluente, que exalta a superioridade das raças bovinas inglesas e simula intimidade com as altas figuras da República – para, depois de um período em que recebe a melhor das hospitalidades e chega a flertar com a filha do fazendeiro, desaparecer sem deixar traço. Parecia evidente que os sinais apresentados pelo golpista para fingir respeitabilidade – elegância, erudição, sobrenome de ilustre sonoridade, desapego em relação à própria fortuna, familiaridade com a vida européia, proximidade dos círculos do poder – falavam muito a respeito do que era valorizado no ambiente rural e patriarcal paulista da época em que a narrativa é situada (ainda que esta provavelmente seja puramente ficcional e talvez mesmo um tanto inspirada em *O Inspetor Geral*, de Gógol).

Entre computadores e fazendas, a consideração final a que chegamos, ao término daquela noite insone, foi a de que aparentemente os contos-do-vigário procuram inserir-se no universo material e mental da sociedade em que são aplicados – e que, por isso mesmo, acabam por se tornar, em certa medida, representativos de tal universo. Pequenas teatralizações que são, os golpes retiram do cotidiano os elementos dramáticos do enredo que colocam em execução; e se chegarem a enganar, é porque conseguiram atingir uma certa sintonia em relação ao ambiente cultural – não em relação a *qualquer* ambiente cultural, evidentemente, mas àquele em que se desenvolvem: ao que corresponde a uma realidade histórica bem determinada. Cada momento histórico teria seus contos-do-vigário, da mesma forma que cada conto-do-vigário teria que saber se enraizar em seu momento histórico. Seriam tais ponderações suficientes para inspirar todo um projeto de Doutorado?

---

[1] Elaborado com a orientação da Profa. Dra. Maria Amélia Mascarenhas Dantes, a dissertação intitulada *A Mudança das Luzes - Leo Szilard, o Cientismo e a Utopia da Ordem Social Racional* foi defendida e aprovada em maio de 1996.

[2] Cf. Monteiro Lobato: "O Comprador de Fazendas", in *Urupês*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1951, pp. 197-214.

Esta tese parte do pressuposto de que sim. Porque, ao longo dos últimos quatro anos, dedicamo-nos a procurar, recolher e a organizar elementos para defender a idéia de que há uma *historicidade* toda própria nos contos-do-vigário. É certo que – sobretudo com base no instrumental teórico da História Cultural e nos levantamentos documentais que realizamos junto a diversos centros de pesquisa –, pudemos desenvolver e refinar nossas considerações iniciais, formular melhor os princípios que delas decorrem, e amadurecer as formas de argumentação com as quais desejamos demonstrá-las. Seria repetitivo procurar apresentar aqui as formas que tais linhas de reflexão assumiram, posto que elas serão apresentadas com certo detalhe a seguir; seja como for, não deixaria de ser interessante ressaltar o quanto este trabalho continua a dever às fortuitas vagueações ocorridas em uma noite mal-dormida.

Não seria prematuro, entretanto, chamar a atenção para dois procedimentos de natureza prática que foram adotados como normas, na redação do presente texto. O primeiro deles consistiu em, tanto quanto possível, evitar a menção dos nomes dos *vigaristas* e das *vítimas*, nos casos de aplicação de contos-do-vigário que relatamos. O motivo para isso é bastante simples. Interessavam-nos os episódios em si, não as identidades de seus protagonistas – muitos deles, com toda a probabilidade, ainda vivos. Não havia motivos para expô-los – e a seus familiares – a constrangimentos por conta de casos ocorridos há tanto tempo. O segundo procedimento que adotamos foi o de proceder à atualização ortográfica de todos os textos que viemos a transcrever, em medida que visa proporcionar maior fluência à leitura.

Tampouco seria excessivo apresentar, ainda que em linhas muito gerais, a seqüência de capítulos que visam conferir estrutura à presente tese.

A *Introdução* foi concebida para trazer uma discussão inicial sobre o tema em destaque e para fixar, desde logo, os dois princípios teóricos a partir dos quais nos propomos a estudá-lo: o que relaciona as tramas dos contos-do-vigário ao ambiente cultural em que estes se desenvolvem e o que sustenta a existência de autênticas práticas de teatralização em sua aplicação.

O Capítulo 1 (*Dona São Paulo de Piratininga*) apresenta-se como um texto de contextualização, destinado a apresentar o meio histórico em que floresciam as práticas de engano de que trata o presente trabalho: a cidade de São Paulo, no período que vai de 1930 a 1960. Importa aqui tentar delinear algumas das linhas que marcaram as acentuadas transformações pelas quais passou a cidade na fase em tela, e as perspectivas que elas abriam para a atuação dos vigaristas que então ali operavam. Em seguida, são oferecidos à leitura quatro capítulos que visam exemplificar como elementos da vida paulistana eram transformados em enredos de contos-do-vigário – na realidade, quatro estudos de caso que se relacionam uns aos outros, mas que ao mesmo tempo mantém uma relativa autonomia em termos narrativos.

O Capítulo 2 (*Ludibriando um Roceiro*) trata da maneira como os paulistanos enxergavam os moradores do interior do país – vale dizer, das *representações* de *caipira* que adotavam –, e das maneiras como os vigaristas exploravam tais visões para fundamentar esquemas como o *Conto do Legado* e o *Conto do Bilhete Premiado*.

O Capítulo 3 (*Tudo Era Máquina*) coloca em evidência as crenças de que a vida paulistana transcorria na vanguarda do que se entendia como *modernidade,* em convicções que ajudavam a viabilizar a aplicação de esquemas trazidos de fora do país, como o *Conto da Guitarra* e o *Conto da Pirâmide.*

O Capítulo 4 (*O Célebre Pistolão*) tem como tema as práticas e as representações políticas, em especial aquelas ligadas ao clientelismo urbano e aos chamados laços de favor, e as estratégias adotadas pelos golpistas para simulá-las em ardis como o *Conto da Mercadoria* e o *Conto do Emprego.*

O Capítulo 5 (*Aqui Não Há Direito*) trata, por outro lado, de como a imagem de um Estado hostil e repressivo, integrado por representantes capazes de cometer toda forma de arbitrariedade e de violência, era útil na elaboração dos enredos de golpes como o *Conto do Policial,* o *Conto do Delegado de Estrangeiros* e o *Conto do Fiscal.*

A *Conclusão,* por fim, retoma os princípios enunciados na Introdução, discutindo-os à luz dos exemplos apresentados nos capítulos que lhe antecedem – o que implica em uma última tentativa de enquadramento dos contos-do-vigário enquanto criações fundamentadas em crenças e valores correntes e enquanto dramatizações habilmente levadas a efeito por seus executantes.

Esta é a forma final que a presente tese acabou por assumir, e se há algo de indispensável a ser acrescentado são os devidos agradecimentos aos que colaboraram, de uma maneira ou de outra, para que ela viesse a existir. Seria questão de justiça lembrar, em primeiro lugar, de seu orientador, Prof. Dr. Paulo Miceli, mentor que inclui, entre seus ensinamentos, a demonstração de que o rigor na discussão intelectual não exclui – antes alimenta – os melhores laços de amizade. Seria igualmente justo mencionar, em segundo lugar, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, que por meio da concessão de uma bolsa de Doutorado, proporcionou condições materiais para que este trabalho fosse desenvolvido.

Vários foram os amigos que tiveram a paciência de ouvir-nos falar incessantemente a respeito de coisas de vigarice ao longo dos últimos anos, em alguns casos mesmo lendo partes do texto e oferecendo-nos suas observações e sugestões. Cabe citar com destaque Rafael e Debby Roubicek, Peter e Marianne Arnsdorff, Diane Cohen, José Salles dos Santos Cruz, Lucia Maria Dal Medico, Maria Donizeti de Brito, Vera Helena Farinas Tremel, Ana Paula Tosi, Gentil Andrade Neto, Rodrigo e Carla Rodrigues, Maria Sílvia Dias, e Reginaldo, Tong e Duba Ribeiro.

Em algumas oportunidades, os amigos eram também companheiros de ofício, profissionais da área de História eles mesmos; em se tratando desses casos, não poderíamos deixar de demonstrar nosso reconhecimento a Flávio Luís Rodrigues, Maria Helena Valente Senise, Renato Feliciano Dias, Célia Reis Camargo, Márcio Augusto Saliba Dias, e Mônica Brincalepe Campo. Um grupo à parte, na categoria dos amigos e companheiros de ofício, se formou no contato com os colegas que conhecemos nas salas de aula da Unicamp – uma pequena *legião estrangeira* composta por José Alberione dos Reis, Lucilene Reginaldo, Janaína Camilo, Marili Bassini, Renata Senna Garrafoni, Gustavo Tuna, Glaucia Vieira Ramos e Diorge Konrad.

E, para demonstrar definitivamente que os que são citados por último possuem, na realidade, posição de inquestionável preeminência, reservamos nosso agradecimento final àqueles a quem esta tese é dedicada: aos pais do autor – José Augusto Dias e Alba França Bérgami Dias –, incentivadores generosos e entusiasmados, para os quais nenhuma palavra de gratidão será jamais excessiva.

Introdução

Aos sapientes e pacientes recomendo a bela monografia que podem escrever estudando o conto-do-vigário pelos séculos atrás, as suas modificações segundo o tempo, a raça e o clima. A obra, para ser completa, deve ser imensa.

Machado de Assis, em crônica publicada no periódico carioca *Gazeta de Notícias*, março de 1895

CONTO-DO-VIGÁRIO – Ardil conhecido, oriundo de Portugal e da Espanha.

Raul Pederneiras, *Geringonça Carioca - Verbetes para um Diccionario da Giria*, 1922

I

Um primeiro aspecto a ser abordado em relação ao fenômeno social conhecido como *conto-do-vigário* é o próprio fato de que ele seja conhecido como *conto-do-vigário:* a expressão chama a atenção pela peculiaridade, sem dúvida. É verdade que em outros idiomas a modalidade de logro por ela designada recebe denominações igualmente curiosas – *confidence game* em inglês, *vol à l'américaine* em francês, *timo* em espanhol, para mencionar alguns exemplos. Aparentemente apenas no caso da língua portuguesa, no entanto, convencionou-se associar práticas tão pouco cristãs quanto o embuste, a mentira e a trapaça à solene figura eclesiástica do *vigário.* Uma tal singularidade não poderia deixar de ser notada.

Seria ela reflexo de um contexto histórico específico? A hipótese parece razoável; porque se a locução *conto-do-vigário* é empregada unicamente em Portugal e no Brasil, pode-se suspeitar que seu surgimento esteja ligado a acontecimentos passados que, de alguma forma, atingiram esses países de maneira particular – eventualmente, a disseminação de um golpe determinado, dentro do qual aqueles que se apresentavam como representantes da Igreja de fato não o fossem (posto que a adoção de identidades falsas será sempre um expediente utilíssimo para enganadores empenhados em não se deixar localizar após a efetivação do engano). Ou talvez o golpe em questão fosse outro; seja como for, seria interessante iniciar o presente texto recorrendo aos pontos de vista de alguns dos autores que trataram do assunto: certamente, a partir daí, já algo se deixará entrever a respeito da natureza do objeto de estudo aqui colocado em destaque. Tomemos como ponto de partida, assim, duas indagações básicas: supondo que realmente tenha existido um ardil inicial, dentro dele quem era – ou parecia ser – o *vigário?* E qual era o *conto* que este colocava em andamento?

* * *

Aquele que talvez tenha sido o primeiro a proporcionar respostas diretas para tais indagações destacava-se como um ativo investigador dos mistérios do submundo da antiga Capital Federal. O carioca Vicente Reis trabalhava havia cerca de três anos como delegado de polícia quando publicou, em 1903, a obra *Os Ladrões no Rio;* nela, fazia uma espécie de inventário em que descrevia os crimes então mais freqüentemente cometidos na cidade e relacionava os nomes dos

marginais responsáveis por eles.[1] Grande parte das informações contidas no livro, admitia o próprio autor, advinham das revelações de um antigo ladrão que se tornara informante da polícia, mais conhecido como "Dr. Cornelio"; é de autoria deste definição verdadeiramente lapidar para *conto-do-vigário:* "É um laço armado com habilidade à boa fé do próximo ambicioso. É o caso em que os espertos se fazem tolos e o tolo quer ser esperto [...]."[2]

Mas por que motivo, indaga Reis, "esse sistema de furtar tomou tal designação?"[3] A explicação que ele fornecerá, com base nos esclarecimentos do Dr. Cornelio, é das mais surpreendentes: ela relaciona-se a uma complexa operação de alcance internacional, organizada em torno de uma trama de feição rocambolesca. O golpe partia do exterior: "Uns tantos indivíduos, geralmente na Espanha, formam uma quadrilha e dessa tropa, uns ficam no país, outros porém são escolhidos para operar em lugares combinados, como seja o Brasil".[4] A função da parte da quadrilha enviada ao Brasil era a de procurar possíveis vítimas, em geral entre abastados e respeitáveis proprietários rurais. Uma vez identificado um alvo promissor, as engrenagens do ardil começavam a entrar em movimento.

Assim era que, certo dia, o indivíduo em questão era arrancado de sua existência mais ou menos modorrenta por algo de totalmente imprevisto – a chegada de uma carta enviada diretamente da Espanha. Para melhor ilustrar o funcionamento do esquema, Reis transcreve na íntegra o texto de uma destas cartas, recebida em 1901 por um morador da cidade paulista de Lorena, José Martins Barbosa. Assinada por um certo Manuel Suarez Lopes, "Cura-Parroco" da "Iglesia Parroquial de Santa Maria", em Pamplona, a correspondência trazia os devidos carimbos, chancelas e sinetes – sinais que aparentavam inequívoca autenticidade – e uma narrativa extraordinária:

> Muy Signor mio y hermano en Jesucristo: En cunplimiento de uno de los deberes que me impone el sagrado cargo de que me hallo revestido me derijo a U para comunicarle la parte que le corresponde de un asunto que me fue confiado en confesion por um desgraciado prisionero dos dias antes de su muerte y all que pende el futuro porvenir de una inocente creatura que ha que dado huerfana y bajo nuestra protecion y amparo, segun las ultimas disposiciones testamentarias dictados por su difunto padre.[5]

Nesse início vertiginoso, a dignidade eclesiástica espanhola declara que tem a tratar com o destinatário da carta de assunto extremamente delicado, a ela confiado sob segredo de confissão por um condenado pouco antes da data de sua execução, e do encaminhamento do qual depende o destino de uma pobre e infeliz órfã – e este é só o começo da narrativa. Em seguida, e no mesmo tom dramático, Manuel Suarez Lopes identifica o indivíduo por ele mencionado – o

---

[1] Cf. Vicente Reis: *Os Ladrões no Rio*. Rio de Janeiro, Companhia Typographica do Brazil, 1903.
[2] Vicente Reis, *op. cit.*, p. 110.
[3] *Ibidem*, p. 111.
[4] *Ibidem*, p. 111.
[5] *Ibidem*, pp. 113-114.

desgraciado prisionero e *difunto padre* – como Don Eduardo Martinez Castellanos, valente coronel do exército espanhol cuja vida plena de aventuras teria incluído a audaciosa participação no levante militar republicano de 1886, a patriótica luta contra os norte-americanos na Guerra Hispano-Americana de 1898 e um amargo período de exílio no Brasil – onde adotara outro nome e conhecera o mesmo José Martins Barbosa, a quem a carta era agora dirigida. Don Eduardo retornara à Espanha e – lamentava informar o cura – falecera no cárcere havia pouco, deixando uma herança da ordem de 2.450.000 pesetas e uma filha com 13 anos de idade, Luiza, internada em um colégio de Madri.

Ocorria que, insistentemente perseguido por seus muitos e ardilosos inimigos, o coronel teria transmitido em seu leito de morte um último desejo ao cura, o de que a proteção de sua filha e a administração de sua fortuna fossem entregues à pessoa de mais nobre índole que havia encontrado em toda a sua atribulada existência – exatamente o conhecido brasileiro:

> [...] despues de haber Testado y despuesto como buen christiano de lo terreal, nombrando Tutor para su hija Luiza a D José Martins Barbosa, residente en el Brasil, persona idonea y a quien en otro tiempo conocio y a mi su Testamentario entrego su alma a Dios, senor Creador de todo lo criado, á las cuatro de la tarde del dia 20 del actual [...].[6]

Um gravíssimo problema se interpunha à realização das disposições do falecido, contudo. O precioso documento por meio do qual as 2.450.000 pesetas poderiam ser sacadas de um banco londrino estava escondido no fundo falso de uma mala pertencente ao coronel. E esta – ao lado de outros bens – estava embargada judicialmente, como garantia do pagamento das custas de um processo ao qual Don Eduardo respondera no passado, por força da implacável sanha de seus detratores. Era preciso que José Martins Barbosa, assumindo desde logo seus deveres como tutor, pagasse o valor correspondente às custas do processo, de maneira a poder desembaraçar a herança e assegurar o futuro da sofrida órfã.

Várias advertências encerravam a carta. O assunto era evidentemente delicado e diversos perigos ameaçavam a regularização da situação, motivo pelo qual o cura realizava uma comovente súplica final em nome da pobre e abandonada Luiza:

> Restame decirvos mediteis mucho sobre el particular y q. guardeis el mas profundo y sepulcral silencio con referencia a lo manifestado pues uno sola palabra la mas ligera indiscrecion pudiera dar lugar a q. los detractores enemigos del finado q. son poderosos y avidos por descobrir este secreto se apercebieran de el y con tal motivo labrar la desgracia de este angel de Dios q. no tiene otro apoyo q. el de nuestra probidad y buena fé.[7]

---

[6] *Ibidem*, p. 116.
[7] *Ibidem*, p. 118.

O cerco montado pelos *detractores enemigos del finado* tornava inconveniente mesmo que José Martins Barbosa respondesse a carta, motivo pelo qual esta não trazia o endereço do remetente. Ele seria oportunamente procurado por um enviado de Manuel Suarez Lopes, pessoa da mais absoluta confiança, com a qual certas palavras em código deveriam ser trocadas como forma de identificação mútua. A esta pessoa, unicamente, Barbosa poderia entregar o dinheiro necessário para o resgate da fortuna do coronel.

Se é que o destinatário de tão incomum correspondência não chegasse a se sentir totalmente convencido, talvez outros desdobramentos ajudassem a persuadi-lo de que o destino lhe reservara o papel de reparador de injustiças e defensor de donzelas. Pouco tempo depois, uma nova carta chegava, esta assinada por ninguém menos que a pequena e desprotegida Luiza. Suas palavras eram tocantes:

> Mi querido Señor:
> He sido informada por el venerable padre Sñr. Manuel Suarez Lopes de que U. aceta la Tutoria que os ha conferido mi defunto papá que Dios tenga en su santa gloria. No figuraros cuanto consuelo derrama sobre mi dolorido corazon la benevola atencion que me dispensa aceptandome por hija segun voluntad de mi desgraciado papá cuyo amoroso recuerdo llevaré siempre em mi mimoria.[8]

Luiza declarava ainda felicidade e alívio ante a perspectiva de se transferir para o Brasil e entregar-se por inteiro aos cuidados de Barbosa. E isso não era tudo. Da Espanha seriam enviadas ainda cópias do testamento de Don Eduardo Martinez Castellanos, do atestado de óbito do mesmo, e de certidão com o carimbo do *Juzgado de Instruccion del Districto de Palacio*, em Madri, informando que as custas do processo atingiam o valor de 8.750 pesetas.

Vicente Reis não informa se José Martins Barbosa – destinatário da documentação por ele transcrita – chegou a entregar o dinheiro pedido pelo "cura" espanhol. No entanto, quem o fez, pagando um valor razoável, mas em todo caso muito inferior às fantásticas 2.450.000 pesetas da hipotética herança, certamente nunca mais recebeu correspondência ou notícia de Manuel Suarez Lopes, da delicada Luiza, ou de quaisquer outras das fabulosas figuras que davam vida a tão elaborada trama. A quem o fez, o tempo não apresentava outra alternativa senão a dolorosa constatação de que havia sido vítima de um muito engenhoso golpe, e culpar um suposto cura – ou *vigário* – pelo *conto* aplicado.

Há algo de Eugène Sue e mesmo de Alexandre Dumas nesse enredo novelesco que mistura heroísmo e vilania, tesouros a serem resgatados e identidades ocultas subitamente reveladas, conspirações que espalham seus perigos por todos os lados e segredos confiados em nome da honra a salvadores distantes – além, evidentemente, do inegável apelo sexual representado pela imagem pubescente da desamparada Luiza. Era tal capacidade de manobrar com elementos que, com toda a probabilidade, deveriam fazer fervilhar a imaginação da vítima potencial que conferia

---

[8] *Ibidem*, pp. 119-120.

eficiência ao esquema, como comentou em 1949 o delegado paulista João Leite Sobrinho em artigo publicado a respeito do assunto:

> A procedência da carta, Europa; o remetente, um padre; o mistério, a confissão; a contextura da história, a fortuna, "la hija" de Don Eduardo, a cópia do testamento, a certidão de óbito, uma outra carta da órfã, o extrato da sentença condenatória e o mais que vinha no envelope ou o que o endiabrado "vigário" metia na cabeça do nosso homem simples, por força que haveria de escaldar o cérebro do mais tranqüilo e desambicioso cidadão.
>
> Transporte-se a história para a época em que surgiu, fins do século passado, em que os meios de comunicação eram lentos, a boa fé e religiosidade de nosso povo muito mais acentuadas, o respeito por tudo que vinha do estrangeiro quase transformado em culto, a possibilidade do enriquecimento rápido, muito difícil – naqueles dias distantes das duas guerras – e se há de convir que valia a pena arriscar a nossa fazenda para salvar a pobre filha de "Don" Eduardo Martinez Castellanos, ex-coronel "del Estado Mayor de lo Ejercito", Don Quixote redivivo, que chefiara revoluções em Espanha, deixara as delícias de Paris para combater norte-americanos nas Filipinas, depositara todo o seu ouro no Banco de Londres, "bajo el auxilio e protecion de un Capitan de la Marina Ingleza" e fôra morrer em prisões militares de Madrid – tudo isso para que o "cura-parroco" Don Manuel Suarez Lopes explorasse a sua memória, transformando-a em um filão de bens terrenos e sólidos, tão do agrado de Sancho Pança.[9]

O golpe fez suas vítimas no Brasil – Vicente Reis comenta sobre o caso de "um pobre sitiante em Pernambuco que, fascinado por uma cantiga dessas, dispôs dos bens, apurou meia dúzia de contos de réis e mandou para não sei onde em Espanha, a um vigário que, em várias cartas que cheio de santidade enviava ao incauto, o fazia em papel carimbado, contendo o monograma respectivo."[10]

Seria apropriado, no entanto, ressaltar que não eram apenas os brasileiros que se deixavam seduzir pelas miragens vindas do outro lado do Atlântico. A falcatrua encontrou terreno fértil também nos Estados Unidos, onde se tornou conhecida como *Spanish Prisioner Game* ("Golpe do Prisioneiro Espanhol"). Ali, era aplicada em uma variação que não incluía a personagem do cura, provavelmente porque em um país predominantemente protestante a figura de uma autoridade do clero católico não tinha a mesma força de persuasão. Na versão preparada para ludibriar os norte-americanos, é o próprio "prisioneiro" que toma a iniciativa de enviar a carta solicitando ajuda. Segundo M. Allen Henderson – autor que situa o nascimento de uma forma inicial do ardil já na Espanha de Filipe II – a mensagem parte de um indivíduo que declara possuir origem nobre e ter sido arbitrariamente aprisionado em um país estrangeiro. "Ele pede dinheiro para

---

[9] João Leite Sobrinho: "O Conto do Vigário", in *Investigações - Revista do Departamento de Investigações*. São Paulo, Secretaria de Estado da Segurança Pública, fevereiro de 1949; Ano I, Nº. 2, pp. 126-127. O autor exercia então o cargo de Delegado Chefe da Secção de Investigações Sobre Delitos Contra a Fazenda do Estado.

[10] Vicente Reis, *op. cit.*, p. 113.

subornar os que o mantêm preso ou para pagar um resgate", explica Henderson. "O mapa de um tesouro ou outros documentos hipoteticamente valiosos são, com freqüência, incluídos como garantias, ao lado de um retrato da bela e frágil filha do prisioneiro. Fica subentendido que ela fará parte da recompensa a ser dada àquele que auxiliar na libertação do preso. Outros benefícios incluem dinheiro e propriedades, uma vez que o prisioneiro é sempre apresentado como um homem extremamente rico, apto a remunerar seu salvador assim que puder voltar à sua terra natal."[11]

Já no Brasil – no ainda tão católico Brasil da virada do século XIX para o século XX – a trama não podia prescindir da piedosa figura de um padre, ali estrategicamente colocada para conferir maior credibilidade ao enredo. Naquela que seria a tramóia original da qual se teria derivado e difundido o neologismo *conto-do-vigário*, portanto, o *vigário* era o falso cura Manuel Suarez Lopes, e o *conto* o do falecido coronel Don Eduardo Martinez Castellanos, fantasmagórico mártir que deixara filha e fortuna igualmente evanescentes: a explicação de Vicente Reis, baseada em documentos cuidadosamente transcritos, parece perfeitamente plausível. Haveria algo a ser acrescentado ou emendado a versão tão completa e coerente?

* * *

Havia. Um ano depois da publicação de *Os Ladrões no Rio,* uma outra obra veio, se não contestar diretamente, ao menos trazer elementos indicativos de que a versão defendida por Vicente Reis era incompleta. Em 1904 o folclorista, poeta e cronista Alexandre José de Mello Moraes Filho publicou *Factos e Memorias,* uma coletânea de textos apresentados inicialmente no matutino carioca *Correio da Manhã,* editado por Edmundo Bittencourt.[12] Mesclando descrições e comentários sobre a proliferação de mendigos e ciganos nas ruas do Rio de Janeiro com rememorações algo nostálgicas da vida em pontos da cidade como o Largo do Rocio e a Rua do Ouvidor, a obra trazia também toda uma parte dedicada a versar sobre os "ladrões de rua" que ameaçavam os incautos cariocas.[13] É nela que encontramos a interpretação que o autor tem a oferecer a respeito do que define como a "origem do *conto do vigário*".[14]

Logo de início, Mello Moraes Filho afirma dois importantes pontos de concordância para com a visão de Vicente Reis: o que se relaciona ao local de onde partia o engodo e a confirmação de que dele surgira a consagrada expressão que envolve a figura do vigário:

---

[11] M. Allen Henderson: *How Con Games Work,* p. 92 (tradução nossa).
[12] Mello Moraes Filho: *Factos e Memorias.* Rio de Janeiro, H. Garnier, 1904.
[13] Mello Moraes Filho, *op. cit.,* pp. 31-93.
[14] *Ibidem,* p. 46.

> Na morena Espanha, no país natal de Cervantes e dos *boleros* originou-se o famoso *conto do vigário,* há mais de vinte anos em ação no Rio de Janeiro.
>
> A princípio com distintivos locais, crepusculado da religiosidade pátria, esse bem combinado artifício girava ao redor de uma dignidade clerical paroquiana, de onde lhe deriva o popular nome.[15]

Há também coincidência na maneira de explicar tanto o processo de organização e operação dos golpistas quanto o mecanismo básico de funcionamento do golpe, vale dizer, o envio de sedutoras fantasias pelo correio:

> Na terra espanhola, não podemos precisar data, bandos de ladrões constituíram-se em associações para iludir a boa fé nacional e estrangeira, e nesse intuito expediam agentes a diversos países da Europa, especialmente à França, Itália e Portugal.
>
> Servindo-se de cartas, acompanhadas de mistificados documentos, e segundo indicações dos seus prepostos, pessoas notoriamente ricas recebiam notícia de inesperadas fortunas, sendo em geral colhidas nas malhas das corrediças redes.[16]

Ardilosos malfeitores espanhóis formavam quadrilhas, que enviavam alguns de seus integrantes ao exterior com a tarefa de identificar vítimas potenciais, que por sua vez, depois disso, recebiam correspondências repletas de falsos documentos e promessas de grandes fortunas: até aqui, parece não haver diferenças dignas de nota em relação ao quadro pintado por Vicente Reis. Uma divergência significativa, no entanto, surgirá no desenrolar da exposição de Moraes Filho; porque esta tornará claro que, para ele, o enredo que envolve as figuras do prisioneiro falecido e de sua filha desamparada não era, de maneira alguma, o único a que recorriam os criativos trapaceiros espanhóis – era, na realidade, apenas uma opção possível dentro de um repertório bem mais diversificado:

> Pelos mais remotos vestígios dessas bem organizadas comanditas do roubo, concluímos que tivera este por invariável pretexto tesouros enterrados em velhos solares, igrejas e especialmente em prisões, figurando infalível um descendente ou irmão de um vigário, ao qual, em artigo de morte, misterioso personagem ou revel prisioneiro de Estado, confiara o segredo de riquezas ocultas.
>
> Assim, derramando circulares convidativas a capitalistas milionários para as explorarem, associando-se com remessas de avultadas quantias destinadas a supostas buscas, viagens e pesquisas, esses refinadíssimos larápios medravam impávidos à custa da simpleza dos tolos e da ambição dos espertos.[17]

A carta enviada à vítima em perspectiva era sempre assinada por um suposto vigário ou equivalente; mas a história que ela contava podia comportar qualquer uma das muitas possibilidades de variação do tema básico do *segredo do tesouro:* notícias de riquezas, de origem

---

[15] *Ibidem,* p. 46.
[16] *Ibidem,* pp. 46-47.
[17] *Ibidem,* p. 47.

legítima ou não, cuidadosamente ocultadas em sítios remotos para posterior resgate; sugestões de que o ponto exato onde se escondiam tais riquezas podia ser revelado, desde que por meio dos devidos laços de confiança e sigilo; comentários de que, no entanto, seria preciso organizar expedições de busca, o que demandava o investimento de certa quantidade de dinheiro; e assim sucessivamente. Havia mesmo o toque extra proporcionado pela dramática revelação de que o responsável pela ocultação do tesouro era irmão do vigário, ou mesmo seu *descendente:* grave e antigo pecado contra a castidade era insinuado nesse segundo caso, motivo talvez para sentidas declarações de culpa e arrependimento. É todo um novo universo ficcional que se descortina aqui; ecoam na imaginação o espírito de aventura de um Robert Louis Stevenson ao lado de fantasiosos cálculos de que muito do ouro que os espanhóis extraíram das colônias deve ter tido, afinal, destinos de fato insólitos.

A trama da qual falava Vicente Reis, portanto, era uma entre outras; ao fazer referência a ela, Mello Moraes Filho declara que passará a tratar de "uma outra armadilha de tais gatunos europeus, em comunicação direta com seus prepostos na então província de Minas Gerais."[18] E ainda assim, note-se desde logo, em uma descrição que contém uma diferença interessante – aqui, tentar-se-á convencer a vítima potencial de que ela guardava laços de família para com o endinheirado falecido que deixara a filha órfã, mesmo que nunca antes tivesse tido qualquer notícia a respeito disso:

> Na pitoresca cidade de Paracatú, um negociante havia, cuja fortuna, estimada em mais de quinhentos contos de réis, o salientara, não só na localidade, porém até mesmo na capital: chamava-se ele – Ricardo Seraphim de Souza Porto.
>
> Em certa ocasião, chega-lhe às mãos extensa carta, datada de Madrid, conjuntamente com documentos autenticados, provando à evidência seu parentesco longínquo com um milionário ali falecido, e que deixara em abandono uma filha menor. Na referida missiva declarava e pedia o signatário a Seraphim Porto que, achando-se em péssimas condições de fortuna, e não podendo por isso, nem se oferecer para tratar da herança, nem manter e educar a órfã, desse as suas ordens afim de que a menina lhe fosse entregue, proporcionando-lhe os recursos necessários a tão inesperada e dispendiosa viagem.
>
> Terminada a leitura de semelhante epístola, o mineiro Seraphim deu tratos à bola, imaginou logo ter ouvido falar num parente espanhol, e não podendo convencer-se como, de tão estranhas plagas, e sem justificado motivo, seu nome fosse lembrado, veio a esta capital, e do Banco do Comércio remeteu um cheque de trezentas libras ao prestimoso intermediário.
>
> E semanas se passaram, meses, o tempo, vindo a demora e os acontecimentos confirmar que se tratava de uma velhacaria do sindicato *vigariano.*[19]

Esse é, em essência, o ponto de vista de Moraes Filho: de uma série de golpes iniciais aplicados a partir das últimas décadas do século XIX pelo mesmo grupo de escroques espanhóis, derivara

---

[18] *Ibidem,* p. 47.
[19] *Ibidem,* pp. 47-48.

não apenas a expressão *conto-do-vigário,* mas também uma multiplicidade de novos esquemas concebidos, daí em diante, para enganar os brasileiros. Ao fazer uma última referência ao logro aplicado ao mineiro Seraphim, ele conclui:

> Este tipo e as anteriores combinações modelam a forma primitiva do *conto do vigário,* industriosamente importado no Rio de Janeiro pelos espanhóis da República Argentina, e aqui transformado e subdividido, de acordo com as circunstâncias e os diversos ambientes.[20]

Ao revelar a relativa variedade de golpes aplicados no Brasil por aqueles que se apresentavam como devotos vigários, Mello Moraes Filho amplia e torna mais completa a versão de Vicente Reis. Passamos a ter, conseqüentemente, depoimentos de dois autores que revelam certa convergência e que acabam por complementar um ao outro na identificação dos motivos pelos quais a expressão *conto-do-vigário* foi incorporada ao idioma português. Seria ainda possível, após o conhecimento desses testemunhos que se apóiam mutuamente, imaginar a existência de versão radicalmente diferente das que apresentam?

* * *

Era. Uma explicação plena de sentido, e na qual não entravam tesouros perdidos ou embargados, nem tampouco figuras de heróis falecidos, padres eloqüentes ou órfãs desprotegidas, surgiria pouco mais de duas décadas depois da publicação do livro de Mello Moraes Filho; e seu peso seria proporcional ao do nome que a assinava: nada menos que o de Fernando Pessoa.

Os temas do engano e da ilusão são recorrentes na obra de Pessoa; não seria de surpreender, assim, que ele revelasse um interesse particular tanto pela origem quanto pelos usos e significados do *conto-do-vigário.* Anos antes de apresentar sua própria versão para o surgimento da expressão, esse "autor de autores", na feliz definição do ensaísta português Jacinto do Prado Coelho[21], já havia colocado na boca de um de seus heterônimos, Álvaro de Campos, "entrevistado" em um texto de 1919, o comentário irônico de que um dos grandes problemas lusos seria exatamente o declínio da capacidade nacional de ludibriar:

> – Portugal é uma plutocracia financeira de espécie asinina. É, como todos os países modernos, excepto, talvez, a Itália, uma oligarquia de simuladores. Mas é uma oligarquia de simuladores provincianos, pouco industriados na própria histeria postiça. Ninguém já engana ninguém – o que é tristíssimo – na terra natal do Conto

---

[20] *Ibidem,* p. 48.

[21] Cf. Jacinto do Prado Coelho: "Introdução" *in* Fernando Pessoa: *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação,* p. XXVIII.

> do Vigário. Não temos senão os vigaristas de praça como prova de qualquer sobrevivência das qualidades de intrujice da nação. Ora um país sem grandes intrujões é um país perdido, porque a civilização, em qualquer dos seus níveis, é essencialmente a organização da artificialidade, isto é, da intrujice. "Quem não intruja não come"; é esta a forma sociológica dum provérbio que o povo não sabe dizer, porque o povo nunca sabe dizer nada. De resto, a sociologia também não existe.[22]

Mas se era Portugal a *terra natal do Conto do Vigário,* em que circunstâncias se dera tal nascimento? E a quem atribuir a paternidade? As respostas viriam em uma saborosa crônica publicada por Pessoa em outubro de 1926 no periódico lisboeta *O Sol,* com o título de "Um Grande Português". Rebatizada depois como "A Origem do Conto do Vigário" e depois ainda simplesmente como "O Conto do Vigário", ela tem como protagonista a figura de um pequeno proprietário rural e negociante de gado da região do Ribatejo, de nome Manuel Peres Vigário. Foi a tal figura, conta Pessoa, que certa vez proposta pouco honesta foi apresentada:

> Chegou uma vez ao pé dele certo fabricante ilegal de notas falsas, e disse-lhe: "Sr. Vigário, tenho aqui umas notazinhas de cem mil réis que me falta passar. O sr. quer? Largo-lhas por vinte mil réis cada uma". "Deixa ver", disse o Vigário; e depois, reparando logo que eram imperfeitíssimas, rejeitou-as: "Para que quero eu isso?" disse: "isso nem a cegos se passa". O outro, porém, insistiu; Vigário cedeu um pouco regateando; por fim fez-se negócio de vinte notas, a dez mil réis cada uma.[23]

A índole de Manuel Peres Vigário está, desde logo, delineada: sua ressalva não é a de que o negócio constitua desonestidade, mas a de que a falsificação seja de má qualidade. Seja como for, ele acaba por ficar com vinte cédulas de cem mil réis, o que totaliza dois contos de réis em notas falsas: será conveniente ter em mente tais valores para compreender a continuidade da narrativa:

> Sucedeu que dali a dias tinha o Vigário que pagar uns irmãos, negociantes de gado como ele, a diferença de uma conta, no valor certo de um conto de réis. No primeiro dia da feira, em a qual se deveria efetuar o pagamento, estavam os irmãos jantando numa taberna escura da localidade, quando surgiu pela porta, cambaleante de bêbado, o Manuel Peres Vigário. Sentou-se à mesa deles, e pediu vinho. Daí a um tempo, depois de vária conversa, pouco inteligível da sua parte, lembrou que tinha que pagar-lhes. E, puxando da carteira, perguntou se se importavam de receber tudo em notas de cinqüenta mil réis. Eles disseram que não, e, como a carteira nesse momento se entreabrisse, o mais vigilante dos dois chamou, com um olhar rápido, a atenção do irmão para as notas, que se via que eram de cem.
>
> Houve então a troca de outro olhar.[24]

---

[22] Fernando Pessoa: *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação,* p. 420.
[23] Fernando Pessoa: "O Conto do Vigário", in *Contos.* São Paulo, Edições Epopeia, 1986, p. 149.
[24] Fernando Pessoa, *op. cit.,* pp. 149-150.

Em apenas duas rápidas trocas de olhares, os irmãos de Vigário – não muito mais íntegros do que ele – vislumbram a possibilidade de receber em dobro a quantia que lhes era devida, posto que o embriagado devedor estava evidentemente a confundir notas de cem com notas de cinqüenta. Oportunidade para ser aproveitada sem mais demora:

> O Manuel Peres, com lentidão, contou tremulante vinte notas, que entregou. Um dos irmãos guardou-as logo, tendo-as visto contar, nem se perdeu em olhar mais para elas. O Vigário continuou a conversa, e, várias vezes, pediu e bebeu mais vinho. Depois, por natural efeito da bebedeira progressiva, disse que queria ter um recibo. Não era uso, mas nenhum dos irmãos fez questão. Ditava ele o recibo, disse, pois queria as coisas todas certas. E ditou o recibo – um recibo de bêbado, redundante e absurdo: de como em tal dia, a tais horas, na taberna de fulano, e "estando nós a jantar" (e por ali fora com toda a prolixidade do bêbado...), tinham eles recebido de Manuel Peres Vigário, do lugar de qualquer coisa, em pagamento de não sei quê, a quantia de um conto de réis em notas de cinqüenta mil réis. O recibo foi datado, foi selado, foi assinado. O Vigário meteu-o na carteira, demorou-se mais um pouco, bebeu ainda mais vinho, e daí a um tempo foi-se embora.[25]

O logro efetivara-se com sucesso – ou assim parecia. Porque não demoraria muito até que os acontecimentos viessem demonstrar quem havia sido de fato logrado em tais manobras fraternas:

> Quando, no próprio dia ou no outro, houve ocasião de se trocar a primeira nota, o que ia a recebê-la devolveu-a logo, por escarradamente falsa, e o mesmo fez à segunda e à terceira... E os irmãos, olhando então verdadeiramente para as notas, viram que nem a cegos se poderiam passar.
>
> Queixaram-se à polícia, e foi chamado o Manuel Peres, que, ouvindo atônito o caso, ergueu as mãos ao céu em graças da bebedeira providencial que o havia colhido no dia do pagamento. Sem isso, talvez, embora inocente, estivesse perdido.
>
> Se não fosse ela, explicou, nem pediria recibo, nem com certeza o pediria como aquele que tinha, e apresentou, assinado pelos dois irmãos, e que provava bem que tinha feito o pagamento em notas de cinqüenta mil réis. "E se eu tivesse pago em notas de cem", rematou o Vigário, "nem eu estava tão bêbado que pagasse vinte, como estes senhores dizem que têm, nem muito menos eles que são homens honrados, m'as receberiam". E, como era de justiça, foi mandado em paz.[26]

E assim foi que aqueles que se imaginavam embromadores descobriram-se, afinal, embromados: um desfecho mais do que apropriado para episódios do gênero. A importância do acontecido, no entanto, vai muito além disso; porque, alerta Pessoa, temos aqui o próprio berço do neologismo destinado a disseminar-se, daí em diante, Portugal e Brasil afora:

---

[25] *Ibidem*, p. 150.
[26] *Ibidem*, p. 150.

> O caso, porém, não pôde ficar secreto; pouco a pouco se espalhou. E a história do "conto de réis do Manuel Vigário", passou, abreviada em "o conto do Vigário", para a imortalidade cotidiana, esquecida já da sua origem.[27]

É preciso acrescentar que Pessoa termina sua narrativa afirmando considerar Manuel Peres Vigário, o "mestre ribatejano", figura digna de admiração e reverência – um "grande português" cujo espírito e inventividade futuros e "imperfeitíssimos imitadores, pessoais como políticos", jamais souberam honrar.[28] Na melancólica Portugal de Fernando Pessoa, já não havia mais vigaristas como Manuel Vigário.

Parece pouco provável que o texto de Pessoa se pretendesse portador de revelações de valor histórico; o tom de sarcasmo que o atravessa sugere que esse exemplar da prosa pessoana dedicava-se, na realidade, ao jogo de apresentar uma anedota como se esta tivesse efetivamente ocorrido. É preciso ressaltar, no entanto, que anedotas *também* podem originar neologismos; e na hipótese, nada desprezível, de Pessoa ter reproduzido em suas próprias palavras pilhéria que já antes circulava entre os portugueses, então se torna perfeitamente plausível que seja esta de fato a origem da expressão *conto-do-vigário*. Para tanto, não é necessário que Manuel Peres Vigário tenha realmente existido ou feito o que lhe é atribuído; basta que o chiste tenha caído no gosto popular – ou então, que chegue a parecer deveras acontecido aquilo que o prosador sempre soube fingido.

II

Uma primeira versão com Vicente Reis, uma segunda, um pouco diferente, com Mello Moraes Filho, e uma terceira, totalmente diferente, com Fernando Pessoa: qual deveria ser a escolhida como a mais plausível para explicar o nascimento do dito *conto-do-vigário?* Nenhuma delas – ou talvez, em uma inversão de termos, todas elas, colocadas lado a lado em uma galeria destinada a ampliar-se continuamente. Porque, logo se adivinha, estas não são as únicas possibilidades; dir-se-ia mesmo que enquanto estivermos dispostos a investigar, poderemos sempre encontrar uma nova e surpreendente interpretação para a questão (para um cronista policial da década de 1950, por exemplo, a origem da expressão estava em trapaça armada por um malandro que conseguira resgatar em dobro valor que havia confiado à guarda de um comerciante conhecido, em ardil que

---

[27] *Ibidem*, p. 151.
[28] *Ibidem*, p. 151.

engambelara até o vigário da localidade[29]; para o filólogo e etimólogo Francisco da Silveira Bueno, a expressão se originara espontaneamente "de não crer o povo nas narrações de fatos miraculosos do vigário, do pároco"[30]; e assim por diante, sucessivamente).

Há, não obstante, uma certa coerência em tal diversidade de pontos de vista, e é para ela que gostaríamos de chamar a atenção desde logo. O presente estudo trata dos mecanismos culturais que sustentam e organizam o funcionamento do chamado *conto-do-vigário,* e o próprio fato de que sequer a etimologia desta expressão possa ser definida com maior segurança já significa algo – significa que estamos prestes a entrar em território no qual nada é exatamente o que parece ser e tudo é feito na medida certa para enganar e desorientar. Seria interessante lembrar que, em vocabulário jurídico, o conto-do-vigário é conhecido por expressão mais douta e – esta sim – de origem bem localizada: "estelionato", derivação do vocábulo romano *stellionatus,* por sua vez vindo "do substantivo 'Stellio, onis', que era o nome de um lagarto que mudava de cores conforme a coloração do ambiente que o rodeava", ensina autor versado no assunto.[31] A referência, como se torna evidente, é ao camaleão, considerado notável precisamente por sua extraordinária capacidade de iludir.

Parece bastante apropriado que as práticas enfocadas por este trabalho tenham como símbolo animal conhecido pela aptidão de se furtar ao olhar. Estamos lidando aqui com ações de indivíduos que sempre tiveram como objetivo não ser identificados e que, tanto quanto possível, buscaram mesmo atingir o esquecimento – grande ironia, se levarmos em conta que boa parte da recente produção historiográfica tem se dedicado justamente a procurar *identificar* e *arrancar do esquecimento* sujeitos e movimentos sociais que até então não tinham merecido a devida atenção. Para o vigarista profissional, no entanto, ser identificado equivale a ser desmascarado, e ser lembrado significa que as ameaças da punição e da estigmatização ainda se fazem presentes. Um golpe pode ser considerado bem-sucedido de fato apenas quando o golpista, além de se apoderar do patrimônio da vítima, consegue escapar sem que sua verdadeira identidade chegue a ser conhecida; não é por outro motivo que assumem tanta importância as manobras de despistamento que, se executadas a contento, fazem com que ele como que desapareça em pleno ar depois de completado o embuste. Ao vigarista, qualquer outra possibilidade é potencialmente perigosa, e nem mesmo o eventual orgulho pela autoria de um logro competentemente aplicado compensa o risco de se dar a conhecer para além de seu círculo pessoal de confiança. A atribuição da façanha é um luxo a que ele não se pode permitir.

Isso significa que este estudo se volta para uma história feita sobretudo por sujeitos que, de certa forma, sempre procuraram fugir da história; se as coisas dependessem exclusivamente deles, não chegaria a existir qualquer tipo de registro ou informação de suas atividades passadas. Mas é justamente porque nem sempre tal ocultação é possível – porque ocasionalmente os

---

[29] "Tão Antigo Quanto a Sé de Braga" (matéria publicada na seção *Nos Bastidores da Polícia,* assinada por cronista que adotava o pseudônimo de *Sherlock*). *Folha da Noite.* São Paulo, 14 de março de 1952, p. 2.
[30] Francisco da Silveira Bueno: *Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa,* volume 2, p. 805.
[31] José Antônio Pereira Ribeiro: *Fraude e Estelionato,* p. 11.

golpes fracassam quando colocados em execução, deixando expostos seus esquemas de funcionamento – que podemos saber algo a respeito do furtivo mundo do conto-do-vigário. A maior parte dos subsídios que pudemos coletar para a elaboração deste trabalho, assim, chegou-nos por caminho diverso e inverso: não pelos vigaristas eles mesmos, mas por aqueles que estes provavelmente considerariam como colocados *do outro lado:* suas vítimas, em primeiro lugar, e as instâncias por elas procuradas em busca de socorro, as forças da lei e da ordem, em segundo. Decorre daí aspecto para o qual é preciso chamar a atenção: são sobretudo os discursos policiais e jurídicos, com suas lógicas e razões particulares, que informam sobre os golpes aplicados no espaço e no tempo delimitados por esta pesquisa – a cidade de São Paulo no período compreendido entre 1930 e 1960. Seria interessante dizer algo sobre os terrenos em que tais discursos encontraram seu curso de desenvolvimento, ou seja, sobre as principais fontes primárias a que recorremos.

As peças documentais que, de longe, concentram em si mesmas maior quantidade e variedade de informações são os processo criminais por estelionato, preservados pelos Arquivos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Neles, ocorre uma certa alternância entre os registros de natureza policial e os de caráter jurídico: boletins de ocorrência, termos de declarações de acusadores e acusados, e folhas de antecedentes criminais dos suspeitos, no primeiro caso; denúncias apresentadas por promotores públicos, arrazoados dos advogados que passam a lidar com os casos, sentenças e apelações de sentenças, no segundo.[32] Seria conveniente recordar que, no período aqui colocado em tela, o estelionato foi enquadrado inicialmente pelo Código Penal de 1890, em seu Artigo 338, e depois pelo Código Penal de 1940, em seu Artigo 171, que deu ao crime sua definição mais perene e ainda em vigor:

---

[32] Os processos penais, como bem já o ressaltou Boris Fausto, constituem "uma fonte cheia de peculiaridades". Não raro, é preciso prestar mais atenção ao que se pode ler nas *entrelinhas* do que nas *linhas* de seus documentos: é o caso, por exemplo, dos depoimentos de acusados, vítimas e testemunhas tomados nas delegacias – ocasiões em que a liberdade do discurso falado é engessada nas fórmulas de redação de um jargão policial freqüentemente esquemático, pobre e repetitivo. Pode-se perceber que, muitas vezes, as duas vozes – a de quem presta o depoimento e a de quem o registra – chegam a competir abertamente entre si, gerando um curioso (e por vezes algo cômico) efeito de dissonância. Essa procura pela tradução da fala dos depoentes em formatos compatíveis com as formalidades policiais e jurídicas, naturalmente, atenderia ao objetivo de conferir "objetividade" ao processo de reconstituição dos "fatos", em prática que foi bem analisada por Fausto: "Na sua materialidade, o processo penal como documento diz respeito a dois 'acontecimentos' diversos: aquele que produziu a quebra da norma legal e um outro que se instaura a partir da atuação do aparelho repressivo. Este último tem como móvel aparente reconstituir um acontecimento originário, com o objetivo de estabelecer a 'verdade' da qual resultará a punição ou a absolvição de alguém. Entretanto, a relação entre o processo penal, entendido como atividade do aparelho policial-judiciário e dos diferentes atores, e o fato considerado delituoso não é linear, nem pode ser compreendida por meio de critérios de verdade. Por sua vez, os autos, exprimindo a materialização do processo penal, constituem uma transcrição/elaboração do processo, como acontecimento vivido no cenário policial ou judiciário. Os autos traduzem a seu modo dois fatos: o crime e a batalha que se instaura para punir, graduar a pena ou absolver". Daí o curiosíssimo resultado dos rituais policiais e jurídicos que, em seu esforço racionalizador para atingir o que seria o *factual,* acabam produzindo algo que se aproxima do *ficcional,* como destacou o mesmo Boris Fausto em sua penetrante observação de que "ao tentar introduzir uma ordem nos documentos [*de um processo*] acabamos por perceber que eles próprios são em grande medida obra de ficção, aberta à imaginação de quem os lê": cf. *Crime e Cotidiano - A Criminalidade em São Paulo (1880-1924),* pp. 30-40.

> Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.[33]

Casos em que os réus não se conformaram com as decisões proferidas e recorreram contra as sentenças que os condenaram deram origem um outro conjunto documental de grande interesse para nós. As apelações formalmente apresentadas provocaram discussões, com suas argumentações e contra-argumentações, em novas instâncias do judiciário, e as decisões finais estavam destinadas a constituir jurisprudências capazes de orientar o enquadramento de eventuais casos semelhantes no futuro. Tais desdobramentos, que davam a conhecer tanto episódios concretos de golpes aplicados nas ruas paulistanas quanto as maneiras como estes eram encarados pela interpretação jurídica corrente, terminavam nas páginas de publicação particular dirigida ao público especializado, a *Revista dos Tribunais,* cujos exemplares tivemos a oportunidade de consultar na Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Mais coloridas em seu linguajar sempre peculiar, ainda que em geral não tão detalhadas quanto as fontes anteriores, as matérias publicadas na imprensa a respeito da atuação dos vigaristas em São Paulo também constituíram mananciais valiosos de informações para este estudo. Colocadas, naturalmente, nas páginas policiais de cada periódico, tais matérias podiam se resumir a uma simples notícia a respeito de algum golpe aplicado no dia anterior ou, no outro extremo, se estender em reportagens especiais cuidadosamente elaboradas – pode-se mencionar, como exemplo do segundo caso, a série "Perfis de Delinqüentes", assinada pelo repórter policial Willy Aureli e publicada entre março e outubro de 1934 na *Folha da Noite,* que dedicou os primeiros seis dos seus dezoito artigos à descrição de diferentes modalidades de conto-do-vigário então em voga em São Paulo. Alguns periódicos revelaram-se mais ricos do que outros, para os propósitos específicos do nosso levantamento e tendo em vista o período por ele enfocado; e foi esse critério de abundância ou míngua em termos de colheita que nos orientou e levou mais freqüentemente à consulta do *Correio Paulistano,* do *Diário Popular,* da *Folha da Manhã* e da *Folha da Noite.* Em menor escala, consultamos também *A Noite* e *O Estado de S. Paulo,* e em muito menor escala o despudoradamente adhemarista *O Dia* e a versão paulistana da *Última Hora,* de Samuel Wainer.[34]

---

[33] Cf. José Antônio Pereira Ribeiro, *op. cit.,* p. 15.

[34] É evidente que, como no caso dos processos penais, é preciso levar em conta as especificidades do noticiário policial paulistano da época enquanto fonte. Isso implica, por um lado, em reconhecer que os periódicos mais expressivos tratavam a criminalidade como um intolerável desvio em relação ao que deveria ser a normalidade da *sociedade disciplinar,* para colocar as coisas em termos foucaultianos: daí um certo discurso de lamento e reprovação que, não raro, acompanhava o noticiário dos episódios policiais da cidade. O crime não representaria outra coisa senão um sintoma agudo da necessidade de implementação de esquemas efetivos de controle social, uma vez que o projeto sustentado por tais periódicos – como já o apontou Maria Helena Capelato – enfatizava a *ordem* como condição básica do *progresso:* cf. *Os Arautos do Liberalismo - Imprensa Paulista, 1920-1945,* p. 72. Por outro lado, cabe lembrar também que, na década de 1930, os jornais paulistanos já disputavam ardorosamente a preferência dos leitores, e que nesse contexto o noticiário policial costumava ser um chamariz eficientíssimo – o que multiplicava a oferta de manchetes algo apelativas e de narrativas marcadas por descrições coloridas, detalhadas e pitorescas.

Houve pelo menos um caso em que esperávamos mais do que obtivemos: o de publicações especializadas como *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo* e *Investigações - Revista do Departamento de Investigações,* ambos editados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo nas décadas de 1940 e 1950. É preciso admitir que não chegamos a realizar levantamentos completos, abrangendo todas as edições desses periódicos; mas naquelas a que tivemos acesso, encontramos pouco que tratasse de alguma forma de trapaças e vigarices – não mais que dois artigos de natureza jurídica discutindo o histórico e as aplicações da definição de estelionato, na primeira[35], e o texto isolado, ainda que de enorme interesse, que fundamenta uma das versões sobre o surgimento da expressão *conto-do-vigário* a que nos referimos acima, na segunda[36]. Tal desapontamento, no entanto, foi amplamente compensado pela descoberta de livro publicado por um inspetor da Guarda Civil de São Paulo, e dedicado exatamente a alertar sobre os golpes então mais freqüentemente aplicados na cidade: trata-se de *Os Vigaristas,* de Antonio Vieira (São Paulo, Arcadas Editora, 1940), um pequeno compêndio a respeito dos meandros da vigarice paulistana.

Essas são, em essência, as principais fontes a partir das quais procuramos reconstituir as ações dos vigaristas atuantes em São Paulo entre 1930 e 1960, e sua apresentação já equivale como que a um convite à discussão de uma problemática que lhe acompanha inevitavelmente – a que tem a ver não apenas com os limites, mas sobretudo com as limitações desta tese. Nunca pretendemos realizar um levantamento completo a respeito do tema que nos ocupa, pelo simples motivo de que não acreditamos que tal tarefa esteja ao alcance do presente estudo; a bem da verdade, não acreditamos que esteja ao alcance de *qualquer* estudo de história que seja. Não há passado que possa ser reconstituído integralmente, logo ensinam a prática e o bom-senso mesmo aos historiadores mais obstinados e ambiciosos; e se tal princípio básico chegasse um dia a precisar de demonstração, poderíamos então oferecer o exemplo deste trabalho como caso típico. Não obtivemos aqui senão o conhecimento de uma pequena parcela do universo feito de golpes, enganos e trapaças a que nos propusemos estudar; e se chegássemos a dar a entender coisa diferente disso, teríamos como resultado não um texto sobre o conto-do-vigário, mas um conto-do-vigário feito texto.

Não seria excessiva, assim, a afirmação de que pesquisar a história da vigarice equivale a lidar com ilhas de informação em meio a um mar de desinformação, e o primeiro dos motivos para isso já foi mencionado aqui. O vigarista experiente lançará mão de um vasto repertório de recursos para apagar todos os rastros capazes de comprometê-lo; se for bem-sucedido, deixará a vítima não apenas com o bolso mais leve, mas também em estado de completa desorientação. Com toda a probabilidade, uma quantidade extraordinária de golpes bem-sucedidos não chegou a ser informada às autoridades policiais ou aos jornalistas – vale dizer, não chegou a produzir

---

[35] Cf. Atugasmin Médici Filho: "Do Estelionato e Outras Fraudes" (junho de 1943, Vol. V, pp. 149-159) e Edgar Magalhães Noronha: "Do Estelionato e Outras Fraudes" (junho de 1950, Vol. XIX, pp. 277-331); ambos publicados na revista *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo.*

[36] Cf. João Leite Sobrinho: "O Conto do Vigário", in *Investigações - Revista do Departamento de Investigações;* fevereiro de 1949, Ano I, Nº. 2, pp. 123-141.

registros que pudessem ser posteriormente consultados pelos historiadores – porque os vigaristas responsáveis por eles conseguiram atingir o ponto de maior requinte em sua área de atuação, ou seja, o de evitar que suas vítimas sequer se soubessem vítimas. Um exemplo, tirado do estudo de M. Allen Henderson sobre a ação dos golpistas norte-americanos, talvez ajude a tornar esta idéia mais clara.

Segundo Henderson, com o advento do telégrafo nos Estados Unidos, tornou-se possível para os entusiastas de corridas de cavalos realizar apostas em páreos realizados à distância – a empresa de serviços telegráficos *Western Union* passou a receber, em seu escritório central em Chicago, os resultados das corridas realizadas em hipódromos de outras cidades e, em seguida, a repassar tais resultados às casas de apostas. Era tido como regra, naturalmente, que tais casas não aceitariam qualquer palpite depois que seus operadores de telégrafo recebessem a comunicação oficial com os resultados dos páreos. Não demorou muito, no entanto, até que inteligências mais ardilosas concebessem formas de fraudar o esquema, naquele que se tornou conhecido como o *Golpe do Fio Dourado*.[37] Para tanto, bastava encontrar na *Western Union* um operador corrupto o suficiente para reter momentaneamente os resultados que recebia, enviando-os primeiro a um comparsa, e só algum tempo depois à casa de apostas – entre um momento e outro, obviamente, o destinatário da informação privilegiada podia jogar altas somas no nome do cavalo vencedor, realizando um investimento sem riscos e de retorno assegurado.

O exemplo a que gostaríamos de nos referir, contudo, não tem a ver com esse golpe, mas com um outro derivado dele. Porque assim que o estratagema começou a se tornar mais ou menos conhecido, inteligências ainda mais ardilosas imaginaram formas de lucrar não exatamente com sua capacidade de aplicá-lo, mas com sua capacidade de *fingir* aplicá-lo. Uma dupla de golpistas de talento destacou-se em tal modalidade: Joe Weil e Billy Wall. O primeiro se encarregava de montar e fazer funcionar uma casa de apostas falsa, da qual se fingia freqüentador; o segundo interpretava o papel de operador de telégrafo da *Western Union*, devidamente disfarçado em um uniforme da empresa. Quando identificava um indivíduo que talvez pudesse envolver com seu palavreado fluente – em geral entre apostadores amadores, mas ansiosos por obter ganhos rápidos, volumosos e ilícitos –, Weil argumentava que podia torná-lo participante do *Golpe do Fio Dourado*, levando-o então para conhecer Billy Wall que, impressionante em seus trajes de funcionário da *Western Union*, concordava em repassar a valiosa informação. Para alguns, a visão e a argumentação tinham efeitos quase hipnóticos; um comerciante chegou a vender seu armazém para aplicar todo o dinheiro em um negócio que lhe parecia infalível. Logo após a realização da aposta na casa montada por Weil, entretanto, uma série de vertiginosos acontecimentos conduzia o golpe a uma abrupta conclusão. Anunciados os resultados, o apostador descobria, perplexo, que havia perdido: a informação privilegiada enviada por Billy Wall indicara, na realidade, o nome de um cavalo derrotado. Em seguida, ele ouvia da boca do próprio Joe Weil o motivo do desastre: acometido por algum mal súbito, o enfraquecido Wall confundira-

---

[37] *The Golden Wire*, no original: cf. M. Allen Henderson, *op. cit.*, pp. 72-73.

se e trocara o nome do cavalo vencedor. Pior ainda: tão grave tinha sido a crise que esta resultara na morte repentina do operador da *Western Union*. E, para prová-lo de maneira inquestionável, Weil levava o apostador ao *velório* do informante – uma encenação tocante em que uma viúva se desfazia em prantos, inconsolável, ao lado do caixão no qual estava colocado o pálido cadáver do marido (na realidade, um boneco de cera com as feições de Billy Wall). Era preciso saber conformar-se com a fatalidade, alegava Weil; o jogador podia ter perdido seu dinheiro, mas o infeliz funcionário perdera bem mais do que isso: perdera a própria vida.[38]

Nas várias ocasiões em que a dupla de espertalhões aplicou o golpe com êxito, os apostadores frustrados certamente saíram da experiência maldizendo sua má sorte, mas sem suspeitar de que haviam sido enganados (aparentemente, Weil decidiu parar de colocar em prática o ardil apenas depois que um destes apostadores deparou com o redivivo Wall circulando tranqüilamente pelas dependências de um hipódromo)[39]. Se Joe Weil e Billy Wall, bem como outros golpistas que passaram a reproduzir a trama, não tivessem de certa forma abusado da sorte, colocando-a em execução com freqüência maior do que a recomendada pela prudência, o golpe bem poderia jamais ter sido desvendado – suas vítimas nunca chegariam a descobrir-se vítimas e os acontecimentos sequer se tornariam de conhecimento público. É de se supor que vigaristas mais cautelosos tenham conseguido atingir tal grau de dissimulação em grande número de casos, inclusive na São Paulo das décadas de 1930, 1940 e 1950; assim sendo, temos aqui exemplo de um passado virtualmente irrecuperável.

Há uma outra ordem de razões que restringe significativamente a possibilidade de conhecimento do tema abordado por esta tese. Em outros tantos casos, aqueles que são enganados acabam por adquirir, por fim, a pungente consciência de que se tornaram vítimas de tramóias bem armadas, mas tampouco procuram a polícia ou a imprensa para reclamar do fato – com isso interrompendo, como já vimos, os circuitos pelos quais tais acontecimentos poderiam chegar a ser posteriormente conhecidos. Há dois motivos básicos para isso. Um deles é absolutamente banal: a *vergonha*. Para muitas pessoas, tão ou mais penosa do que a perda patrimonial ou financeira é a humilhante admissão de que foram ludibriadas por artimanhas que, depois de compreendidas, parecem tão primárias. Para elas, a idéia de entrar em uma delegacia de polícia e narrar episódio que lhes reserva o pior papel – o de embromadas – pode vir a ser intolerável: o orgulho ferido recomenda que se suporte em silêncio o prejuízo sofrido. Já o segundo motivo é menos inocente: ele envolve a *culpa*. É enorme a quantidade de golpes que se fundamentam em um mecanismo de inversão, pelo qual a vítima, imaginando-se enganadora, descobre-se, no final das contas, enganada. O golpe aplicado por Weil e Wall, descrito acima, apresenta um exemplo típico: o apostador que se julgava possuidor de uma informação obtida ilicitamente *também* agia de maneira censurável – sua intenção era a de espoliar o que

---

[38] Cf. M. Allen Henderson, *op. cit.*, pp. 72-74. Uma versão da trapaça é apresentada – com as devidas liberdades cinematográficas, evidentemente – no filme *Golpe de Mestre* (*The Sting;* EUA, dir. George Roy Hill, 1973).

[39] *Ibidem*, p. 74.

acreditava ser uma casa de apostas por meio de uma manobra desonesta. Como poderia ele, caso desconfiasse do episódio, procurar as autoridades e reclamar de que não conseguira fazê-lo? Queixar-se à polícia de ter sido trapaceado na tentativa de executar uma trapaça não é lá atitude das mais perspicazes; esta é outra situação em que o melhor é silenciar a respeito do prejuízo levado com o estoicismo possível. Na realidade, no período de que trata esta tese, tão grande era o número de casos em que os golpistas manobravam com a má-fé daqueles a quem engambelavam que chegou a entrar em pauta na discussão sobre o crime de estelionato, desenvolvida entre eminentes juristas brasileiros, a tese da chamada *torpeza bilateral,* de acordo com a qual em tais casos vigaristas e vítimas deveriam ser considerados igualmente culpados. Voltaremos à questão na parte final desta tese; por ora, basta registrar que uma discussão dessa natureza não teria sentido se o volume de golpes que indicavam intenção dolosa por parte dos próprios prejudicados não fosse extremamente significativo.

Não são desprezíveis os motivos pelos quais informações a respeito de golpes aplicados no passado podem acabar por desaparecer, portanto – ignorância, por parte de algumas vítimas, de que seu prejuízo resultou da ação de vigaristas; constrangimento, por parte de outras vítimas, de reconhecer a ingenuidade com que se deixaram enganar; dificuldade, por parte de outras vítimas ainda, de comunicar fatos que, de alguma maneira, também as comprometem. Há um quarto motivo pelo qual a realidade enfocada pelo presente trabalho não pode ser reconstituída em sua inteireza; e, ironicamente, ele é inverso aos três primeiros. Isso ocorre porque, ainda que parte dos possíveis registros de tal passado se perca inevitavelmente, outra parte sobrevive; e esta acaba por constituir volume de material de tal magnitude que a simples idéia de localizá-lo e consultá-lo em sua totalidade parece simplesmente absurda. Para mencionar um exemplo em relação às fontes citadas acima, entre 1950 e 1960 foram registrados na cidade de São Paulo aproximadamente 10.300 indiciamentos policiais com base no Artigo 171 do Código Penal;[40] e mesmo levando em conta que nem todos eles chegaram a gerar processos judiciais, certamente temos aí um conjunto documental inteiramente fora do alcance das possibilidades de consulta de um pesquisador individual. O mesmo se pode dizer em relação aos jornais a que recorremos, em outro exemplo: apenas a leitura detalhada de cada uma de suas edições, publicadas diariamente ao longo dos 31 anos cobertos por este estudo, poderia garantir que *todas* as notícias ali presentes sobre contos-do-vigário foram levadas em conta. Tal leitura obsessiva, obviamente, não foi realizada.

Tudo isso significa que este estudo, por maior que tenha sido o esforço empregado para sua realização, tem limitações significativas e não abrange senão um fragmento da realidade pretérita que procura colocar em tela – como ocorre, aliás, com *todos* os trabalhos na área de História. Não cabe, portanto, continuar a insistir na questão epistemológica da impossibilidade da

---

[40] O mau estado de conservação de alguns dos Livros de Registro de Distribuição Criminal, nos quais eram anotados tais indiciamentos, impediu que pudéssemos identificar o número exato. Este, contudo, não deve ser muito diferente daquele a que chegamos em nossa contagem: 10.330. Tais livros encontram-se atualmente sob a guarda dos Arquivos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

apreensão integral de um objeto, e sim partir para tarefa mais útil, a saber, a de cumprir o dever de explicitar as *decisões* que orientaram a elaboração do presente texto. Afinal, como já o afirmava Lucien Febvre, "toda história é escolha"[41]; entre uma multiplicidade de caminhos possíveis, um único foi seguido: motivo suficiente para que procuremos justificá-lo.

O estudo das fontes documentais a que tivemos acesso revelou grande quantidade de golpes em aplicação no período de que nos ocupamos; ainda assim, nas páginas seguintes, trataremos apenas de parte deles, o que envolve forçosamente a existência de critérios de inclusão e de exclusão. O mais importante destes critérios tem ligação com o princípio teórico que gostaríamos de colocar em destaque, ou seja, o de que há relação muito próxima entre os enredos que fundamentam os contos-do-vigário e os imaginários vigentes nas sociedades em que eles são aplicados. Foi por esse motivo que priorizamos em nossa seleção aqueles golpes cujas encenações apresentassem maior riqueza, complexidade, elaboração: entre a passagem de um cheque sem fundo e a aplicação de uma trama como a do *Conto do Bilhete Premiado* – ações igualmente enquadradas como crimes de estelionato pela interpretação jurídica então corrente – , é no segundo caso que podemos visualizar com maior clareza o minucioso trabalho de manipulação de valores e expectativas para o qual desejamos chamar a atenção. Isso não significa que seja impossível tratar de tal trabalho de manipulação usando como exemplos os casos de fraude pela passagem de cheques sem fundos; mas significa que, entre uma opção e outra, foi feita uma escolha consciente pela alternativa que pareceu melhor atender ao nosso propósito. Diversas outras escolhas dessa natureza foram realizadas.

Nosso método de trabalho, assim, consistiu na realidade em desenvolver *duas frentes de pesquisa* simultâneas e complementares: a primeira tinha a ver com o estudo da vida paulistana entre 1930 e 1960, e a segunda com o levantamento dos golpes aplicados entre os paulistanos entre 1930 e 1960. Como esperávamos, uma quantidade enorme de pontos de contacto surgiu entre uma frente e outra, em indicações claras sobre quais eram os casos em que valia a pena procurar o aprofundamento: naqueles em que mais evidentemente São Paulo explicava os golpes e os golpes explicavam São Paulo. Foi desta forma que os conteúdos incluídos neste estudo foram, pouco a pouco, se definindo: aspectos da psicologia social e do cotidiano paulistano no período em tela, por um lado; golpes que se baseavam em tais aspectos para se viabilizar, por outro: dos vínculos entre uns e outros resultaram agrupamentos temáticos nítidos o suficiente para independerem-se em capítulos com existências próprias. O texto aqui oferecido à leitura procede de tais operações de seleção e correlação; trata-se ele mesmo de uma construção, evidentemente. Não será excessivo ressaltar, portanto, que não temos aqui *a história* dos contos-do-vigário na São Paulo de 1930 a 1960, mas *uma história* dos contos-do-vigário na São Paulo do período: muitas outras poderiam ser escritas. Quanto a esta, resta esperar que ela possua a capacidade de sustentar a si própria e de aspirar àquele mínimo que se deve exigir de um trabalho de História: interesse e, na medida do possível, coerência.

---

[41] Lucien Febvre, *Combates pela História*, vol. I, p. 23.

III

O que foi exposto acima talvez já tenha sido suficiente para situar este trabalho no campo teórico ao qual ele procura se filiar, o da chamada História Cultural. Será, com efeito, a partir de uma de suas idéias centrais que procuraremos enquadrar nosso objeto de estudo – a de que a realidade social é organizada com base em parâmetros culturais, o que implica tomar em especial consideração a questão da variabilidade das diversas formações históricas surgidas ao longo do tempo e do espaço. Daí a afirmação de Chartier, de acordo com a qual o principal objetivo da História Cultural seria o de "identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler."[42]

Nossa atenção volta-se para isso e para algo que decorre disso: para as maneiras pelas quais certos aspectos da realidade são simulados para oferecer à vista leitura deliberadamente enganosa. Dir-se-ia que é de tal ilusão de ótica que vive o vigarista: da capacidade de elaborar uma representação da representação, de fazer triunfarem os signos como hipotéticas provas da existência do que não existe a não ser em idéia. Ou talvez se possa afirmar que no golpe bem executado a representação ganha uma efêmera vida própria para bastar-se a si mesma, divorciando-se de seu suposto dever de fidelidade para com um real a ser representado e criando um mundo virtual regido por regras e prazos de validade particulares.

O que importa, para os propósitos do vigarista, é que esse mundo seja *convincente:* que tenha força de persuasão bastante para envolver quem deve ser envolvido e, por meio disso, espoliado. Ora, uma abordagem baseada na História Cultural não pode deixar de enfatizar que força dessa natureza só pode se originar da adequação do golpe para com o quadro cultural próprio do momento histórico em que ele é aplicado – caso contrário, a tentativa de engano provavelmente resultaria em uma pantomima deslocada, ridícula e, o que é ainda pior para o golpista, inteiramente ineficaz. Se a realidade social é culturalmente constituída, as práticas de ilusão que têm lugar em seu seio forçosamente também o serão; o conto-do-vigário é, como qualquer outra criação, filho do seu próprio tempo.

Para dizê-lo de outra forma, o conto-do-vigário não apenas tem história: ele também reflete a história. Ele se organiza e se viabiliza a partir de enredos que manobram com crenças e convicções, esperanças e medos, conceitos e preconceitos – em uma palavra, com *mentalidades.* O primeiro princípio básico que procuraremos sustentar e demonstrar nos capítulos seguintes deriva precisamente daí: não se pode entender um golpe senão à luz do conhecimento das

---

[42] Roger Chartier: *A História Cultural - Entre Práticas e Representações*, pp. 16-17.

construções mentais coletivas em que ele se apóia e das quais se alimenta. Enfocar o conto-do-vigário como objeto histórico envolve tomar como questão central a relação pela qual *golpes* e *mentalidades* espelham um ao outro: se não prestarmos atenção a isso, teremos como resultado uma história superficial e desconexa, baseada em relatos mais ou menos anedóticos de como no passado as pessoas eram enganadas porque eram enganadas, ou porque sua ingenuidade, aparentemente, excedia todos os limites imagináveis. Gravíssimo seria o anacronismo que adviria dessa forma de encarar as coisas – até porque o indivíduo que se limita a rir da credulidade das vítimas de ontem talvez não se dê conta dos ardis que podem estar em andamento para torná-lo a vítima de hoje.

A presença de um tal anacronismo, baseado em um sentimento de superioridade de uma época em relação a outra, teria efeitos desastrosos para este trabalho. Porque atribuir o sucesso dos contos-do-vigário unicamente à ingenuidade de suas vítimas – como é do gosto de um certo discurso policial – encobriria o aspecto que mais importa destacar aqui, ou seja, o de que o vigarista que domina seu ofício sabe colocar em funcionamento poderosíssimos mecanismos de convencimento, exatamente porque muito bem enraizados nas mentalidades vigentes. Quando um golpe atinge semelhante estágio de sintonia, apelando ao imaginário e tocando os corações e as mentes daqueles a quem pretende iludir, pode se tornar praticamente irresistível. Em contrapartida, quando já não o faz, ancorando-se em mentalidades em declínio ou em desuso, se torna obsoleto e é obrigado a ceder lugar a arapucas mais atualizadas para com os novos contextos culturais emergentes. De certa forma, era a isso que se referia João Leite Sobrinho em sua explicação dos motivos pelos quais o velho golpe da carta do cura espanhol – descrito por Vicente Reis e apresentado acima – já não funcionava mais na época em que ele escrevia, o final da década de 1940:

> Hoje, conto do vigário é todo logro de que se é vítima sob a promessa de tentadora recompensa, de origem suspeita. Os padres já não entram mais nas histórias e estas também não podem ser contadas de vagar, em forma de correspondência epistolar, que os velhos navios traziam como românticas mensagens – longas, retóricas e cheias de mistério. Os "contos" atualmente, para que obtenham êxito, devem ser "passados" rapidamente, com desfecho quase imediato. Uma autêntica história de quadrinhos, com fios de telefone cortados, rádios quebrados e "mocinhos" salvadores de pés e mãos atados. Nenhuma interferência não prevista, nenhum pormenor desnecessário e, principalmente, nenhuma oportunidade para o herói consultar relógio, papéis ou amigos. O tempo, com os modernos sistemas de comunicação e divulgação, conspira contra o vigarista, obrigando-o a representar "sketchs" relâmpagos.[43]

A vida em ritmo acelerado do grande centro urbano, que traz consigo valores culturais, formas de sociabilidade e hábitos cotidianos diversos dos anteriores, obriga os contos-do-vigário a

---

[43] João Leite Sobrinho, *op. cit.*, pp. 123-124.

passarem por transformações correspondentes: claramente, aqui, inadaptação equivale a ineficiência. Mas há outro aspecto da análise do delegado Leite Sobrinho para o qual é preciso chamar a atenção, o de que a nova realidade força o vigarista a colocar em andamento "'sketchs' relâmpagos": comentário análogo ao do juiz Atugasmin Médici Filho, que em artigo publicado alguns anos antes definira o meio enganador pelo qual se efetiva o estelionato como uma verdadeira *"mise-en-scène"*.[44]

O que torna ambas as observações especialmente significativas é o emprego do vocabulário teatral. Porque é precisamente nesse ponto que procuraremos firmar um segundo princípio básico a ser sustentado e demonstrado nos capítulos que se seguem, a saber, o de que o conto-do-vigário pode ser tomado como uma autêntica *dramaturgia*, dentro da qual o vigarista desempenha simultaneamente as funções de autor e ator de uma encenação cuidadosamente concebida e posta em execução, na maior parte das vezes, em plena rua. Talvez em nenhum outro caso a meta de eliminar as distâncias que separam intérpretes e espectadores – como visaram importantes tendências do teatro contemporâneo, a exemplo do *Living Theater* de Julian Beck e do *Teatro-Laboratório* de Jerzy Grotovski – tenha sido atingida de maneira tão plena. O conto-do-vigário aplicado com êxito opera a mágica pela qual o espectador deixa de ser espectador para se transformar, também ele, em intérprete: se devidamente envolvida, a vítima assumirá o papel que lhe cabe na trama, adotando as reações que se esperam dela e que resultarão no seu próprio prejuízo. O indivíduo enganado pelas cartas do cura espanhol e da órfã rica e desamparada, para citar um exemplo, incorporava a personagem do destemido salvador disposto a reparar injustiças e de, eventualmente, ser recompensado por tanta nobreza; ele era levado a seguir, passo a passo, as indicações de um *script* pré-existente e que sinalizava final feliz. Os poderes de encantamento dessa mágica como que se desfazem em diabólica bruxaria, naturalmente, quando a vítima se dá conta de que a sua involuntária performance corresponde exatamente ao que desejam seus companheiros de cena, na realidade escroques cujo objetivo não é outro senão o de lesá-la.

O autor desta tese espera que não seja entendido como apologia ao crime o comentário de que para colocar em execução engodos dessa natureza é preciso muito mais do que oportunismo e sangue-frio – é preciso *talento*. Não se pode deixar de registrar que o êxito dos que se aventuram na prática do conto-do-vigário depende de habilidades incomuns; senão, vejamos. Antes de mais nada, é preciso dispor de uma boa trama a ser exibida aos olhos de quem se quer transformar em vítima, com tudo o que isso implica: um enredo consistente, por mais fantástico que seja; personagens críveis, apesar da rapidez com que são concebidos; um desenrolar narrativo envolvente, ainda que seu andamento não tenha outro objetivo senão o de culminar com a efetivação do logro. E mesmo que tal trama não seja de autoria do vigarista que a aplica – e normalmente não o é – , sempre serão necessários ajustes e adaptações para ambientá-la apropriadamente às particularidades de cada ocasião: tarefa que exige criatividade e capacidade

---

[44] Atugasmin Médici Filho: "Do Estelionato e Outras Fraudes", in *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*. São Paulo, Secretaria de Estado da Segurança Pública, junho de 1943; Vol. V, p. 153. O autor era então Juiz de Direito em Caconde, no Estado de São Paulo.

de observação. Tampouco é trivial a tarefa de escolher a vítima potencial a quem se tentará iludir; muitas vezes é preciso, aqui, um discernimento especial para saber distinguir a um relance, entre a massa aparentemente indistinta da multidão, a pessoa mais propensa a tomar como real o irreal que lhe será exposto. E se tudo isso for feito com acerto, é chegada então a hora em que o vigarista e seus comparsas deverão recorrer a seus poderes de desempenho cênico, em atuações, convém destacar, marcadas por uma agilidade extraordinária. Porque o exercício que provavelmente nem todos os atores profissionais teriam capacidade de enfrentar – o do *improviso contínuo* – é prática comum para o vigarista. A encenação que ele coloca em andamento a partir da abordagem da possível vítima é montada em torno de situações básicas, mas não comporta a segurança dos diálogos fixos e das cenas previamente ensaiadas: a depender das reações da pessoa abordada, a dramaturgia ganha dinâmica própria e é necessário saber levar adiante a interpretação em cada uma das suas possibilidades de desenvolvimento. A personagem, para lembrar Stanislavski, tem que ser construída com solidez e maleabilidade suficientes para resistir incólume a toda essa gama de variação, do início ao fim da encenação.

Até porque – se não constituir impertinência insistir na comparação – o eventual fracasso cobra preços bem distintos para o ator teatral e o vigarista de rua: as vaias e as críticas ferinas, desagradáveis que sejam para o primeiro, são vicissitudes relativamente amenas em confronto com as perseguições policiais e os períodos de encarceramento reservados ao segundo. Ao vigarista, não resta alternativa senão aplicar-se em um desempenho tão realista quanto possível, posto que qualquer momento de desatenção – um gesto que pareça falso, uma expressão facial que saia de controle, um olhar que revele hesitação – pode resultar na queda da máscara e na sua ruína. Um golpe bem-sucedido é também, ou talvez principalmente, um autêntico triunfo da capacidade de colocar em andamento interpretações convincentes; não se pode deixar de imaginar – em um último comentário talvez impertinente – quantas revelações não poderiam ter surgido nos palcos brasileiros se suas vocações dramáticas tivessem encontrado outro espaço de desenvolvimento e expressão que não as ruas.

Seja como for – e para tentar resumir os pontos principais acima expostos –, o presente trabalho parte do princípio de que o conto-do-vigário apela para as mentalidades e os imaginários vigentes para criar tramas plausíveis, e do princípio correlato de que tais tramas são expressas na forma de teatralizações capazes de envolver a quem se procura enganar. É importante salientar que este não é um estudo sobre os criminosos que se especializaram nessas práticas, mas sobre as encenações de que se valeram e os papéis que interpretaram dentro delas. É isso que justifica seu título: coloca-se aqui em destaque os *contos* – vale dizer, os enredos – e os *vigários* – ou seja, as personagens. Tal abordagem, em outras palavras, tem como preocupação principal identificar as criações de ficção apresentadas e representadas pelos vigaristas e os motivos que levaram suas vítimas a acreditarem nelas, nesse jogo feito de enganos e de desenganos, de ilusões e de desilusões. Porque, no final das contas, talvez se possa argumentar que o golpe fale menos a respeito do vigarista do que da vítima.

São esses os fundamentos teóricos por meio dos quais pretendemos enfocar o conto-do-vigário enquanto objeto histórico. Não seria possível fazê-lo com propriedade, evidentemente, sem levar em conta as possibilidades de enquadramento oferecidas por outro domínio ainda, o da História das Mentalidades, em particular a partir dos exemplos que esta apresenta da relação entre concepções e ações. Aquele que talvez tenha sido seu maior expoente, Phillipe Ariès, enuncia tal ensinamento já no título de seu trabalho mais conhecido: *O Homem Diante da Morte* não é apenas um estudo das representações mentais a respeito da morte na cultura ocidental, mas também – e em especial – das *atitudes* em relação a ela.[45] Entre o final encarado como destino que chega ao seu devido tempo e sob o olhar de toda a comunidade, pertencente a uma época, e o desaparecimento tido como derrota derradeira dos poderes da ciência médica e confinado ao isolamento do hospital, pertencente a outra, há diferença de sensibilidade e também de comportamento – se ao primeiro caso corresponde postura de piedosa resignação, ao segundo corresponde disposição de inconformada resistência.

Decorre daí que a variação em termos de mentalidades implica igual diversidade no que se refere às possibilidades de conduta: ao falar em outro texto sobre alguns dos contrastes comportamentais entre os europeus do século XVI e os do século XX, o mesmo Ariès concluiu que "certas coisas, portanto, eram concebíveis, aceitáveis, em determinada época, em determinada cultura, e deixavam de sê-lo em outra época e numa outra cultura."[46] O interesse de tal discussão para esta tese é evidente; porque se o conto-do-vigário procura ancorar-se em mentalidades para provocar comportamentos, como queremos demonstrar, então temos aí os principais fatores que determinam suas modificações ao longo do tempo. Torna-se claro que a variabilidade de suas manifestações está ligada aos próprios processos de transformação material e cultural das sociedades em que ocorre; de certa maneira, era a isso que se referia o já citado M. Allen Henderson em seu comentário de que "a cada avanço tecnológico ou mudança na opinião pública, novos golpes brotam como cogumelos depois de uma chuva de verão".[47]

Em alguns casos, isso pode ser facilmente demonstrado. A disseminação do uso dos cartões magnéticos para a efetivação de operações financeiras inspirou a criação de uma infinidade de golpes, da mesma forma que outras práticas cujo surgimento, vale lembrar, equivale tanto à adoção de novos recursos tecnológicos quanto de novas relações culturais: a realização de transações comerciais e bancárias por meio da *internet*, para citar outro exemplo, abriu tantas possibilidades e estimulou de tal maneira a criatividade dos vigaristas de todas as latitudes que a variedade de ardis e fraudes decorrentes se tornou muito maior que a capacidade de acompanhamento por parte das forças policiais (até porque nessa área as inovações aparecem a cada dia). E no entanto, é exatamente no momento seguinte ao da apresentação de tais exemplos que é preciso alertar para o fato de que temos aqui terreno extremamente traiçoeiro, no qual não

---

[45] Cf. Phillipe Ariès: *O Homem Diante da Morte*. Edição brasileira publicada em dois volumes pela Livraria Francisco Alves Editora (Rio de Janeiro, 1982; tradução de Luiza Ribeiro).
[46] Phillipe Ariès: "A História das Mentalidades", *in* Jacques Le Goff (org.): *A História Nova*, p. 154.
[47] M. Allen Henderson, *op. cit.*, p. 67 (tradução nossa).

se pode caminhar a não ser com enorme prudência e cautela. Porque a pior das conclusões que poderia resultar do que foi dito acima é a de que há alguma lei ou regra geral determinando a substituição periódica de golpes velhos por golpes novos, como se uns pertencessem a uma geração que se retira e outros a uma geração que passa a ocupar seu espaço.

Para verificar que as coisas, em absoluto, não se passam dessa maneira, basta olhar em perspectiva a variedade de ardis em aplicação em um momento histórico dado. O que provavelmente se verá é o curiosíssimo espetáculo da *convivência* de golpes antigos com golpes recentes, para não falar nos esquemas que se apresentam como versões recentes de golpes antigos. Os anos da década de 1990, nos quais surgiram tantas formas de sofisticadas fraudes eletrônicas, assistiram também à permanência do chamado *Conto da Pirâmide* – uma trama que examinaremos com certo detalhe mais à frente – , tanto em seu formato original, datado de meados da década de 1930, quanto em suas muitas versões e recriações desenvolvidas dali em diante. Ora, se golpes espelham mentalidades, não haveria certa contradição em tal coexistência de trapaças novas e velhas? Não, e por motivo bastante simples: em geral, o conjunto de construções mentais próprio de uma época e lugar não constitui um todo homogêneo e unívoco, e sim um mosaico muito mais complexo do que se poderia imaginar em princípio. Certamente haverá mentalidades dominantes, ou que assim procuram se afirmar; mas nem por isso outras mentalidades, divergentes destas, deixarão de se fazer presentes e operantes. O espaço social, adverte Chartier, é a arena dentro da qual se dá o permanente embate entre diferentes representações: é por isso que ele as supõe "como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação".[48]

A cidade de São Paulo entre 1930 e 1960, com suas transformações vertiginosas que freqüentemente desconcertavam aqueles que as vivenciavam, certamente constituía cenário privilegiado para os mais fervilhantes embates do gênero. Não foi por outro motivo que escolhemos o período para estudo: nele pode-se verificar nitidamente o quanto tal ambiente feito de contrastes culturais era propício tanto para a permanência e a recriação de golpes antigos quanto para o surgimento e a disseminação de golpes novos. Qualquer que fosse o caso, o que importava aos grupos de vigaristas que operavam na cidade era encontrar vítimas sensíveis aos signos do logro específico que colocavam em andamento. Era óbvio, ao simples olhar a uma multidão cada vez maior e mais diversificada, que nem todo mundo podia ser enganado da mesma forma: valia nesse caso a velha máxima de pescador segundo a qual a cada tipo de peixe deve corresponder um tipo de isca.

Isso não significa, evidentemente, que os golpes aplicados em São Paulo no período eram exclusivos da cidade, até porque a maior parte das mentalidades e dos imaginários em que eles se apoiavam também se fazia presente, em maior ou menor grau, em outros lugares – muitos golpes, aliás, eram *importados* de outras cidades brasileiras e mesmo do exterior. O que é natural,

---

[48] Roger Chartier, *op. cit.*, p. 17.

uma vez que se por um lado São Paulo vinha construindo uma cultura com feições próprias, dotada de certo grau de unidade em sua extrema heterogeneidade, por outro o fazia exatamente recolhendo contribuições vindas de todas as partes. O que provavelmente particularizava São Paulo como meio mais propício para a ação dos vigaristas era outro fator, o de que as possibilidades para a aplicação de golpes em suas ruas se ampliavam na mesma proporção de sua expansão urbana e populacional. Ao se tornar como que o paradigma cultural e material da metrópole moderna que cresce incessantemente – o que ocorreu principalmente no período aqui colocado em tela –, São Paulo se transformou também em um *habitat* especialmente favorável para a proliferação do conto-do-vigário: pela variedade de públicos que passou a oferecer para diferentes encenações, pela multiplicidade de palcos em que tais encenações podiam ser montadas e, sobretudo, pela possibilidade da *repetição cotidiana* das tramas que se revelassem mais eficazes.

E talvez esteja aí, afinal, uma explicação plausível não exatamente para a origem da expressão *conto-do-vigário,* mas para sua adoção generalizada. Ela expressava algo novo em termos históricos; algo de distinto do que se conhecia até então em matéria de práticas de engano. Até o século XIX, brasileiros e portugueses recorriam em geral a outra expressão, quando a questão era a de designar práticas dessa natureza: *burla* – vocábulo, aliás, que servia tanto para o linguajar corriqueiro quanto para a nomenclatura jurídica, posto que era empregado nas Ordenações Filipinas (Livro 5°, item 65) e no Código Criminal do Império (Artigo 264) para definir o que depois seria chamado de *estelionato.*[49] Mas como estabelecer as diferenças entre o que se entendia por *burla* e o que se passou a entender por *conto-do-vigário?* Talvez um exemplo da primeira ajude a revelar, pelo contraste, em que ela se distingue do segundo; e para apresentá-lo, podemos recorrer a autor aqui já citado antes. Em *Factos e Memorias* – obra em que oferecia sua versão do surgimento do neologismo *conto-do-vigário,* como vimos acima – Mello Moraes Filho dedicava-se também a compor pequenos painéis descritivos de um Rio de Janeiro que não existia mais nos dias em que escrevia, no início do século XX. Em tais cenários passados e lembrados com indisfarçável nostalgia, um indivíduo, em especial, destacava-se como a encarnação da figura do trapaceiro de outrora: o *Maranhense,* a quem o autor conhecera pessoalmente, já relativamente idoso e aposentado, quase quatro décadas antes da publicação de seu livro. "Homem talhado para seu tempo e para seu meio", escreve Moraes Filho, "o Maranhense fez sua evolução no Rio de Janeiro quando a confiança predominava entre os pacatos habitantes, e que se podia sem receio dormir a portas abertas".[50]

Várias teriam sido as façanhas desse "trampolineiro de escolha"[51] em seus distantes dias de glória; para os nossos propósitos, no entanto, bastaria registrar apenas uma delas – e o melhor é fazê-lo por meio das palavras do próprio Mello Moraes Filho:

---

[49] Cf. José Antônio Pereira Ribeiro, *op. cit.,* p. 69. A expressão *estelionato* passou a ser usada pelo Código Penal de 1890, no seu artigo 338.
[50] Mello Moraes Filho, *op. cit.,* p. 32.
[51] *Ibidem,* p. 33.

> Planejando o comparecimento em uma reunião, ajustou o nosso herói em um alfaiate à rua do Ouvidor um terno de casaca, pelo custo de cem mil réis. Depois de prová-lo, prometido para o sábado imediato, na manhã aprazada encomendou na confeitaria fronteira trezentos pastéis, e que lhe fossem remetidos naquela mesma noite.
>
> Ainda não eram duas horas quando, acompanhado de um moleque para levar-lhe a roupa, se apresenta na alfaiataria. No ato de pagar, porém, corre as algibeiras, perturba-se, assusta-se, desculpa-se de esquecimento, aparenta-se roubado e resolve por fim:
>
> – Não quer dizer nada, meu amigo. O Deroche, ali da confeitaria, está me restando trezentos mil réis, que ficou de me dar logo mais. Com sua licença... já volto.
>
> Nisso, barafustando pela confeitaria e saindo apressado, tornou à deixada loja, assomando pronto à porta de seu estabelecimento o conceituado e grave confeiteiro.
>
> Nesse interim, o moleque, previamente industriado, suspende à cabeça a bandeja com a fatiota, e ele, adiantando-se com o mestre alfaiate, fala para defronte:
>
> – Olhe, sr. Deroche, dos trezentos, cem aqui para este senhor.
>
> E, seguido do moleque, desapareceu.
>
> Horas depois, atencioso caixeiro, portador de um embrulho de pastéis, transpõe a oficina, cujo dono, se apercebendo instantâneo do logro, os devolve, e passeando desesperado, coçando a cabeça e trincando os dentes, com segurança combinada e refletida, afirmava:
>
> – Não há dúvida, foi o Maranhense... foi o Maranhense...
>
> A notícia espalhou-se, e os comentários entretiveram galhofeiros grupos, e as vozes populares transmitiram por longos decênios a narrativa da esperteza.[52]

Eis um exemplar representativo do que se poderia classificar como burla: um estratagema extremamente engenhoso, posto em execução com precisão e habilidade, e que podia eventualmente render mesmo certa fama a seu autor; e no entanto, senão de todo irrepetível, dificilmente aplicável uma segunda ou uma terceira vez na mesma comunidade, não apenas porque a notícia de sua prática deixava a todos de sobreaviso, mas também porque tirava partido de fatores – a estratégica posição de vizinhança entre a alfaiataria e a confeitaria, por exemplo – que raramente poderiam ser encontrados novamente. Em geral produto de uma inspiração que se esgotava em sua própria realização, a burla era como que a trapaça executada em sua forma artesanal. O conto-do-vigário, por sua vez, tornar-se-ia a trapaça aplicada com sistematicidade comparável à da escala industrial. Ele pertence a outra época e a outra realidade social; reprodutível com freqüência cotidiana, versátil o suficiente para ser levado de um canto a outro, multiplicável entre novos praticantes, o conto-do-vigário – qualquer que tenha sido o primeiro *conto* e quem quer que tenha sido o primeiro *vigário* – encontrou suas melhores condições de desenvolvimento na era da produção em massa e na atmosfera agitada do centro urbano. A São Paulo das décadas de 30, 40 e 50 do século XX tornar-se-ia ambiente particularmente propício para sua proliferação.

---

[52] *Ibidem*, pp. 34-35.

Capítulo 1

Dona São Paulo de Piratininga

Dona São Paulo de Piratininga é o tipo da nova rica. A lavoura e a indústria em dois tempos a fizeram milionária. Dormiu pobre um dia e acordou cheia de cobres no outro. Desde então deu para se enfeitar.

Tem gasto um dinheirão surdo em berloques e vestidos de seda. Dos mais caros que há na praça. E quanto mais vistosos melhor. Está hoje que nem mulher de turco falido. Toda cheia de coisas de ouro e brilhantes pelo peito, pelas mãos, pelo pescoço, pelas orelhas. E chapéu de plumas bem grandes. E pulseira-relógio da Casa Michel.

Daqui a pouco junta moleque atrás dando vaia. Eu ajudarei.

António de Alcântara Machado, em crônica publicada no *Jornal do Comércio*, setembro de 1926

E quanto mais a Paulicéia avança para o progresso, que vem sendo admiravelmente vertiginoso, com os seus fascinantes arranha-céus, seu dinamismo encantador, suas fábricas com chaminés fumegantes, sua população cada vez mais crescente, é certo que os desocupados, confundidos no burburinho da massa, revestidos de uma aparente simplicidade, vão arquitetando planos cujo fim a ser colimado é conseguir o dinheiro facilmente.

De notícia publicada pela *Folha da Noite*, junho de 1934

I

A afirmação de que o período que se inicia em 1930 e se estende até 1960 corresponde a etapa de vertiginosas transformações para São Paulo é, ao mesmo tempo, correta e incompleta. Correta porque a cidade de fato passou então por mudanças tão acentuadas que estas chegavam mesmo a desnortear aqueles que as vivenciavam; incompleta porque, no final das contas, coisa semelhante poderia ser dita a respeito tanto da fase imediatamente anterior quanto da fase imediatamente posterior ao período em questão. Desde as últimas décadas do século XIX, São Paulo começara a abandonar seu passado um tanto acanhado, próprio de um modesto *burgo de estudantes*, para assumir a existência incomparavelmente mais agitada e dinâmica de uma *metrópole do café*, para recorrer às expressões cunhadas por Ernani Silva Bruno[1]: ponto de partida para a instalação de uma irrefreável espiral de metamorfoses urbanas que, cerca de cem anos depois, inspirariam a metáfora apresentada por Benedito Lima de Toledo e que comparava a cidade a um *palimpsesto*, "um imenso pergaminho cuja escrita é raspada de tempos em tempos, para receber outra nova, de qualidade literária inferior, no geral."[2]

Valeria a pena prestar atenção em algumas das implicações contidas na bela imagem criada por Toledo. Se a partir do final do século XIX São Paulo passou a reescrever-se a si própria continuamente, então as transformações que a marcaram não seguiram, de maneira alguma, sentido unívoco: não foi a linha reta, mas o ziguezague próprio da alternância de diferentes formas de existir que deu forma à história paulistana daí em diante. É esse o prisma que talvez nos permita identificar algo de específico no período que nos importa. Durante as três décadas compreendidas entre 1930 e 1960, uma vez mais, uma escrita anterior estava sendo substituída por outra, nova e desconcertante; que dizia ela? Ou, para colocar a questão em outros termos, se enfocarmos o período em uma visão panorâmica, e atenta sobretudo a seus contextos culturais, quais seriam as dinâmicas sociais e as idéias-força que mais se destacam dentro dele?

---

[1] As expressões aparecem nos próprios subtítulos dos dois últimos volumes da trilogia *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, que Bruno publicou pela Livraria José Olympio Editora em 1954: "Burgo de Estudantes - 1828-1872" (volume II) e "Metrópole do Café - 1872-1918" (volume III, que trazia também o apêndice "São Paulo de Agora - 1919-1954"). Recorremos à terceira edição da obra, publicada em 1984 pela Editora Hucitec em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

[2] Benedito Lima de Toledo: *São Paulo: Três Cidades em Um Século*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1981, p. 67.

Entre os muitos aspectos que poderiam ser mencionados aqui, há um que provavelmente deveria ser colocado em primeiro lugar, dada sua inserção em campo de interesse especial para este estudo – o das auto-representações. Trata-se da tendência, cada vez mais presente entre os paulistanos da época, de imaginarem-se a si próprios como participantes de uma experiência coletiva que não poderia ser descrita a não ser de forma grandiloqüente e superlativa. O fenômeno é tão marcante que salta aos olhos em qualquer sondagem retrospectiva. Por volta da década de 1940, por exemplo, já não parecia suficiente aos moradores de São Paulo afirmar que o município se expandia a um ritmo impressionante; era preciso ressaltar que se tratava da cidade *que mais crescia no mundo*. Já não lhes bastava declarar que sua economia ganhara extraordinário dinamismo; era preciso assegurar que esta passara a abrigar o *maior parque industrial de toda a América Latina*. Já não lhes satisfazia simplesmente elogiar as muitas opções culturais oferecidas pela florescente metrópole; era preciso salientar que era ali que *melhor se encontrava um estilo de vida moderno e cosmopolita*. A paixão pelo hiperbólico – *mais, maior, melhor* – transbordava por todos os lados.

É verdade que, no começo da década de 1930, São Paulo talvez não fosse ainda tão imponente quanto se desejava, ou se imaginava, aos olhares daqueles que mais gostaria de sensibilizar – aos olhares da intelectualidade européia, por exemplo. Um dos muitos docentes estrangeiros contratados para dar lastro científico e acadêmico à sua então recém-criada universidade, o professor Fernand Braudel, não ficou lá muito impressionado com o que encontrou quando de sua chegada a São Paulo, no início de 1935; relembrando a ocasião em entrevista concedida quase cinqüenta anos depois, comentou: "Não se tratava da cidade que vocês conhecem, isto é, magnífica e absurda. Só havia um arranha-céu, o Martinelli. Quando estávamos perdidos nos subúrbios, bastava olhar o Martinelli e já sabíamos a direção que deveríamos tomar." Um único arranha-céu não faz uma metrópole das mais grandiosas, em especial se ele insiste em manter-se visível mesmo nos mais distantes limites municipais. Daí a conclusão inescapável: "Em relação a hoje, São Paulo era uma pequena cidade do interior".[3]

Os mecanismos destinados a mudar esse panorama, no entanto, já se encontravam em pleno movimento. Tendo partido de volta à França em 1937, Braudel retornaria à cidade em 1949 – mas então, declara ele na mesma entrevista, "a São Paulo da minha juventude já não mais existia"[4]: palavras tão nostálgicas que chegam a parecer surpreendentes, se levarmos em conta que entre a data da partida e a data do reencontro se haviam passado não algumas décadas, mas somente doze anos. O que vinha alterando tão significativamente a fisionomia da cidade era, antes de mais nada, um crescimento demográfico que, estimulado pelo intenso desenvolvimento econômico – sobretudo industrial e financeiro – , revelava-se verdadeiramente explosivo: a

---

[3] "USP - Lembranças do Início, por Um de Seus Mestres: Fernand Braudel" (entrevista concedida a Reali Júnior). *Jornal da Tarde*, Caderno de Programas e Leituras, 28 de janeiro de 1984, p. 1.
[4] *Ibidem*, p. 1.

população de São Paulo saltou de cerca de 880.000 habitantes em 1930[5] para cerca de 3.700.000 em 1960[6], ou seja, multiplicou-se por quatro no intervalo de apenas trinta anos. Este aumento, por sua vez, estava ligado à permanência dos fluxos de imigração e ao aumento dos de migração, como ressaltava o geógrafo Pasquale Petrone em 1955: "São Paulo continua a ser a 'cidade cosmopolita', foco de irresistível atração dos elementos alienígenas fixados no Estado – italianos, ibéricos, japoneses, sírio-libaneses, armênios, húngaros, lituanos, judeus, etc., ou de seus descendentes brasileiros pelo nascimento. Mas, notadamente, centro de convergência de brasileiros de outros Estados e do próprio território paulista, atraídos pela miragem da metrópole movimentada e dinâmica, sobretudo a partir de 1934."[7]

Eram principalmente os nordestinos que afluíam em número crescente à cidade, vindos em maior número de Ceará e de Pernambuco (e também da Bahia, que entretanto seria considerada como pertencente não à Região Nordeste, mas à Região Leste do país, de acordo com divisão oficial adotada no início da década de 1940)[8]. Na segunda metade da década de 1930, tal movimentação já se havia tornado intensa o suficiente para chamar a atenção da imprensa; reportagem publicada em 1939, por exemplo, informava que no primeiro semestre daquele ano São Paulo recebera 30.000 nordestinos, como resultado da "triste odisséia dos fugitivos da seca".[9] E no final da década de 1950, a presença nordestina em terras paulistanas não havia apenas alterado a composição de alguns de seus bairros mais antigos, como o Brás, agora não mais tão marcadamente "italiano" na distribuição de seus moradores: havia também feito explodir bairros novos, como São Miguel Paulista. "Ali a população subiu de 7.634 almas, em 1940, para 105.666 em janeiro do ano passado", afirmava matéria publicada em julho de 1958 pelo *Diário Popular* – matéria que sustentava também que, com isso, o bairro passara a ser "considerado, pitorescamente, a maior cidade nordestina do país"[10] (em mais uma manifestação tão grandiloqüente quanto incorreta, posto que naquele mesmo ano Fortaleza contava com cerca de 375.000 habitantes e o Recife já ultrapassava os 733.000 habitantes, de acordo com as estimativas do IBGE)[11].

---

[5] Cf. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: *Séries Estatísticas Retrospectivas - Volume 1: Repertório Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1986, p. 8.

[6] Cf. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: *Anuário Estatístico do Brasil, Volume 60 - 2000*. Rio de Janeiro, IBGE, 2000, p. 2-14.

[7] Pasquale Petrone: "A Cidade de São Paulo no Século XX", *in* Raul de Andrada e Silva *et alii: A Evolução Urbana de São Paulo*. São Paulo, Coleção da Revista de História, 1955, p. 109.

[8] A primeira divisão regional do país, estabelecida em 1941, seguiu os parâmetros definidos pelo Conselho Nacional de Geografia, que incluiu na Região Nordeste os estados de Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, além do território de Fernando de Noronha. Bahia e Sergipe foram então definidos como pertencentes à Região Leste, ao lado de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e do Distrito Federal. A reforma que passou a considerar Bahia e Sergipe como estados nordestinos foi adotada em termos formais apenas em 1970, por força do Decreto 67.647, assinado em 23 de novembro daquele ano.

[9] "30 Mil Nordestinos Emigraram este Ano para S. Paulo". *Folha da Noite*, 9 de junho de 1939, primeira página.

[10] "Crescimento da Paulicéia". *Diário Popular*, 29 de julho de 1958, p. 16.

[11] Cf. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: *Anuário Estatístico do Brasil - 1958 - Ano XIX*. Rio de Janeiro, IBGE, 1958, p. 23.

A chegada contínua de novos contingentes populacionais, que acentuava o caráter de cidade-mosaico de culturas e nacionalidades, tinha outro efeito ainda, o de provocar uma expansão urbana sem precedentes na história paulistana. O ritmo da construção civil era de fato de provocar admiração: a cidade ganhava uma nova casa a cada vinte minutos, dizia-se em 1936[12] – índice que, quase vinte anos depois, ainda era alardeado, como demonstram as palavras de Pasquale Petrone, em seu texto de 1955 sobre São Paulo: "No que se refere à *construção de prédios*, parece não existir nenhuma cidade que a iguale: não há rua que não ofereça um telhado novo, raras são as que não assistem à construção de um prédio. Prédios residenciais, finos ou modestos, palacetes ou bangalôs estandartizados, arranha-céus, de 8 ou 10 andares e gigantes de mais de 25 andares, com sua estrutura de cimento armado. [...] Pode-se afirmar, sem receio de errar, que se constrói em São Paulo uma casa em cada 20 minutos!"[13]

São Paulo crescia e se multiplicava com velocidade espantosa, e a explicação para tanta pujança estava ligada a uma idéia absolutamente central para o período. Ela podia ser resumida por meio de uma única palavra: *trabalho*. Para uma sobranceira mentalidade que se consolidava, era como se a cidade possuísse uma atmosfera própria e única, capaz de multiplicar as forças dos indivíduos e torná-los batalhadores obsessivos e incansáveis. Esta seria mesmo manifestação de uma vocação particular, que impedia que os moradores de São Paulo dispersassem suas energias em atividades fúteis e as concentrassem inteiramente no objetivo de construir a grandeza. O paulistano trabalhava e trabalhava: tão denso se tornou esse discurso que ele acabaria por ser ocasionalmente incorporado mesmo por quem vinha de fora. Em seu *Brasil, País do Futuro*, de 1941, Stefan Zweig, tal qual espelho que refletia o que lhe colocavam à frente, o reproduziria exemplarmente:

> É ainda o trabalho que caracteriza essa cidade. São Paulo não é cidade para os que querem gozar a vida, nem cidade preparada para ostentação: tem poucos passeios, poucas paisagens e poucos locais de diversões, e nas ruas vemos quase só homens, homens apressados, pressurosos, em atividade. Quem não está trabalhando ou tratando de negócios, após um dia de permanência em São Paulo, já não sabe como passar o tempo. Nessa cidade o dia tem o duplo do número de horas e a hora o duplo do número de minutos que têm aquele e esta no Rio, porque todas as horas são completamente cheias de atividade. Em São Paulo há tudo o que é novo, tudo o que é moderno, uma boa indústria manual e casas de negócio de luxo muito seletas. Mas pergunto a mim mesmo: quem nessa cidade tem tempo para gastar em luxo, em gozos, ao invés de utilizá-lo para obter lucros?[14]

A propensão para o trabalho dos paulistanos seria de tal ordem que operaria mesmo o prodígio de transformar a desvantagem em vantagem: se a cidade tinha poucos passeios, paisagens e locais de diversão, era porque no fundo não precisava deles – qual seria a utilidade de pontos

---

[12] "Uma Casa a Cada Vinte Minutos". *Folha da Noite*, 1° de fevereiro de 1936, primeira página.
[13] Pasquale Petrone, *op. cit.*, p. 117.
[14] Stefan Zweig: *Brasil, País do Futuro*, p. 180.

dedicados ao ócio e ao lazer em lugar onde a escala das horas se alterava para fazer caber maior quantidade de realizações? Essa era uma saída retórica feita de encomenda, e especialmente útil, quando o assunto era o confronto com aquela que a cidade de São Paulo tinha como a sua maior rival, em aspecto que tampouco escapou à capacidade de apreensão de Zweig:

> São Paulo é mais moderno, mais progressista que as outras cidades do Brasil e, por isso, mais parecido com as cidades norte-americanas e européias pela sua organização intensiva. São Paulo nada tem da maravilhosa amenidade do Rio, dessa atmosfera que constantemente seduz à contemplação e o belo ócio; a harmonia musical que paira sobre o Rio e toda a baía de Guanabara, é em São Paulo substituída por um ritmo, um ritmo célere, intenso, como a pulsação cardíaca dum corredor que corre e corre cada vez mais e se inebria com a sua própria velocidade. O que a São Paulo ainda falta em beleza é compensado por energia, que aqui nessas zonas tropicais se torna muito mais surpreendente e valiosa, e dá-se um fato que ainda é mais importante: essa cidade sabe que ainda tem que conseguir sua forma, e, como é animada de uma grande rivalidade em relação ao Rio, de uma vontade de não parecer inferior a este, menos artística do que este, podemos esperar que ela nos próximos anos nos proporcione toda espécie de surpresas.[15]

O Rio de Janeiro seduzia pela beleza, São Paulo impressionava pelo dinamismo; no Rio de Janeiro os esplendores naturais induziam à vida contemplativa, em São Paulo a pulsação criadora conduzia à vida ativa; o Rio de Janeiro já se conhecia inteiramente em sua atmosfera musical e quase edênica, São Paulo moldava ainda uma identidade própria no próprio processo de desenvolvimento de suas espetaculares potencialidades: por trás do polido contraste dos lugares-comuns, algo de muito mais aguerrido se manifestava. Da representação de São Paulo como a *terra do trabalho* decorria uma outra, a de que seu progresso deveria levar-lhe naturalmente a posição de incontestável *hegemonia* dentro do cenário nacional. A divisa que o então prefeito Washington Luís fizera incluir no brasão oficial da cidade ainda na década de 1920 – *Non ducor, duco* ("não sou conduzido, conduzo") – ecoava com força cada vez maior e representava, no plano do imaginário, a manifestação de um destino.

Nos anos da década de 1950, era como se houvesse chegado o tempo em que tal destino deveria, afinal, ser cumprido. Um sinal importante em relação a isso parecia ser a notícia, veiculada em 1953, de que São Paulo finalmente ultrapassara o Rio de Janeiro em número de habitantes, tornando-se portanto a maior cidade brasileira em termos populacionais. A comunicação foi feita em tom vibrante de ufania pela reportagem do periódico *O Dia:* "São Paulo é a primeira cidade do Brasil. Isso entre outras coisas, demograficamente falando. Após acurados estudos estatísticos chegou-se à insuspeita conclusão de que a grande Capital paulista já ultrapassou ao Distrito Federal em número de habitantes. E se se atentar que os números não mentem jamais temos que, de agora em diante, a nossa luta – se é que se pode chamar de luta aquilo que as próprias leis naturais das coisas impulsionam – se prende unicamente em

---

[15] Stefan Zweig, *op. cit.*, pp. 180-181.

atingirmos a hegemonia em toda a América Latina, para, depois, projetar-nos decididamente na disputa pela primazia mundial."[16]

Os paulistanos mais entusiasmados talvez pudessem enxergar mesmo mais do que coincidência no fato de que São Paulo assumira a posição de cidade brasileira mais populosa no ano anterior àquele em que completaria quatro séculos de existência. O Quarto Centenário, celebrado em janeiro de 1954, constituiu uma apoteose comemorativa cuidadosamente preparada e para a qual nada parecia excessivo. Das paradas militares diante da então inaugurada Catedral da Sé às apresentações musicais abertas, da missa campal em frente ao Pátio do Colégio à chuva de triângulos de papel prateado jogados dos aviões, dos desfiles dos carros alegóricos representando a indústria e o comércio ao espetáculo dos fogos de artifício, tudo havia sido concebido para exaltar a um só tempo a antiguidade e a modernidade paulistanas – e para exibir a força dos líderes. Essa era a mensagem presente nas palavras de D. Henrique Trindade, bispo de Botucatu, no sermão que proferiu por ocasião da missa realizada em frente ao Pátio do Colégio: "São Paulo, a cidade imensa, cidade-forte, a cidade-cabeça, a cidade-braços, a cidade por cujas veias corre um sangue sempre novo, num ritmo acelerado na pujança de seus 400 anos, S. Paulo se ajoelha e reza – olha para o passado e agradece; olha para o presente e se toma de alegria; olha para o futuro e sente a confiança inabalável de quem conduz e guia [...]."[17]

Uma tal pretensão de hegemonia não podia fundamentar-se unicamente em fatores econômicos, populacionais e urbanos, contudo; era preciso demonstrar que ao desenvolvimento do corpo correspondia igual grandeza de alma. "Os que acreditam que o nosso progresso se mede apenas por expressões quantitativas e mecânicas, e que nada fazemos num puro sentido de construção intelectual, enganam-se redondamente", enfatizava em 1951 o cronista do *Correio Paulistano* que dedicava arrebatados elogios ao dinamismo artístico e cultural da cidade. "São Paulo não é apenas a capital brasileira onde se verifica o mais acentuado desenvolvimento material de todos os tempos: – é também a capital do espírito, da sensibilidade e da emoção criadora."[18] Certamente contribuíam para essa apreciação os empreendimentos que vinham tomando forma desde a segunda metade da década de 1940, por iniciativa de patrocinadores como Assis Chateaubriand, Francisco Matarazzo Sobrinho e Franco Zampari: o Museu de Arte de São Paulo (criado por Chateaubriand em 1947) e o Museu de Arte Moderna (criado por Matarazzo Sobrinho em 1948), por exemplo. Além deles, floresciam também o Teatro Brasileiro de Comédia, TBC, que reuniria o talento de estrangeiros como Adolfo Celi e Ziembinski e de brasileiros como Cacilda Becker e Sérgio Cardoso, tornando familiares ao público paulistano as criações de Arthur Miller, Sartre e Pirandello; a Companhia Cinematográfica Vera Cruz, um estúdio concebido para realizar filmes com ambições de superioridade técnica e estética em relação às outras produções

---

[16] "São Paulo é a Maior e a Mais Sofredora Cidade Brasileira". *O Dia*, 5 de julho de 1953, p. 11. A matéria informava ainda que São Paulo atingira então 2.609.600 habitantes, e que mesmo que o IBGE não tivesse até aquela data realizado o cálculo estimativo equivalente relativo ao Rio de Janeiro, "é certo que a população carioca apresenta índices inferiores".

[17] "A Missa Campal no Pátio do Colégio". *O Estado de S. Paulo*, 26 de janeiro de 1954, p. 7.

[18] "Isto é S. Paulo!". *Correio Paulistano*, 29 de setembro de 1951, p. 4.

brasileiras da época, e sediado na vizinha São Bernardo do Campo (tida então, cada vez mais, como uma *cidade-satélite* da Capital, a exemplo de Santo André, São Caetano do Sul e Mogi das Cruzes[19]); e as Bienais – a primeira foi aberta em outubro de 1951, em pavilhão especialmente construído no Parque Trianon –, que atualizavam o Brasil para com a arte internacional por meio da exibição das obras de artistas como Picasso, Klee e Kandinsky. São Paulo não seria apenas a cidade do dinheiro: seria sobretudo a cidade do *dinheiro instruído,* capaz de elevá-la à desejada condição de sede da vanguarda cultural brasileira.

Essa São Paulo vibrante em termos culturais queria se fazer notada pelos grandes centros estrangeiros – o que vinha a significar os dos Estados Unidos e os da Europa – e ser reconhecida como uma igual: como uma legítima representante de seu universo espiritual. Daí a verdadeira voracidade com que a cidade se preparava para receber as celebridades internacionais que passaram a freqüentá-la mais amiúde a partir do segundo pós-guerra, em eventos que mobilizavam pequenas multidões e nos quais o crucial era registrar as declarações de admiração e elogio que, de uma maneira ou de outra, os próprios repórteres se encarregavam de colocar nas bocas dos visitantes: o campeão Joe Louis ressaltou que o clima de São Paulo fazia lembrar Londres e Chicago e exaltou a "capital cosmopolita, industrial e muito interessante"[20]; o cantor Nat King Cole confirmou que já ouvira relatos sobre o progresso da cidade, "pois nos Estados Unidos São Paulo é bastante conhecida em fotografias e elogiada pela sua enorme 'floresta' de arranha-céus que dão-lhe aparência de uma segunda Nova Iorque"[21]; a estrela Marlene Dietrich, em turnê pela América do Sul, manifestou-se "encantada com São Paulo e a gente de São Paulo", para suspirar em seguida: "Aqui sinto que voltei à civilização!!!"[22].

A maior comoção pública, no entanto, talvez tenha sido provocada por figura que pouco ou nada tinha a declarar, mas cuja própria presença em solo paulistano já parecia prova evidente da sua importância. O protagonista do então popularíssimo filme espanhol *Marcelino, Pão e Vinho,* o menino Pablito Calvo, passou por São Paulo em abril de 1958, pouco antes de completar dez anos de idade, e foi recepcionado com honras de estadista – recebeu das mãos do prefeito a chave da cidade, almoçou em companhia do governador do Estado na residência deste, deixou-se exibir aos olhares dos fãs em recepção aberta ao público e realizada nos jardins do Palácio do Governo, e fez parar o funcionamento da Câmara Municipal para ali ser homenageado em sessão solene.[23]

Toda essa agitação desempenhava papel de grande importância no plano simbólico. A consciência de que a mesma celebridade antes vista nas telas dos cinemas passava uma temporada no município em que ele vivia, no final das contas, provavelmente proporcionava ao paulistano a curiosa sensação de poder ser um cidadão do mundo sem precisar sair de São Paulo.

---

19 Cf. Pasquale Petrone, *op. cit.*, p. 116.
20 "'São Paulo - Cidade Dinâmica de Clima Desconcertante' - Diz Joe". *Folha da Noite,* 3 de maio de 1950, p. 12.
21 "Festivamente Recebido o Cantor Nat 'King' Cole". *O Dia,* 22 de abril de 1959, p. 4.
22 "Marlene - A Maior!". *Correio Paulistano,* 6 de agosto de 1959, primeiro caderno, p. 4.
23 "Criançada Foi Ver Pablito". *Diário Popular,* 18 de abril de 1958, primeira página; e "Pablito Recebeu, Satisfeito, Obras de Lobato". *Diário Popular,* 19 de abril de 1958, primeira página.

As atrações internacionais procuravam a metrópole onde as pessoas e o dinheiro circulavam em ritmo cada vez mais alucinante, a vertiginosa urbe que recebia de tudo – e onde, justamente por isso, tudo podia acontecer. São Paulo acolhera, como tantos outros grandes centros mundo afora, o Circo Liliputiano, famoso por seus números de acrobacia, dança e humor executados por um elenco de artistas anões; mas não teria sido, de certa forma, um sinal distintivo o fato de que dois deles – os alemães Joseph Grabowski, de 33 anos, e Frieda Zwieber, de 30 anos – escolhessem justamente a cidade para casar-se, em cerimônia que atraiu grande número de assistentes ao Cartório de Paz de Santa Ifigênia?[24] O extraordinário fazia-se rotineiro para quem levava uma vida autenticamente cosmopolita; o que importava, em todo caso, era saber manter-se à altura dela. O morador de São Paulo podia transitar com pressa e dificuldade em uma região central cada vez mais apinhada, mas nem por isso perdia certa noção de compostura: mesmo na década de 1950 – fotos e filmes da época o comprovam – o trajar masculino no espaço público incluía quase que invariavelmente o terno e a gravata, e não raro ainda o chapéu. (Em 1949 um cidadão paulistano impetrou *habeas-corpus* solicitando o direito de freqüentar cinemas e outras casas de diversão sem usar gravata, desde que "decentemente trajado"; o juiz encarregado do caso, no entanto, considerou a idéia tão absurda que sequer "tomou conhecimento do pedido")[25].

O vestir-se com um mínimo de alinho seria mesmo condição para a existência em São Paulo: questão de mostrar-se em sintonia para com o centro que prosperava e, em decorrência disso, comandava. Desleixo, desmazelo, desasseio, estas seriam faltas agravadas justamente por indicarem inadaptação ao ambiente e inconsciência do dever de exibir o porte altivo dos líderes. O assunto era muito mais sério do que talvez chegue a parecer em princípio. Porque o que estava em jogo era uma projeção mental coletiva que, em suas manifestações mais extremas, podia conduzir a políticas de exclusão bastante efetivas contra os que dela destoassem. Em sua versão mais imponente, por exemplo, tal projeção simplesmente não reservava lugar para as figuras dos miseráveis e esfarrapados pedintes de rua – e, desde o início da década de 1930, medidas concretas vinham sendo tomadas para afastá-los de cena. Em 1931, a polícia paulista uniu-se a uma organização católica para criar a Assistência Vicentina aos Mendigos, que por sua vez inaugurou dois anos depois a Vila Mascote – também conhecida como "Cidade dos Pobres" –, local afastado do centro da cidade e reservado ao confinamento dos indigentes retirados das ruas paulistanas. Em 1935, o empreendimento ampliar-se-ia, com a criação em Osasco – então ainda integrada administrativamente ao município de São Paulo – da Colônia Agrícola de Bussocaba. Planejava-se, a partir de então, reservar a Vila Mascote aos homens e a Colônia de Bussocaba às mulheres que as forças policiais paulistanas retiravam da mendicância.

---

[24] "Casaram-se Hoje Dois Anões do Circo Liliputiano". *Folha da Noite,* 12 de julho de 1939, primeira página.
[25] "O Ingresso Sem Gravata nos Cinemas". *Folha da Manhã,* 14 de abril de 1949, p. 7. O solicitante chegou a apelar, levando o caso à deliberação do Supremo Tribunal Federal; esta, porém, foi-lhe negativa. O voto do relator, que recebeu apoio unânime dos integrantes da corte, afirmava entre outras coisas que os "estabelecimentos de diversões de luxo, destinados aos requintes de arte e à seleção da freqüência por determinação de seus regulamentos, aprovados pela polícia, podem vedar o ingresso aos que se apresentarem inadequados ao seu ambiente.": cf. "Não Se Pode Entrar no Cinema Sem Gravata - Decisão do Supremo Tribunal Federal". *Folha da Manhã,* 2 de julho de 1949, primeira página.

É certo que o espírito disciplinador característico do primeiro governo Vargas, em especial depois do advento do Estado Novo, se encarregaria de estimular a adoção de soluções semelhantes em outras partes; em texto datado de 1938, por exemplo, Monteiro Lobato elogiava o prefeito de Belo Horizonte justamente por seus planos de criar a *Cidade Ozanan*, sítio isolado no qual o indigente deveria ser "lavado, desinfetado, descaroçado, purgado, desverminado, higienizado, mercerizado, melhorado no melhor possível e por fim humanizado"[26]. Ainda assim, a iniciativa paulistana destacava-se não apenas por sua anterioridade, mas sobretudo por sua ambição. Em relatório de 1945, a polícia de São Paulo anunciava seu projeto de elevar a ação a uma nova escala, reclamando verbas "para o desdobramento das atuais colônias e a criação de outras" e estabelecendo metas quantitativas que não deixavam margem de dúvida quanto à firmeza de suas intenções: "Transformadas em verdadeiras 'cidades', essas colônias deverão ter, em conjunto, capacidade mínima para 5.000 indivíduos, os quais ali trabalharão tanto no amanho da terra como em ofícios diversos, o que lhes permitirá a alegria do trabalho remunerado, muito mais consoladora que o desamparo de todos os dias e a humilhação da esmola."[27]

Quando, em uma cidade com cerca de 1.700.000 habitantes, como era a São Paulo de 1945[28], as autoridades policiais propõem uma dura política de segregação direcionada contra pelo menos 5.000 deles, e a justificam por meio de um discurso desajeitadamente filantrópico, algo de muito sério está em andamento. E estava de fato. A idéia de um centro urbano totalmente livre da nódoa da mendicidade estava inserida em uma representação maior e muito mais elaborada, e que tinha a ver não tanto com o que São Paulo era, mas com o que poderia vir a ser: a *cidade ideal* que deveria resultar do irresistível processo de desenvolvimento que a animava. Acreditava-se, é certo que com maior intensidade até meados da década de 1940, que culminâncias nunca antes imaginadas poderiam ser atingidas se as prodigiosas forças que vinham transformando a realidade paulistana fossem, de alguma maneira, controladas e colocadas a serviço de um projeto articulado: perspectivas ilimitadas abrir-se-iam para São Paulo desde que a cidade soubesse colocar *ordem* em seu *progresso*.

Em outras palavras, um certo imaginário paulistano sonhava com a chegada de uma administração municipal esclarecida e audaciosa, capaz de planejar e fazer nascer uma metrópole renovada: dir-se-ia que a cidade como que procurava por seu Haussmann. Aquele em quem talvez tenha sido possível enxergar maior proximidade em relação a tal modelo foi o engenheiro e urbanista Francisco Prestes Maia, que exerceu o cargo de prefeito paulistano pela primeira vez entre 1938 e 1945[29]. Entre o acervo de obras que ele então colocou em andamento – avenidas, pontes, viadutos – , uma destacava-se pelo alto grau de expectativa que chegou a gerar: os

---

[26] Monteiro Lobato: "A Cidade dos Pobres", *in Mundo da Lua e Miscelânea*, p. 275. O prefeito de Belo Horizonte era então Otacílio Negrão.

[27] *A Polícia de São Paulo em 1944 na Gestão do Excelentíssimo Senhor Doutor Fernando Costa, Digníssimo Interventor Federal no Estado, Tendo como Secretário dos Negócios da Segurança Pública o Dr. Alfredo Issa Ássaly*. Relatório elaborado pela Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, 1945, p. 92.

[28] Cf. Departamento de Estatística do Estado: *Anuário - 1959*. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1961, p. 11.

[29] A segunda passagem de Prestes Maia pela prefeitura de São Paulo dar-se-ia entre 1962 e 1965.

trabalhos de correção da sinuosa rota natural do principal rio que cortava a cidade. A *retificação do Tietê* era uma antiga aspiração, por meio da qual se imaginava que São Paulo finalmente começaria a fazer frente a um de seus maiores e mais antigos dramas, o da rebeldia de seus rios e córregos, causadores de alagamentos e formadores de focos de insalubridade. Por meio da clarividência administrativa e da capacidade técnica, finalmente a cidade principiaria a libertar-se da ditadura de suas águas: esta era a expectativa que se deixava entrever no editorial publicado em julho de 1937 pela *Folha da Noite* e que reclamava o início das obras, com o significativo título de "O Grande Melhoramento":

> A retificação do Tietê é, antes de tudo, uma questão de higiene para a cidade. É nas várzeas da Lapa, da Barra Funda, do Bom Retiro, do Canindé, até a Penha, que proliferam as moscas e os mosquitos que invadem a cidade, nas vertentes mais próximas do rio, durante o verão. Na época das chuvas, inundam-se aquelas várzeas. Na vazante, formam-se lagoas pútridas a exalar terrível mau-cheiro. E os pobres moradores da zona ribeirinha sofrem com a cheia e depois com a seca, quase sem saber qual é o pior pedaço de sua vida.[30]

O empreendimento representaria mais do que a simples solução para tais males, entretanto – representaria também a possibilidade de reordenar o crescimento urbano em bases mais racionais, integrando um bairro a outro e criando entre eles aprazíveis espaços dedicados ao lazer, como salientava o mesmo editorial:

> Os parques e avenidas do Tietê teriam suas entradas principais pela Lapa, pela Casa Verde, pela Ponte Grande, o Canindé, Vila Maria e Penha. Ligar-se-iam assim ao belo e vasto logradouro os bairros aristocráticos e os bairros populares da parte norte da cidade. Os moradores da parte sul, mais distantes, não deixariam de procurá-lo também, embora com menores facilidades. E São Paulo ganharia o que agora não tem – o ponto de excursões e de reunião, nos arrabaldes, por entre árvores, ao sol, ao ar livre.[31]

Era, portanto, uma outra São Paulo a que deveria resultar da obra. Uma metrópole mais saudável, organizada, agradável – e também muito mais atraente:

> Numa cidade como São Paulo, composta quase somente de residências, armazéns e fábricas, a quem Deus não deu praias nem montanhas, cabe ao homem criar parques, jardins, avenidas que a embelezem e a tornem confortável. Ao longo do Tietê cabe tudo isso, admiravelmente.[32]

E, não obstante tantas vantagens, haveria quantidade ainda maior de benefícios a esperar. Um outro editorial, este publicado em abril de 1941 pelo *Diário Popular* – depois do início das obras,

---

[30] "O Grande Melhoramento". *Folha da Noite*, 2 de julho de 1937, p. 2.
[31] *Ibidem*, p. 2.
[32] *Ibidem*, p. 2.

portanto – ressaltava que a empresa traria remédio definitivo para o grave problema dos congestionamentos de trânsito que, já então, atormentavam a vida dos paulistanos:

> A retificação, desde que esteja realizada, terá feito de S. Paulo uma grande capital. As estradas de ferro passarão por suas margens. Acabar-se-ão as passagens de nível, que constituem hoje um transtorno aflitivo. [...] Conseqüentemente, grande parte do congestionamento presente cessará, porque as ruas que morrem junto da baixada tieteana prosseguirão até ao outro lado, ou terminarão na grande avenida marginal que, de tantos em tantos metros, conforme as necessidades, terá largas pontes. [...] A cidade emendar-se-á, sendo o tráfego largamente dividido pelas artérias que vão surgir, todas ligadas pelas avenidas marginais. [...] Então de uma extremidade a outra, de S. Paulo, poder-se-á ir sem os rodeios presentes, sem sofrer o terrível congestionamento de hoje.[33]

A *cidade ideal* resplandecia na imaginação. Ela seria única – próspera, dinâmica e ordenada – porque resultado da ação consciente de planejadores responsáveis e competentes; ela representaria o triunfo conjunto do trabalho e da racionalidade. Ela seria mesmo como que um paradigma de modernidade, porque a própria beleza que passaria a exibir não se constituiria em mera dádiva da natureza, como acontecia no caso do Rio de Janeiro, mas em autêntica conquista da inteligência e da capacidade de realização. Seduzidos por tais projeções, muitos paulistanos pareciam poder já enxergar os primeiros contornos desse sonho feliz de cidade.

II

Grandes esperanças, grandes frustrações. Ao mesmo tempo em que a imagem idealizada de uma São Paulo totalmente recriada em bases racionais ia se formando, começavam a surgir os primeiros indícios de que ela não deixaria de ser isso mesmo – uma imagem idealizada. Os problemas urbanos talvez não fossem tão perceptíveis – ou tão noticiáveis – durante o Estado Novo e a censura então exercida sobre a imprensa; mas, no período subseqüente à queda deste, passaram a se avolumar indícios de que as coisas não estavam, de maneira alguma, ocorrendo de acordo com o que imaginavam os entusiastas da idéia da cidade traçada em detalhe a régua e compasso. Um exemplo particularmente ilustrativo em relação a isso é proporcionado pela entrevista concedida, em janeiro de 1947, por Luís de Anhaia Melo, ex-prefeito, presidente da Sociedade Amigos da Cidade e docente da Escola Politécnica.

---

[33] "O Que a Retificação do Tietê Representa para São Paulo". *Diário Popular*, 22 de abril de 1941, primeira página.

Alertava então o professor para a importância de que São Paulo se preparasse para atingir com propriedade seu Quarto Centenário, a ser celebrado dali a sete anos: "Quatrocentos anos de vida de uma cidade, que cresce em ritmo acelerado – ponto focal de uma vasta e rica hinterlândia que é a causa desse crescimento – são já mais do que suficientes para que se cuide, afinal, de raciocinar um pouco sobre o futuro da metrópole, e traçar normas orientadoras desse futuro." Um aviso inicial que logo se desdobraria em dura advertência: "Essas normas denominam-se 'Plano Diretor'. Não pode a cidade continuar a crescer sem lei nem regra, ao sabor da especulação imobiliária, para ser afinal asfixiada numa apoplexia de prosperidade, atingindo sua população a cifra de 3.000.000 de habitantes em 1965, 4.000.000 em 1975, e chegando ao máximo de 8.000.000 no ano de 2050."[34]

O que mais chama a atenção, no que se refere a prenúncios de tal forma carregados de pessimismo, não é tanto a constatação de que eles tenham, afinal, se realizado – é o fato de que se realizaram em datas tão diversas das prognosticadas. São Paulo ultrapassou os 3.000.000 de habitantes não em 1965, mas em 1956[35], 9 anos antes; os 4.000.000 de habitantes não em 1975, mas em 1962[36], 13 anos antes; e os 8.000.000 de habitantes não em 2050, mas em 1979[37], 71 anos antes do previsto pelo professor Anhaia Melo. Um futuro feito de superpopulação não era uma ameaça apenas – era uma ameaça que se concretizaria mais cedo.

Parece extremamente significativo que vaticínio destinado a assustar pela dimensão do que anunciava tenha-se tornado tímido com o passar do tempo. São Paulo crescia, sem dúvida; mas esse era um crescimento que, quantitativa e qualitativamente, se revelava muito diferente do que chegara a imaginar a pretensão racionalizadora do poder público. Tratava-se de processo que lhe escapava inteiramente ao controle e talvez mesmo à compreensão, e que chegava a comprometer a crença dos paulistanos na capacidade de ação dos governantes municipais. No início da década de 1950, a imagem predominante já não era mais a da desejada cidade planejada e ordenada: era a do aglomerado humano congestionado por moradores em demasia e, por isso mesmo, caótico. "Em qualquer ponto de S. Paulo de onde parta um bonde, um ônibus ou um auto-lotação, a qualquer hora do dia ou da noite, há gente em fila", reclamava editorial publicado no *Correio Paulistano* em outubro de 1951. "As ruas tornam-se intransitáveis, quer para pedestres, quer para veículos, precisamente porque se verifica em nossa capital excesso de habitantes. [...] Densidade demográfica excessiva não é título, no brasão das cidades. É, ao contrário,

---

[34] "Limitação do Crescimento Horizontal e Vertical da Cidade". *Folha da Manhã*, 25 de janeiro de 1947, segundo caderno, p. 6.

[35] Cf. Departamento de Estatística do Estado: *Anuário - 1959*. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1961, p. 11 (em que se informa que a população paulistana passou de 2.947.448, em 1955, para 3.128.522 habitantes, em 1956).

[36] Cf. *Anuário - 1961* (que informava, em sua página 31, que a população paulistana em 1961 era de 3.882.523 habitantes) e *Anuário - 1962* (que por sua vez informava, em sua página 16, que a população paulistana em 1962 chegara a 4.099.969 habitantes), publicados em 1963 e 1964, respectivamente, pelo Departamento de Estatística do Governo do Estado de São Paulo.

[37] Cf. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade: *Ontem, Vila de São Vicente, Hoje, Estado de São Paulo - 500 Anos de Divisão Territorial e 100 Anos de Estatísticas Demográficas Municipais*. São Paulo, Seade, 2001 (*cd-rom*, que informa que a população paulistana passou de 7.886.463, em 1978, para 8.155.976 de habitantes, em 1979).

desvantagem. Muita coisa corre mal em S. Paulo porque a cidade, tendo embora crescido demais, não se preparou condignamente para receber tanta gente em tão pouco tempo."[38]

O crescimento populacional desmesurado, no entanto, não era o único problema: outras agruras associadas a ele vinham-se acumulando havia muito. Porque, enquanto os sonhos de desenvolvimento disciplinado elevavam-se nas alturas, a realidade fazia-se rasteira mas inexorável, na forma por exemplo de uma dinâmica totalmente nova em termos de expansão urbana. Até a década de 1930, as vilas operárias e mesmo os cortiços de São Paulo permitiam que seus trabalhadores residissem não muito longe de seus locais de trabalho: não raro, os operários que moravam em bairros como Brás, Belém ou Moóca podiam ainda *caminhar* de casa até o serviço, e vice-versa. Isso mudaria a partir da década de 1940. Pressionada pelo crescimento demográfico e pela aceleração da industrialização, a mão-de-obra paulistana passaria a ser expulsa para a periferia, onde deveria agora encontrar formas de residir – uma periferia, aliás, que se tornaria mais e mais distante do centro, no mesmo andamento do crescimento da cidade.[39] A instalação desse novo padrão de ocupação urbana – definido por Marta Dora Grostein como comparável a uma *mancha de óleo* a esparramar-se por todos os lados[40] – afetaria de maneira dramática a vida em São Paulo daí em diante.

Em primeiro lugar, porque deslocou massas populacionais inteiras para regiões periféricas sem qualquer infra-estrutura para recebê-las, em processo ademais marcado por esquemas ferozes de especulação imobiliária. Os responsáveis pelo loteamento de tais regiões encarregavam-se de fazer surgir, tão rápido quanto possível, aglomerados suburbanos carentes de tudo, nos quais não raro ficava por conta dos próprios moradores erguer suas residências; era o que se dava com as antigas e provincianas *vilas* que circundavam São Paulo e que agora, ocupadas de afogadilho, acabavam por se transformar em bairros improvisados: Vila Matilde, Vila Guilherme, Vila Esperança, Vila Carrão, e assim sucessivamente. Ali, proliferava a prática da autoconstrução, que resultava naquilo que o *Correio Paulistano* chamava, em 1947, de *casas domingueiras:* "Representam o trabalho dos operários que, à custa de muito esforço, conseguiram adquirir alguns metros quadrados de terreno e aproveitam o descanso dos domingos ou a hora que enche o lusco-fusco da tarde para construir sua residência. Geralmente são ajudados aos domingos pelos demais companheiros, numa lembrança de mutirão interiorano".[41] A sentença que alardeava que São Paulo ganhava uma nova edificação a cada vinte minutos nada dizia sobre as condições em que muitas delas eram construídas.

É evidente que ocupação feita em tais circunstâncias conduzia a arranjos precários, nos quais se multiplicavam as irregularidades. Não eram apenas as residências que eram construídas ao arrepio das normas oficiais: eram quarteirões inteiros. Decorria daí a formação de arruamentos

---

[38] "Densidade Demográfica". *Correio Paulistano,* 2 de outubro de 1951, p. 4.
[39] Cf. Cândido Procópio Ferreira de Camargo *et alii: São Paulo 1975 - Crescimento e Pobreza,* pp. 23-26.
[40] Cf. Marta Dora Grostein: "Expansão Urbana e Habitação da Classe Trabalhadora: Da Vila Operária ao Lote Popular", *in* Maria Ruth Amaral de Sampaio (org.): *Habitação e Cidade,* p. 116.
[41] "O Descaso pelo Planejamento da Cidade é um dos Principais Fatores das Dificuldades de Transporte e Moradia". *Correio Paulistano,* 11 de maio de 1947, p. 8.

totalmente clandestinos, em vias que, justamente por não serem reconhecidas pelo poder público, não recebiam qualquer atenção por parte dele. Entre o final da década de 1940 e o início da de 1950, o problema havia assumido proporções assombrosas: em 1951, o engenheiro Carlos Lodi estimava que existiam em São Paulo 2.950 ruas oficiais e legalizadas; no entanto, "o total de ruas realmente existentes em São Paulo, abertas ou não, mas neste último caso determinadas realmente por vendas efetuadas [de lotes], é de 8.000" – sendo que, desse total, 1.500 seriam ruas não oficiais, ainda que mapeadas pela prefeitura, e cerca de 3.550 ruas totalmente ignoradas pelos registros do executivo municipal.[42] A constatação, pura e simples, era a de que a maior parte das ruas paulistanas se encontrava em situação ilegal.

A cidade, assim, passou a transbordar seus limites anteriores em um crescimento feito aos atropelos, em especial na direção leste. Na segunda metade da década de 1950, o *Diário Popular* registrava que os distritos mais antigos de São Paulo não haviam aumentado tanto em população, quando comparados com a "extraordinária expansão" da Zona Leste: entre 1940 e 1957, Vila Matilde passara de 12.038 para 64.272 moradores; Vila Prudente, de 29.511 para 151.092 moradores; São Miguel, de 7.634 para 105.666 moradores; e Tatuapé, de 53.542 para 218.621 moradores.[43] E se em alguns dos bairros mais tradicionais o aumento demográfico não se fazia tão significativo em termos quantitativos, certamente trazia novidades do ponto de vista qualitativo: para aqueles que não queriam, ou não conseguiam, instalar-se na periferia, abria-se agora a possibilidade de recorrer a outra forma de sub-habitação, a das *favelas* que passaram a integrar o cenário paulistano a partir do início da década de 1940,[44] e que se concentraram, inicialmente, em bairros mais próximos de sua região central.[45]

A hipertrofia da periferia, que conduzia a soluções de moradia improvisadas e precárias, não era a única conseqüência do novo padrão de desenvolvimento urbano instalado em São Paulo a partir da década de 1940. Em segundo lugar, e ligada a ela, desenvolver-se-ia a enfermidade crônica dos transportes públicos deficientes e insuficientes a martirizar seus usuários. Empurradas para regiões cada vez mais afastadas, as massas urbanas precisavam agora cruzar a cidade para vencer as distâncias entre a moradia e o trabalho: estava montado o cenário para aquela que se tornaria uma tragédia paulistaníssima, a das multidões que passaram a padecer

---

[42] "Problemas da Cidade". *Correio Paulistano,* 9 de novembro de 1951, p. 4. Em suas estimativas, Lodi valia-se de dados relativos ao ano de 1949.

[43] "O Crescimento da Capital e os Bairros que Mais Se Desenvolveram". *Diário Popular,* 26 de agosto de 1957, segundo caderno, p. 14.

[44] Cf. Suzana Pasternak Taschner: "São Paulo - Moradia da Pobreza e o Redesenho da Cidade", *in* Maria Ruth Amaral de Sampaio (org.): *Habitação e Cidade,* p. 177.

[45] Em matéria publicada pela *Folha da Noite* em 4 de dezembro de 1950 e intitulada "Favelas e Cortiços nos Quatro Cantos da Cidade" (segundo caderno, p. 8), João Gualberto do Amaral Carvalho culpava sobretudo as deficiências do sistema de transportes pela proliferação de favelas no centro da cidade: "Ninguém duvida que uma família que dispusesse de transporte rápido e barato, iluminação elétrica domiciliar e, eventualmente, água encanada, e outros serviços públicos, preferiria morar em Cangaíba, além da Penha, a definhar num porão infecto da Bela Vista ou de Santa Cecília. Preferiria habitar uma casa de telhado de meia água em Santo Amaro a expor sua saúde numa favela da rua Oratório. Mas não há transportes suficientes nem eficientes durante as horas do dia; inexistem praticamente nas horas da noite."

diariamente em coletivos superlotados, pagando tarifas inexplicavelmente altas, para enfrentar um trânsito exasperadoramente lento e congestionado.

Dentro da disposição urbana anterior, marcada pela concentração da mão-de-obra nas proximidades dos núcleos fabris, os bondes, mal ou bem, davam conta das necessidades da maior parte dos paulistanos.[46] Agora, nem a combinação de bondes, ônibus e lotações – veículos de passeio particulares que transportavam passageiros em rotas pré-fixadas, em simulacros improvisados de coletivos[47] – seriam suficientes: o sistema parecia permanentemente próximo do colapso.

É verdade que uma tortuosa seqüência de acontecimentos contribuiria para que o setor de transportes públicos chegasse a quadro tão deplorável. Desde quando seu Plano Integrado de Transportes, que previa inclusive a construção de uma primeira linha de metrô, foi recusado pela Câmara Municipal de São Paulo, em 1927, a Light passou a demonstrar interesse cada vez menor pelo serviço de bondes do qual era concessionária; e o resultado inevitável disso seria a deterioração da rede que lhe cabia cuidar. Em 1947, circulava em São Paulo a mesma quantidade de bondes que em 1937, ou seja, 510 veículos[48]: número evidentemente insuficiente para atender a uma população que aumentara em aproximadamente 700.000 habitantes entre uma data e outra[49]. Naquele mesmo ano de 1947, a Light finalmente ver-se-ia livre do contrato que não mais desejava,[50] e a área foi entregue aos cuidados de uma empresa estatal especialmente criada para este propósito, a Companhia Municipal de Transportes Coletivos, C.M.T.C.

A paciência dos paulistanos para com a situação, no entanto, já se encontrava perigosamente próxima de seu limite; e este seria por fim ultrapassado quando, um mês depois de entrar em operação, a C.M.T.C. anunciou o aumento das tarifas de bondes e ônibus. O que se seguiu foi uma autêntica rebelião popular. Grupos de indignados usuários formaram-se espontaneamente ao longo do dia 1° de agosto para depredar e incendiar carros da empresa, em um *quebra-quebra* que se espalharia São Paulo afora e que ecoaria por muito tempo ainda. "Pode-se dizer que não existe, na memória dos paulistanos, a lembrança de acontecimentos tão graves e violentos como os que ontem se desenrolaram na sua cidade. Durante todo o dia, foi a capital da mais poderosa unidade da Federação transformada numa praça de guerra, com ambiente e acontecimentos que corroboravam, em toda a linha, essa impressão. Nos logradouros principais da urbe, acendiam-se

---

[46] Cf. Suzana Pasternak Taschner, *op. cit.*, p. 171.

[47] Reportagem da *Folha da Noite* publicada em 30 de setembro de 1954 (primeiro caderno, p. 10), intitulada "O Lotação Incorporou-se Definitivamente ao Sistema de Transporte Coletivo de São Paulo", afirmava que o serviço teria surgido em 1946, "por iniciativa de alguns motoristas e do próprio público". A reportagem informava ainda: "O serviço de taxi-lotação em São Paulo é atualmente operado por cerca de 7.800 veículos, aos quais foram fornecidos 19.157 placas correspondentes a todas as linhas, num total de noventa, inclusive as recém-criadas. [...] As linhas que contam com maior número de carros são as da Penha, Lapa, Avenida Pompéia, Fábrica, Ipiranga, Vila Mariana e Santo Amaro."

[48] Cf. "Mantém-se Inalterado o Número de Bondes que Circulava em 1937". *Folha da Manhã*, 27 de março de 1947, p. 3.

[49] Cf. Departamento de Estatística: *Anuário - 1959*. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1961, p. 11. De acordo com a publicação, a população paulistana passou de 1.161.475 habitantes, em 1937, para 1.884.108 habitantes, em 1947.

[50] O contrato, na realidade, deveria ter-se expirado em 1941, mas na ocasião ele foi prorrogado compulsoriamente por força de decreto federal.

fogueiras imensas – alimentadas por veículos de transporte coletivo – em torno esbravejando uma multidão veemente, tomada de súbito, de uma ira capaz de todos os extremos", noticiava com evidente comoção o *Correio Paulistano* no dia seguinte ao dos protestos.[51] Significativamente, os ataques, iniciados contra os veículos da C.M.T.C., estender-se-iam a outros símbolos do poder público: automóveis que portavam as chamadas *chapas brancas* e mesmo o prédio da prefeitura tornaram-se alvos de vaias e apedrejamentos. Ao final do dia, pelo menos quinze ônibus[52] e cinco bondes[53] estavam totalmente destruídos, além daqueles parcialmente danificados.

O temor da repetição dos acontecimentos de 1947 se faria, daí em diante, sempre presente, em especial quando entrava em pauta o delicadíssimo assunto do aumento das tarifas dos transportes públicos. A área passou a viver em constante estado de tensão, até porque parecia não haver força humana capaz de torná-la melhor e mais eficiente. Em texto publicado em 1952, por ocasião do aniversário de São Paulo, o jornalista Fernando Fortarel proporcionou uma excelente descrição do penar cotidiano dos usuários de ônibus e bondes na cidade:

> São Paulo acorda cedo. Brás, Tucuruvi, Penha, Jabaquara, Ipiranga e Lapa – todos os bairros de trabalhadores e suas comunidades satélites – levantam do sono por volta das cinco da manhã. Às seis, as filas de ônibus já são longuíssimas, filas duplas e triplas, de gente que vai de pé, sentada e daqueles que rondam à volta, os chamados "gaviões", que apanham o carro quando alguém, das filas regulares, desiste ou hesita.
>
> O dia paulistano começa com a luta por um lugar no ônibus ou por um balaústre de bonde. Luta árdua, física, que exige agilidade e força e uma pontinha de má educação.
>
> Rodam os coletivos, pesadamente, pelas ruas e avenidas da cidade grande, furando o trânsito, que começa a complicar-se depois das sete. O ônibus estaca no cruzamento, ao sinal vermelho. Solavancos, reclamações, o motorista filósofo aconselhando:
>
> – Calma, gente... Isto é São Paulo...
>
> Isto é São Paulo em matéria de condução. Transporte coletivo deficitário para todos os bairros. Ônibus superlotados, gente que perde a hora do serviço, todos os dias, por não ter apanhado o elétrico duas horas antes de marcar o ponto. Há ônibus e bondes, lá isso há, em grande quantidade. Os ônibus da C.M.T.C., se fossem enfileirados, um atrás dos outros, para-choque contra para-choque, cobririam uma extensão de dez quilometros, no mínimo. São dez quilometros de ferragens e lataria a circular em avenidas e ruas, muitas destas mal pavimentadas, estreitas, todas elas atravancadas de autos, subindo em ladeiras íngremes, cruzando-se em esquinas perigosas. Ônibus novos e grandes, bem conservados, que funcionam otimamente, nem todos os carros da C.M.T.C. são deste tipo. Há alguns – os de Santo Amaro, por exemplo – que estão velhos, que enguiçam, que deixam os passageiros no caminho...
>
> Os bondes são as "muralhas chinesas rodantes", que atrapalham o trânsito e levam horas para completar uma viagem. Constituem, porém, o transporte mais barato da

[51] "Gravíssimos Acontecimentos Desenrolaram-se Ontem Nesta Capital". *Correio Paulistano,* 2 de agosto de 1947, p. 12.
[52] Cf. "Detalhes dos Acontecimentos". *Correio Paulistano,* 2 de agosto de 1947, p. 2.
[53] Cf. "O Dia Seguinte aos Tenebrosos Acontecimentos". *Correio Paulistano,* 3 de agosto de 1947, p. 7.

> capital e somente poderão ser retirados de circulação no dia em que vier o "metrô". Se vier, um dia...
>
> Bondes e ônibus, "lotações" que vararão a grande velocidade os congestionamentos de tráfego, pela contramão, e automóveis particulares e caminhões-lotação, bicicletas, veículos de todos os anos e de todos os tipos, despejam na praça Clovis Bevilaqua, na João Mendes, no Correio, na praça do Patriarca, e em todos os pontos finais, o exército de trabalhadores. Trabalhadores que constroem a metrópole, que fazem vibrar, durante todo o dia, o seu grande coração, gente que vive e labuta, nas fábricas, nas repartições, na rua, nos jornais, nas escolas, a falange dos obreiros, cujo esforço garante para São Paulo vários títulos, entre os quais o de cidade de crescimento mais rápido do mundo...[54]

Soa quase irônica a menção de Fortarel a uma das jóias da mentalidade hiperbólica paulistana. Porque, supondo mesmo que fosse verdadeira a afirmação de que São Paulo era a cidade que mais crescia no mundo, de que adiantaria tal crescimento se o resultado era uma existência tão aviltante para a maior parte de seus moradores? Já não parecia possível acreditar com tanta convicção que o futuro seria melhor, até porque os próprios agentes da melhoria se revelavam extremamente tímidos, quando o assunto eram seus supostos poderes benéficos – as obras de retificação do Tietê continuavam em andamento, por exemplo; mas elas não só não vinham fazendo florescer uma nova cidade, organizada e aprazível, às margens do rio, como sequer chegavam a evitar que este se tornasse mais e mais poluído, "um grande esgoto a descoberto, quase uma cicatriz no rosto da cidade", lamentava a *Folha da Noite* em 1954.[55]

Nem mesmo a expectativa de que esta e outras obras semelhantes – como a retificação também do rio Pinheiros e a canalização do Tamanduateí – pudessem ao menos amenizar o problema das enchentes se concretizou: chuvarada, em São Paulo, era mais do que nunca sinônimo da multiplicação de tormentos que faziam lembrar as penas do inferno. "Dificilmente se poderá escrever, com todas as suas cores, o drama que vem sendo vivido, nesses últimos dias, pela população que reside nos pontos baixos da cidade e nos bairros ribeirinhos para os quais converge a água das chuvas e dos temporais", alertava matéria publicada em 1950. "A certeza de que as enxurradas logo ganharão corpo e que virão alagar as ruas e praças; de que o nível das águas nos quintais, pouco a pouco, irá subir; de que a água e a lama atingirão a soleira das portas da frente e dos fundos e principiarão a entrar casa adentro; de que (tantas vezes sucedeu) a sua fúria levará de roldão móveis e utensílios, tudo isso concorre para que os meses de dezembro, janeiro e fevereiro sejam de desassossego e sobressalto para uma boa parcela da população de São Paulo, capital a que todos atribuem foros de grande metrópole e que, não obstante, é palco de coisas tais".[56] Uma outra matéria, publicada sete anos depois, chamava a atenção para outros dos transtornos trazidos pelos temporais: "O espetáculo da Paulicéia, sob o chuveiro celestial, repete as mesmas cenas de confusão. Muitas ruas transformam-se em cursos

---

[54] "5 Horas - São Paulo Acorda... e Trabalha". *Folha da Noite,* 24 de janeiro de 1952, p. 3.
[55] "Em Defesa do Tietê" (matéria assinada por Domingos de Lucca Junior). *Folha da Noite,* 10 de novembro de 1954, primeiro caderno, p. 2.
[56] "Aí Vem o Aguaceiro!". *Folha da Noite,* 17 de janeiro de 1950, p. 10.

de águas caudalosos. Em importantes artérias centrais formam-se poças que logo se convertem em lagoas. Ao atravessarem esses lençóis aquáticos, os carros fazem espadanar colunas de líquido. E, para completar o quadro clássico do tumulto causado na circulação, fileiras extensas de autos e ônibus permanecem longo tempo paralisadas, em meio de um buzinamento infernal".[57]

Além disso – e para não deixar passar a lembrança de outra das ambições que chegaram a povoar a imaginação paulistana –, os planos de fazer de São Paulo uma cidade em que a mendicância seria inteiramente erradicada frustraram-se da maneira mais completa, evidentemente. "Em São Paulo só falta o Pátio dos Milagres", comentava o periódico *A Noite* em 1949[58], em referência à ausência de um ponto de refúgio escolhido pelos próprios pedintes para servir-lhes de abrigo noturno, como ocorria em outras partes.[59] Já no ano seguinte, no entanto, a *Folha da Noite* encarregar-se-ia de anunciar que aquilo que antes faltava agora já existia: "A Delegacia de Vigilância e Capturas, a quem cabe a repressão à mendicância, levou a efeito uma ofensiva contra os esmoleres, culminando a diligência com a invasão do lugar por eles denominado 'Pátio dos Milagres'. Ali, nos baixos do Viaduto de Santa Efigênia, entre um terreno baldio e os muros do convento de São Bento, protegidos das intempéries pelo grande aqueduto, dezenas de mendigos se reúnem para troca de idéias e também de vestes para o serviço." Tão significativa se havia tornado a presença dos mendigos nas ruas paulistanas que a mesma reportagem chegaria até a reavivar um tema antigo, o da suposta existência de uma corporação subterrânea – chamada, na ocasião, de *Sindicato do Deus lhe Pague* –, organizada para defender seus interesses: "Existe quem diga possuírem eles um Sindicato, com sede instalada num edifício do centro da cidade."[60]

Tudo isso significava que, na passagem da década de 1940 para a de 1950, o devaneio de que São Paulo se poderia converter na *cidade ideal* dos urbanistas e dos planejadores deixara de ser imagem para se transformar em miragem: algo que já não mantinha mais qualquer correspondência para com o que a cidade vinha se tornando. Os sete anos e meio da primeira gestão Prestes Maia não haviam sido suficientes para moldar a metrópole almejada e – ainda pior para os defensores das soluções de caráter tecnocrático – foram seguidos por um período praticamente igual em que a grande marca foi a mais atordoante descontinuidade administrativa.

---

[57] "As Chuvas Param S. Paulo". *Diário Popular,* 30 de abril de 1957, primeira página.
[58] "A Mendicância Tomou S. Paulo de Assalto". *A Noite,* 11 de junho de 1949, p. 2.
[59] A expressão *Pátio dos Milagres* é antiga e veio de fora do país. Em seu extraordinário estudo sobre as representações literárias da mendicância européia entre os séculos XV e XVII, Bronislaw Geremek explica sua origem: "Na verdade essa denominação surgiu com uma conotação de escárnio em relação aos vagabundos-vigaristas que se fingiam de cegos, caolhos, aleijados, moribundos, mas que uma vez de volta à própria casa, 'num instante e sem milagres', ficavam completamente sãos, bastando apenas se lavarem e tirarem a camada usada para suscitar piedade nas pessoas": *Os Filhos de Caim - Vagabundos e Miseráveis na Literatura Européia, 1400-1700,* p. 144. *Pátio dos Milagres,* portanto, se tornou como que sinônimo do recôndito local em que os pedintes se viam repentinamente "curados" de todos os seus males, em transformações que seriam miraculosas se não fossem fraudulentas.
[60] "Varejado pela Polícia o Pátio dos Milagres". *Folha da Noite,* 14 de junho de 1950, p. 10. A idéia de que mendigos se congregam por meio de confrarias secretas remonta pelo menos ao século XVI. Em sua obra, Bronislaw Geremek faz referência a dois pedintes, detidos em Roma em 1595, que teriam confirmado em seus depoimentos às autoridades locais a existência de "sociedades" ou "companhias secretas" organizadas pelos próprios mendigos: *op. cit.,* pp. 76-77.

Nos sete anos e cinco meses subseqüentes à saída de Prestes Maia da chefia do executivo municipal, em novembro de 1945, São Paulo teve nada menos do que sete prefeitos diferentes – vale dizer, quase que uma nova gestão a cada ano, em média.[61] Difícil, senão impossível, imaginar o desenvolvimento de políticas públicas conseqüentes e de longo alcance em tais condições. E quando finalmente tomou posse um prefeito eleito pelo voto popular, em abril de 1953, este era Jânio Quadros, que além de não se caracterizar exatamente pela estabilidade enquanto governante, acabaria por abandonar temporariamente o posto, entre julho de 1954 e janeiro de 1955, para cuidar de outras ambições políticas – sua campanha, aliás vitoriosa, para o Governo do Estado. O próprio fato de que o sucessor de Jânio na prefeitura, Juvenal Lino de Matos, tenha renunciado ao cargo para o qual havia sido eleito, optando pela muito mais confortável cadeira de senador, deve ter parecido a muitos paulistanos atitude equivalente a uma rendição: o reconhecimento implícito de que, em termos práticos, São Paulo talvez estivesse então próxima da ingovernabilidade.[62]

O divórcio entre o poder público e a cidade, entretanto, era bem mais antigo: havia muito instalara-se em solo paulistano um processo de transformação que construía ele mesmo os caminhos que trilhava e que, com suas dinâmicas internas, ignorava por completo as tentativas de enquadramento por parte das sucessivas administrações municipais. São Paulo crescia extraordinariamente, sem sombra de dúvida; mas este era um crescimento que se fazia a si próprio, de forma avassaladora, desordenada, dir-se-ia mesmo monstruosa: em 1959 o *Correio Paulistano* já não hesitava mais em estampar em suas páginas a mais sombria das metáforas, a que comparava a expansão da metrópole a uma "célula cancerosa", em seu avanço tão rápido quanto descontrolado.[63]

O rumo adotado por São Paulo no período compreendido entre 1930 e 1960 – e mesmo além dele – foi, portanto, marcado por um gigantismo que estimulava manifestações variadas e contraditórias no campo das representações. Enfocado pelas lentes da ufania bandeirante, ele se convertia em corporificação do pujante, do grandioso e do moderno; visto pela ótica mais imediata dos padecimentos diários, ele se transfigurava em causador de preocupações, dificuldades e transtornos sem fim. Dualidade tão desconcertante não poderia deixar de marcar profundamente a vida e a cultura da cidade; para os paulistanos, era como se seu cotidiano oscilasse permanentemente entre o orgulho e o alarme.

---

[61] Exerceram o cargo no período, pela ordem: Abrahão Ribeiro, Christiano Stockler das Neves, Paulo Lauro, Milton Improta, Asdrúbal Euritysses da Cunha, Lineu Prestes e Armando de Arruda Pereira.

[62] Eleito senador em outubro de 1954 e prefeito em maio de 1955 – em pleito convocado em caráter extraordinário, dada a eleição de Jânio Quadros para o Governo do Estado – , Lino de Matos assumiu o executivo municipal no mês seguinte ao de sua escolha pelo eleitorado paulistano. Em abril de 1956, no entanto, decidiu renunciar ao cargo para reassumir sua cadeira no Senado Federal.

[63] "São Paulo a Caminho da Perdição" (reportagem assinada por Barros Ferreira). *Correio Paulistano*, 2 de agosto de 1959, segundo caderno, p. 10.

III

Contraditório e ambíguo que fosse, o crescimento de São Paulo tinha, porém, ao menos um efeito certo: ele proporcionava material em abundância para a imaginação dramatúrgica dos estelionatários que transitavam por suas ruas, permitindo-lhes renovar continuamente os esquemas de engano que colocavam em prática. Por vezes, era com tanto engenho que eles se valiam das incontáveis possibilidades de criação abertas pela incessante movimentação paulistana, que chegava a parecer que os vigaristas seriam mesmo capazes de superar os autores das então popularíssimas rádio-novelas em sua capacidade de conceber uma trama nova a cada dia.

Tomemos o caso dos infindáveis problemas inerentes à existência na cidade. Se fosse necessário demonstrar desde logo, e de uma só vez, a relação entre os temas da vida cotidiana e os contos-do-vigário, provavelmente teríamos já aqui argumentos em quantidade mais do que suficiente para fazê-lo; porque para praticamente cada uma das carências urbanas existentes em São Paulo, havia um golpe que lhe correspondia e que fingia ser sua solução. Vejamos alguns – e apenas alguns – exemplos.

A cidade sofria com a falta de moradias para abrigar uma população sempre crescente? Pois lá estava o chamado *Conto do Violino* a oferecer terrenos e lotes bem localizados e a preços extraordinariamente convidativos – que no entanto, se descobria depois de fechado o negócio, ou se situavam bem longe de onde os apontara o vendedor, ou não correspondiam em coisa alguma às belas imagens fotográficas dos anúncios mostrados previamente, ou demandavam o desembolso de significativos valores adicionais para o encaminhamento da papelada que regularizaria a posse, ou simplesmente não existiam. Já em 1931 o esquema estava em curso, alardeando a distribuição de "terras aos nordestinos que queiram vir morar nos bairros da Paulicéia";[64] na década de 1950, agora também conhecido como *Conto da Casa Própria*, multiplicava vítimas entre "comerciários, funcionários aposentados, operários e demais pessoas de humildes condições sociais e financeiras".[65]

Faltavam aos novos bairros da periferia paulistana redes de iluminação pública e residencial? Por meio do *Conto do Poste da Light*, supostos funcionários graduados da empresa que cuidava do setor realizavam coletas, entre as residências a serem beneficiadas, com o pretexto de assim

---

[64] "Conto do Violino". *Folha da Noite*, 23 de dezembro de 1931, p. 7. Na variante do logro aplicada nesse caso, a vítima era convencida de que ganhara por sorteio, e sem qualquer custo, um lote de terreno em São Paulo. Para as posteriores despesas de "selos, impostos e escrituras", entretanto, precisava desembolsar 250$000, por uma propriedade que de fato existia, mas que ficava "lá para Goiás ou melhor, onde o Diabo perdeu as botas mais velhas".

[65] "Sob a Promessa de Casa Própria Arrancaram Milhões de Cruzeiros a Pessoas Humildes". *Folha da Noite*, 1° de julho de 1954, primeiro caderno, p. 7.

tornar mais rápida a instalação das redes de distribuição de energia elétrica – partindo, em seguida, para a aplicação do mesmo engodo em outro quarteirão. Um certo vigarista, que aparentemente se especializou na execução do golpe em meados da década de 1940, procurava tornar mais plausível a trama simulando proximidade aos altos escalões administrativos da *São Paulo Light and Power*, em especial em relação ao superintendente da companhia, Edgard de Souza; certa ocasião, como forma de se livrar de uma vítima a quem já havia logrado, afirmou em tom altivo que "ia falar com o Dr. Edgard e voltaria logo".[66]

As ruas abertas de improviso nesses mesmos bairros eram ainda de terra? Os executores do *Conto do Calçamento* se encarregavam de procurar seus moradores e, passando-se por representantes da Prefeitura Municipal, cobrar-lhes as taxas que declaravam indispensáveis à futura pavimentação da via em questão – para depois, naturalmente, desaparecer por completo. Um único golpista – que, circunspecto, não se esquecia de entregar às vítimas os recibos pelos pagamentos devidamente assinados – "lesou mais de uma centena de pessoas, em importância superior a dez mil cruzeiros", antes de ter sua manobra de evasão frustrada e ser detido pela polícia, em 1943.[67]

Não havia linhas telefônicas disponíveis em número suficiente para atender à procura crescente por parte dos paulistanos? O *Conto do Telefone* existia para aparentar a capacidade de suprir tal deficiência por meio do tráfico de influência, como ocorria no caso daquele cidadão que, segundo a queixa de uma de suas vítimas, afirmava "que tinha prestígio na Companhia Telefônica Brasileira e por esse motivo era-lhe fácil conseguir instalar qualquer telefone nesta Capital"[68] – ou daquele suplente de deputado estadual que alegava coisa semelhante e que engambelaria várias pessoas ansiosas por dispor do serviço, até ser surpreendido pela polícia, em agosto de 1959.[69]

Havia migrantes que, tendo passado uma temporada em São Paulo, se arrependiam da aventura e queriam voltar para seus Estados de origem? Pois nem mesmo eles estavam livres das arapucas montadas pelos vigaristas, como demonstra o episódio dos sessenta nordestinos que planejavam organizar sua viagem de retorno, em 1954. "Um dia, dois homens, que se identificaram como proprietários da agência 'Pássaro Verde', localizada num bar da rua Gomes Cardim, esquina da rua Paulo Afonso, os procuraram e disseram que poderiam propiciar a viagem, por preço módico. Os sessenta nordestinos que esperavam pela oportunidade, cotizaram-se e entregaram à dupla 45 mil cruzeiros", de acordo com a reportagem da *Folha da Noite*.[70] Não

---

[66] *Termo de Declarações* (contendo o depoimento da vítima): documento integrante do Processo-Crime Nº 3.649/45 (2ª Vara Criminal). Ver ainda Processo-Crime Nº 3.372/45 (2ª Vara Criminal) e Processo-Crime Nº 11.357/46 (1ª Vara Criminal), preservados pelos Arquivos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – instituição, daqui em diante, identificada apenas como *ATJESP*.

[67] "Mais de Cem Vítimas do 'Conto do Calçamento'". *Folha da Manhã*, 6 de maio de 1943, p. 8.

[68] *Termo de Declarações* (contendo o depoimento da vítima): Processo-Crime Nº 28.921/52 (3ª Vara Criminal), ATJESP.

[69] "Suplente de Deputado Aplicava o Conto do Telefone". *Diário Popular*, 5 de agosto de 1959, primeiro caderno, p. 3.

[70] "Sessenta Nordestinos Ludibriados por uma Dupla de Estelionatários". *Folha da Noite*, 8 de julho de 1954, primeiro caderno, p. 7.

só não aconteceu viagem alguma como o próprio motorista do caminhão que os deveria transportar, e que efetivamente compareceu no local e na hora combinados para a partida, descobriu-se também enganado pela dupla de golpistas que havia fugido com todo o dinheiro.

Era como se, onde quer que surgisse a *procura* por um bem ou serviço, pouco depois lá aparecesse um imaginativo vigarista a apresentar um simulacro de *oferta* – aparentemente, em nenhuma outra parte a lei de mercado funciona com tanta regularidade, ainda que em termos puramente virtuais, quanto no mundo do conto-do-vigário. Seja como for, seria conveniente resistir à tentação de enumerar outros tantos exemplos de golpes fundamentados na exploração das mazelas urbanas – e outros exemplos não faltariam – , para passar à discussão de outro tópico de relevância para este estudo, o que se relaciona com os caminhos pelos quais os vigaristas paulistanos chegaram a atingir semelhante grau de agilidade e refinamento.

Em termos mais gerais, a questão está ligada à própria evolução da criminalidade em São Paulo entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX; e, em termos mais particulares, ao processo de imigração que tanto marcou a vida da cidade no mesmo período. Seria oportuno tentar explicar desde logo o que se procura dizer por isso. Existe uma primeira relação, um tanto evidente, entre a imigração e o a criminalidade, na medida em que as seguidas levas de imigrantes que afluíram a São Paulo contribuíram decisivamente para seu extraordinário crescimento – e nada mais natural que uma cidade que saltou de cerca de 64.000 habitantes em 1890[71] para cerca de 579.000 em 1920[72] conhecesse aumento mais ou menos proporcional no número de crimes cometidos em suas ruas.

Essa relação, no entanto, diz muito pouco sobre a influência estrangeira nas transformações pelas quais passou o crime em São Paulo na fase mencionada. Os imigrantes ajudaram a fazer crescer a cidade que, exatamente porque cresceu, passou a ser palco de maior quantidade de delitos: uma tal associação é tão óbvia que mal chega a ter qualquer significado especial – em que pesasse, na época, o surgimento de algumas manifestações marcadamente preconceituosas que visavam estigmatizar os que vinham de fora, como no caso daquele chefe de polícia citado por Boris Fausto que, no início da década de 1880, enxergava na maior parte dos italianos estabelecidos em São Paulo temíveis facínoras permanentemente armados de revólveres e punhais.[73] O aspecto para o qual gostaríamos de chamar a atenção aqui, assim, nada tem a ver com qualquer relação quantitativa na área em questão; ele tem a ver com uma provável ligação entre a presença estrangeira e uma certa transformação *qualitativa* no universo da criminalidade paulistana.

Já foi muitas vezes ressaltado que a imigração trouxe ao Brasil trabalhadores dotados de conhecimentos, técnicas e habilidades antes inexistentes por aqui: em diversos setores produtivos, a mão-de-obra estrangeira revelava graus de qualificação profissional inéditos para os

---

[71] Cf. Richard Morse: *Formação Histórica de São Paulo - De Comunidade a Metrópole*, p. 238.
[72] Cf. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade: *Ontem, Vila de São Vicente, Hoje, Estado de São Paulo - 500 Anos de Divisão Territorial e 100 Anos de Estatísticas Demográficas Municipais* (cd-rom).
[73] Cf. Boris Fausto: *Crime e Cotidiano - A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)*, p. 76.

padrões brasileiros. Ora, há evidências de que fenômeno semelhante se dava também no caso da criminalidade, muito particularmente na área dos chamados *crimes contra a propriedade*. Ali, uma *mão-de-obra criminosa* – se é que a expressão é admissível – , vinda de fora e muito mais habilitada que a nacional, elevava as práticas delituosas a novos níveis de sofisticação: um exemplo claro é o do italiano Gino Amleto Meneghetti, habilíssimo *gatuno* capaz de realizar proezas nunca antes vistas em solo paulistano e que deixavam as forças policiais da cidade inteiramente perplexas. Boris Fausto, em seu estudo sobre a criminalidade em São Paulo entre 1880 e 1924, enfatiza que, nos casos dos crimes contra a propriedade que pôde analisar e que compuseram sua amostra, se destacavam os criminosos estrangeiros, não apenas pelo vulto das subtrações realizadas, mas também pelos graus comparativamente maiores de habilidade intelectual ou manual demonstrados em sua prática.[74]

O fenômeno não deixava de ser percebido pelos contemporâneos. Sylvio Floreal, em sua reveladora radiografia da vida paulistana publicada em 1925 com o título de *Ronda da Meia-Noite,* chamava a atenção para as figuras que estavam envolvidas com ele: "Tipos que foram escroques em Paris, batedores de carteira em Monte Carlo e San Sebastián, contrabandistas no Havre e Gênova, falsários em Londres e Nova York, *caftens* na Rússia, Polônia e adjacências, que, caldeados e adestrados nos grandes centros de prostituição, chegam até nós, em última escala, da Argentina".[75] Em 1934 o cronista policial Willy Aureli, por sua vez, fazia questão de distinguir o *punguista* (ou batedor de carteiras) "vagabundo" do "fino", deixando claro que à segunda categoria pertenciam sobretudo os estrangeiros: "Os 'punguistas' mais célebres são os chilenos e os argentinos. Seguem-se os paraguaios, os espanhóis, os portugueses e os nacionais. Em São Paulo poucos desses 'internacionais' aparecem. Mas quando surgem, é uma calamidade!"[76] E em 1937 um outro cronista relembrava a época, para ele já então remota, em que traquejados criminosos vindos do exterior multiplicavam suas vítimas entre os indefesos paulistanos: "Já vão longe os tempos em que 'El Rei de la Noche' vinha dar seus passeios periódicos a São Paulo onde conseguia uma centena de contos de réis regressando, em seguida, à sua pátria distante: o Chile. E, como ele, vários azes da malandragem arribavam a esta capital, verdadeiro El Dorado para todos os desonestos e para todos os que fazem, da lei do mínimo esforço, um meio de vida".[77]

Há motivos para crer, portanto, que os fluxos de imigração traziam consigo criminosos experientes, que faziam em São Paulo escala temporária ou residência permanente, mas que, em um caso ou outro, ajudavam a tornar as práticas de furto e de roubo que se desenvolviam na cidade muito mais refinadas e complexas. E há, da mesma maneira, motivos para chegar à conclusão de que esse processo de importação de técnicas e saberes se fazia de maneira igualmente intensa no terreno do conto-do-vigário. Nos capítulos seguintes teremos a oportunidade de verificar, com algum detalhe, as formas pelas quais alguns golpes concebidos e

---

[74] Cf. Boris Fausto, *op. cit.*, p. 174.
[75] Sylvio Floreal: *Ronda da Meia-Noite - Vícios, Misérias e Esplendores da Cidade de São Paulo*, p. 58.
[76] "Perfis de Delinquentes - O 'Punguista'". *Folha da Noite*, 4 de abril de 1934, p. 3.
[77] "Repressão à Vadiagem". *Folha da Noite*, 12 de abril de 1937, p. 2.

aplicados no exterior foram trazidos e aclimatados ao Brasil, em exemplos em que a influência externa é inequívoca; por ora, bastaria enfatizar o quanto era significativo o fato de que certas expressões consagradas dentro do vocabulário próprio dos círculos da vigarice paulistana, como *otário* e *paco,* fossem trazidas de fora: da Argentina, em ambos estes casos.[78]

Valeria mesmo a pena realizar aqui uma breve digressão não apenas sobre o significado, mas sobretudo sobre a extensão com que aquilo que é nomeado pelo segundo termo se ambientou em terras brasileiras. O *paco,* em essência, é um falso pacote de dinheiro, feito normalmente por uma pilha de papel de jornal cuidadosamente recortado e colocada entre duas notas verdadeiras. Sua aparência é a de uma pequena fortuna feita de um amontoado de cintilantes cédulas empilhadas umas sobre as outras, em imagem capaz de tirar o fôlego do incauto que lhe coloca os olhos pela primeira vez; na realidade, não passa de uma montagem desprovida de qualquer valor. Ele não chega a se constituir em um golpe em si, mas em um artifício a ser utilizado em um sem fim de golpes diferentes. A apresentação de um episódio, ocorrido em 1951, certamente ajudará a demonstrar suas possibilidades de uso.

Em março daquele ano um jovem funcionário de uma firma de propaganda caminhava pelo centro de São Paulo, logo após haver retirado de uma agência bancária a quantia encomendada por seu chefe, quando algo de inesperado ocorreu. Um indivíduo que caminhava com pressa e atropelo deixou cair, bem aos seus pés, um envelope, sumindo em meio à multidão antes mesmo de permitir-lhe avisá-lo da perda. O jovem mal se havia abaixado para pegar o volume caído quando surgiu um outro indivíduo, este de olhar malicioso, que declarou ter visto toda a cena. Mais ainda: afirmou que aquele envelope certamente continha grande quantidade de dinheiro, o que aparentemente confirmou em um rápido exame do vistoso pacote de notas nele contido. A chance, declarou então, era única: cabia a eles partilhar o presente que a fortuna lhes havia enviado. Era preciso apenas despistar com falsas indicações o sujeito que havia perdido o envelope, e que efetivamente estava de volta, examinando os recantos do passeio público e interrogando os transeuntes. Ele se encarregaria disso, deixando ao jovem a guarda momentânea do dinheiro encontrado; antes disso, contudo, queria ter certeza de que este seria capaz de cuidar do patrimônio que deveria proteger. Em uma lição de como guardar valores com segurança, tomou o dinheiro que o jovem havia retirado da agência bancária, juntou-o ao pacote de notas retirado do envelope, e envolveu a ambos em um lenço que colocou no bolso interno do paletó. Ali, ensinou, os valores estariam a salvo do alcance dos malandros. Em seguida entregou o lenço ao jovem, esperou que este o guardasse no bolso interno de seu próprio paletó, advertiu-lhe que logo estaria de retorno para que realizassem a divisão, e partiu.

Para não voltar mais. O chamado *Conto da Cascata* havia sido aplicado com sucesso, porque o conteúdo do envelope convenientemente derrubado não passava de um primeiro *paco,* montado

---

[78] Em seu *Tesouro da Fraseologia Brasileira,* Antenor Nascentes não deixa margem para dúvidas em relação ao assunto. Define *otário* como "Homem de boa fé, ingênuo, tolo, que facilmente cai no conto do vigário", e acrescenta: "O vocábulo vem da gíria argentina" (p. 126). Da mesma forma, define *paco* como "Invólucro de papéis inservíveis, simulando pacotes de dinheiro, do qual se utilizam os gatunos para passar o conto-do-vigário", para novamente acrescentar: "Da gíria argentina" (p. 127).

apenas para impressionar o jovem funcionário; e o lenço que o estranho depois lhe entregara para guardar não era o mesmo em que seu dinheiro havia sido envolvido: era outro, que aquele já trazia pronto no bolso do paletó, de aparência igual à do primeiro, mas dentro do qual havia apenas um segundo *paco*. O jovem trocara dinheiro vivo por tiras de papel de jornal. Seria provavelmente dispensável comentar que tanto o sujeito que fingira perder o envelope quanto o que abordara a vítima operavam em conjunto, e que ambos certamente haviam observado discretamente a retirada que esta realizara da agência bancária e que fizera dela um alvo tão atraente.[79]

O *paco*, assim, servia tanto para atrair a quem se queria enganar quanto para trocar o que valia muito pelo que não valia coisa alguma. Mas nesse último caso, cabe ressaltar, seu emprego exigia certa destreza por parte do golpista – técnicas de ilusionista e mãos de prestidigitador para substituir com agilidade de movimentos um lenço pelo outro frente aos olhos do próprio enganado. Nos anos do segundo pós-guerra, o domínio de tais habilidades podia ser encontrado em alguns vigaristas paulistanos que revestiam seus golpes de uma aura de misticismo. Em 1946, uma mulher que se apresentava como cigana – ou ledora da *buena dicha*, para lembrar da expressão corrente na época – convenceu uma jovem dona-de-casa nascida na Ilha da Madeira e moradora de Santo Amaro a entregar-lhe todas as economias que guardava em casa para serem envolvidas em um lenço, como parte de um suposto ritual de purificação espiritual; quando o lenço foi finalmente aberto, horas após a partida da cigana e conforme as instruções desta, evidentemente já não continha mais dinheiro algum.[80] Da mesma forma, em 1950 um indivíduo que se dizia *médium* exigiu, para endireitar a vida de uma outra dona-de-casa que passava por problemas pessoais, que esta reunisse o total de seis mil e quinhentos cruzeiros, a serem embrulhados durante certa cerimônia mística em dois pacotes que só poderiam ser abertos oito meses depois – e teve mesmo o sangue-frio de, descoberta a fraude quando um dos pacotes foi aberto antes desse prazo, afirmar "ter sido obra dos espíritos a troca do dinheiro por papel jornal".[81]

O que importa aqui é destacar que o *paco*, já tão incorporado ao dia-a-dia dos vigaristas paulistanos nas décadas de 1940 e de 1950, como revelam os exemplos apresentados acima, não era, de maneira alguma, uma invenção brasileira: ele seguramente veio de fora – e uma das evidências disso é a comprovação de seu uso em outras partes. Nos Estados Unidos, por exemplo, havia muito a exibição da falsa fortuna e a troca dos invólucros era praticada por meio de ardil conhecido originalmente como *Golpe do Lenço Jamaicano*, posto que em sua trama inicial era um viajante vindo da Jamaica que iludia a vítima, com o apoio de um comparsa que lhe fazia o

---

79 Cf. Processo-Crime Nº 17.299/51 (1ª Vara Criminal), ATJESP.

80 Cf. Processo-Crime Nº 12.018/46 (1ª Vara Criminal). Casos semelhantes envolvendo figuras de ciganas podem ser encontrados também no Processo-Crime Nº 6.966/49 (2ª Vara Criminal) e no Processo-Crime Nº 15.455/50 (1ª Vara Criminal), ATJESP.

81 *Termo de Declarações* (contendo o depoimento da vítima): Processo-Crime Nº 18.583/52 (1ª Vara Criminal), ATJESP.

contraponto.[82] Isso não significa que o *paco* tenha sido criado na América do Norte: o nome e a nacionalidade de seu inventor, bem como a época em que a maquinação foi concebida, quase que certamente pertencem àquela categoria de informações totalmente irrecuperáveis, tão próprias da nebulosa história da vigarice. Muito mais importante do que isso, porém, é registrar que, qualquer que tenha sido sua origem, o expediente espalhou-se por diferentes países, o que implica a existência de *esquemas de transmissão* de práticas de engano em escala internacional.

Foram exatamente esquemas dessa natureza que, favorecidos pelos amplos movimentos de circulação de indivíduos e culturas próprios das grandes fases de imigração, chegaram ao Brasil e contribuíram para o aprimoramento de um número cada vez maior de vigaristas ágeis e atuantes. Pode-se supor que, em meio a um processo de aprendizado que incluía a adaptação de tramas e técnicas vindas do exterior, tais vigaristas – formados que estavam sendo em boa escola – passassem também a exercitar mais amiúde a *criação* de seus próprios golpes, valendo-se das oportunidades de momento para conceber logros inteiramente novos: um exemplo é proporcionado por aquele espertíssimo golpista que, tão logo estourou o movimento de 1932, arrumou uma farda de tenente constitucionalista e saiu interior paulista afora, requisitando automóveis particulares com a alegação de que precisava deles em caráter de urgência para transportar armas e revolucionários (os quinze veículos que obteve por meio da tramóia foram subseqüentemente enviados ao Rio de Janeiro e vendidos "a preço de ocasião").[83]

Tal avanço não apenas de golpes e golpistas, mas da própria criminalidade em termos mais gerais, por outro lado, não poderia deixar de provocar contrapartidas por parte das forças da lei e da ordem. Ao longo das primeiras décadas do século XX, a prosperidade paulista vinha se encarregando, ela mesma, de atrair todo tipo de aventureiro para o Estado, como destacam Hermes Vieira e Oswaldo Silva em sua obra sobre a Polícia Civil de São Paulo: "Apareceram em número maior, e com estarrecente audácia, os grileiros, os salteadores, os vigaristas, os larápios, os malandros, os passionais exacerbados, os falsificadores, os desordeiros e outros que tais."[84] A reação a isso, comentam os mesmos autores, foi a reorganização da polícia paulista, realizada por meio de reformas destinadas a dotá-la de maior agilidade e capacidade de ação: em 1924, por exemplo, nada menos do que sete delegacias especializadas foram criadas para combater o crime em suas diversas modalidades.[85] E em 1933, por fim, duas outras delegacias especializadas

---

[82] Cf. M. Allen Henderson: *How Con Games Work*, pp. 85-86.

[83] "A Polícia do Rio de Janeiro Prende o 'Scroc' João Augusto de Carvalho". *Folha da Noite*, 25 de maio de 1933, p. 8. Seria interessante registrar que o movimento de 1932 proporcionaria condições para que outros tipos de fraude fossem praticados. Dentro da própria campanha do *Ouro para São Paulo* houve desvio de recursos: cf. "O Vultoso Desfalque Dado no Ouro da Campanha Constitucionalista". *Folha da Manhã*, 17 de maio de 1936, p. 24.

[84] Hermes Vieira e Oswaldo Silva: *História da Polícia Civil de São Paulo*, p. 238.

[85] As delegacias especializadas então criadas, de acordo com Vieira e Silva, eram "a de Segurança Pessoal, a de Ordem Política e Social, que em futuro próximo seria desdobrada em um Departamento, devido à evolução social do país, a de Investigações de Furtos e Roubos, que também seria desdobrada em duas, a de Vigilância e Capturas, a de Investigações de Falsificações em Geral, a de Fiscalização de Costumes e Jogos, que, por sua vez, se desdobraria em duas delegacias distintas, e a de Técnica Policial, que igualmente se transformaria no futuro, dada a complexidade e importância de suas atribuições, em Instituto de Polícia Técnica": *op. cit.*, p. 239.

seriam criadas, a de Jogos e a de Repressão à Vadiagem, ficando a última encarregada de investigar os casos de estelionato.[86]

A medida, de certa forma, serviu para organizar as regras do jogo particular de gato e rato que se estabeleceria entre investigadores policiais e vigaristas. A Delegacia Especial de Repressão à Vadiagem fôra concebida inicialmente, como indica seu próprio nome, para combater aqueles que fossem entendidos como *vadios* – uma definição um tanto imprecisa e que, em tese, poderia ser aplicada tanto ao falso mendigo quanto ao simples desocupado, mas que na realidade se prestava a enquadrar qualquer cidadão pobre que parecesse ousar recusar-se ao trabalho na terra do trabalho. Sua função primária, portanto, seria a de cuidar dos mecanismos de controle social; mas, gradualmente, a repartição ver-se-ia obrigada a conceder mais e mais atenção à ação dos vigaristas que operavam em São Paulo. Com o tempo, esta acabaria mesmo por tornar-se sua atividade principal: sinal de que o conto-do-vigário, em suas múltiplas possibilidades, proliferava no espaço da paulicéia.

Coisa que, em perspectiva, era perfeitamente compreensível. Porque, se no intervalo de três décadas, a cidade de São Paulo deu um salto extraordinário para pretender-se colossal – fosse isso acontecimento digno de celebração, na visão dos que acreditavam em questões de modernidade e liderança, fosse isso processo de degradação urbana, na opinião dos que começavam a ver problemas por todos os lados – , o fez promovendo a circulação de volumes cada vez maiores de dinheiro em suas ruas, transformando-se cotidianamente em termos culturais, e multiplicando continuamente os espaços sociais e os contingentes populacionais que abrigava: estímulos dessa ordem certamente deveriam parecer irresistíveis para a criatividade, a ousadia e a cobiça dos vigaristas que, em quantidade cada vez maior, circulavam em meio a sua garoa.

---

[86] *Ibidem*, p. 267.

Capítulo 2

Ludibriando um Roceiro

Imbarquei no trem de ferro,
lá na vila da Faxina;
o bruto largô seu berro,
saiu cortano a campina.

De aturdido os óio cerro,
já cheio de areia fina...
Chego in São Pólo. Saio... Érro
no virá a premera esquina.

Fico meio turtuviado;
gentarada, carro, bonde
e intuda parte um sordado.

Fico danado, se amólo;
vô drumi num sei adonde
– Num venho mais p'ra São Pólo!

Cornelio Pires, "Peripécias de Viagem", poema publicado no livro *Selecta Caipira,* 1929

Muito embora a Delegacia de Repressão à Vadiagem mantenha cerrada campanha contra os malandros que infestam a cidade, ainda continuam agindo livremente dezenas de indivíduos perniciosos à sociedade. Diariamente a crônica policial registra casos de pessoas que, agindo de má-fé e julgando estar ludibriando um roceiro, perdem alguns milhares de cruzeiros.

De notícia publicada no periódico paulistano *A Noite,* junho de 1949

I

Por diversas que pudessem ser as versões sobre a origem da expressão *conto-do-vigário*, uma coisa era certa: entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, esta se aplicava sobretudo à descrição de um estratagema específico – um golpe de rua que o tempo se encarregaria de tornar mais conhecido como *Conto do Legado*. Mesmo no início da década de 1940 tal golpe ainda era reconhecido como uma espécie de matriz original a partir da qual outras tramas se haviam desenvolvido; o inspetor da Guarda Civil Antonio Vieira, por exemplo, não deixou de incluí-lo em seu livro publicado na época sobre os embustes então em aplicação em São Paulo – apesar de considerá-lo, na ocasião, "em franco declínio" –, já que, segundo ele, "desse 'conto' surgiram os demais".[1] O logro se fundamentava em um esquema tão simples quanto funcional; é possível descrevê-lo por meio de uma sinopse relativamente curta.

A vítima era abordada em alguma rua ou esquina por um indivíduo que invariavelmente começava a conversa pedindo informações sobre determinado ponto da cidade: ato de abertura destinado a sinalizar que se tratava de forasteiro pouco familiarizado para com o lugar em que se encontrava. O diálogo que se seguia confirmava essa primeira impressão e ia além – revelava que o que o trazia a centro que mal conhecia era a tarefa de encaminhar vultosa doação, enviada por benemérito morador de sua terra natal, aos necessitados daquela cidade. Este *legado*, entretanto, tinha que ser entregue no endereço que buscava, equivalente ao de certo hospital ou instituição de caridade; ali devia ser deixado o espetacular maço de notas que exibia discretamente, tirado de dentro do lenço em que o trazia envolvido. Nessa altura, se tudo ocorresse de acordo com o planejado, a vítima estaria como que mesmerizada pela visão de tanto dinheiro; e quando o estranho pedia que ela própria assumisse a missão de levar tal fortuna ao seu destino, aceitava com entusiasmo a incumbência. Não hesitava sequer – fosse por questão de segurança, fosse por demonstração de confiança – em ceder tudo o que tivesse na carteira para ser embrulhado no mesmo lenço que continha a preciosa carga que passava a portar. Cuidadoso, o forasteiro se encarregaria de embalar uma soma junto à outra, de verificar se o volume resultante podia ser levado com conforto e discrição, e de finalmente entregar o lenço dobrado à vítima.

Que se tornara vítima no exato instante em que colocara seu pecúlio nas mãos daquele sujeito a quem imaginava tão necessitado de ajuda. Porque o maço que lhe fôra exibido não passava de um primeiro *paco*, que apenas simulava grande quantidade de notas graúdas; e este, ao qual

[1] Antonio Vieira: *Os Vigaristas*. São Paulo, Arcadas Editora, 1940, p. 26.

havia sido adicionado seu dinheiro, tinha sido habilmente substituído por um segundo *paco*, colocado em lenço de aparência igual à do outro. Apenas mais tarde – e tarde demais – a vítima descobriria que o lenço que lhe havia sido entregue não continha senão pilhas de papel de jornal recortado. Tanto o tesouro que parecia ter-lhe caído do céu quanto o dinheiro que trazia consigo haviam como que evaporado.

Esse enredo básico podia receber várias roupagens e desdobrar-se em muitas variações; talvez em uma delas o *legado* fosse enviado pela caridosa figura de um padre distante, caso em que teríamos então mais uma possível explicação para o surgimento da expressão *conto-do-vigário*. Seja como for, quando Machado de Assis publicou no periódico carioca *Gazeta de Notícias*, em 31 de março de 1895, crônica cujo título não era outro senão "Conto-do-Vigário", era exatamente a esse ardil que se referia. Depois de observar que mesmo no texto bíblico Labão foi enganado por Jacó, o que não deixava de constituir uma precoce forma de vigarice,[2] Machado prossegue:

> O nosso Labão desta semana foi um honesto fazendeiro do Chiador, que, estando em uma rua desta cidade, viu aparecer um homem, que lhe perguntou por outra rua. Nem o fazendeiro, nem o outro desconhecido que ali apareceu também, tinha notícia da rua indicada. Grande aflição do primeiro homem, recentemente chegado da Bahia, com vinte contos de réis de um tio dele, já falecido, que deixara dezesseis para os náufragos da *Terceira* e quatro para a pessoa que se encarregasse da entrega.[3]

No caso em questão, a maior parte da soma era destinada às vítimas de um naufrágio; mas, ainda assim, bela recompensa estava reservada a quem apoiasse tais filantrópicas intenções:

> Quem é que, nestes ou em quaisquer tempos, perderia tão boa ocasião de ganhar depressa e sem cansaço quatro contos de réis? Eu não, nem o leitor, nem o fazendeiro do Chiador, que se ofereceu ao desconhecido para ir com ele depositar na Casa Leitão, Largo de Santa Rita, os dezesseis contos, ficando-lhe os quatro de remuneração.
>
> – Não é preciso que o acompanhe, respondeu o desconhecido; basta que o senhor leve o dinheiro, mas primeiro é melhor juntar a este o que traz aí consigo.
>
> – Sim, senhor, anuiu o fazendeiro. Sacou do bolso o dinheiro que tinha (um conto e tanto), entregou-o ao desconhecido, e viu perfeitamente que este o juntou ao maço dos vinte; ação análoga às das varas de Jacó. O fazendeiro pegou do maço todo, despediu-se e guiou para o Largo de Santa Rita. Um homem de má fé teria ficado com o dinheiro, sem curar dos náufragos da *Terceira*, nem da palavra dada. Em vez disso, que seria mais que deslealdade, o portador chegou à Casa Leitão, e tratou de dar os dezesseis contos, ficando com os quatro de recompensa. Foi então que viu que todas

---

[2] O relato bíblico a que Machado faz referência está presente em Gênesis, 30, 31-43. De acordo com ele, Labão prometeu a Jacó dar-lhe todas as crias de seu rebanho que nascessem malhadas, mantendo para si as que nascessem de uma só cor. Jacó, no entanto, valeu-se do artifício de fazer com que na primavera as cabras concebessem tendo à frente dos olhos varas de cores diferentes, o que teria provocado o nascimento das crias malhadas que lhe eram prometidas.

[3] Machado de Assis: "Conto-do-Vigário", in *A Semana - I* (título atribuído pela Editora Globo ao primeiro volume de uma seleção de crônicas originalmente publicadas na *Gazeta de Notícias*), p. 186.

> as cabras eram malhadas. O seu próprio dinheiro, que era de uma só cor, como as ovelhas de Labão, tinha a pele variegada dos jornais velhos do costume.[4]

O conto-do-vigário – "o mais antigo gênero de ficção que se conhece", na definição do próprio Machado[5] – havia sido aplicado com êxito em plena Capital Federal. Seria ele, em alguma de suas possíveis variantes, aplicado naquele final de século também em São Paulo – um centro urbano então muito menos expressivo, ainda que já envolvido com o irresistível processo de arranque econômico que viria mudar-lhe completamente a feição? Era, e talvez mesmo com certa precedência em relação ao Rio de Janeiro; porque dez anos antes do surgimento da crônica de Machado de Assis – em janeiro de 1885 – o periódico paulistano *Diário Popular* trazia, com o título de "Uma dos Diabos", a seguinte notícia:

> Joaquim Conceição, residente em Pirassununga, chegou a esta capital, trazendo um conto e quinhentos para serem remetidos a diversas pessoas em Portugal.
>
> Dois larápios fizeram conhecimento com o nosso endinheirado Conceição, e ontem à noite, no largo de São Bento, conseguiram *aliviá-lo* do seu dinheiro.
>
> Convenceram Conceição de que um parente lhes deixara a eles larápios uma certa soma para ser distribuída pela pobreza. Nessa conformidade, lembraram a generosa hipótese de enviá-lo – o Conceição – para esse fim a Portugal, e assim trataram de reunir as duas quantias.
>
> O Conceição aceitou a incumbência, consentiu que as quantias fossem reunidas em um só maço e em um só invólucro.
>
> Feito isto, e retirando-se os dois negociadores, foi Conceição examinar seu acrescido tesouro, e então verificou que apenas lhe haviam aqueles tais deixado um embrulho de papéis sujos, apenas semelhantes no volume e na forma, ao em que ele vira reunir o seu ao dinheiro dos dois desconhecidos.
>
> Imaginem o desespero de Conceição.[6]

Há aqui certa variação em relação ao enredo básico, resultante provavelmente da agilidade com que os golpistas souberam adaptá-lo às circunstâncias de momento: nesse caso é a vítima quem está de passagem pela cidade, e o dinheiro da caridade é reservado a pobres que vivem fora dela. Ainda assim, os traços fundamentais da trama são perfeitamente reconhecíveis: um legado a ser transmitido, alguém que aceita a tarefa de fazê-lo, e a união dos valores em um único embrulho, a troca de *pacos* que só é descoberta depois.

São Paulo, portanto, tinha certa tradição quando o assunto era a aplicação do conto-do-vigário, tido este como equivalente ao *Conto do Legado;* na década de 1930, era até mesmo com alguma irritação que a comunicação de sua repetida ocorrência era transmitida pelos repórteres encarregados das páginas policiais. "O velhíssimo 'conto do vigário', apesar de sua idade, encontra sempre um ouvinte... A despeito da propalada evolução da humanidade, o Mundo anda cheio de

---

[4] Machado de Assis, *op. cit.*, pp. 186-187.
[5] *Ibidem*, p. 186.
[6] "Uma dos Diabos". *Diario Popular*, 23 de janeiro de 1885, p. 2.

'otários', que só podem deparar um malandro para serem aliviados do que possuem", escreveu um deles em 1932, informando ainda que o caso que lhe cabia noticiar correspondia à "clássica narração de sempre: um cretino que não sabe onde fica a Santa Casa, um pacote com 10:000$000, a mistura do dinheiro e, a seguir, a dolorosa surpresa dos jornais velhos".[7]

Em notícia publicada dois anos depois, envolvendo a aplicação do golpe por vigarista conhecido como *Perna de Pau,* o encarregado de relatá-la demonstrava inconformismo ainda maior. Que os paulistanos se tornassem vítimas de crimes como a *punga* – o furto de carteiras realizado em meio ao burburinho das ruas por meliantes de "dedos ágeis" – , isso ainda seria admissível, argumentava. "Mas o 'conto do vigário', francamente! História que já constitui velharia cediça, tanta vezes relatada pelos jornais e explorada em inúmeros comentários pelas crônicas policiais da cidade, tresandando a mofo e outras coisas bolorentas, ainda assim encontra indivíduos de boa fé... Ou melhor de má fé, pois a vítima, indiscutivelmente, age com preconcebida intenção de lesar o 'contista' que, afinal de contas é quem a logra."[8]

Tais alertas certamente serviam para tornar alguns paulistanos mais atentos para com os riscos que corriam. Mas eles provavelmente tinham outro efeito ainda, o de forçar os vigaristas a diversificar o enredo do golpe, adicionando-lhe novos elementos como forma de revigorar seu apelo. Entre a década de 1920 e a de 1930, assim, o *Conto do Legado* passou por algumas transformações significativas. Uma delas foi a de, em algumas ocasiões, reforçar a intensidade dramática do enredo, com a inclusão da personagem de um pai ou de um tio arrependido de passadas desonestidades e que, em seu leito de morte, tenta purgar seus antigos pecados enviando a fortuna ilicitamente obtida para ser distribuída aos necessitados. Ao tema da caridade, assim, somava-se o tema da redenção: a história contada se tornava, inquestionavelmente, muito mais tocante.

A grande inovação, contudo – aquela que viria incorporar-se definitivamente ao golpe para multiplicar-lhe a eficiência e proporcionar-lhe uma sobrevida notável – era outra. Ela consistia na estratégia de realçar a fragilidade da personagem do forasteiro que trazia consigo o legado, tornando-o um ser pateticamente ignorante, incrivelmente ingênuo, e totalmente incapaz de cumprir qualquer tarefa que envolvesse maior responsabilidade. Não era difícil colocar em prática tal redefinição; para tanto, bastava apresentá-lo com os traços da figura à qual os paulistanos, em termos gerais, atribuíam cada uma dessas características: bastava fazer dele um *caipira.*

Não é possível identificar o momento exato em que as novidades foram incorporadas ao golpe; seja como for, elas já se faziam presentes na descrição oferecida pelo cronista policial Willy Aureli, no primeiro artigo de sua série de textos sobre os delinqüentes paulistanos, publicada em 1934:

---

[7] "Eterno Conto do Vigario - O Ultimo 'Otario' Veio do Paraná". *Folha da Noite,* 26 de abril de 1932, p. 5.
[8] "Tres 'Azes' da Malandragem Presos Quando Pretendiam Agir na Recebedoria de Rendas". *Folha da Noite,* 19 de junho de 1934, p. 5.

Eis o modo de agir dos passadores do conto: o vigarista, que tem feições de homem honesto, que traz nos olhos uma centelha de infinita cordura e traja à caipira, avizinha-se do "otário".

– O senhor sabe, por favor, onde fica a Santa Casa? – pergunta.

– Fica na rua tal e tal. O senhor vai descendo esta rua, sobe aquela, torce à direita e quebra à esquerda...

– É difícil... Eu não sou daqui e tenho medo de me perder... Cheguei hoje do interior e hoje mesmo preciso embarcar pois minha "muié" está passando mal...

– Então o que é que veio fazer?

Aqui começa a história...

Há muitos anos meu tio, que era enfermeiro da Santa Casa, teve que tratar de um doente. Este, antes de morrer, pediu ao meu tio para que procurasse debaixo do colchão um embrulho. Eram vinte contos de réis! Confiando na honestidade do meu tio, o doente pediu para que ele fizesse entrega, logo após a sua morte, dessa quantia a uma filha que vivia pobremente. Meu tio jurou e, quando o doente faleceu, no lugar de entregar o dinheiro, pediu demissão e zarpou para o interior onde se estabeleceu. Passaram os anos e os remorsos começaram. Assim foi que, chegada a hora dele ir desta para melhor, chamou-me à cabeceira e disse-me: – "Meu sobrinho, eu sou um grande pecador!" (e aqui o vigarista descreve a cena do desespero do pecador e sua vontade de querer restituir, acrescentada de alguns contos de réis, a quantia que furtara). E continua: – "Sendo que a tal moça já faleceu, meu tio quis que eu fizesse entrega desta quantia (exibe um maço de dinheiro, onde aparecem uma cédulas nas dobras) à Santa Casa. Mas eu não sei onde fica e tenho medo de ser embrulhado. Dizem que em São Paulo há muito gatuno...[9]

O desenlace – em que a vítima protagoniza um ato final feito de "suores frios, mãos nervosas que amarrotam papéis de jornais 'filados' com uma cédula fora de curso e que sinuosamente cobre as pontas dos vários maços, dando a impressão perfeita de pacotes de dinheiro" – é o de sempre. A narrativa dramática apresentada pelo golpe, no entanto, já não era mais exatamente a mesma; e as mudanças pelas quais havia passado acabariam por revelar-se extremamente adequadas.

Porque, de tal maneira revitalizado, o *Conto do Legado* seguiu adiante em uma trajetória digna de nota; cabe ressaltar que, ao menos nesse caso, o inspetor Antonio Viera estava equivocado – o ardil não só não estava em declínio como passaria a ser reproduzido por novas levas de vigaristas cidade afora, ao longo das décadas de 1940 e 1950. Inclusive com o dado adicional de que sua generosidade imaginária se tornaria, de certa forma, mais ampla, uma vez que a lista de possíveis beneficiários do dinheiro destinado à filantropia diversificava-se continuamente: de acordo com queixa prestada em 1946, o argumento usado era o de que os recursos haviam sido enviados "aos

[9] "Perfis de Delinquentes - O Passador do Conto do Vigario". *Folha da Noite*, 21 de março de 1934, p. 8.

leprosos" paulistanos[10]; segundo outra queixa prestada no ano seguinte, "aos ceguinhos do Instituto Padre Chico"[11]; e assim por diante.

É preciso destacar que, depois da sua recriação, o tema do tio arrependido não seria adotado em todas as tentativas subseqüentes de aplicação do ardil; a figura do interiorano simplório, entretanto, o seria quase que invariavelmente. Esse aspecto torna-se bastante evidente quando são levadas em conta as palavras das próprias vítimas da trama. Em sua queixa apresentada à polícia, em 1957, uma delas declarou ter sido abordada, quando passava pela avenida Pacaembu, "por um indivíduo aparentando ser 'caipira'"[12]; outra, no ano seguinte, quando passava pelo largo São José do Belém, "por um indivíduo com trajes de caipira"[13]; outra ainda, dois anos depois, quando passava pela avenida Ipiranga, "por um indivíduo branco, baixo, magro, cabelos grisalhos, entradas na fronte, com aparência de 'caipira'".[14] O fenômeno era visível mesmo quando o golpe não funcionava: em março de 1960 um comerciário impediu sua execução, por parte de três vigaristas que vira abordar um transeunte na rua Formosa, porque havia lido poucos dias antes notícia de jornal descrevendo o logro. Não fosse por isso, provavelmente não o teria reconhecido; até porque – segundo ele próprio – o indivíduo que falava à possível vítima "imitava bem o caipira".[15]

II

Não seriam necessários outros exemplos para demonstrar que o papel de *caipira* havia conquistado lugar de destaque dentro do universo dramatúrgico dos vigaristas que operavam em São Paulo. Também é evidente que isso não teria ocorrido, por outro lado, se a personagem não tivesse sido tão bem recebida pelo público que visava atingir, formado por pessoas predispostas a acreditar que viajantes vindos do interior eram capazes de colocar alegremente pequenas fortunas nas mãos dos moradores da Capital, sem sequer conhecê-los e em troca de meros compromissos verbais. Uma tal crença, sem dúvida, merece exame mais detalhado.

---

[10] *Têrmo de Declarações* (contendo o depoimento da vítima): documento integrante do Processo-Crime Nº 12.116/46 (1ª Vara Criminal), ATJESP.
[11] *Têrmo de Declarações* (contendo o depoimento da vítima): Processo-Crime Nº 4.742/47 (2ª Vara Criminal), ATJESP.
[12] *Registro de Queixa* (contendo o depoimento da vítima): Processo-Crime Nº 17.843/59 (2ª Vara Criminal), ATJESP.
[13] *Auto de Prisão em Flagrante Delito* (contendo o depoimento da vítima): Processo-Crime Nº 25.517/58 (1ª Vara Criminal), ATJESP.
[14] *Queixa* (contendo o depoimento da vítima): Processo-Crime No 140/61 (1ª Vara Criminal), ATJESP.
[15] *Auto de Prisão em Flagrante* (contendo o depoimento da primeira testemunha): Processo-Crime Nº 18.708/60 (2ª Vara Criminal), ATJESP.

Chama a atenção imediatamente o sentimento de superioridade em que ela se fundamenta. Era como se o citadino enxergasse no interiorano uma criatura infantilizada, em quem a ingenuidade atingia mesmo o ponto da estultice e a falta de iniciativa constituía traço quase que patológico. Na década de 1930, a influência dos processos de urbanização e de industrialização já se encarregara de tornar totalmente cristalizada – pelo menos entre os moradores dos grandes centros – a mentalidade de acordo com a qual a vida no ambiente rural correspondia a condição existencial de irremediável atraso; o indivíduo que trocasse tal ambiente pelo meio urbano faria uma viagem não apenas no espaço, mas sobretudo no tempo: daria como que um salto entre a realidade que lhe era familiar, mas que equivalia a um arcaísmo próprio do passado, para mergulhar em uma realidade que lhe era estranha, mas que já apresentava todos os sinais de um futuro feito de modernidade. Não era à toa que se fantasiava com tanta intensidade sobre o quanto o interiorano deveria se sentir deslocado em São Paulo.

Isso tudo significa que se consolidava mais e mais uma certa *representação* do caipira, destinada a fazer dele um autêntico anacronismo ambulante: um homem de outra época, e por isso mesmo primitivo e retraído, ignorante e tacanho, indolente e improdutivo. Esta representação começou a ganhar seus primeiros contornos já no século XIX, em especial na sua segunda metade; o próprio advento da República consagrou um determinado ideal civilizatório que, fundamentado em idéias de ordem e progresso, não podia valorizar figura cujo aparente desalinho lembrava *desordem* e cuja existência modesta sinalizava *retrocesso*.[16] A imigração tornou mais intensa a disseminação dos estereótipos negativos associados ao interiorano, até porque lhe proporcionou um contraponto – ou, melhor dizendo, uma outra representação, a do trabalhador europeu educado, ativo e saudável – que servia, invariavelmente, para diminuí-lo.

O caipira, portanto, atravessou as últimas décadas do século XIX em meio a um certo clima de desprezo; e, não obstante isso, o pior ainda estava por vir. Logo na abertura do século XX, em 1901, na "Nota Preliminar" a *Os Sertões,* Euclides da Cunha o definiria mesmo como representante de uma das sub-raças brasileiras destinadas a desaparecer inevitavelmente "ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra."[17] Em tais circunstâncias, afirmava, o futuro já se deixava divisar com clareza: "O *jagunço* destemeroso, o *tabaréu* ingênuo e o *caipira* simplório, serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas".[18]

Posição igualmente crítica seria adotada por autor que, ironicamente, situou no ambiente rural várias das suas melhores narrativas. Monteiro Lobato, em texto publicado em 1914 no periódico *O Estado de S. Paulo* e depois incorporado ao volume *Urupês,* denunciava o caboclo como "funesto

---

[16] José Murilo de Carvalho lembra que mesmo limitadas ao fechado círculo das elites educadas, as diferentes correntes de pensamento republicano "acabavam por defender, cada uma a sua maneira, o envolvimento popular na vida política": *A Formação das Almas - O Imaginário da República no Brasil,* p. 10. A imagem do cidadão consciente e participativo que tais correntes pressupunham com certeza não deixava espaço para a figura do caipira.

[17] Euclides da Cunha: *Os Sertões,* p. XI.

[18] Euclides da Cunha, *op. cit.,* p. XI.

parasita da terra" por conta do hábito de realizar queimadas[19]; e concluía que pouco mais restaria a esta "espécie de homem baldio, semi-nômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças", senão ceder terreno e retirar-se para um isolamento cada vez mais longínquo: "À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a picapau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se."[20]

É verdade que Lobato acabaria por apresentar alternativa ao caipira, por meio da conhecida fábula do Jeca Tatu. Mas o roceiro que superava seus antigos hábitos insalubres para tornar-se a um só tempo um titã que enfrentava onças com os próprios punhos, um empreendedor que enriquecia e adotava modernidades tecnológicas, e uma liderança local que passava a falar inglês e a combater as enfermidades da comunidade em que vivia[21], já não podia mais ser visto propriamente como um caipira – ele transformara-se, na realidade, no "avesso de si mesmo", como bem o definiu Márcia Regina Capelari Naxara em seu excelente estudo sobre as representações do brasileiro entre o final do século XIX e o início do século XX.[22] A moral da história lobatiana parece simples: a solução para o caipira era deixar de sê-lo.

Se era assim que expoentes do pensamento brasileiro, como Euclides da Cunha e Monteiro Lobato, enfocavam a questão, como deveria ela ser encarada pelas crescentes populações urbanas? Por meio talvez de uma visão carregada de comicidade; dir-se-ia mesmo que, na cidade grande, o interiorano não tinha mais lugar a não ser como piada. Aquela que é tida como a primeira comédia produzida pelo cinema brasileiro, *Nhô Anastácio Chegou de Viagem*, realizada por Júlio Ferrez em 1908, já colocava nas telas o enredo do roceiro que se deixa perder pelas tentações da Capital Federal até ser resgatado pela providencial chegada da esposa – tema, aliás, amplamente explorado pelo teatro de revista da época.[23] E mesmo autor declaradamente empenhado na defesa e na divulgação da cultura interiorana, como Cornelio Pires, passou, a partir de 1914, a realizar espetáculos públicos em que intercalava números de música sertaneja com a narração de anedotas que apresentavam o caipira como um indivíduo malicioso e simplório ao mesmo tempo. "O caboclo de Cornelio é uma bonita estilização – sentimental, poética, ultra-romântica, fulgurante de piadas – e rendosa", escreveu com indisfarçável sarcasmo Monteiro Lobato em carta dirigida a Godofredo Rangel, em julho de 1915. "O Cornelio vive, e passa bem,

---

[19] Monteiro Lobato: *Urupês*, p. 235.
[20] Monteiro Lobato, *op. cit.*, p. 235. Nota de rodapé presente na edição original informa que a *picapau* era uma "espingarda de carregar pela boca".
[21] Cf. Monteiro Lobato: "Jéca Tatú - A Ressurreição", in *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, pp. 329-340.
[22] Cf. Márcia Regina Capelari Naxara: *Estrangeiro em sua Própria Terra - Representações do Brasileiro, 1870/1920*. São Paulo, Fapesp / Anna Blume, p. 31.
[23] Cf. Carlos Roberto de Souza: *Nossa Aventura na Tela*, p. 55.

ganha dinheiro gordo, com as exibições que faz do 'seu caboclo'. Dá caboclo em conferências a 5 mil réis a cadeira e o público mija de tanto rir."[24]

Cornelio Pires, com efeito, percorreu uma significativa trajetória com suas apresentações. Em outubro de 1930, por exemplo, sua "conferência humorística" a ser realizada em São Paulo, e divulgada com certo destaque por meio de anúncio publicado no *Diário Popular*, prometia "velhas e novas anedotas", entre elas as que estavam ligadas a temas como a "classificação dos caipiras", a "resistência cabocla" e os "caipiras geniosos entre mineiros e paulistas".[25] O próprio local em que Pires se apresentaria na ocasião, o Teatro Santa Helena, era significativo; porque este dividia espaço com outra casa de espetáculos que funcionava no mesmo prédio, o *Moinho do Jéca*, que oferecia a irresistível mescla de música, bailarinas pouco vestidas e números humorísticos comandados pelo comediante que então mais se destacava pela excelência de sua caracterização de caipira, Genésio Arruda.[26]

Era exatamente no desempenho de tal caracterização, aliás, que Arruda estrelara o primeiro filme sonoro brasileiro. Em *Acabaram-se os Otários*, realizado por Luiz de Barros em 1929, ele incorporava o papel do matuto que, deslumbrado com a cidade grande, é ingênuo o suficiente para pagar pela compra de um bonde.[27] E não deixa de ser emblemático que, trinta anos depois disso, o mesmo mote – o do interiorano ofuscado pelas luzes da cidade, a quem praticamente qualquer coisa podia se vendida – ainda fosse explorado com sucesso pelo cinema nacional. Em *Entrei de Gaiato*, dirigido por J. B. Tanko em 1959, é Zé Trindade o espertalhão que vende ao capiau que chega ao Rio de Janeiro, interpretado por Procopinho, um jazigo no cemitério do Caju como se este fosse um apartamento – para tanto, promete-lhe construção moderna "um pouco abaixo do térreo"; e arremata, quando o comprador comenta que o importante é que os vizinhos sejam boas almas: "Podem não ser boas, mas são *completamente* almas!" O interiorano sempre podia ser levado na conversa: mesmo o caipira interpretado por Mazzaropi, que a partir do início da década de 1950 assumiria o papel no cinema para iniciar uma carreira de enorme sucesso de público, e que não era de todo simplório, alternava alguns momentos de sagacidade com outros de candura quase infantil.[28]

---

[24] A carta foi publicada na edição destinada a reunir a correspondência de Lobato enviada a Godofredo Rangel: *A Barca de Gleyre* (volume 2) São Paulo, Editora Brasiliense, 1951, p. 40.

[25] Anúncio publicado no *Diario Popular*, 6 de outubro de 1930, p. 5.

[26] A seção "Diversões" do *Diario Popular* de 9 de outubro de 1930 (p. 2) explicava que o *Moinho do Jéca* estava "situado no subterrâneo do Teatro Santa Helena, onde outrora funcionou o 'Moulin Bleu'", e destacava que "a sua figura de proa", Genésio Arruda, acompanhado de seus coadjuvantes, "não se cansam em proporcionar aos freqüentadores alegre diversão, fazendo-os rir a bom rir". O prédio que abrigava tanto o Teatro Santa Helena quanto o Moinho do Jéca ficava na Praça da Sé.

[27] Cf. Rubens Machado: "O Cinema Paulistano e os Ciclos Regionais Sul-Sudeste (1912-1933)", in Fernão Ramos (org.): *História do Cinema Brasileiro*, p. 126.

[28] Elias Thomé Saliba lembra que Mazzaropi completou "mais de trinta anos de presença nas telas dos cinemas brasileiros". E coloca a questão: "Por que esse eterno retorno da figura paródica?". No trecho de um texto de Paulo Emilio Salles Gomes sobre o comediante, o mesmo Saliba identifica a resposta: "[...] O segredo de sua permanência é a antiguidade. Ele atinge o fundo arcaico da sociedade brasileira e de cada um de nós.": cf. Elias Thomé Saliba, "A Dimensão Cômica da Vida Privada na República" *in* Nicolau Sevcenko (org.): *História da Vida Privada no Brasil - República: Da Belle Époque à Era do Rádio*, pp. 358-359.

Tanto no debate mais erudito quanto nas criações dirigidas ao divertimento popular, portanto, a representação de caipira enquanto indivíduo imaturo e atrasado, totalmente despreparado para compreender a modernidade que florescia nas cidades grandes, estava em pleno processo de consolidação. Haveria várias maneiras de demonstrar o quanto tal representação era aceita por parte do público urbano; para fazê-lo, no entanto, talvez seja suficiente lembrar aqui alguns dos resultados obtidos, no final da década de 1940, por estudo realizado em São Paulo pelo sociólogo e antropólogo norte-americano Donald Pierson.

Originário da Universidade de Chicago, Pierson exerceu influência significativa no meio acadêmico paulista ao apoiar, ao longo das décadas de 1940 e 1950, o desenvolvimento da sociologia e da antropologia social. Tendo-se estabelecido em São Paulo em 1939 como professor, a convite da Escola de Sociologia e Política, encarregou-se nos anos seguintes de criar junto a esta um Departamento de Sociologia e Antropologia e uma Divisão de Estudos Pós-Graduados, iniciativas expressivas e que contribuíram para impulsionar a formação de professores e pesquisadores nas áreas em questão. Além disso, ele articulou a organização de programas de estímulo à pesquisa e à realização de trabalhos de campo, obtendo para tanto recursos junto ao *Smithsonian Institution*, organização privada – e particularmente abonada – sediada em Washington.

Foi, aliás, com financiamento obtido dessa forma que o próprio Pierson desenvolveu o levantamento que importa mencionar aqui. Entre 1947 e 1948, ele coordenou um grupo de pesquisadores que entrevistou os moradores de Cruz das Almas, vilarejo paulista que, apesar de não muito distante da Capital, se mantinha em relativo isolamento cultural e econômico em relação a ela. A obra *Cruz das Almas: A Brazilian Village* foi publicada em Washington pelo *Smithsonian Institution* em 1951, e editada em tradução para o português quinze anos depois[29]; seu objetivo, segundo Pierson, era o de oferecer "um quadro fiel e realista da vida dos habitantes de uma comunidade rural paulista"[30], em um estudo de caso a respeito de um agrupamento ainda impermeável à influência da industrialização e cuidadoso na manutenção de suas tradições culturais.

Seria interessante chamar a atenção, entretanto, para as conclusões a que chegou quando foi além disso. Porque, no decorrer de sua exposição, Pierson viu-se na necessidade de lidar com questão que não podia ser ignorada por um pesquisador atento como ele: a da evidente oposição entre o interiorano e o citadino – e a maneira como um encarava o outro. Em um segmento incluído no capítulo que abre a segunda parte da obra, e significativamente intitulado "Caipira *Versus* 'Cidadão'", Pierson explica que "os habitantes da cidade chamam geralmente os do campo de 'caipiras'"; e em seguida apresenta a necessária definição: "O termo 'caipira' é usado na zona metropolitana de 2 diferentes maneiras: 1) como termo descritivo; 2) como termo de desaprovação

---

[29] Cf. Donald Pierson: *Cruz das Almas*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editôra, 1966. Em um "Prefácio à Edição Brasileira" escrito ainda em 1959, Pierson agradece "aos vários tradutores, especialmente a Maria Aparecida Madeira Kerberg, Olímpio Portugal e Heloísa Capellatto".

[30] Donald Pierson, *op. cit.*, p. XI.

e mesmo de ridicularização. Parece que originalmente tinha apenas função descritiva. Como tal, referia-se, no Estado de São Paulo, aos habitantes rurais do planalto, em contraste com os 'caiçaras', ou habitantes rurais do litoral."[31]

O que era inicialmente descritivo se tornara pejorativo: como dar conta de tal mudança? "A alteração local no sentido do termo parece ter acompanhado a transformação da cidade de São Paulo em metrópole, e o concomitante desenvolvimento da 'consciência de grupo' nos seus habitantes", afirma Pierson. "O termo 'caipira' veio assim a simbolizar os característicos do habitante rural que, na percepção ou na imaginação do homem da cidade, separam aquele do 'cidadão' e ajudam este a distinguir-se a si mesmo do homem do campo."[32] O diagnóstico parece preciso: o próprio crescimento de São Paulo levara o paulistano a julgar-se essencialmente diferente de quem não vivenciava experiência equivalente; isso criara a necessidade de enfatizar, tanto quanto possível, sua dessemelhança para com o tipo a quem encarava, cada vez mais, como seu antípoda cultural. Ao caipira, ressalta ainda Pierson, os moradores da Capital associavam características que pareciam mesmo carregadas de uma certa mistura de arcaísmo e exotismo, tais como "simplicidade de espírito e ingenuidade, ao lado de timidez e falta de jeito em situações com as quais não está familiarizado; falta de instrução e a conseqüente persistência no uso de um dialeto um pouco diferente da linguagem da cidade; 'baixo' padrão de vida; e certos hábitos pessoais, como o uso de palha de milho e fumo 'forte' para cigarros."[33]

Pierson revela grande capacidade de percepção em sua análise dos traços atribuídos ao interiorano, principalmente se levarmos em conta que esta partia de um estrangeiro. Ainda mais enfáticas do que as suas, porém, seriam as palavras de alguns de seus alunos, quando pediu que eles definissem o que entendiam por *caipira*. A maior parte das declarações – "feitas por estudantes de Ciências Sociais, todos moradores da cidade de São Paulo, aos quais se pediu indicassem o que, na sua opinião, significava o termo"[34] – indica a existência de restrições, ainda que por vezes estas se apresentassem envoltas por um estudado palavreado acadêmico. O primeiro depoimento transcrito por Pierson, por exemplo, afirmava o seguinte:

> "Para mim, 'caipira' significa pessoa criada em ambiente rural, isolada, e que, por essa razão, teve pouca ou nenhuma oportunidade de conviver com pessoas de ambiente urbano. Conseqüentemente, quando está com pessoas da cidade, sente e age como se não soubesse conduzir-se. Dá a impressão de ser ingênua, mesmo inocente, em assuntos comuns à vida cotidiana do habitante da cidade; e, ao mesmo tempo, é muito desconfiada."[35]

---

[31] *Ibidem*, p. 225.
[32] *Ibidem*, p. 225.
[33] *Ibidem*, pp. 225-226.
[34] *Ibidem*, p. 226.
[35] *Ibidem*, p. 227.

Os temas da ingenuidade, do desajeitamento e da falta de modos seriam retomados em outro depoimento:

> "Um caipira é um indivíduo ingênuo por falta de traquejo social. Mostra-se tímido, acanhado, desajeitado; sem saber como manejar as coisas, como se orientar e se conduzir."[36]

Um outro depoimento ainda realçaria a inadaptabilidade do interiorano à vida urbana e o atraso de sua visão de mundo:

> "'Caipira' é termo que se refere a pessoa que vive na zona rural. Em geral o seu nível de vida é o da simples subsistência, mesmo quando possui alguma coisa. Quando vem à cidade, sente-se desambientado e inseguro, pois não está acostumado a tanto movimento nas ruas e ao trânsito. Suas crenças diferem bastante das nossas, na cidade. Ele acredita em muitas coisas que para nós não passam de 'superstições'."[37]

Tais respostas vinham do mundo acadêmico: eram os alunos de Donald Pierson os seus autores. Mas que teriam a dizer os paulistanos que não freqüentavam a academia, e que no entanto certamente tinham opinião formada a respeito do assunto? Pierson procurou sabê-lo: "A pergunta: 'Que é um *caipira*?' foi feita a diversas outras pessoas, todas nascidas e criadas na cidade de São Paulo e que, presumivelmente, não tinham perdido seu natural etnocentrismo, em razão de cursos de Ciências Sociais."[38] Livres dos limites impostos pela formalidade do linguajar universitário, tais pessoas deram livre curso a manifestações por vezes até afrontosas:

> Empregada doméstica, de 15 anos de idade:
> "Caipira é gente bobo, que não fala as coisas dereito; é gente que anda rindo à toa."
> Farmacêutico, de 68 anos:
> "Um caipira é o sujeito da roça, sem traquejo."
> Dono de serraria, de 42 anos:
> "O caipira é um ignorante. Não tem noção de civilização."
> Dona de casa, de 40 anos:
> "Caipira é bicho do mato, acanhado, tímido, arisco, mexeriqueiro. Mora em geral numa casa de 'sopapo' e é sujo."
> Professora de escola normal, de 52 anos:
> "Um caipira difere das outras pessoas pela maneira de pensar, de andar, de falar e de vestir. É muito cheio de crendices. É simples, desconfiado, retraído."
> Funcionária de escritório, de 23 anos:
> "Pode-se descobrir o caipira pela roupa. Não é preciso nem falar com ele; basta olhar para as suas calcinhas: são sempre apertadinhas, curtas, de pula-brejo."

---

[36] *Ibidem*, p. 227.
[37] *Ibidem*, p. 227.
[38] *Ibidem*, p. 228.

Estudante, de 22 anos:

"O caipira é um sujeito simples. Quando alguém lhe concede um pedaço de terra para cultivar, o que faz ele? Afinca quatro pedaços de pau no chão para uma casa. Planta uma quadra de milho, e cria dois ou três porcos doentios. Isso é tudo o que ele faz. Não procura melhorar coisa alguma. Quando parte de seu casebre ameaça cair, ele simplesmente encosta a parede com uma estaca. À tardinha, após trabalhar na sua quadra, vai para casa, senta-se no umbral da porta, puxa do pito e fica fumando."

Moça estudante, de 21 anos:

"Moro perto da estação de estrada de ferro. A idéia que tenho do caipira é a de uma pessoa que sai da estação, de roupa de brim, botina, sujo de pó, com saco em vez de mala, e que se dirige ao Departamento de Investigações ou à Santa Casa."

Advogado, de 35 anos:

"O caipira é um mestiço de português com índio."

Professora primária, de 27 anos:

"Caipira é uma pessoa do interior, quer more numa cidade pequena, quer more na roça."

Moça, caixa, de 25 anos:

"O caipira é o que na Europa seria chamado de 'camponês', o trabalhador da terra. É indolente, subnutrido, doentio e, na maior parte, analfabeto."[39]

A estas se seguiam ainda três últimas declarações, dadas por um estudante, um funcionário de escritório e uma dona de casa, que chegavam a mencionar como aspectos positivos do caipira, respectivamente, a ligação com a natureza, o comportamento respeitoso e trabalhador, e o caráter sincero: muito pouco para contrabalançar o peso de manifestações tão carregadas de carga negativa. Porque nos quatorze depoimentos transcritos acima – incluídos os dos alunos de Pierson – , o caipira, de uma maneira ou de outra, é classificado como ignorante, incivilizado, indolente, ingênuo, incapaz de orientar-se, acanhado, retraído, desprovido de qualquer traquejo social, supersticioso, dado a crendices, pouco asseado, mal trajado, subnutrido e doentio, entre outros qualificativos. Seu lugar, definitivamente, não era na Capital – muito menos na Capital que se orgulhava do título de cidade que mais rapidamente crescia em todo o mundo.

Ali, sua imagem podia provocar variedade de sentimentos que ia da piedade à repulsa, mas de maneira alguma desconfiança. Seria mesmo inconcebível que sua figura titubeante, própria de uma criatura inofensiva e fraca de ânimo, *inferior* em seu limitadíssimo horizonte existencial, pudesse pretender ludibriar o esperto citadino, cosmopolita e moderno, *superior* em sua vida urbana repleta de possibilidades de crescimento pessoal. Convicção que se havia instalado com tal força dificilmente passaria despercebida ao olhar atento dos profissionais do engano. Se o vigarista podia ser comparado a um lobo que procurava aparentar mansidão, não haveria pele de cordeiro que lhe servisse melhor.

---

[39] *Ibidem*, pp. 228-229.

III

Fazer-se passar por um desorientado interiorano perdido na cidade grande, assim, constituía disfarce perfeito para o golpista empenhado em desarmar suspeitas e aguçar ambições entre os paulistanos, como ocorria no caso do Conto do Legado. Era fundamental, evidentemente, que a caracterização fosse construída com competência suficiente para incorporar os estereótipos tidos como inerentes à figura: falar repleto de atrocidades gramaticais, arrastado e particularmente carregado na pronúncia aberta dos *erres;* uso de roupas simples e de corte antiquado, puídas ao ponto dos remendos visíveis; expressão de desamparo e aturdimento, manifestada sobretudo por meio de um olhar errático e de comentários admirados sobre o caráter babélico da Capital – apenas para citar alguns dos aspectos essenciais na composição da personagem. Diferentes gerações de vigaristas atingiram o ponto de excelência no desempenho do papel; e o fizeram sobretudo para colocar em andamento golpe que atravessou décadas para se tornar, com toda a probabilidade, o maior clássico paulistano em matéria de contos-do-vigário: o *Conto do Bilhete Premiado.*

Também conhecido como *Conto do Toco Mocho*[40], originariamente o logro, no entanto, nada tinha a ver com interioranos em busca de socorro. Em princípio, o *bilhete premiado* não passava de cédula lotérica cuja numeração havia sido adulterada para corresponder à do prêmio sorteado. Era a essa operação que se dedicava, por exemplo, renomado criminoso irlandês que foi preso em São Paulo no início de 1931, e que dois anos antes agira no Rio de Janeiro – segundo o periódico que noticiou sua prisão, sua habilidade era de tal ordem que em terras fluminenses os "bilhetes de loteria eram pagos sem mais aquela, tão perfeita tinha sido a sua falsificação."[41]

O procedimento usual, assim, era o de adulterar o bilhete e tentar descontá-lo como válido; prática bastante antiga, posto que já em 1885 o *Diário Popular* reproduzia, com o título de "Bilhetes Falsos de Loteria", notícia publicada originalmente pelo *Diário de Santos,* de acordo com a qual o "ativo e zeloso sr. subdelegado de polícia apreendeu, ontem, alguns bilhetes de loterias extraídas, em poder do italiano José Antonio Caluna, que os oferecia por *preços reduzidos.*"[42] Havia, é verdade, uma possibilidade de variação do golpe, e esta é apresentada por Vicente Reis em seu livro de 1903, *Os Ladrões no Rio.* Segundo ele, dois vigaristas simulavam brigar aos socos quando davam "de cara com um papalvo", esperando que este tomasse a iniciativa de apartá-los; e quando isso acontecia, explicavam que o motivo da discórdia era a disputa pela posse de um

---

[40] A denominação é antiga; Raul Pederneiras, em seu *Geringonça Carioca - Verbetes para um Diccionario da Gíria,* obra publicada em 1922 e dedicada a inventariar o vocabulário dos criminosos do Rio de Janeiro, define *tôco-mocho* como "Variante do conto do vigário, com bilhetes falsos de loteria (gíria ladra)".
[41] "Prisão de uma Perigosa Quadrilha". *Folha da Noite,* 9 de fevereiro de 1931, primeira página.
[42] "Bilhetes Falsos de Loteria". *Diario Popular,* 5 de maio de 1885, p. 2.

bilhete de loteria premiado com a sorte grande. Esta era a isca; o golpe se completava quando o transeunte se deixava fisgar: "O interventor, sempre na boa fé, mas dominado pela ambição, o diabo da ambição, procura conciliá-los e propõe a compra do bilhete, como meio de pôr fim à contenda."[43] O estratagema era hábil mas, aparentemente, não chegou a disseminar-se, provavelmente porque a cena da altercação ocorrida em plena rua chamava demais a atenção, correndo o risco de atrair não apenas a vítima, mas também a polícia.

Em termos gerais, desta forma, o golpe consistia inicialmente apenas em fazer passar por autêntico e premiado bilhete de loteria fraudado; é assim que a artimanha é descrita por Willy Aureli no terceiro dos seus artigos sobre os criminosos de São Paulo, publicado em março de 1934:

> O passador do "toco mocho" é um habilíssimo mistificador, possuidor de mão ligeira e vista aguda. Suas ferramentas se compõem de: uma lâmina gilete, um bisturi, uns vidros de tintas de várias cores, pincéis finíssimos, penas de desenho, um vidro de nanquim e um outro de goma arábica. Nada mais. Tudo isso ele leva no bolso.[44]

Haveria mesmo, sugere Aureli, qualquer coisa de artístico nas finas habilidades exigidas de quem se aventurasse no terreno da falsificação. Esta não era, certamente, tarefa que pudesse ser assumida por qualquer um:

> Eis como age o fazedor de 'mochos'. Adquire um bilhete de loteria que sai em branco. No dia da extração verifica a lista e procura um numero premiado que se aproxime grandemente do bilhete que possui. Verificada a diferença entra a trabalhar para modificar o bilhete, tornando-o válido. Nunca o malandro se atreve a criar um prêmio grande. Contenta-se com prêmios no valor de dois ou mais contos de réis. Com outros bilhetes da mesma loteria ele inicia o trabalho. Corta, o mais fino possível, o número de que necessita. Tem extremos cuidados com as bordas do papel que devem ser nítidas e não devem apresentar a menor falha, mesmo verificada através de uma lente. Corta, em seguida, o número do bilhete que não lhe serve e sobrepõe com uma habilidade inacreditável o número que deseja. Em seguida com tintas idênticas à do bilhete adulterado, recompõe as ligeiras e quase invisíveis falhas. A olho nu é humanamente impossível de se notar a falcatrua. Feito isso, procura um cambista que verifica a lista e paga o prêmio! O malandro embolsa o dinheiro e desaparece. E quando a coisa é descoberta já é demasiado tarde.[45]

De acordo com Willy Aureli, assim, o embuste envolvia destreza e sangue frio – mas para executá-lo não era necessário recorrer a teatralizações de rua, como ocorria no caso do Conto do Legado: o golpista descontava o bilhete que ele próprio falsificara junto a agentes ligados aos

---

[43] Vicente Reis: *Os Ladrões no Rio*, p. 139.
[44] "Perfis de Delinquentes - O Passador do 'Toco Mocho'". *Folha da Noite*, 23 de março de 1934, p. 5.
[45] *Ibidem*, p. 5. Aureli ressalta ainda que a mesma técnica era usada para adulterar dinheiro, fazendo por exemplo com que uma cédula de 10$000 se transformasse em uma de 100$000.

organizadores da loteria, e isso era tudo. Uma outra notícia, porém, publicada algumas semanas depois do artigo de Aureli e, como este, veiculada pela *Folha da Noite*, já contava história diferente; nela, o Conto do Bilhete Premiado ganhava as ruas em uma encenação levada a efeito por vigaristas que interpretavam duas personagens – uma das quais, a essa altura, certamente nos parecerá bastante familiar:

> Os dois tramam a audaciosa arremetida. Um, fazendo as vezes de cambista; outro, a de indivíduo imbecilizado, de muito boa fé, etc...
>
> Aquele, tendo nos bolsos a lista de prêmios convenientemente adulterada assume ares de circunspecção, austeridade, e outras posições psicológicas que definem um homem sério e cheio de responsabilidades no torvelinho da existência.
>
> O segundo, vestindo um costume de brim barato, barba um tanto crescida, sapatos empoeirados, dando a impressão de que não passa de um caboclo muito bem intencionado, e o que é mais, homem rude, do trabalho pesado e honesto, mas que, no entanto, deve ter armazenado muitas economias...[46]

Um indivíduo, com aspecto urbano, traz consigo a relação com os números sorteados na loteria; o outro, com aparência de interiorano, porta nada menos que o bilhete que aquela mesma relação afirma estar premiado. Coincidência tão extraordinária não tardará a se manifestar aos olhos do público – ou ao menos da pessoa a quem tais indivíduos julgarem apropriado escolher como público:

> Quando vêem, à distância, algum transeunte, com jeito de quem se lamenta por ser pedestre, e por isso certamente, com vontade de se tornar argentário para poder olhar sobranceiramente a massa nervosa, cansada e inútil na tremenda luta pela vida separam-se, e... então temos a cena, bem urdida e melhor interpretada.
>
> O "pacato cidadão" aproxima-se do pseudo cambista e indaga em voz alta se este tem lista, pois ouvira dizer estar o seu bilhete premiado. E mostra o bilhete multicolor num gesto de trouxa.
>
> A vítima instintivamente estaca. O "cambista" responde sem perda de tempo, relanceando o olhar malicioso para a numeração do bilhete como quem já viu tudo.
>
> Pisca o olho para a vítima, como a dizer: cale-se! – e nós dividiremos a "bolada".
>
> Aí então se processa a troca intensa de diálogos animados. O "caboclo" diz que necessita voltar para a terra naquele mesmo dia, e uma vez que o bilhete dá direito somente a uns 500$000, vende-o por 200$000, mesmo porque não pode perder o trem, o que possivelmente aconteceria se fosse tratar de receber o "cobre" – recebimento de certo modo demorado – no que é ajudado pelo companheiro que, satisfeito pela próxima vitória vai corroborando naquilo tudo com invejável facilidade de expressão.
>
> A vítima cai, não há de negar, e com pré-concebida má fé.

---

[46] "Mais um Conto do Vigario". *Folha da Noite*, 14 de junho de 1934, p. 8.

> O primeiro malandro, sem esquecer os gestos peculiares ao homem simples põe o dinheiro na algibeira, e se vai, pedindo benção de Deus para aquele que o ajudou a não perder o trem...[47]

O caipira realizara sua entrada em cena. E nessa ocasião em grande estilo, a julgar pelas palavras com que o próprio redator da notícia, tal qual crítico de teatro, avaliava a atuação dos golpistas: "Indivíduos vindos da plebe, não tiveram a oportunidade, por certo, de cursar nenhuma escola teatral, e no entanto é de ver-se com que maestria se desempenham no papel que a cada um é confiado pela natureza do plano pré-estabelecido, habilmente arquitetado."[48]

A remodelação do Conto do Bilhete Premiado conferiu-lhe mais eficiência e, ao mesmo tempo, maior segurança para quem o aplicava. Era muito menos arriscado passar adiante um bilhete sem valor para uma vítima disposta a pagar por ele do que tentar descontar um bilhete falsificado em casas lotéricas que, provavelmente, estavam cada vez mais alertas contra o risco de cair no engodo – e prontas para denunciar quem quer que fosse pego tentando executá-lo. A personagem do caipira demonstrava, uma vez mais, sua utilidade. Daí em diante, interioranos de todas as procedências multiplicar-se-iam pela cidade para colocar o golpe em andamento, em uma repetição do que já vinha ocorrendo com o Conto do Legado; e, da mesma forma, quantidade cada vez maior de vítimas, agora seduzidas pela visão de um bilhete de loteria cuja numeração parecia corresponder à do grande prêmio, passaria a procurar a polícia para apresentar suas queixas: contra homem que "disse ser de Sorocaba, e trabalhar nos serviços de carpir café", em um caso[49]; contra "indivíduo baixo, pardo, com ares acaipirados", em outro[50]; contra sujeito "vestido como se fosse pessoa residente no interior do Estado", em outro caso ainda[51]; e assim sucessivamente.

A notícia publicada pela *Folha da Noite* chama a atenção por outro motivo, no entanto. Na organização da trama, o caipira ganhara companhia: havia agora uma outra personagem que aparecia para dialogar com ele e convencer a vítima de que aquela era uma ótima ocasião para engambelá-lo. Esta personagem – a quem poderíamos perfeitamente chamar de *citadino* – não era exatamente uma criação do Conto do Bilhete Premiado; ela já surgia, vez ou outra, no Conto do Legado. Mas se sua presença era eventual no segundo caso, passaria a ser imprescindível no primeiro; era o que afirmava em 1948 o Delegado Adjunto da Delegacia Especial de Repressão à Vadiagem: "No já celebrizado 'conto do bilhete premiado', três personagens são indispensáveis: o 'otário', a vítima; o 'fila', o malandro que aborda aquela e o 'grupo', o segundo 'vigarista', que

---

47 *Ibidem*, p. 8.
48 *Ibidem*, p. 8.
49 *Auto de Prisão em Flagrante* (contendo o depoimento da vítima): Processo-Crime Nº 11.417/46 (1ª Vara Criminal), ATJESP.
50 "Caiu no Conto do 'Toco Mocho'". *Folha da Noite*, 9 de maio de 1949, p. 12.
51 *Têrmo de Declarações* (contendo o depoimento da vítima): Processo-Crime Nº 20.423/53 (1ª Vara Criminal), ATJESP.

completa o engodo, induzindo o 'otário' a lesar o 'fila'."[52] A descrição corresponde à forma predominante que o golpe assumiria com o tempo, e de acordo com a qual a vítima passava a ser abordada diretamente pelo interiorano – na maior parte das vezes por meio do conhecido expediente de perguntar pela localização de algum ponto de São Paulo –, em uma conversa inicial na qual o assunto do bilhete premiado não tardaria a surgir; só então o segundo vigarista, representando o esperto paulistano de passagem pelo local, entrava em cena, pretextando ter ouvido parte do diálogo e manifestando o desejo de participar dele. O *citadino* – ou *grupo,* para usar a linguagem policial – era uma criação habilíssima. Ela não apenas proporcionava o contraste perfeito para com a tímida figura do caipira ao apresentar-se como seu oposto, um moderno, bem-informado e perspicaz morador da Capital; ela servia também para envolver completamente a vítima, antecipando-lhe possíveis dúvidas que desfazia ao interrogar o interiorano, conduzindo a conversa para a conclusão de que este de fato era um imbecil que mal sabia o valor da fortuna que trazia consigo, e asseverando, por fim, que aquela era oportunidade única a ser aproveitada sem maiores hesitações.

Isso significava, entre outras coisas, que o Conto do Bilhete Premiado adquiriria uma complexidade dramática ainda maior que a do Conto do Legado. Até porque passaria a admitir duas possibilidades diferentes de desenlace – na primeira, o bilhete supostamente sorteado era comprado pela vítima; na segunda, o velho recurso do *paco* entrava em ação. Ambas eram explicadas em sentença judicial que discutia a natureza do golpe, em abril de 1950:

> [...] Duas modalidades são mais comuns: a vítima amiúde compra o bilhete de loteria que o malandro o convenceu de que está premiado. Neste caso o estelionato é manifesto. Mas doutras vezes, como no caso dos autos, diversa é a sucessão dos fatos. A vítima mais sagaz ou menos ingênua desconfia dos malandros. Não concorda em comprar o bilhete. Neste caso os malandros propõem: o dinheiro e o bilhete permanecerão nas mãos da vítima. Apenas, deverão ser reunidos num lenço. A vítima aceita o alvitre, supondo-se garantida. E estaria realmente, porque, na sua convicção, o dinheiro não sairá do seu poder. Não o entregará aos malandros.
>
> É o ponto culminante da cena: a vítima exibe o dinheiro, os malandros o colocam, juntamente com o bilhete, num lenço; dobram-no e amarram; mas no momento de o entregarem à vítima subtraem-no e entregam outro adrede preparado, igual ao primeiro, com os mesmos nós. A vítima não percebe a subtração, embora praticada em sua presença. [...][53]

O Conto do Bilhete Premiado acabaria por assumir maior complexidade que o Conto do Legado em outro sentido ainda. Ele demandava, além da teatralização, a existência de uma falsificação

---

[52] *Relatório* (assinado por Coriolano Nogueira Cobra, Delegado Adjunto da Delegacia Especial de Repressão à Vadiagem, e elaborado para orientar inquérito policial relativo ao caso): Processo-Crime Nº 13.742/49 (1ª Vara Criminal), ATJESP.

[53] *Acórdão* da Segunda Câmara do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferido em 19 de abril de 1950, em resposta à apelação criminal nº 28.552 da comarca de São Paulo: *Revista dos Tribunais;* São Paulo, fascículo 608, volume 189, 1951, p. 72.

competentemente realizada. No caso noticiado pela *Folha da Noite* em 1934, era a lista com os números sorteados que estava adulterada; mas o mais comum passaria a ser a apresentação do próprio bilhete com a numeração modificada para corresponder à do grande prêmio. A vantagem era a de que, nesse caso, os três envolvidos – o caipira, o citadino e a vítima – podiam mesmo seguir juntos para conferir, em consulta às relações publicadas pelos jornais do dia, se o bilhete estava mesmo premiado, movimento que tornava a encenação ainda mais plausível. A tradição da falsificação, assim, seguiria adiante ao longo das décadas de 1940 e de 1950; e aqueles capazes de realizá-la com competência de artesãos dotados de finas habilidades produziam mercadoria bastante valorizada, naquela que talvez pudesse ser definida como a subterrânea corporação dos vigaristas de São Paulo. "Um desses bilhetes vale bastante dinheiro. Custa caro. São vendidos a bom preço, regateados, procurados, disputados. Um 'vigarista', de posse de um desses gasparinos, pode arrancar bons cobres de vários 'otários'", explicava cronista policial em 1951. "Um mesmo bilhete, se ele souber fazer bem a coisa, tirar partido, serve para ludibriar meia dúzia de incautos, como tem acontecido", acrescentava ainda, para depois concluir: "Sabem o preço a que, por vezes, atinge um desses bilhetes alterados? Mais de mil cruzeiros é a sua cotação ao câmbio do dia, no comércio dos fora da lei..."[54]

Mais elaborado em termos dramatúrgicos e dependente de falsificações realizadas com perícia – não obstante isso, o Conto do Bilhete Premiado caminharia rapidamente para conquistar lugar de destaque entre as trapaças aplicadas nas ruas de São Paulo. Era com evidente frustração, por exemplo, que o Delegado Adjunto da Delegacia Especial de Repressão à Vadiagem se referia e ele em 1946: "Infelizmente o 'conto do bilhete premiado' está tomando um vulto extraordinário. Mensalmente dá um prejuízo de muitas centenas de milhares de cruzeiros. A prova contra os malandros é difícil. Agem sem testemunhas e escamoteiam o bilhete adulterado que nunca é encontrado em poder dos mesmos. O inquérito não os intimida. Estão certos da absolvição, por falta de provas. Riem-se dos que perdem tempo em processá-los."[55] Três anos depois, era a crônica policial que se encarregaria de assinalar o fenômeno: "Não obstante o farto noticiário da imprensa sobre o chamado conto do toco mocho – bilhete falso de loteria – quase todos os dias a Delegacia de Repressão à Vadiagem registra uma dessas burlas", afirmava nota relativa a mais um caso.[56] E por fim, em 1951, o golpe atingiria o estágio de conto-do-vigário então mais freqüentemente executado em São Paulo, de acordo com matéria publicada na *Folha da Noite:* "Na atualidade, em que a luta pela vida é alguma coisa impressionantemente difícil, o conto mais aplicado diuturnamente tem sido o do 'tocho-mocho'."[57]

---

[54] "A Técnica do 'Toco-Mocho'". *Folha da Noite,* 4 de abril de 1951, p. 3.
[55] *Relatório* (assinado por Dorival de Moraes Rosa, Delegado Adjunto da Delegacia Especial de Repressão à Vadiagem, e elaborado para orientar inquérito policial relativo ao caso): Processo-Crime Nº 11.969/46 (1ª Vara Criminal), ATJESP.
[56] "Comprou um Bilhete Falso por Vinte e Um Mil Cruzeiros". *Folha da Noite,* 14 de maio de 1949, p. 2.
[57] "A Técnica do 'Toco-Mocho'". *Folha da Noite,* 4 de abril de 1951, p. 3.

Mas o ponto de maior reconhecimento – se é que a expressão pode ser usada no caso de um golpe – ocorreu provavelmente quando o embuste chegou às telas dos cinemas. Na produção *Sai da Frente,* dirigida em 1952 por Abílio Pereira de Almeida e realizada pela Vera Cruz, a personagem interpretada por Mazzaropi – a de um sujeito de modos acaipirados que dirige um caminhão de mudanças na Capital – cai candidamente no Conto do Bilhete Premiado: a comicidade da situação, aqui, deve ter sido então reforçada pela inversão de papéis, posto que nesse caso o interiorano era a vítima, e não o beneficiário do engodo.

Ou talvez se possa argumentar que mais eloqüente do que isso tenha sido a audácia dos próprios vigaristas em criar situações que não eram apenas cinematográficas – eram também atitudes que chegavam a ridicularizar os esforços dos que, em tese, deveriam reprimi-los. Naquele mesmo ano de 1952, por exemplo, dois golpistas aplicaram o conto em um operário, orientando-o a "ir receber o bilhete premiado com 100 mil cruzeiros na rua Brigadeiro Tobias, 527, 3° andar".[58] Endereço que correspondia ao do plantão do Departamento de Investigações da Polícia de São Paulo.

Enraizado que estava na representação de caipira predominante entre os moradores da cidade, o Conto do Bilhete Premiado colocava São Paulo frente a seus próprios preconceitos. O orgulho de sentir-se participante de uma experiência de desenvolvimento urbano única em sua pujança e modernidade abria um flanco que foi exaustivamente explorado ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950; cada caso de aplicação bem-sucedida do golpe trazia em si próprio um exemplo de pretensão de superioridade que resultava no mais inesperado prejuízo. De embuste que apresentou tal grau de inserção no ambiente cultural paulistano, muitas outras indagações poderiam ser feitas – inclusive a que se relaciona com a dúvida sobre até que ponto ele foi levado. Porque, evidentemente, a mentalidade em que o golpe se fundamentava não cessou de existir nos períodos subseqüentes à data que limita este estudo, o ano de 1960; teria o Conto do Bilhete Premiado, então, sobrevivido por muito tempo ainda?

A resposta, tão simples quanto categórica, pode ser verificada por meio de reportagem publicada pelo *Estado de S. Paulo* em agosto de 1999. Com o título de "Conto do Bilhete Ainda Faz Vítimas em SP", ela afirma que os responsáveis pela aplicação do golpe "se passam por pessoas do interior, gente que diz não ter instrução. Convencem as pessoas a entregar seus valores com a promessa de dividir a maior parte do total do bilhete."[59] Todas as semanas, informava a reportagem, entre oito e dez pessoas ainda procuravam as delegacias paulistanas para se queixar do logro: "Entre as vítimas, estão advogados, estudantes, aposentados e donas de casa. Até a consulesa honorária do Gabão em São Paulo caiu na conversa do falso caipira."[60]

---

[58] "A História é a de Sempre, Mas Não Falta um Otário - Depois de Venderem o Bilhete ao Operario Deram-lhe o Endereço do D.I. para Receber o Prêmio". *Folha da Noite,* 28 de outubro de 1952, p. 7.
[59] "Conto do Bilhete Ainda Faz Vítimas em SP" (matéria assinada por Renato Lombardi). *O Estado de S. Paulo,* 30 de agosto de 1999, p. C-6.
[60] *Ibidem,* p. C-6.

Tendo chegado ao final do século XX com tanta vitalidade, é de se supor que o ardil tenha atingido sem dificuldades o século XXI. Suposições, no entanto, não são suficientes para fundamentar um trabalho de história; e se ao historiador cabe o ônus da prova, melhor será transcrever aqui trecho de notícia publicada pelo *Jornal da Tarde* em setembro de 2001:

> I. é dona de casa e foi vítima do golpe da mega sena premiada. No fim de agosto foi interpelada na Avenida Vergueiro, na zona sul, por um rapaz, branco, cerca de 24 anos, sotaque do interior do Rio Grande do Sul. Ele disse que morava com a mãe num sítio em Vinhedo, era analfabeto, e estava com um bilhete premiado com R$ 30 mil, uma bicicleta e uma máquina de costura.
>
> O bilhete pertencia a um vendedor de roupas que estivera no sítio de sua mãe, um dia antes, e deixara como troco de uma despesa de R$ 100. "O rapaz não achava justo ficar com o bilhete, queria devolver ao vendedor e procurava o endereço", declarou I.
>
> Convencida pelo "analfabeto" que deveria ajudá-lo a entregar o bilhete ao dono e iriam receber uma parte do dinheiro como prêmio, a dona de casa acreditou ainda mais na história com a chegada de um homem vestindo calça e camisa brancas que disse ser médico do Hospital São Luiz.
>
> Ele mostrou uma sacola com pacotes contendo "dólares". Para testar a honestidade de I. os dois quiseram ver os dólares dela que foi até sua casa e entregou dinheiro, jóias e recebeu "pacotes" de papel como se fossem dólares. "Perdi as economias de uma vida toda."[61]

Sessenta e sete anos separam esta da notícia da *Folha da Noite* publicada em 1934, que inicialmente descreveu o Conto do Bilhete Premiado em sua versão teatralizada – com o enredo básico do caipira que circula pela cidade grande portando um bilhete sorteado, e que acaba sendo ajudado por dois citadinos que não conhecem um ao outro, mas que logo se unem para tentar ludibriá-lo. Tão extraordinária trajetória pode dar margem mesmo a uma argumentação um tanto inusitada e provocativa, mas ainda assim não totalmente desprovida de sentido. No ano seguinte ao da publicação da notícia do *Jornal da Tarde,* o famoso livro dos recordes foi editado com a informação de que a peça teatral que ficou mais tempo em cartaz foi *A Ratoeira* (*The Mousetrap*), de Agatha Christie – que, levada ao palco pela primeira vez em Londres, em 1952, continuou a ser encenada ininterruptamente até 2001, o que resultava em 49 anos de apresentações.[62] Ora, encarado como uma autêntica encenação teatral que provavelmente não deixou de ser constantemente apresentada nas ruas paulistanas pelo menos desde 1934, o Conto do Bilhete Premiado chegou a 2001 com dezoito anos de vantagem em relação à peça de Agatha Christie. Não poderia aspirar tomar-lhe o título?

---

[61] "Polícia Cria Delegacias e Ressuscita Deic para Investigar Golpes" (matéria assinada por Renato Lombardi). *Jornal da Tarde,* 21 de setembro de 2001, p. 9-A.

[62] Cf. Antonia Cunningham (ed.): *Guinness World Records - 2002.* Nova York, Bantam Books, 2002, p. 248.

Capítulo 3

Tudo Era Máquina

A inteligência do herói estava muito perturbada. As cunhãs rindo tinham ensinado pra ele que saguiaçú não era saguim não, chamava elevador e era uma máquina. De manhãzinha ensinaram que todos aqueles piados, berros cuquiadas sopros roncos esturros não eram nada disso não, eram mas cláxons campainhas apitos buzinas e tudo era máquina. As onças pardas não eram onças pardas, se chamavam fordes hupmobiles chevrolés dodges mármons e eram máquinas. Os tamanduás os boitatás as inajás de curuatás de fumo, em vez eram caminhões bondes auto-bondes anúncios-luminosos relógios faróis rádios motocicletas telefones gorjetas postes chaminés... Eram máquinas e tudo na cidade era só máquina!

Mário de Andrade, *Macunaíma*, 1926

– O grande orgulho americano está nisso, neste alto padrão de vida jamais alcançado em país nenhum e sempre julgado inatingível, comentou Mr. Slang parando para acender no meu o seu cigarro. Que é coisa inédita, não me resta a menor dúvida. Cri porque vi e estou vendo. E duvido que sem ver alguém o creia. A América é a terra do ver para crer.

– Por que é assim? perguntei.

– Tudo conseqüência lógica do aumento da eficiência do homem graças ao uso progressivo da máquina. Segundo os cálculos, está o americano com um índice de eficiência igual a 42, quando o do europeu é igual a 13 e o do homem natural é igual a 1. Cada americano produz tanto quanto 42 homens naturais, isto é, 42 homens desmaquinados, que só usam os músculos que Deus lhes deu.

Monteiro Lobato, *América*, 1932

I

Em fevereiro de 1938, a cidade de São Paulo viu tomar forma movimento de protesto particularmente curioso. Em manifestação de apoio às reivindicações inicialmente apresentadas pelo Sindicato dos Proprietários de Barbearias de Santos, os barbeiros da Capital decidiram colocar em andamento uma ofensiva contra certa inovação que em muito lhes vinha prejudicando a vida e os negócios. O dono de um tradicional salão paulistano, barbeiro que exercia o ofício havia quase trinta anos, encarregou-se de explicar à imprensa qual era o alvo das reclamações dos profissionais do ramo:

> É o aparelinho o grande responsável pela diminuição do movimento em nossos estabelecimentos. Não é aliás a primeira vez que a classe cuida do assunto, que tão de perto nos interessa. Já tratamos dele, mas nada de positivo se fez até agora a respeito. Volta o Sindicato de Santos à campanha e naturalmente estou a seu lado. Quem, como nós, se serve de material de custo elevado e é obrigado a manter diversos empregados, sente-se realmente grandemente prejudicado com a concorrência no caso dos possíveis fregueses, que se barbeiam em casa.[1]

O grande inimigo da categoria – o temível *aparelinho* mencionado – era o artefato inventado pelo norte-americano King Camp Gillette em 1895 e comercializado pela empresa que ele próprio criara seis anos depois, a *Gillette Safety Razor Company*. Tratava-se, em essência, de uma curta haste de metal que sustentava as peças que prendiam uma pequena lâmina afiada em seus dois lados: o aparelho de barbear pessoal e portátil que se tornaria tão usado mundo afora. Ele era conhecido no Brasil pelo menos desde 1909[2]; mas a partir de 1926, quando a empresa montou uma fábrica no Rio de Janeiro, acabaria por adquirir tal popularidade que o próprio nome de seu criador – com a grafia abrasileirada – geraria um neologismo famoso, *gilete*, tido como sinônimo de lâmina de barbear.

Era contra tal invasão que se insurgiam agora tanto proprietários quanto empregados de barbearias. A trajetória de sucesso do *aparelinho* era também a de um relativo declínio dos estabelecimentos acostumados a receber diariamente os mesmos clientes, para escanhoá-los pelo método tradicional da navalha mantida afiada ao amolador e operada, com precisão e perícia, pelos sempre loquazes barbeiros paulistanos. Daí a indignação destes em relação ao invento de

---

[1] "Desencadeada uma Ofensiva Contra os Aparelhos de Barba". *Folha da Noite*, 5 de fevereiro de 1938, primeira página.

[2] A edição de 1° de agosto de 1909 da revista carioca *A Illustração Brasileira* já trazia um anúncio das "afamadas navalhas 'Gillette'", então importadas diretamente dos Estados Unidos.

Gillette e seus pedidos de que o governo tomasse medidas destinadas a conter sua disseminação, tais como a aplicação de "pesadas taxas sobre as lâminas e o pequeno aparelho" e "providências contra a propaganda" que se fazia deles.

O final dessa história é bem conhecido. Não obstante a inexistência de qualquer medida oficial de proteção ao setor, os salões de barbearia não chegaram a desaparecer, sobrevivendo por muito tempo ainda graças à fidelidade de freqüentadores que valorizavam as maneiras antigas de se fazerem as coisas; a maior parte de sua clientela potencial, no entanto, estava perdida para sempre. O deixar-se barbear com vagar e esmero no espaço público daria cada vez mais lugar ao barbear-se por conta própria e com rapidez no espaço privado. Não se tratava apenas do fato de que o aparelho vendido pela *Gillette* – prático, portátil e econômico que era – trouxesse tantas vantagens; tratava-se também, e em especial, da associação que se fazia entre o seu uso e uma atitude: um comportamento que era entendido como *moderno*.

Isso significa que essa história, além de um final, tem uma moral. A novidade apresentava-se como signo de algo que vinha encantando os moradores de São Paulo e se tornando aspecto de importância primeira em termos tanto individuais quanto coletivos. Em seu estudo sobre a sociedade e a cultura paulistanas na década de 1920, Nicolau Sevcenko chama a atenção para a extraordinária força que o vocábulo "moderno" havia adquirido para os contemporâneos: ele sinalizava as fabulosas realizações e aplicações da ciência e da tecnologia, um incessante surgir de produtos revolucionários e eficientes, e o advento de formas de existir incomparavelmente mais avançadas em suas incontáveis possibilidades de reinvenção e de libertação.[3] Estar desatualizado em relação às inovações que estampavam tal carimbo implicava no risco de se deixar prender nas teias do arcaico e do desusado; acompanhá-las, por outro lado, representava estar preparado para seguir os ritmos do mundo do futuro – qualquer que fosse ele. O aparelho vendido pela Gillette – "o processo moderno de barbear", de acordo com frase publicitária de 1920 citada pelo mesmo Sevcenko[4] – trazia consigo todas essas repercussões. A moral da história, dessa forma, é a de que, colocados na contramão de correntes sociais tão poderosas, os barbeiros paulistanos tinham tanta possibilidade de sucesso em sua mobilização quanto a arremetida de Dom Quixote contra os moinhos de vento.

A São Paulo das primeiras décadas do século XX estava, portanto, enormemente propensa a abraçar as criações que ostentassem os traços de uma modernidade que ela queria para si própria, e que pudesse servir como seu maior traço distintivo em meio ao cenário brasileiro. Isso estava ligado, naturalmente, a uma predisposição mental coletiva particular para encarar com os melhores olhos as tendências que vinham do exterior, ou ao menos daquelas partes do exterior que contavam, a Europa e a América do Norte. A importação do que era tido como moderno, no entanto, envolvia perigos um tanto inesperados, mas nem por isso menos ameaçadores; porque

---

[3] Nicolau Sevcenko: *Orfeu Extático na Metrópole - São Paulo, Sociedade e Cultura nos Frementes Anos 20*, pp. 227-230.

[4] Nicolau Sevcenko, *op. cit.*, p. 230.

por meio dos mesmos circuitos em que a modernidade – ou o conjunto de signos que a organizavam enquanto representação – chegava ao país, eram trazidos também *golpes* e *enganos* que nela procuravam fundamentação, inspiração e ambientação.

Tomemos como exemplo o caso daquela que se apresentava como um dos maiores ícones do progresso técnico, a *maquinaria moderna*, responsável por tantas e tão tremendas conquistas. Entre o final do século XIX e o início do século XX, São Paulo iniciara seu contínuo processo de metamorfoses urbanas regida, em grande medida, pela influência de uma série de máquinas e ritmos mecanizados que passaram a ser associados à própria essência da vida paulistana. Em primeiro lugar, a marcha do crescimento e da prosperidade instalara-se na cidade desde quando esse símbolo maior do maquinismo, a ferrovia, fizera dela núcleo operacional e financeiro da florescente economia cafeeira; e quando parte significativa do capital advindo do café foi reinvestida em outras atividades geradoras de riqueza, o grande beneficiado foi o parque industrial que ali se desenvolveu – setor no qual, evidentemente, a maquinaria reinava soberana, na exibição impressionante de seus poderes de realização e produtividade. Tudo isso se fazia acompanhar daquelas inovações que ajudavam a transformar por completo a fisionomia do espaço público, como os bondes elétricos e os automóveis particulares e, a partir da década de 1920, os ônibus[5] que passaram a se multiplicar por suas ruas; e daquelas maravilhas na forma de aparelhos e mais aparelhos que, ainda que inicialmente ao alcance apenas dos mais abonados, não eram por isso menos espantosos na demonstração do que podiam fazer: trazer música e alegria para dentro de casa, como os rádios e as vitrolas; tornar muito mais amenas as tarefas domésticas, como as máquinas de costura e os ferros de passar elétricos; promover o conforto e a conveniência na existência cotidiana, como os ventiladores e os telefones. E mesmo a forma de entretenimento popular pela qual os paulistanos caíram quase que instantaneamente de amores, o *cinematógrafo* – que logo se tornaria mais conhecido, até com certa intimidade, como *cinema* – era outra das fabulosas criações da tecnologia moderna.[6] Não era à toa que Mário de Andrade, ao levar Macunaíma a São Paulo pela primeira vez, o fizesse enxergar máquinas por todos os lados.

Mas se os tempos modernos eram tão pródigos em prodígios técnicos, por que não imaginar a existência de inventos desenvolvidos com o propósito específico de fabricar fortunas ao mover de suas engrenagens – como, por exemplo, uma máquina portátil de fazer dinheiro? Em princípio, uma tal cornucópia tecnológica talvez parecesse, mesmo naqueles dias, algo de bom demais para ser verdadeiro; a possível incredulidade, no entanto, dificilmente resistiria a uma demonstração prática do funcionamento do extraordinário aparelho capaz de multiplicar com incrível fidelidade cédulas de alto valor. Essa exibição era o ponto alto da encenação colocada em andamento quando da aplicação do chamado *Conto da Guitarra*, esquema que ganhava mais e mais espaço entre os vigaristas paulistanos dos anos da década de 1930. Tais vigaristas precisavam dispor,

---

[5] Cf. Ernani Silva Bruno: *História e Tradições da Cidade de São Paulo - Metrópole do Café (1872-1918) e São Paulo de Agora (1919-1954)*, p. 1351.

[6] Segundo Vicente de Paula Araújo, as primeiras exibições do *cinematógrafo* em São Paulo ocorreram já no ano de 1898: cf. *Salões, Circos e Cinemas de São Paulo*, pp. 27-31.

antes de mais nada, do indispensável aparato cênico, como o descrito por Willy Aureli em seu texto dedicado ao assunto e publicado em março de 1934:

> A "guitarra" é uma espécie de caixa construída com todos os requisitos da elegância mecânica. Apresenta exteriormente, uma série de ligações de fios elétricos, manômetros, psicômetros, altímetros, barômetros, etc., tudo para impressionar o comprador da maravilha que, vendo tamanha série de aparelhos delicados, julga estar diante de um portento eletro-mecânico. E que a caixa é um portento já o disseram as crônicas policiais...[7]

A *guitarra* – a máquina de fazer dinheiro – exibia em si própria toda uma série de controles e componentes próprios dos artefatos mais modernos: sinal de grande sofisticação tecnológica. Isso certamente deveria provocar impressão inicial já um tanto favorável no possível interessado em adquiri-la. Essa impressão, no entanto, elevar-se-ia ao assombro, à visão do espetáculo que o aparelho proporcionava quando ligado – em uma apresentação que o golpista, espertamente, postergava por algum tempo, fazendo aumentar a ansiedade da vítima potencial:

> O proprietário da caixa, que se diz químico, depois de entrar em confabulações com o possível comprador e quando adquire a certeza de que o mesmo realmente possui dinheiro suficiente para realizar a compra, resolve fazer uma demonstração do funcionamento da mesma. Há certa teatralidade na demonstração, teatralidade essa que vem reforçar a ilimitada confiança que o comprador sentirá momentos após.
>
> Pois bem; "trabalhando o otário" que deseja enriquecer à custa do governo e tornando-se concorrente da Casa da Moeda, depois de ter obtida a certeza de que o golpe não falhará – certeza essa que custa às vezes longas semanas de perseverante catequização, o "químico", em lugar previamente marcado pelo comprador, faz a suspirada e desejada experiência.
>
> Liga os fios da máquina e os fios condutores da luz elétrica.
>
> Abre um postigo que apresenta a face lisa, ligeiramente inclinada de um vidro opaco, coloca sobre o mesmo um pedaço de papel branco, de fina qualidade, tamanho exato de uma cédula de 500$000, torna a fechar o postigo, com todos os cuidados, pondo nisso uma atenção meticulosa e maternal, faz funcionar umas chaves que, no dizer do "químico" despejam os líquidos necessários sobre o papel, liga a luz e... espera. No interior da máquina ouvem-se ligeiros rumores, há uns pequenos relâmpagos e, passados cinco minutos, durante os quais o "químico" enruga a testa como se concentrasse todos os esforços num único ponto, desliga a luz, abre novamente o postigo e retira uma cédula de 500$000 que surge no lugar onde momentos antes depositara o papel.[8]

Estava feito o milagre que apenas a estupenda tecnologia moderna era capaz de realizar: a nota de 500$000 havia sido duplicada. O golpista repetiria a operação duas ou três vezes ainda, para a crescente perplexidade de seu espectador. E então, como que em um *grand finale* concebido para

---

[7] "Perfis de Delinquentes - O 'Guitarrista'". *Folha da Noite*, 22 de março de 1934, p. 8.
[8] *Ibidem*.

varrer-lhe quaisquer dúvidas que porventura ainda restassem na mente, convida-lo-ia para ir a uma agência bancária submeter o dinheiro que havia fabricado ao exame dos empregados da instituição. Era uma proposta tão ousada que provocava mesmo certo temor; mas a segurança com que era feita e a curiosidade em relação ao resultado do teste tornavam a aventura praticamente irresistível:

> Vão os dois: químico e comprador, ao banco. Com muita naturalidade, o "falsificador" acerca-se do caixa, enquanto o "otário" permanece a dois passos de distância, na incerteza que o colhe sobre o resultado daquela prova final.
> – Quer fazer o obséquio de verificar se esta nota é falsa ou verdadeira – diz o malandro entregando a cédula ao funcionário.
> Este pega nos 500$000, apalpa, olha de encontro à luz e declara, formal:
> – É legítima!
> – E estas aqui? – O malandro entrega as cédulas que "fabricou".
> – Também são legítimas!
> – Então faça o obséquio de trocá-las.
> O bancário troca as notas graúdas e os dois saem. Toda e qualquer dúvida desaparece do espírito do comprador que, nervoso, lépido, suando por todos os poros, arrasta o "químico" à sua residência, quer que lhe faça mais uma demonstração prática e entrega-lhe cem, duzentos ou quinhentos contos, conforme o trato que depende das posses do "otário", previamente pesquisadas pelo malandro.[9]

Não se pode deixar de comentar que o permanente jogo de inversões, tão próprio dos contos-do-vigário, atingia aqui graus inesperados de requinte. Em termos gerais, os golpistas empenhavam-se em fazer passar por verdadeiro o que de fato era falso, como ocorria com os *pacos* que alguns deles exibiam, sorrateiros, aos que procuravam ludibriar. No caso do *Conto da Guitarra,* no entanto, algo de muito mais elaborado ocorria. Porque as notas que o golpista mostrara ao caixa do banco eram, evidentemente, autênticas: a *guitarra,* impressionante que fosse em sua exibição feita de luzes, sacolejos e ruídos, não tinha o poder de duplicar cédula alguma. Ao levar sua vítima para assistir à verificação do dinheiro, assim, o vigarista a fazia crer que era *falso* o que de fato era *verdadeiro:* uma manobra que toma o avesso pelo avesso, como essa, é de um refinamento digno de registro.

E não apenas isso. O astucioso movimento, auxiliado pela colaboração involuntária do empregado do banco, revelava-se eficientíssimo: daí em diante, desvairada pela cobiça, a vítima provavelmente aceitaria trocar o que quer que tivesse guardado, talvez mesmo todas as suas economias, pela posse da prodigiosa máquina – que valor em dinheiro seria alto demais para pagar por um aparelho capaz de fabricar dinheiro? Feito o negócio, o enredo do golpe traria ainda um ato final particularmente trágico, na descrição de Aureli; até porque, nesse caso, talvez se pudesse mesmo quase falar na execução de um *crime perfeito:*

---

[9] *Ibidem.*

> Mal o "químico" se despede e chispa no automóvel que sempre o aguarda, o feliz comprador coloca, conforme as instruções, o papel branco sobre face do vidro opaco e faz funcionar, exatamente, todo o mecanismo. Observa meticulosamente os ponteiros do relógio e as inclinações graduais dos mostradores de precisão. Chegando a hora, faz parar a máquina, abre o postigo e... solta um uivo de desespero. O papel continua em branco!
>
> Repete a manobra na esperança de ter falhado nalgum ponto mas o resultado é o mesmo. Rápida surge a suspeita. Abre a caixa e, doido de dor, verifica que na parte oposta existe uma face idêntica à que ele conheceu pelo postigo. Nessa face, por um dispositivo simples e engenhoso, se apresentam verdadeiras cédulas de 500$000 que vão substituir os pedaços de papel em branco.
>
> Muitas vezes o "químico", a título de consolação, deixa mais uma ou duas cédulas verdadeiras. A fraude é constatada pela presença dos papéis brancos que, no virar do tambor que tem os dois vidros opacos, caem na traseira do aparelho.
>
> Arruinado, louco de dor, envergonhado pelo logro, o "otário" deve ficar quieto. Não pode procurar a polícia, pois, se relatar o sucedido, será preso como falsificador de cédulas. Nisso está o segredo do sucesso completo dos malandros que se dedicam à "guitarra": a vítima é obrigada a silenciar para sempre![10]

Prestar queixa do engano equivaleria a declarar-se pretendente a falsário: o enganado estava, definitivamente, de mãos amarradas. Havia mesmo juristas que consideravam os atos da vítima tão reprováveis quanto os do golpista, como aquele juiz que em 1935 defendia, em plena Corte de Apelação, a absolvição de estelionatário condenado em primeira instância pela aplicação do Conto da Guitarra, com o argumento de que quando um lado revela tanta má-fé quanto o outro, como no caso, sequer prática delituosa chega a se configurar: "[...] encarado de um ponto de vista mais elevado, não se trata de fato criminoso, mas apenas de uma transação de caráter imoral, pela recíproca torpeza dos contratantes".[11]

Seja como for, dificilmente um caso de aplicação do Conto da Guitarra chegava ao conhecimento público por iniciativa da própria vítima do engodo. É verdade que em 1940 se passou episódio, um tanto curioso, em que o pretendente à aquisição da máquina procurou as forças policiais, mas isso ocorreu apenas depois que os dois vigaristas que tentavam enganá-lo – e que já haviam mesmo fechado negócio com ele pelo valor de 18 contos de réis – foram surpreendidos por *outros* vigaristas, que "fingindo-se inspetores de polícia, deram voz de prisão aos dois homens". Em meio ao qüiproquó que se seguiu, a vítima fugiu, apavorada; dias depois, apresentou-se ao Gabinete de Investigações, talvez imaginando-se procurada por uma polícia que não era polícia.[12] O mais comum, porém, era que os jornais noticiassem a ocorrência do golpe só quando algo saía dos eixos e o logro não chegava a efetivar-se, como na ocasião em que três policiais da Delegacia Especial de Repressão à Vadiagem – estes autênticos – conseguiram

---

[10] *Ibidem.*

[11] *Revista dos Tribunais;* São Paulo, fascículo 423, volume XCVI, 1935, p. 391.

[12] "Conseguiram Vender uma 'Guitarra' por Dezoito Contos de Réis". *Folha da Manhã,* 9 de janeiro de 1940, p. 3.

surpreender e prender em flagrante, em um quarto de hotel, "um 'guitarrista', quando este pretendia vender, por cinco contos de réis, um 'aparelho para fabricar dinheiro'" a uma senhora vinda do Paraná.[13]

O golpe chegou a gerar uma efêmera variação, descrita por Antonio Vieira em seu *Os Vigaristas*, de 1940:

> Oriundo do "conto da guitarra" apareceu o "conto da guitarrita", cuja máquina em forma de despertador, de confecção caprichosa, simula fabricar libras esterlinas (£), porém, o que se verifica quando esta máquina funciona é apenas a extração ou mais simplesmente a expulsão das libras esterlinas contidas no seu interior.
>
> As moedas são postas dentro da máquina pelo "guitarrista" as quais ao saírem apresentam-se brilhantes e quentes...
>
> Até hoje, porém, a polícia de São Paulo registrou apenas uma única ocorrência dessa natureza em que um certo indivíduo comprou uma dessas máquinas por 75:000$000 (setenta e cinco contos de réis).[14]

A *guitarrita* nunca chegaria a ter sequer uma fração do fascínio e do apelo da *guitarra* original, aquele fenômeno que prometia a multiplicação ilimitada de dinheiro graúdo, tal qual maravilha saída diretamente das *Mil e Uma Noites* em versão moderna e garantida pelos poderes da ciência e da tecnologia. Os paulistanos que se deixavam extasiar por esse sonho que tão abruptamente se convertia em pesadelo, no entanto, sequer podiam imaginar que eles mesmos não passavam das mais novas presas de armadilha que, no exterior, fazia vítimas havia muito tempo.

II

Na Inglaterra e nos Estados Unidos, o golpe da máquina de fazer dinheiro era conhecido desde o século XIX. Já então sua difusão chegou a atingir escalas bastante significativas, de acordo com o autor norte-americano Carl Sifakis, especialista no estudo da história da criminalidade em seu país. Segundo ele, em uma versão inicial, a teatralização tomava mais tempo: o golpista alegava precisar de seis horas para que o aparelho completasse com exatidão o processo de duplicação de uma cédula. Esse era, aliás, um movimento estudado; porque depois de realizado o negócio, a vítima provavelmente faria no mínimo duas tentativas frustradas de operar a máquina antes de

---

[13] "Preso em Flagrante Quando Negociava uma 'Guitarra' por 5 Contos de Réis". *Folha da Manhã*, 30 de abril de 1941, p. 10.
[14] Antonio Vieira: *Os Vigaristas*, pp. 44-45.

concluir que fôra enganada. Era o suficiente. "Naquela altura, evidentemente, o escroque já teria tido pelo menos doze horas à disposição para realizar sua fuga", explica Sifakis.[15]

De resto, os principais atos do entrecho já estavam perfeitamente delineados – o envolvimento daquele a quem se procurava enganar com a promessa da multiplicação das notas, a demonstração, ainda que mais demorada, do prodígio, a verificação da validade da cédula produzida junto aos profissionais de uma casa bancária, a conclusão da transação, a evasão do golpista, o alucinado desespero do ludibriado. Quando a trama chegou ao Brasil – pouco depois do final da Primeira Guerra Mundial, época em que "apareceram no Rio de Janeiro uns alemães de ótimo aspecto e que se diziam químicos", afirma Willy Aureli em seu artigo a respeito do golpe – aqueles que a interpretavam certamente já possuíam razoável experiência em sua encenação. E nem por isso o esquema havia deixado de ser colocado em execução nos países de onde viera: naqueles mesmos anos da década de 1930, da mesma forma que os brasileiros, muitos norte-americanos ainda pagavam caro para adquirir seu modelo da *money-making machine,* então comercializada com especial freqüência pelo "Conde" Victor Lustig, refinado golpista que atuava em escala internacional e que voltaremos a encontrar em um capítulo seguinte.[16]

Por ora, o que importa é chamar a atenção para o fato de que esse paralelismo entre Estados Unidos e Brasil em questões de vigarice não deixava de ser bastante significativo. Porque havia outros golpes que manobravam com os signos da modernidade e que desembarcaram em solo brasileiro vindos diretamente da América do Norte, como um certo esquema que colocaremos em destaque algumas páginas adiante; antes de fazê-lo, entretanto, talvez seja apropriado comentar algo a respeito das condições em que se dava o transplante: vale dizer, em que medida o terreno cultural do país – de São Paulo em particular – estava preparado para receber e fazer florescer enganos cultivados originalmente no ambiente social dos Estados Unidos.

Em outras palavras, isso envolve enfocar a questão relacionada à maneira como os brasileiros enxergavam os norte-americanos: na década de 1930, os primeiros já se deixavam influenciar tão expressivamente pelos segundos a ponto de importar-lhes não apenas aparelhos de barbear, mas também aparelhagens mentais com as quais ler e reler o mundo?

Em pelo menos um caso a resposta é unívoca. No volume intitulado *América,* que publicou em 1932 e no qual relatava suas viagens pelos Estados Unidos, Monteiro Lobato não hesitava em exaltar a experiência norte-americana como um caso espetacular e único de desenvolvimento econômico e dinamismo social que poderia e deveria servir de exemplo ao Brasil. No curtíssimo "Prefácio" que escreveu para a obra, ele chegava a sugerir que a posição de vanguarda assumida pelos Estados Unidos em termos civilizatórios era de tal ordem, que sequer poderia ser corretamente entendida por aqueles que insistiam ainda em se apegar a paradigmas ultrapassados:

---

[15] Carl Sifakis: *Frauds, Deceptions and Swindles,* p. 129 (tradução nossa).
[16] Cf. Carl Sifakis, *op. cit.,* p. 112 e p. 129.

> A incompreensão do fenômeno americano pode filiar-se à natural incompreensão que o carro de trás sempre há de ter da locomotiva. Há muito pouco "Hoje" no mundo. Na própria Europa o "Ontem" ainda atravanca a maior parte dos países. Naturalíssima, pois, a geral incompreensão relativa ao único povo onde o "Amanhã" da humanidade já vai adiantado.[17]

A perspectiva lobatiana, portanto, enxergava nos Estados Unidos o futuro fazendo-se presente, enquanto que na Europa o presente se imobilizava pelo peso do passado: a proposta de que o Brasil passasse a seguir o primeiro modelo, afastando-se do segundo, era clara. Seria preciso, como o vinham fazendo os norte-americanos, multiplicar a geração de riquezas e promover a prosperidade coletiva por meio da adoção generalizada da mecanização; e para tanto tornava-se indispensável desenvolver os setores siderúrgico e petrolífero – produzir *ferro* para construir máquinas e *petróleo* para fazê-las funcionar. Não haveria outro caminho para a superação do atraso brasileiro, imaginava Lobato; as combativas campanhas às quais ele se dedicaria daí em diante eram claramente inspiradas pela lembrança do que havia visto na parte norte da *América*.

Mas Monteiro Lobato, lido e aceito que fosse, sempre foi um polemista de atitudes muito próprias e estilos de argumentação personalíssimos. Se desejamos saber se seu entusiasmo pela cultura norte-americana era seguido em termos mais gerais, seria conveniente procurar por indícios em outras esferas – nos filmes a que os paulistanos assistiam, por exemplo. Porque, como assinalamos acima, o cinema logo fincara raízes em São Paulo como entretenimento dos mais populares; na década de 1930, era certamente uma das atividades de lazer preferidas dos moradores da cidade, atraindo públicos de diferentes idades e situações sociais. Levando em conta o mais do que conhecido poder de catequização cultural próprio do cinema, parece apropriado indagar: era grande o espaço então ocupado pela produção cinematográfica norte-americana nas salas de exibição de São Paulo?

Não é preciso avançar muito no exame dos testemunhos documentais da época para concluir que este espaço não era apenas grande – era predominante. Não havia outra cinematografia nacional que pudesse competir com a dos Estados Unidos na preferência dos paulistanos, e um indício eloqüente disso era o extraordinário prestígio entre eles da dupla Stan Laurel & Oliver Hardy, ou *o Gordo e o Magro*, como esta se tornara conhecida no Brasil (em uma apresentação que invertia a ordem original, posto que na realidade Hardy era o *gordo* e Laurel era o *magro*). Cada nova produção que trazia os comediantes era anunciada pela imprensa, e recebida pelos espectadores, como um verdadeiro acontecimento; e no intervalo entre um lançamento e outro, o público podia, por vezes, procurar matar as saudades deles assistindo a espetáculos ao vivo em que *imitadores* de Laurel e Hardy tentavam reproduzir, tanto quanto possível, quadros e situações tirados dos filmes da dupla.[18]

---

[17] Monteiro Lobato: *América*, p. 5.

[18] Cf. anúncio divulgando a apresentação, no palco do Cine República, de Lord e Léo, "os perfeitos imitadores" de Laurel e Hardy: *Folha da Noite*, 10 de outubro de 1936, p. 9.

O espaço ocupado pelo cinema norte-americano em São Paulo também pode ser avaliado, no sentido inverso, pelos comentários de quem se opunha a ele. Em *Parque Industrial,* romance publicado em 1933, Patrícia Galvão descreve em tom crítico a imagem de Greta Garbo que ilustrava o cartaz colocado à porta de um cinema: "Cabelos desmanchados. O sorriso amargo. Prostituta alimentando, para distrair as massas, o cáften imperialista da América".[19] E em outra passagem do livro, quando um grupo de operárias se decepciona com o engajado "filme russo tirado de Gorki" a que haviam assistido, e que em nada se parecia com as adocicadas produções vindas de Hollywood, a autora não deixa de condená-las duramente pela atitude que equivalia a uma verdadeira traição de classe: "Um grupo de garotas sai lastimando os dez tostões perdidos numa fita sem amor. As inconscientes que o proletariado carrega. Aturdidas pelo reflexo do regime burguês, pelo deslumbramento de toilettes que não podem ter mas desejam. Dos automóveis de todas as cores, das raquetes e das praias. Alimentadas pelo ópio imperialista das fitas americanas. Escravas amarradas à ilusão capitalista".[20]

A melhor maneira de demonstrar o peso adquirido pela produção cinematográfica vinda dos Estados Unidos no ambiente cultural paulistano, entretanto, talvez seja aquela que envolve a apresentação de um panorama quantitativo que, se não é completo, é dotado de um grau mínimo de representatividade. Tomemos como exemplo o quadro exibido pela seção "Programas de Hoje", publicado pela *Folha da Noite* em sua edição de 6 de julho de 1935: dos 49 filmes mencionados, nada menos do que 40 eram norte-americanos (contra apenas quatro filmes alemães, dois filmes franceses, um filme português, um filme inglês e uma co-produção anglo-francesa).[21] É verdade

---

[19] Patrícia Galvão: *Parque Industrial,* p. 76.

[20] Patrícia Galvão, *op. cit.,* p. 93.

[21] Eram norte-americanos os filmes "Abafando a Banca" (*Kid Millions,* dir. Roy Del Ruth, 1934); "Agora És Meu" (*You Belong to Me,* dir. Alfred L. Werker, 1934); "Amor que Regenera" (*Hide-Out,* dir. W. S. Van Dike, 1934); "Belezas em Revista" (*Footlight Parade,* dir. Lloyd Bacon, 1933); "Cantor de Nápoles" (*El Cantante de Napoles,* dir. Howard Bretherton; 1935, feito nos EUA mas falado em espanhol); "O Capitão Odeia o Mar" (*The Captain Hates the Sea,* dir. Lewis Milestone, 1934); "Casa de Rothschild" (*The House of Rothschild,* dir. Alfred L. Werker, 1934); "Charlie Chan em Paris" (*Charlie Chan in Paris,* dir. Lewis Seiler, 1935); "Cidade Deserta" (*The Gold Ghost,* dir. Charles Lamont, 1934); "Dama por Vontade" (*Lady by Choice,* dir. David Burton, 1934); "Demônios do Ar" (*Lucky Devils,* dir. Ralph Ince, 1933); "Escravos do Desejo" (*Of Human Bondage,* dir. John Cromwell, 1934); "Especialista em Amor" (*Society Doctor,* dir. George B. Seitz, 1935); "Estância dos Mistérios" (*Mystery Ranch,* dir. Bernard B. Ray, 1934); "Fuzileiros do Ar" (*Devil Dogs of the Air,* dir. Lloyd Bacon, 1935); "Ídolo Branco" (*White Woman,* dir. Stuart Walker, 1933); "Imitação da Vida" (*Imitation of Life,* dir. John M. Stahl, 1934); "Inimigos Leais" (*Silent Men,* dir. D. Ross Lederman, 1933); "La Cucaracha" (*idem,* dir. Frank Tutle, 1933); "Mágoas de Criança" (*Peck's Bad Boy,* dir. Edward F. Cline, 1934); "Muitas Felicidades" (*Many Happy Returns,* dir. Norman Z. McLeod, 1934); "Mulher em Tudo" (*Ladies Should Listen,* dir. Frank Tutle, 1933); "Negócios da China" (*It's a Girl,* dir. Norman Z. McLeod, 1934); "Uma Noite Encantadora" (*The Night is Young,* dir. Dudley Murphy, 1935); "Olhos Encantadores" (*Bright Eyes,* dir. David Buttler, 1934); "A Patrulha Perdida" (*The Lost Patrol,* dir. John Ford, 1934); "Quando os Deuses Desfazem" (*Whom the Gods Destroy,* dir. Walter Lang, 1934); "Quando um Homem é um Homem" (*When a Man's a Man,* dir. Edward F. Cline, 1935); "Quando um Homem Vê Perigo" (*When a Man Sees Red,* dir. Alan James, 1934); "Rumba" (*idem,* dir. Marion Gering, 1935); "O Segredo do Castelo" (*Secret of the Chateau,* dir. Richard Thorpe, 1934); "Serenata de Amor" (*Love Time,* dir. James Tinling, 1934); "Sorteio Amoroso" (*The Lottery Lover,* dir. Wilhelm Thiele, 1935); "Stingaree, o Bandoleiro do Amor" (*Stingaree,* dir. William A. Wellman, 1934); "O Último Gângster" (*Million Dollar Ransom,* dir. Murray Roth, 1934); "Véu Pintado" (*The Painted Veil,* dir. Richard Boleslawski, 1934); "A Vingança do Pastor" (*Near the Rainbow's End,* dir. J. P. McGowan, 1930); "A Viúva Alegre" (*The Merry Widow,* dir. Ernst Lubitsch, 1934); "Vivendo em Veludo" (*Living in Velvet,* dir. Frank Borzage, 1935); e "Vivendo um Sonho" (*A Girl of the Limberlost*). Eram alemães os filmes "Assim Acaba

que o jornal, nesta sua seção informativa diária, não trazia a programação de *todos* os cinemas de São Paulo, mas apenas dos trinta e dois considerados mais importantes e de maior respeitabilidade – o *Cine Tabaris,* uma precoce sala de exibição de filmes pornográficos que se dava a conhecer exclusivamente por meio de anúncios pagos, por exemplo, não merecia qualquer menção, da mesma forma que outras salas menores ou mais distantes do centro da cidade.[22] Mas é justamente por se tratar de uma seleção que este universo ganha certo significado: no que se referia aos filmes que eram oferecidos ao público nos cinemas tidos como de maior prestígio, as produções importadas dos Estados Unidos dominavam na proporção de praticamente quatro quintos.

O exemplo que escolhemos para ilustrar a influência da cultura norte-americana em São Paulo não foi tomado ao acaso. A mesma edição da *Folha da Noite* que tanto destaque dava às películas produzidas em Hollywood também estampava, em sua primeira página, a notícia da chegada ao Brasil de um processo moderno e revolucionário de ajuda mútua, que deveria funcionar com a precisão e a regularidade das máquinas para, como elas, proporcionar prosperidade a um número sempre crescente de pessoas – e que apresentava, como maior garantia de confiabilidade e eficiência, o fato de ter sido trazido diretamente dos Estados Unidos. Tratava-se da chamada *Corrente da Prosperidade,* esquema que o tempo tornaria conhecido também – e significativamente – como *Conto da Pirâmide.*

Não deixa de ser um tanto curioso, em perspectiva, que o periódico tenha descrito a inovação como procedimento sério e digno de atenção, e não como o embuste que de fato era; porque ao longo do texto, dado a ler com o realce próprio das matérias exibidas em primeira página (ainda que concluídas nas páginas internas do jornal, como era comum na época), o que se colocava em andamento era uma tentativa de *convencimento* das supostas virtudes do empreendimento. A exortação, aliás não assinada, se iniciava com um louvor à capacidade de iniciativa revelada pelo povo norte-americano em meio a período de dificuldades:

---

um Grande Amor" (*So Endete eine Liebe,* dir. Karl Hartl, 1934); "Joana D'Arc" (*Das Mädchen Johanna,* dir. Gustav Ucicky, 1935); "Paraíso em Flor" (*Der Frauendiplomat,* dir. E. W. Emo, 1932); e "Terrível Armada" (*Emil und die Detektive,* dir. G. Lamprecht, 1931). Eram franceses os filmes "Os Miseráveis" (*Les Misérables,* dir. Raymond Bernard, 1934) e "Noites Moscovitas" (*Les Nuits Moscovites,* dir. Alexis Granowsky, 1934). O filme português era "As Pupilas do Sr. Reitor" (dir. José Leitão de Barros, 1935) e o filme inglês era "Amores de D. Juan" (*The Private Life of Don Juan,* dir. Alexander Korda, 1934). A produção anglo-francesa, por fim, era "A Batalha" (*The Battle,* dir. Nikolas Farkas, 1934). Cf. "Programas de Hoje": *Folha da Noite,* 6 de julho de 1935, p. 6.

[22] O Cine Tabaris localizava-se na rua Formosa e em seus anúncios (sempre acompanhados do alerta de que seus filmes eram "proibidos para menores e senhoritas") veiculava uma curiosa mistura de sugestões eróticas e supostas intenções moralistas e didáticas, como no caso do texto da publicidade da fita "Vendedoras de Caricias", publicado em *O Estado de S. Paulo* de 7 de julho de 1935, p. 19: "Filmado sob o controle do Depto. Policial de Varsóvia. Um verdadeiro combate a 'Migdal'. VÍCIO, CORRUPÇÃO E SUBORNO! Quadros de NU ARTÍSTICO". A expressão *Migdal* fazia referência à organização criminosa Zwi Migdal, dedicada ao tráfico de escravas brancas trazidas da Europa Central, sobretudo da Polônia, para as casas de prostituição argentinas e brasileiras: cf. Margareth Rago, *Os Prazeres da Noite - Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930),* p. 286.

> Nestes tempos que os italianos denominaram, aliás muito pitorescamente, de "finanças ao luar", e em que, apesar das revelações de melhorias que aparecem nas estatísticas, o cidadão faz incríveis acrobacias para ganhar o seu magro pão, o único recurso é apelar para a imaginação popular.
>
> A imaginação popular é fecunda. Nos Estados Unidos, o "C.C.C.", a mais estupenda organização coletiva de bem estar individual, está fazendo mais, para a prosperidade do país, do que todos os ramos do "N.R.A." reunidos. [...] Além do "C.C.C.", os Estados Unidos, que são o país dos geômetras dos negócios, inventaram outro processo para que, com uma pequena contribuição da parte de cada um, todos consigam formar o seu pecúlio, desde que todas as pessoas se proponham a agir honestamente. Esse novo processo é o que agora se denomina "Corrente da Prosperidade" ou "Corrente da Fortuna".[23]

A menção inicial às *finanças ao luar* era uma referência aos persistentes efeitos da crise provocada pela quebra da Bolsa de Nova York em 1929: crise que a administração Roosevelt vinha tentando combater por meio de medidas como as que o texto também cita – N.R.A. era a sigla para *National Recovery Act*, lei aprovada em 1933 e que colocava em prática um amplo programa organizado para estimular a produção econômica, a oferta de emprego e a redução geral dos preços; e C.C.C. era a sigla para *Civilian Conservation Corps*, ação decorrente de tal programa e que se voltava para a criação de frentes de trabalho e acampamentos em benefício das multidões de desempregados. Mas, meritórias que fossem, não seriam essas, ou quaisquer outras das linhas de atuação do *New Deal*, que proporcionariam o impulso para transformar pobreza em riqueza. Prodígio dessa natureza fundamentava-se em bases muito diversas:

> A "Corrente da Prosperidade" está baseada no princípio geométrico do cooperativismo. Consiste do seguinte: um cidadão escreve uma carta contendo uma lista de cinco nomes, numerados de um a cinco. Os nomes devem ser, indefectivelmente, de pessoas reconhecidamente honestas, otimistas, confiantes, dotadas de boa vontade para "continuar" a "corrente". Dessa carta, envia cinco cópias a cinco amigos, ou pessoas de reconhecida idoneidade moral.
>
> Quem recebe a cópia deve fazer, por sua vez, as seguintes coisas: risca o nome que figura em primeiro lugar, e remete, ao mesmo tempo, de acordo com o endereço que figura na carta, a quantia de cinco mil réis; elabora nova lista, de maneira que o nome que figura em segundo lugar passe para o primeiro, o que está em terceiro passe para o segundo, o que está em quarto passe para o terceiro, o que está em quinto passe para o quarto. O quinto nome é o da pessoa que escreve. Esta faz, da carta que recebeu, cinco cópias, e por sua vez as envia a cinco amigos ou pessoas de reconhecida idoneidade moral. Os que recebem estas cópias fazem o mesmo, e assim por diante. Quando o nome que figura em quinto lugar chegar ao primeiro, já estarão em circulação, só daquela lista, daquela "corrente", 3.125 cartas. Para ser suprimido esse nome haverá nova rodada, a qual multiplica esse número por cinco dando, portanto, 15.625 cartas, cada qual contendo a contribuição de 5$000, o que perfaz um total de 78:125$000.

---

[23] "A 'Corrente da Prosperidade'". *Folha da Noite*, 6 de julho de 1935, primeira página.

> Assim uma pessoa de idoneidade moral, que recebe uma carta da "corrente da prosperidade", ao colocar o seu nome em quinto lugar, paga 5$000 ao nome que estiver em primeiro e que suprime. Quando o seu nome chegar ao primeiro, para ser suprimido, receberá, em troca da sua contribuição, 15.625 contribuições de 5$000, ou seja... 78:125$000.[24]

O indivíduo que recebesse por carta a lista com os cinco nomes numerados, portanto, deveria enviar para o primeiro deles a sua contribuição e em seguida elaborar nova lista, da qual este estaria eliminado. Nessa nova relação, cada nome restante galgaria uma posição (o segundo agora em primeiro, o terceiro agora em segundo, e assim sucessivamente); e no espaço aberto em quinto e último lugar, o destinatário da carta deveria colocar o seu próprio nome. Bastaria então mandar a nova lista, com as devidas explicações, a cinco pessoas que considerasse capazes de levar o negócio adiante, e esperar: por força da multiplicação do número de participantes, quando seu nome atingisse a posição de ser contemplado com as contribuições, ele receberia 15.625 delas.

Em outras palavras, em tese, o feliz cidadão que recebesse a fantástica correspondência, e que seguisse todas as instruções nela contidas, investiria 5$000 (cinco mil réis) para depois embolsar, em retorno, 78:125$000 (setenta e oito contos e cento e vinte e cinco mil réis). Que significavam tais valores? Se levarmos em conta que, naquele mês de julho de 1935, a entrada de cinema em São Paulo custava entre setecentos e quatro mil réis, pode-se admitir que seu preço médio correspondia a algo próximo dos 2$300 (dois mil e trezentos réis) que o Cine Paratodos cobrava em sua sessão vesperal do espectador que, na ocasião, estivesse disposto a se emocionar às lágrimas (posto que o filme que exibia então era o melancólico *Imitação da Vida*, com Claudette Colbert e Louise Beavers).[25] Os 5$000 da contribuição individual do participante da corrente, assim, equivaliam ao valor aproximado de duas entradas de cinema (e talvez ainda alguma pouca guloseima comprada com o troco para acompanhar o filme). Por outro lado, os 78:125$000 de lucro correspondiam praticamente ao valor declarado do palacete construído pela Cia. City, que a mesma *Folha da Noite* oferecia como primeiro prêmio de sorteio que realizaria na mesma época: 80:000$000.[26] O que a *Corrente da Prosperidade* prometia era algo de realmente extraordinário: dinheiro suficiente para a aquisição de um palacete novo em folha em troca de uma contribuição que equivalia ao preço de duas entradas de cinema.

Havia, naturalmente, uma condição indispensável para que o empreendimento tivesse êxito: ele não poderia, de maneira alguma, ser interrompido. Daí os repetidos avisos de que só deveriam tomar parte dele pessoas íntegras e respeitadoras de seus deveres:

> O mais curioso é que essa "corrente da fortuna" está baseada no princípio da honestidade de todos. [...] Quem recebe uma carta dessas, deve preocupar-se com a idoneidade moral das pessoas às quais vai mandar as suas cinco cópias. Quem põe o

---

[24] *Ibidem*, primeira página e p. 4.
[25] Cf. *O Estado de S. Paulo*, 9 de julho de 1935, p. 19.
[26] Cf. *Folha da Noite*, 13 de julho de 1935, p. 6.

> seu nome em quinto lugar e suprime o que se encontra em primeiro manda, a este, 5$000. Este não sabe de quem recebeu a contribuição. Só quem lhe paga é que sabe a quem manda o dinheiro, mas não saberá nunca de quem receberá as contribuições; todavia, em virtude da honestidade a que outros estão obrigados, está certo de as receber. É importantíssimo, pois, para o bem próprio, o pagamento da contribuição de 5$000 quando se entra para a "corrente".[27]

Essa repetida exigência de honestidade ocultava uma ironia colossal, se levarmos em consideração que o esquema era, no final das contas, fraudulento. Mas deixemos as ponderações sobre o caráter enganoso do negócio para mais adiante; porque há ainda outros trechos da matéria publicada pela *Folha da Noite* que merecem destaque aqui. Por exemplo, os que descrevem que alturas a iniciativa poderia atingir:

> As "correntes" se fazem com base em mil réis. São as mais pobrezinhas. Há-as de dois mil réis, de cinco, de dez. No Canadá, uma "corrente" entre milionários, tinha por base a quantia de cem dólares, dando, para cada inscrito em quinto lugar que passava para primeiro e vinha a ser suprimido, 15.625 vezes cem dólares, ou seja, um milhão, quinhentos e sessenta e dois mil e quinhentos dólares![28]

Não seria de surpreender, assim, que atividade tão extraordinariamente capaz de multiplicar riquezas provocasse uma cascata de efeitos sensacionais, na medida em que se disseminasse mundo afora:

> Em virtude dos milhões de cartas que se estão escrevendo, para a continuidade da "corrente da fortuna", o movimento dos Correios dos Estados Unidos teve um aumento calculado em 43,02%; no Canadá, o aumento foi ainda maior, elevando-se a quase 50%; na Argentina e na Austrália, o acréscimo das rendas postais tem subido a 31,07 e a 32,1%, respectivamente. A fabricação de selos teve de ser acelerada em quase todos os países do mundo, pois, além dos selos para as cartas, há compras de selos para as remessas que muitos não gostam de fazer em dinheiro.
>
> Acresce que, na maioria das vezes, as remessas, seja de dinheiro, seja de selos em importância correspondente, se fazem sob registro para perfeita segurança, o que torna ainda maior a renda postal. Quer isso dizer que a "corrente da prosperidade", além de contribuir para o bem coletivo, serve também para melhorar as rendas dos Correios.[29]

Além de promover a prosperidade de seus participantes, a *corrente* estendia seus benefícios a toda a coletividade, já que movimentava a economia e fazia aumentar a atividade dos Correios: que mais se poderia esperar de ação tão múltipla em conseqüências positivas? Um toque de charme e sofisticação, talvez; porque ela estaria se tornando moda mesmo entre os que faziam moda em escala internacional:

---

[27] *Ibidem*, p. 4.
[28] *Ibidem*, p. 4.
[29] *Ibidem*, p. 4.

> O entusiasmo pela "corrente da prosperidade" em quase todas as partes do mundo é tão avassalador, que o "bridge", as corridas de cavalos, as palavras cruzadas, os "quebra-cabeças" e até as reuniões esportivas de fino tom estão ficando na sombra. Qualquer mulher elegante em Paris não seria digna do seu renome social, se não se preocupasse, a sério, com a "corrente" em que entrou.[30]

Publicado por um respeitado veículo da imprensa paulistana, o texto parecia, em princípio, convincente – em especial para quem sonhava com um meio de multiplicar seu investimento na proporção de um por 15.625. E a força de persuasão do esquema certamente se tornaria maior ainda quando, duas semanas depois, a *Folha da Noite* voltou ao assunto, publicando em sua edição de 19 de julho de 1935 nada menos do que um *modelo* de corrente, capaz de ilustrar o hipotético funcionamento do negócio:

> Recorte cinco exemplares do quadro abaixo, preencha a lista de nomes e endereços, obedecendo às indicações das circulares que já houver recebido.
>
> NOMES — ENDEREÇOS
>
> 1°..... .....
> 2°..... .....
> 3° ....
> 4°..... .....
> 5°..... .....
>
> Este inteligente mecanismo foi iniciado com base na honestidade de cada um para o bem de todos. Ponha nele os seus melhores amigos, a que mais preze e em quem mais confie.
>
> Suprima da lista que houver recebido o primeiro nome e endereço e ponha em último lugar o seu próprio nome, que será o 5°. Passando o 2° nome dessa lista para o primeiro lugar, e assim por diante, preencha cinco vias do presente quadro e remeta-as a cinco amigos seus, eleitos dentre os de maior idoneidade moral.
>
> À pessoa cujo nome e endereço foi suprimido, remeta a quantia de .....$....., em dinheiro ou selos do correio, como sua honesta e consciente contribuição. Esta remessa é para todos questão de honra.
>
> Quando seu nome chegar a ser suprimido, à sua vez, V. S. terá recebido 15.625 cartas, com as respectivas contribuições, que serão proporcionais, em seu total, ao valor dado à corrente.
>
> Tenha confiança que os seus amigos tiveram e seja correto como eles foram. A corrente ininterrupta fará a prosperidade de todos, com a pequenina contribuição de cada um.
>
> ATENÇÃO - Se V. S. já tiver recebido uma circular destas, passe a presente a um amigo ou devolva-a ao último nome e endereço que nela figurar, salvo se desejar entrar em nova corrente.
>
> ——— o ———
>
> Não interrompa a corrente! Não contrarie a sorte! Ajude a fortuna!
>
> Seja correto e expedito: redistribua suas listas dentro de 48 horas, depois de remeter a sua contribuição ao primeiro nome da lista recebida.
>
> IMPORTANTE - Não inicie novas correntes, salvo para quantias elevadas. Se cada qual quiser ter a sua, em breve serão elas muitos milhões e nem mais haverá quem possa recebê-las e continuá-las. São tantas as que se acham em curso que dão para todos. Aguarde a sua vez. Ela chegará, sem dúvida, rapidamente.
>
> Não ponha mais de cinco nomes. Do contrário irá a multiplicações fantásticas e inviáveis.[31]

Havia mesmo uma certa elegância na visualização de uma estrutura que, no seu desdobrar contínuo, lembrava de fato a formação de uma pirâmide, além do belo apelo comunitário

---

[30] *Ibidem*, p. 4.

[31] "A 'Corrente da Prosperidade'". *Folha da Noite*, 19 de julho de 1935, p. 2.

constituído pela atitude de ajudar-se a si próprio ajudando aos outros ao mesmo tempo. Da maneira como era apresentada, a *Corrente da Prosperidade* era uma iniciativa inovadora, que acenava com a possibilidade de enriquecimento rápido, importada do país que representava o paradigma da modernidade e da eficiência, onde aliás teria sido testada com sucesso, e que além de tudo – aspecto que não se poderia desprezar – aparentemente não constituía ilegalidade. Por que não aproveitar a ocasião de sua chegada ao Brasil para tomar parte dela?

III

Porque se tratava de um engodo. Os que enxergaram no negócio o mecanismo infalível em que todos ganhavam e ninguém perdia não se deram conta, no seu entusiasmo, que ali ocorria fenômeno bem diverso: aquele era esquema em que alguns poucos ganhavam e muitos e muitos perdiam, como aliás ocorre nos golpes bem aplicados. Era a própria lógica matemática em que se baseava o empreendimento que lhe decretava a inviabilidade e a incapacidade de cumprir as promessas que fazia.

Não é difícil demonstrar os motivos disso. Basta ter em mente que o plano se fundamentava no recrutamento de novos participantes no andamento correspondente ao de uma progressão geométrica – um para 5, daí para 25, daí para 125, daí para 625, e assim sucessivamente. Se levarmos em conta que, além disso, seria necessário a cada rodada somar os novos integrantes do negócio aos antigos, como forma de obter o total de participantes naquele estágio determinado, então não é difícil concluir que cedo ou tarde faltariam pessoas para dar continuidade à iniciativa.

Alguns cálculos simples ajudam a entender a velocidade com que esse ponto de saturação provavelmente seria atingido. Em uma primeira rodada, o iniciador da corrente enviaria cartas a cinco conhecidos, o que resultaria em seis participantes; em uma segunda rodada, novos e antigos participantes somados atingiriam o total de 31 pessoas; em uma terceira rodada, atingiriam o total de 156 pessoas; em uma quarta rodada, o de 781 pessoas, e assim por diante. Quanto a corrente atingisse a sua nona rodada, ela demandaria a participação de 2.441.406 pessoas – mais do que a cidade de São Paulo, com seus cerca de 1.120.000 habitantes, tinha condições de oferecer naquele ano de 1935.[32] Na sua décima rodada, a corrente exigiria 12.207.031 integrantes – e então sequer toda a população do Estado de São Paulo seria suficiente, posto que esta então atingia cerca de 6.600.000 habitantes.[33] Na sua décima-primeira

---

[32] Cf. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: *Séries Estatísticas Retrospectivas - Volume I: Repertório Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1986, p. 8.
[33] Cf. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *op. cit.*, p. 5.

rodada, com a voraz necessidade de 61.035.156 participantes, a corrente ter-se-ia tornado exigente demais para o próprio país – posto que a população brasileira andava, na época, por volta de 41.500.000 habitantes.[34] E de sua décima-terceira para sua décima-quarta rodada, quando saltava da demanda de 1.525.878.906 para a de 7.629.394.531 de participantes, a corrente apequenava todo o planeta – uma vez que a população mundial em 1935 atingia, segundo os cálculos da Liga das Nações, cerca de 2.077.000.000 de indivíduos.[35] Mesmo que todas as pessoas do mundo se unissem à *Corrente da Prosperidade,* esta não teria condições de completar sequer catorze rodadas.[36]

Tampouco adiantaria tentar solucionar o problema fazendo com que participantes de rodadas passadas entrassem em rodadas novas, levando assim o esquema adiante, porque a corrente não podia alimentar-se a si própria unicamente com reinvestimentos por parte de seus integrantes – ela apresentava a imposição inexorável de novos contribuintes em número sempre crescente, em uma espiral que tendia ao infinito. Um empreendimento dessa natureza que pudesse funcionar como um circuito fechado em si mesmo era tão impossível quanto o *moto-contínuo,* cuja existência era descartada pelas leis da física.

O certo é que, em algum momento, a corrente começaria a se desfazer: não seria mais possível encontrar quem já não a integrava e ainda assim estivesse disposto a entrar para o negócio. Isso passaria a ocorrer, obviamente, muito antes de ser atingida a hipotética nona rodada em que os paulistanos já não seriam em número bastante para contemplar suas necessidades. Para recorrer novamente à imagem da pirâmide, passado um certo número de rodadas, a estrutura principiava a se desorganizar em sua base, exatamente na posição em que se localizava o maior número de participantes – pessoas que haviam enviado suas contribuições aos nomes indicados pelas listas que haviam recebido, e que agora tinham cada vez mais dificuldades em encontrar quem desse continuidade ao empreendimento para fazer o mesmo por elas. Segundo M. Allen Henderson, calcula-se que em média menos de um décimo dos que se envolvem com iniciativas desse tipo conseguem obter retorno satisfatório; mais da metade não chega a obter retorno algum.[37]

Em outras palavras, em termos gerais, mais de 90% dos participantes de mobilização como a da *Corrente da Prosperidade* arrecadam pouco ou nada; menos de 10% embolsam valores de fato compensadores. Quem são estes últimos? Os iniciadores do negócio, evidentemente: aqueles que,

---

[34] *Ibidem,* p. 3.

[35] Société des Nations: *Annuaire Statistique de la Société des Nations.* Genebra, Société des Nations, 1936, p. 24.

[36] A seqüência numérica completa é a seguinte: *1ª rodada:* 1 iniciador recruta 5 pessoas, totalizando 6 participantes; *2ª rodada:* 6 participantes antigos + 25 novos = 31 participantes; *3ª rodada:* 31 antigos + 125 novos = 156 participantes; *4ª rodada:* 156 antigos + 625 novos = 781 participantes; *5ª rodada:* 781 antigos + 3.125 novos = 3.906 participantes; *6ª rodada:* 3.906 antigos + 15.625 novos = 19.531 participantes; *7ª rodada:* 19.531 antigos + 78.125 novos = 97.656 participantes; *8ª rodada:* 97.656 antigos + 390.625 novos = 488.281 participantes; *9ª rodada:* 488.281 antigos + 1.953.125 novos = 2.441.406 participantes; *10ª rodada:* 2.441.406 antigos + 9.765.625 novos = 12.207.031 participantes; *11ª rodada:* 12.207.031 antigos + 48.828.125 novos = 61.035.156 participantes; *12ª rodada:* 61.035.156 antigos + 244.140.625 novos = 305.175.781 participantes; *13ª rodada:* 305.175.781 antigos + 1.220.703.125 novos = 1.525.878.906 participantes; *14ª rodada:* 1.525.878.906 antigos + 6.103.515.625 novos = 7.629.394.531 participantes.

[37] M. Allen Henderson: *How Con Games Work,* p. 161.

combinados entre si, dão início ao esquema e passam a acumular contribuições enquanto ainda há quem as queira e possa enviar. A tramóia é montada em benefício dos que souberam se colocar no topo da pirâmide; aos demais, resta lamentar a perda de tempo, de dinheiro e – talvez o mais amargo de tudo – das esperanças de enriquecimento repentino.

E não obstante o caráter de prática que multiplicava muito mais desilusões do que capitais, a *Corrente da Prosperidade* tornar-se-ia uma verdadeira mania paulistana. Ela não seria colocada em execução com a mesma freqüência que o *Conto do Bilhete Premiado,* por exemplo; mas, tal qual as enchentes que vinham atormentar a vida da cidade de tempos em tempos, ressurgiria periodicamente tanto em sua forma original quanto em surpreendentes variações – como nos casos das correntes em que o objetivo não era o de recrutar novos contribuintes, e sim novos revendedores dos produtos de uma empresa qualquer. É possível mesmo que o esquema apresentado originalmente – e inadvertidamente – pela *Folha da Noite* em 1935 tenha inspirado o surgimento de outro tipo de iniciativa, a da corrente mística em que o destinatário da correspondência recebia o texto de uma prece que deveria reenviar a um certo número de pessoas (com a promessa de ter seus desejos realizados caso o fizesse, e a ameaça de passar a sofrer as mais atrozes desventuras caso deixasse de fazê-lo).

Em 1951 o *Correio Paulistano* encarregar-se-ia de lembrar, como se fosse então assunto já ultrapassado, a chegada do esquema entre os paulistanos, em uma confusa recapitulação dos acontecimentos:

> Tivemos em São Paulo a "corrente da prosperidade". Lembram-se?
> Escrevia-se cinco nomes de amigos numa lista, a começar pelo nosso. Mandava-se a cada um deles uma cópia da lista acompanhada de cinco mil réis. Os amigos recebiam as circulares contendo cinco mil réis cada uma e mandavam copiá-las, remetendo-as adiante. Era um nunca mais acabar. Muita gente pensou em fazer fortuna à custa da "corrente da prosperidade". Algumas pessoas chegaram a receber muito dinheiro. Mas não deu certo a brincadeira. No fim de três ou quatro meses estava quebrada a "corrente" e o nosso povo foi obrigado a sepultar mais um lindo sonho.[38]

O texto embaralhava as coisas porque, como vimos, o participante da *Corrente da Prosperidade* não recebia dinheiro de quem lhe mandava a correspondência, e sim – e em tese – dos novos participantes que entrariam no negócio caso ele desse continuidade à iniciativa. A descrição do *Correio Paulistano,* ao imaginar o envio de cartas a cinco conhecidos que na mesma ocasião receberiam *também* cinco mil réis, é a de uma corrente feita às avessas. Incompreensões à parte, sequer a sugestão de que empreendimentos do tipo constituíam ações em desuso se sustentava; porque aquela mesma matéria havia sido escrita para divulgar uma *nova* corrente, a da "cordialidade", esquema destinado a promover hipotéticos contatos internacionais e trocas de imagens turísticas – se o interessado seguisse as instruções oferecidas, afirmava-se, obteria a

[38] "Corrente da Cordialidade". *Correio Paulistano,* 29 de setembro de 1951, p. 4.

sua recompensa: "No fim de 15 dias o senhor receberá 256 cartões postais de todos os pontos da Europa ou do mundo".

A melhor prova da notável capacidade de sobrevivência e adaptação da *Corrente da Prosperidade* é, para traçar um outro paralelo em relação ao *Conto do Bilhete Premiado,* a sua chegada às portas do século XXI. Uma versão do negócio ajustada às possibilidades de uso da *internet* já circulava livremente então, como explicava o escritor Walcyr Carrasco em crônica publicada em julho de 2000:

> Confesso: já caí no conto da corrente. Deveria depositar 1 real para cada um dos primeiros cinco nomes de uma lista. Remeter o e-mail a cinqüenta outras pessoas, incluindo meu nome no final da lista. Havia até um dispositivo legal no texto, para garantir a honestidade do empreendimento. Em quinze dias, receberia 315.000 reais em notas de 1. Não resisti. Mandei. Minha única preocupação era como contaria e ensacaria a fortuna. Quase avisei os amigos para me ajudarem. Nunca vi um tostão, é claro. Passei o mês seguinte ouvindo piadas dos conhecidos que receberam a proposta. Analisando melhor a lista, descobri que um dos participantes era um presidiário carioca![39]

Não seria justo concluir a apresentação de mais esse engano que atravessou décadas, no entanto, sem registrar aqui um devido reconhecimento. Era verídica a alegação da matéria original da *Folha da Noite* de que o esquema da *Corrente da Prosperidade* havia sido desenvolvido nos Estados Unidos. Não exatamente como resultado das virtudes de imaginação e iniciativa do povo norte-americano, como asseverava o periódico, contudo, e sim como fruto da inspiração e da capacidade de ação de um vigarista ítalo-americano cujo nome ficaria gravado nos anais da trapaça internacional: Carlo Ponzi.

Filho de agricultores, Ponzi ainda era um jovem quando emigrou da Itália para a América do Norte, em 1899. Circulando inicialmente entre os Estados Unidos e o Canadá, ele inauguraria sua carreira de golpista procurando fazer vítimas entre outros imigrantes italianos, aqueles que desejavam enviar parte do que já haviam conseguido economizar a familiares residentes em seu país natal. Ponzi garantia-lhes poder realizar as remessas à Itália com rapidez e segurança; em seguida, simplesmente embolsava a maior parte do dinheiro. A atividade foi descoberta e conduziu-lhe à primeira passagem pela cadeia; a segunda viria poucos anos depois, quando foi pego tentando fazer passar dois imigrantes clandestinos do Canadá para os Estados Unidos.[40]

Tendo conseguido desembaraçar-se de tais dificuldades com a justiça, Ponzi fixou-se na cidade de Boston e chegou mesmo a arranjar um emprego respeitável, como funcionário de uma casa de corretagem que atuava no ramo do comércio exterior. Em 1919, entretanto, ocorrer-lhe-ia colocar em andamento o golpe que faria dele um multimilionário. Em meio à febre de especulação financeira que então tomava conta dos Estados Unidos, Ponzi imaginou, em linhas gerais, a

---

[39] "Correntes Cibernéticas". *Veja São Paulo,* 12 de julho de 2000, p. 126.
[40] Cf. M. Allen Henderson, *op. cit.,* p. 174.

organização de um esquema pelo qual a aplicação de um primeiro investidor fosse restituída, com lucros, com os recursos captados junto a outros investidores, que por sua vez teriam suas aplicações remuneradas com recursos vindos de outros investidores ainda, e assim sucessivamente. Em outras palavras, ele colocou em prática o mecanismo pelo qual contribuintes antigos recebiam dinheiro vindo de contribuintes novos, princípio que se tornaria tão básico para o funcionamento da *Corrente da Prosperidade* – com a diferença de que, nesse caso, o próprio Ponzi servia como elo de ligação entre os que entravam, rodada após rodada, para o negócio.

A tramóia, em si, não era exatamente original. Já em 1899 um contador de Nova York, William Miller, constituíra negócio estruturado nas mesmas bases, chegando a arrecadar mais de um milhão de dólares de bom número de investidores antes de ser, ele próprio, enganado por dois outros vigaristas e finalmente preso.[41] Mas mesmo que não seja possível atribuir a paternidade do esquema a Ponzi – soubesse ele ou não dos feitos passados de Miller –, o fato é que, em suas mãos, o empreendimento seria levado a outra escala de grandeza. Com a fala fluente e persuasiva característica dos grandes golpistas, Ponzi iniciou sua trajetória convencendo certo número de vizinhos a entregar-lhe 50 dólares, com a promessa de que, dentro de três meses, estes estariam convertidos em 75 dólares: uma aplicação com a notável margem de lucro de 50%. Quando, rigorosamente no prazo estipulado, Ponzi entregou a cada investidor a quantia prometida, seu estratagema começou a alçar vôo.

Alguns desses primeiros investidores decidiram reaplicar imediatamente o capital que haviam ampliado. Outros, no entanto, fizeram coisa mais importante ainda para os propósitos de Ponzi: espalharam seu nome – e a notícias dos fenômenos financeiros que ele seria capaz de realizar – para muito além de sua vizinhança. Em pouco tempo Ponzi, em vez de precisar procurar, começou a ser procurado por levas e levas de pessoas ansiosas por multiplicar rapidamente suas economias. O negócio passou a caminhar em ritmo tal que, além do escritório central localizado em Boston, filiais foram abertas em várias outras cidades próximas. Em certa altura de 1920, *em um único dia,* o empreendimento chegou a captar mais de dois milhões de dólares, vindos sobretudo de pequenos aplicadores – assalariados que constituíam suas poupanças moeda a moeda, e que só passavam a dispor delas porque acreditavam ter descoberto maneira de participar de onda de ventura de um mercado financeiro que, em princípio, existia para beneficiar só os ricos.[42]

O caráter vertiginoso assumido por tal escalada teve um efeito mais ou menos previsível sobre o próprio Ponzi. Ele passou a fruir de sua prosperidade enquanto empresário bem-sucedido ostentando trajes do melhor corte – seu guarda-roupa chegou a incluir centenas de ternos e dezenas de alfinetes de gravata enfeitados com diamantes –, fazendo-se instalar em uma mansão repleta de serviçais de todos os tipos, e gastando parte de sua fortuna na aquisição de outras empresas, como um banco e mesmo a própria casa de corretagem em que antes trabalhara como

---

[41] Cf. Carl Sifakis, *op. cit.*, pp. 123-124.
[42] *Ibidem*, p. 144.

funcionário (consta que ele teria realizado o sonho dourado de tantos subalternos mundo afora, chamando à sua sala o antigo chefe que o maltratara no passado apenas para demiti-lo pessoalmente).[43] Os acontecimentos, porém, também trouxeram desdobramentos um tanto imprevisíveis e surpreendentes, como quando Ponzi se viu subitamente elevado à condição de herói da comunidade italiana de Boston e região, que enxergava nele o exemplo do patrício que enriquecera e que, além disso, demonstrava a generosidade de ajudar as pessoas a melhorar de vida.

Durante a fase em que as operações financeiras coordenadas por Ponzi andaram em ritmo crescente, assim, ele pôde desfrutar de uma vida faustosa e mesmo dos privilégios reservados às celebridades. Como é da própria natureza do negócio que administrava, enquanto os investimentos aumentavam em número e volume, era possível remunerar aqueles que haviam feito suas aplicações em estágios anteriores; mas quando o ponto de saturação foi atingido – e ele o seria inevitavelmente –, o empreendimento desmoronou como um castelo de cartas, fazendo com que milhares de pessoas perdessem todos os recursos que haviam aplicado. Nesse caso, a crise foi apressada por reportagens publicadas pelos jornais de Boston, que conseguiram descobrir as passagens mais comprometedoras da vida pregressa de Ponzi, como as temporadas passadas na cadeia. Investigado e processado uma vez mais, ele seria agora condenado a um total de onze anos de prisão.

O grande erro de Carlo Ponzi – ou *Charles Ponzi*, como ele se tornaria mais conhecido nos Estados Unidos, por força da adoção da versão anglicizada de seu primeiro nome – foi o de não saber o momento certo de desaparecer com o muito que já havia arrecadado. A bolha de prosperidade criada pelo seu esquema de investimentos que remuneravam investimentos estouraria forçosamente, mais cedo ou mais tarde; ele, melhor do que ninguém, deveria saber disso. No entanto, talvez levado pelo entusiasmo e pela confortável vida feita de fama e fortuna, Ponzi adiou aquela que deveria ser sua retirada estratégica; quando se deu conta disso, era tarde demais.

Seja como for, sua aventura deixaria marcas profundas no mundo da vigarice. O *modus operandi* da *Corrente da Prosperidade*, com todas as suas variações futuras, teria como inspiração direta o esquema de multiplicação de contribuintes que, se não foi criado, foi praticado por Ponzi com graus inéditos de ousadia e ambição – bem como outro dos legados que ele deixaria para uso de golpes posteriormente desenvolvidos com base em seu exemplo, a sedutora argumentação a respeito das fantásticas possibilidades de enriquecimento rápido por meio de mobilizações aparentemente infalíveis. Ainda que provavelmente sequer o suspeite, o golpista que em pleno século XXI distribui mensagens via *internet*, tentando convencer tantos incautos quanto lhe for possível a entrar para algum tipo de negócio em forma de pirâmide, é um legítimo descendente

[43] Cf. M. Allen Henderson, *op. cit.*, p. 177.

intelectual e criminal do persuasivo e eloqüente vigarista italiano que conheceu seus momentos de maior glória nos Estados Unidos entre 1919 e 1920.

Quanto à trajetória de Ponzi na fase subseqüente à sua derrocada, sabe-se que, assim que terminou sua pena, em 1934, ele foi deportado para a Itália. Ali, teria tentado convencer o próprio Mussolini – a quem, consta, admirava intensamente – de que poderia ser útil ao regime fascista, graças à sua ampla experiência em termos de administração financeira adquirida na América do Norte. Desse ponto em diante, no entanto, as versões passam a se tornar tão divergentes quanto obscuras. M. Allen Henderson afirma que Ponzi chegou a ser nomeado por Mussolini como representante de uma companhia aérea italiana no exterior, tendo caído em desgraça quando da queda do ditador, em 1943.[44] Já Carl Sifakis considera um tanto questionável a informação de que ele teria obtido qualquer favor por parte de Mussolini, e declara que Ponzi de fato trabalhou para a filial de uma empresa italiana no exterior, mas só até 1939, ano em que se iniciou a Segunda Guerra Mundial.[45] Fosse qual fosse a companhia que o contratou, entretanto, o certo é que por meio desta Ponzi seria enviado ao local onde, anos depois, terminaria seus dias em situação de miséria e abandono – local que, por sua distância de Boston, talvez lhe proporcionasse como único consolo a reduzida possibilidade de um indesejado encontro com algum de seus antigos e frustrados investidores. Carlo Ponzi faleceu em janeiro de 1949, paralisado por um derrame cerebral e quase cego, na ala reservada aos indigentes de um hospital da cidade do Rio de Janeiro.

---

[44] *Ibidem*, p. 178.
[45] Cf. Carl Sifakis, *op. cit.*, p. 145.

Capítulo 4

O Célebre Pistolão

Maria Candelária
É alta funcionária
Saltou de pára-quedas
Caiu na letra ó, ó, ó, ó, ó

Começa ao meio-dia
Coitada da Maria
Trabalha, trabalha,
Trabalha de fazer dó, ó, ó, ó, ó

À uma vai ao dentista
Às duas vai ao café
Às três vai à modista
Às quatro assina o ponto e da no pé
Que grande vigarista que ela é!

"Maria Candelária", música carnavalesca de Armando Cavalcanti e Klécius Caldas, tornada famosa na interpretação de Blecaute, 1952

Estamos dispostos a nos empenhar por sua pessoa junto às forças econômicas e políticas deste país. E por intermédio do pistolão – o célebre pistolão, mola propulsora de todas as forças vivas da nação, sem exceção – o que é que nós não podemos arranjar? Poderão me dizer?

Fala de personagem do filme *O Homem dos Papagaios*, de Armando Couto, 1953

I

Ao longo do século XX, o que antes era quase que uma exclusividade das elites letradas e abonadas – o hábito de discutir abertamente as idas e vindas do mundo da política – tornou-se prática comum entre faixas cada vez mais amplas da população brasileira. Era, naturalmente, com graus variados de envolvimento e paixão que amigos, vizinhos e familiares passaram a trocar idéias sobre o assunto, ao sabor das reviravoltas que marcaram o período; fosse como fosse, o enfatizar as virtudes de líderes ou partidos aos quais se admirava ou, no sentido oposto, o criticar os vícios daqueles com os quais se antipatizava, se tornaram atitudes definitivamente incorporadas ao correr da vida cotidiana.

É verdade que houve fases – como quando o chamado Estado Novo se mostrava forte, organizado e atento – em que convinha procurar expressar eventuais divergências com redobrada cautela, moderando o tom de voz, a ênfase dos argumentos, e mesmo sua exposição frente a interlocutores menos conhecidos; mas, em outros momentos, caracterizados por um clima mais propício à liberdade de manifestação – como o que se seguiu à queda daquele mesmo Estado Novo, em 1945 – , os debates podiam ganhar constância, amplitude a animação extraordinárias. Qualquer que fosse o caso, no entanto, havia um tópico que parecia haver adquirido lugar de destaque em meio ao elenco de questões a serem tratadas, quando o tema era o do andamento do jogo político no país: o problema da *corrupção*.

Em termos gerais, esse era tido como um dos grandes males nacionais – mais grave até do que a ação nociva da saúva que, segundo alguns, ameaçava acabar com o Brasil. Sobretudo nos anos do segundo pós-guerra, era com um sentimento misto de reprovação e indignação que a maior parte da opinião pública – em especial a dos cada vez mais povoados centros urbanos – encarava as denúncias, surgidas de tempos em tempos, de que o Estado se encontrava dominado por parasitas e aproveitadores que procuravam sangrá-lo de todas as maneiras possíveis. Havia mesmo grupos políticos que tentavam concentrar sua atuação na exploração desse sentimento de repulsa, como forma de obter algum destaque: entre a década de 1950 e a primeira metade da década de 1960, a União Democrática Nacional, UDN, por exemplo, notabilizou-se tanto pela freqüência com que era derrotada em sua luta para atingir o governo federal quanto pela fúria com que passava a acusar de corrupção aqueles que a derrotavam. Uma facção parlamentar do partido, conhecida pelo pitoresco apelido de *Banda de Música,* encarregava-se de alardear aos quatro ventos, com ou sem fundamento, a existência de escândalos diversos, em ataques que atingiriam indistintamente tanto a segunda administração de Getúlio Vargas quanto as gestões de Juscelino Kubitschek e de João Goulart.

Ironicamente, na única vez em que conseguiu chegar pelo voto à Presidência da República, a UDN o fez por meio de um candidato que renunciaria ao cargo poucos meses depois de sua posse. Jânio Quadros, no entanto, era uma prova viva do quanto o eleitorado vinha se tornando sensível ao discurso dos que sabiam cultivar a imagem de paladinos da moralidade administrativa. Ele construíra uma vertiginosa carreira política manobrando com atitudes e símbolos destinados a apresentá-lo como um cidadão austero e incorruptível: o exemplo mais lembrado, até porque mais marcante, é o da *vassourinha* que lhe servia de emblema e com a qual prometia, alegoricamente, varrer a "bandalheira" das administrações que declarava viciadas. A eficácia de tal estratégia de propaganda pessoal falava por si própria. Tendo realizado sua estréia em termos eleitorais em 1947, quando disputou – e perdeu – cargo de vereador em São Paulo, Jânio elegeu-se presidente apenas treze anos depois, em 1960: trajetória que não poderia ter adquirido semelhante velocidade se não houvesse ambiente social que lhe desse sustentação.[1] Tornava-se mais e mais intensa a animosidade contra aqueles que fossem identificados como exploradores da miséria do povo – ou, para recorrer ao vocabulário da época, os *tubarões* que pilhavam os cofres públicos – , e havia correntes de opinião que chegavam mesmo a considerar suspeitos de desonestidade não alguns, mas *todos* os políticos. Certamente não era casual o fato de que no filme *Os Dois Ladrões* – uma chanchada da fase final da Atlântida – , o larápio interpretado por Oscarito subitamente se colocasse a reclamar do que considerava uma verdadeira concorrência desleal: "Ah, eu não gosto de ler jornal. É só desfalques, desvios de verbas, roubos em orçamentos, negociatas, contrabandos, tudo oficializado. A nossa profissão perdeu a graça, a poesia!"[2] A tirada fazia rir exatamente porque refletia a convicção de grande parte da população de que os assaltantes de colarinho branco haviam passado a roubar em escala sequer imaginada pelos bandidos comuns.

Havia, no entanto, quem demonstrasse atitude diversa – e bem mais cínica – em relação à questão da corrupção. Alguns viam nela não exatamente prática condenável, mas manifestação de esperteza característica dos que sabiam defender com propriedade seus interesses. Para os que compartilhavam desse ponto de vista, a realidade social brasileira assumia a feição de um sistema binário um tanto selvagem, que reservava lugar apenas para os que *enganavam* e os que *eram enganados:* quem não se encaixasse na primeira categoria deveria, forçosamente, pertencer à segunda. Obter vantagens em negócios escusos, desviar recursos, pagar ou receber subornos,

---

[1] De certa forma Jânio seria também favorecido pela sorte nessa sua escalada. Tendo-se tornado suplente de vereador pelo Partido Democrata Cristão, PDC, ele acabaria assumindo uma cadeira na Câmara Municipal de São Paulo em 1948, em espaço aberto pela suspensão do registro do Partido Comunista Brasileiro e a cassação de todos os seus vereadores. A oportunidade foi bem aproveitada. Fazendo-se cada vez mais conhecido, e ainda pelo PDC, Jânio se elegeu deputado estadual em 1950 e prefeito de São Paulo em 1953 (em coligação que incluiu o Partido Socialista Brasileiro, PSB). Em 1954 ele venceria a disputa pelo Governo do Estado de São Paulo à frente de coligação formada pelo Partido Trabalhista Nacional, PTN, e pelo PSB. E sua candidatura à Presidência da República, em 1960, seria patrocinada pela UDN em coligação com o PDC, o Partido Libertador, PL, e o Partido Republicano, PR: cf.verbete "Jânio Quadros", *in* Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930* (cd-rom).

[2] *Os Dois Ladrões*. Produção da Atlântida dirigida por Carlos Manga, com Oscarito e Cyll Farney, 1960.

assim, não constituiriam imoralidade – seriam mesmo procedimentos comuns e perfeitamente justificáveis na refrega diária pela sobrevivência. Tal ética às avessas fazia lembrar um darwinismo social tornado ainda mais rústico e confuso; fosse como fosse, ela tinha sua voga, e para demonstrá-lo poderíamos recorrer a outro exemplo tirado do cinema brasileiro da época. Em um surpreendente filme de 1959 intitulado *Moral em Concordata,* Armando Bogus interpretava, com o talento que lhe era habitual, um jovem suburbano que fazia um orgulhoso elogio da extorsão: "Eu tenho um tio que é fiscal de imposto e está cheio de propriedades por aí. Até prédio de apartamento ele tem. É na inteligência... [...] Faz ele muito bem. Só ladrão de galinha é que vai para a cadeia". E quando ouvia que isso era equivalente a roubar, o jovem se exaltava e renovava seus argumentos: "Eu não disse que meu tio roubava, eu disse que ele era fiscal de imposto. Você sabe, ninguém paga imposto. [...] Meu tio é camarada aí com os comerciantes, com os fabricantes; ele ajuda a vida deles e também defende o seu. [...] É, meu filho, a gente tem que dançar conforme a música." Essa enfática defesa da propina por parte de quem sequer se beneficiava dela contrastava com uma outra cena, em que uma senhora, moradora do mesmo subúrbio, lamentava o que lhe parecia ser um mundo feito de valores invertidos: "Sujeito que rouba pouco está lesado: é ladrão. Quem rouba muito, tem a massa para dividir: é inteligente. Às vezes não sabe nem assinar o nome, e olhe lá: chamam ele de 'seu doutor'. Este tem tudo. E se roubar ainda mais, vira cavalheiro, oficial, comendador, conde..."[3]

É certo que tal mentalidade de conivência para com as ilicitudes, que o filme soube apresentar tão bem, tinha fincado raízes de certa profundidade em São Paulo – local, aliás, em que surgiria um dos mais espantosos *slogans* eleitorais já divulgados em toda a história política brasileira, o *rouba mas faz,* atribuído ao estilo de administração de Adhemar de Barros.[4] Para muitos paulistanos, o grande problema não era propriamente o da existência dos circuitos de corrupção – era o fato de que eles mesmos não haviam ainda conseguido encontrar colocação em tais circuitos. Dir-se-ia que era como se esses paulistanos tomassem a sério a fingida indignação com que certa vez o humorista Aparício Torelly – mais conhecido como *Barão de Itararé* – divertia Graciliano Ramos, ao se referir ao que definia como um caso de *volumosa ladroeira oficial:* "Patifes! Canalhas! Para uma transação como essa não me convidam!"[5]

---

[3] *Moral em Concordata.* Produção dirigida por Fernando de Barros, com atuações de Jardel Filho e Odete Lara, 1959.

[4] A relativa indiferença com que Adhemar e seus partidários encaravam as acusações de irregularidades – por vezes admitindo-as implicitamente até com certo orgulho – chegaram a ser incorporadas como atitudes próprias do adhemarismo. A famosa "caixinha" que, segundo seus adversários, recolhia as contribuições ilegais resultantes da corrupção, por exemplo, era mencionada abertamente. Não seria de surpreender, assim, que em 1950 a companhia de teatro de revista de Walter Pinto se sentisse à vontade para apresentar em São Paulo espetáculo de música e humor intitulado, precisamente, *A Caixinha do Adhemar,* com elenco de artistas que incluía Grande Otelo, Virgínia Lane e Violeta Ferraz: cf. anúncio publicado na *Folha da Noite,* 24 de janeiro de 1950, p. 9.

[5] A pilhéria foi feita quando Torelly e Graciliano conviviam em um presídio carioca, no setor conhecido como Pavilhão dos Primários, para o qual haviam sido levados em 1936 como prisioneiros políticos do getulismo: cf. Graciliano Ramos, *Memórias do Cárcere,* volume I, p. 238.

Havia, portanto, os que participavam dos círculos dos privilégios oficiais e os que gostariam de passar a participar deles: eventualmente, uns e outros se encontravam e chegavam a estabelecer algum tipo de acordo. O importante era que o pretendente a ingressar nessa esfera feita de favorecimentos e regalias fosse conduzido a ela por alguém que já a integrasse, e que lhe pudesse servir de guia, protetor e comparsa a um só tempo – autoridade ou pessoa ligada a autoridade, que gozasse de prestígio e força junto ao poder e que, por isso mesmo, pudesse tomar sob sua proteção quem viesse a cair em seu agrado. Talvez se torne mais fácil visualizar, a partir de um exemplo concreto, como se desenvolviam – ou, em tese, deveriam se desenvolver – relações de tal natureza.

No início do ano de 1947, o gerente de uma certa empresa de transportes de São Paulo travou relações com pessoa a quem conhecera casualmente, Oswaldo Rodrigues dos Santos, um funcionário bem colocado junto à cúpula administrativa da Secretaria de Estado da Fazenda. O ambiente de camaradagem que rapidamente se estabeleceu entre eles conduziu a um diálogo franco, por meio do qual Oswaldo acabou mesmo por confidenciar um importante segredo – o de que graças ao cargo que ocupava, e com a cumplicidade de seus superiores, tinha condições de desviar e vender mercadorias apreendidas pelo Governo do Estado antes que estas fossem levadas a leilão público, como determinavam as normas. Apresentada em tom reservado, a revelação quase que equivalia a um convite. O gerente interessou-se de imediato pela possibilidade e não demorou a acertar com Oswaldo a aquisição de um lote de produtos particularmente valorizados naqueles tempos: várias dezenas de pneus para caminhões e automóveis de passeio, algumas caixas de autêntico azeite de oliva, e outras tantas caixas de bom vinho quinado.

Combinada a transação, era como se a amizade que os ligava fosse agora baseada em vínculos muito mais sólidos – um declarava-se feliz em poder propiciar ao camarada mercadorias de boa qualidade a preço irrisório, e o outro fazia questão de pagar-lhe escrupulosamente valor equivalente a 10% do total do negócio, como ditava o costume. Um abria as portas das negociatas a que apenas as altas esferas governamentais davam acesso, e o outro retribuía o favor com a mais canina e duradoura fidelidade pessoal e política. Dali em diante, a prosperidade de um conduziria à prosperidade do outro; e o fato de que seus entendimentos se fundamentassem em uma óbvia ilegalidade serviria para reforçar os laços de confiança, discrição e sigilo que deviam unir os beneficiários dos mais eficientes esquemas de corrupção.

O episódio só não ilustra à perfeição o processo de formação dos canais de favorecimento próprios de um determinado domínio estatal porque o gerente a que nos referimos acima foi, na realidade, pateticamente enganado. O homem que ele havia conhecido – e a quem havia pago adiantadamente o valor solicitado pelos produtos que deveria receber – não se chamava Oswaldo Rodrigues dos Santos, não possuía cargo algum junto à Secretaria de Estado da Fazenda, e não tomava parte de qualquer esquema de desvio de bens apreendidos. Tratava-se, na verdade, de um

vigarista: um habilíssimo impostor que se especializara na aplicação do chamado *Conto da Mercadoria*.[6]

Se o golpe pode ser usado para esclarecer a formação das relações de apadrinhamento, era porque sabia imitá-las competentemente. A reprodução em gestos e palavras do que já antes existia, tanto como prática quanto como imaginário, tornava a isca eficientíssima. Os que mais ansiavam por entrar para o universo das benesses oficiais eram também as mais prováveis vítimas do embuste; este surgia aos seus olhos com a aparência de uma aspiração longamente acalentada, que finalmente se tornava atingível. Não obstante isso, tratava-se de logro que demandava talento e flexibilidade especiais por parte de quem o encenava, posto que a personagem a ser interpretada – a do funcionário que propiciava o suposto benefício – era cheia de nuances. Por vezes era necessário saber exibir, por exemplo, o ar de arrogância e superioridade próprio dos que pertenciam às altas rodas governamentais: em outra ocasião em que colocou em andamento o conto, o mesmo vigarista que ludibriou o gerente da empresa de transportes – e que agora adotava o nome de Waldemar Rodrigues dos Santos – se fez chamar altivamente de "doutor" pela vítima, desta vez um humilde motorista de condição social muito mais modesta.[7]

Mas, uma vez bem ajustado o tom da interpretação, o *Conto da Mercadoria* tinha potencial para atingir proporções surpreendentes. O que quer que fosse desejado, e que parecesse mais facilmente alcançável por meio do tráfico de influência, podia servir de isca para sua aplicação. É claro que quanto mais valioso fosse o produto procurado, maior deveria ser a influência da autoridade que o obtinha. Em um caso cheio de reviravoltas noticiado em 1952, dois vigaristas – um deles representando o papel de ilustre advogado, e o outro o de militar de alta patente – prometiam conseguir automóveis fabricados nos Estados Unidos a preços extraordinariamente vantajosos, uma vez que estes chegavam ao Brasil por intermédio do próprio núcleo da administração federal:

> Dulfes fazia passar-se por advogado e insinuava, junto às pessoas interessadas na compra do automóvel, que tudo conseguiria com o auxílio de um oficial do Exército com grande prestígio junto ao Catete. Era-lhe fácil, assim, arranjar novas vítimas. Estas, entretanto, ao fim de certo tempo, começaram a reclamar contra a excessiva demora na vinda dos automóveis que haviam encomendado. Vendo-se em situação difícil, Dulfes pôs-se em comunicação com Domingos Gonzales, concertando ambos, então, um plano para despistar os lesados. O falso capitão iria para a Bahia, e de lá mandaria comunicar que estava mal de saúde e, finalmente, que havia morrido. O plano foi fielmente executado, tanto que chegou a ser rezada missa de 7º dia por intenção do "morto", na Igreja Cruz dos Militares, no Rio de Janeiro. Acontece, entretanto, que uma das vítimas da dupla não acreditou na história do falecimento do "capitão", e tratou de promover investigações. Apurou, assim, que dos anuários militares não constava o nome dado pelo malandro e que na Alfândega nenhum carro

---

[6] Cf. Processo-Crime Nº 12.420/47 (1ª Vara Criminal), ATJESP.
[7] Cf. Processo-Crime Nº 6.558/49 (2ª Vara Criminal), ATJESP.

> havia, dos por ele prometidos. Encaminhada queixa à polícia, esta deteve Dulfes Pais de Barros, que confessou todas as falcatruas, mas insistiu em que seu companheiro de aventura era realmente oficial do Exército e que havia morrido na Bahia, de um enfarte cardíaco. Dulfes foi posteriormente posto em liberdade, tal como hoje se encontra. Três anos se passaram, sem que se tivesse notícia do "capitão" Andrade Neves. Recentemente, entretanto, surgiu em São Paulo, operando também no ramo de automóveis, um indivíduo que se intitulava coronel do Exército. O falso oficial foi preso em flagrante por elementos da 2ª Região Militar, quando preparava um golpe. Apurou-se, então, que era o mesmo "capitão" Andrade Neves, "morto" na Bahia, "ressuscitado" e "promovido" a coronel, com o nome de Newton Castelo Branco de Castro.[8]

Os golpistas que simulavam desenvoltura junto aos corredores do poder, no entanto, tinham muito mais a oferecer além de mercadorias trazidas por canais privilegiados. O favorecimento almejado podia ser a agilização de algum trâmite burocrático, por exemplo: em 1946, uma senhora que se apresentava como secretária particular do então interventor federal em São Paulo, José Carlos de Macedo Soares – portanto pessoa "de grande influência nos meios Palacianos do Governo Estadual"[9] – assegurava, a um jovem que conhecera casualmente, que poderia perfeitamente apressar a transferência da noiva deste, professora que lecionava em cidade do interior, para a Capital, dando solução a solicitação formal até então ignorada (e para não perder a oportunidade, propunha ainda ao rapaz "a aquisição de alguns caminhões ou mesmo automóveis",[10] tudo possível graças à sua posição privilegiada, como não poderia deixar de ser). Tão inevitável quanto o entendimento implícito de que ao favor deveria corresponder algum tipo de remuneração, seria a descoberta posterior de que ela não tinha qualquer relação de proximidade com Macedo Soares.

Benefício diverso era oferecido em 1949 por indivíduo que se dizia "Secretário do Palácio do Governo do Estado",[11] mas que – de acordo com declarações depois prestadas à polícia – era, na realidade, chapeleiro de profissão: os documentos necessários à emissão da carteira de habilitação como motorista, nesse caso para um adolescente que sequer tinha idade suficiente para portá-la. E outro golpista que atuava naquele mesmo ano de 1949 dava um passo além, no terreno do uso arbitrário da autoridade que não possuía: a uma mulher cujo filho era prisioneiro na Casa de Detenção, "disse ser funcionário prestigioso no Palácio do Governo e capaz de conseguir a soltura" do moço[12] – mediante o pagamento da devida propina, evidentemente. A promessa era das mais audaciosas, mas a serenidade com que era apresentada tinha explicação.

---

[8] "Especializou-se no 'Conto do Automóvel'". *Folha da Noite*, 3 de outubro de 1952, p. 4.
[9] *Termo de Declarações* (contendo o depoimento da vítima): Processo-Crime Nº 12.597/47 (1ª Vara Criminal), ATJESP.
[10] *Ibidem*.
[11] *Termo de Declarações* (contendo o depoimento da vítima). Processo-Crime Nº 7.449/49 (2ª Vara Criminal), ATJESP.
[12] *Denúncia* (encaminhada por promotor público): Processo-Crime Nº 18.445/60 (2ª Vara Criminal), ATJESP.

Afinal, não se poderia supor que houvesse limites para os poderes imaginários daqueles que sabiam como levar vantagem sobre os que queriam levar vantagem.

II

O que havia de comum entre tais golpes era o fato de que eles se fundamentavam em uma mentalidade que enxergava a proximidade ao poder como a fonte de todo o bem – e o afastamento dele, em contrapartida, como a causa de todo o mal. Uma tal maneira de ver as coisas teve sua genealogia cultural própria, evidentemente, e para procurar enfocá-la seria apropriado recorrer a estudo que ilumina com particular nitidez os mecanismos históricos aos quais ela está ligada. *Os Donos do Poder* foi publicado em uma primeira versão em 1958, e em uma segunda, revista e ampliada pelo autor, em 1975;[13] nele, Raymundo Faoro traça um impressionante painel da formação brasileira enfocada do ponto de vista das lógicas e práticas de seu patronato político. Talvez nenhuma outra obra tenha desnudado de maneira tão completa o contexto social em que surgiram e prosperaram os laços de favor.

Em sua análise Faoro retrocede mesmo ao processo de constituição da monarquia portuguesa, em um minucioso trabalho de reconstituição, para procurar identificar a gênese de uma estrutura política básica que, com os devidos ajustes e adaptações, seria transplantada ao Brasil – o *Estado patrimonial*. Capaz de independer-se da sociedade que o sustenta para se concentrar no objetivo de servir-se a si próprio, este é um Estado que proporciona tudo àqueles que acolhe e nada àqueles que ignora: aos segundos, a única possibilidade de alguma promoção em termos sociais residiria, precisamente, na eventual obtenção de algum tipo de favor por parte dos primeiros. Um dos traços mais notáveis de tal ordem estatal seria a tremenda desenvoltura com que nele os governantes e a burocracia governamental tratam o governo: como algo que lhes pertence e que portanto existe, antes de tudo, para seu próprio usufruto. O *poder* tem *donos* habituados a não fazer qualquer distinção entre o patrimônio público e o patrimônio privado, posto que, no final das contas, ambos deveriam servir aos mesmos propósitos. Da prática veio o costume que consolidou a prática: ali onde alguns, com o tempo, passariam a ver corrupção e desvio de recursos, a tradição estava habituada a enxergar o simples e legítimo exercício do direito de propriedade.

Uma das teses centrais de Raymundo Faoro é a de que tal forma de organização estatal teria revelado uma extraordinária capacidade de sobrevivência; nem mesmo a influência histórica das

---

[13] Ambas as versões foram publicadas originalmente pela Editora Globo, de Porto Alegre.

idéias liberais e democráticas teria sido capaz de alterar-lhe fundamentalmente o caráter, provocando no máximo processos de acomodação e rearranjo – desenvolvimentos que, para tomar uma certa liberdade de comentário inspirada pelo próprio Faoro, talvez fizessem lembrar a situação mencionada pela famosa personagem de Lampedusa, para quem era preciso que tudo mudasse, para que tudo continuasse igual. As teias do Estado patrimonial, assim, continuariam a envolver os brasileiros, de uma maneira ou de outra, mesmo na segunda metade do século XX.

O quadro teórico delineado por Raymundo Faoro em *Os Donos do Poder* parece perfeitamente visível no período de que trata o presente trabalho. Ainda que, então, a noção de *direitos* tivesse sido incorporada ao vocabulário político nacional, o ocasional atendimento destes continuaria a se apresentar primordialmente na forma de *concessões* oficiais que dependiam, em essência, da magnanimidade dos que exerciam o mando: que outro sentido simbólico se poderia ver nas claques oficiais montadas para aplaudir e agradecer o governante de ocasião, quando da inauguração de alguma benfeitoria ou do anúncio de algum benefício, como se tornaria tão comum ao longo da fase aqui colocada em destaque? Não o da verificação de uma prerrogativa popular finalmente satisfeita, e sim o da celebração populista de um presente generosamente entregue. Tampouco seria casual que práticas não muito diversas destas, fundamentadas em um mecanismo de troca – apoios e votos por vantagens pessoais e melhorias pontuais – viesse a caracterizar uma certa política de clientela que muito se desenvolveria, sobretudo no período que acabou por constituir um intervalo entre ditaduras, o que foi de 1945 a 1964. O Estado provedor de privilégios continuava a existir, fosse como realidade política, fosse como representação cultivada pelos que desejavam alcançá-lo.

Em qualquer hipótese, adotada essa perspectiva, não havia salvação para quem estivesse colocado longe do poder – em especial quando entrava em pauta aquele que talvez fosse o mais tradicional e ambicionado dos favores oficiais: um bom *emprego público* capaz de garantir uma vida feita de sossego e prosperidade àquele que o recebia. Este seria mesmo um ideal de proporções quase míticas dentro da cultura brasileira: uma meta que se renovava geração após geração e que, para muitos, chegaria a se constituir no sonho de toda uma existência. Sua manifestação seria até previsível, como ocorreu em 1938, quando o interventor José Joaquim Cardoso de Melo decidiu realizar sua primeira audiência pública, em evento que atraiu mais de 150 pessoas: "Como é usual, o maior número de pedidos recebidos pelo interventor federal foi relativo a empregos", comentaria então o periódico que noticiou o acontecimento.[14] Treze anos depois, em 1951, a mesma situação se formaria, no dia em que o então prefeito de São Paulo, Armando de Arruda Pereira, abriu seu gabinete para receber quem quer que o procurasse – ocasião em que "atendeu cerca de oitenta pessoas, a maioria das quais lhe solicitou empregos na

[14] "Como Decorreu a Primeira Audiência Pública do Interventor Cardoso de Melo Neto". *Folha da Noite,* 8 de janeiro de 1938, p. 10.

Prefeitura".[15] E, em perfeita coerência para com a lógica que regia tais fenômenos, movimentação de volume muito maior seria registrada junto a quem mais parecia apto a encaminhá-la: quando Adhemar de Barros – um dos campeões da política de clientela em São Paulo – assumiu a prefeitura paulistana, em abril de 1957, as dependências em que ele despachava se transformaram em cenário de intensas romarias diárias, como noticiou então o *Diário Popular:*

> Novamente se povoou o gabinete do prefeito em Ibirapuera. Formaram-se outra vez multidões à procura de emprego. Não adianta o quadro colocado em lugar bem visível, informando que o prefeito não pode dar colocações e é escusado insistir. Teimam em ser recebidos e expõem seus casos. Todos são ouvidos e suas aspirações, devidamente registradas, apresentam certo pitoresco. Além de 1.125 pedidos de emprego, 115 pediam dinheiro para os mais diversos fins. Até para o pagamento de promessas que não podem cumprir.[16]

É evidente que entre os que procuravam as autoridades, havia quem estivesse de fato à procura de uma honesta oportunidade de trabalho, ainda que obtida pelos tortuosos caminhos do clientelismo. Mas havia também quem não tinha outro objetivo senão o de conquistar a tão ambicionada sinecura que permitiria, afinal, a realização do sonho dourado de ganhar sem trabalhar. Não seria de surpreender, assim, que o tema acabasse por se tornar mais e mais freqüente nas criações artísticas do período. O cinema nacional – para citá-lo uma vez mais – passaria a consagrar, talvez como o mais popular de seus tipos cômicos, o anti-herói malandro e indolente, que recorria a todo tipo de expediente para poder levar uma vida sem esforço. Em *O Camelô da Rua Larga,* de 1958, por exemplo, era com uma exemplar aversão que Zé Trindade reagia, ao ouvir aquele que parecia ser o vocábulo maldito: "Não me fala essa palavra, 'trabalho'. Só de falar em 'trabalho', olha só como eu fiquei: parece que vou receber santo, estou todo arrepiado! Olha aí!"

No mesmo filme, Catalano interpretava um desocupado que alegava estar à procura de emprego, mas que fazia uma distinção fundamental quando sua irmã o criticava por não conseguir trabalho: "Eu falei em emprego, eu não falei em trabalho. Uma coisa é bem diferente da outra." A diferença, obviamente, era a de que um bom *emprego* não deveria exigir *trabalho* – coisa que só seria possível no serviço público, como ele próprio se encarregaria de sugerir ao falar dos motivos pelos quais recusava um possível cargo de escriturário em uma fábrica de sabão: "Fábrica de sabão? Ah, isso não. Não fica bem para mim, você compreende... E depois, o negócio comigo é na base de assinar o ponto e receber, no fim do mês, um 'bolinho'..."[17] O *bolinho* a que ele se referia, em uma gíria toda própria, era evidentemente a remuneração assegurada pelo contracheque – os vencimentos a que teriam direito até servidores tão relapsos quanto a *Maria*

---

[15] "Não - Respondeu o Prefeito a Todos os Pedidos de Emprego". *Folha da Manhã,* 18 de fevereiro de 1951, caderno de Noticiário Geral, p. 4.
[16] "Multidões Formam Filas em Ibirapuera". *Diário Popular,* 16 de abril de 1957, primeira página.
[17] *O Camelô da Rua Larga.* Direção de Eurides Ramos, 1958.

Candelária que, de acordo com o sarcástico sucesso carnavalesco de 1952, chegava na repartição ao meio-dia para, daí em diante, fazer de tudo menos cumprir seus deveres profissionais.

Dentro do universo cômico e crítico das chanchadas, era mesmo como se simplesmente não houvesse lugar para funcionários públicos pontuais, que trabalhassem de fato, e que não se envolvessem em negociatas variadas. No filme *Esse Milhão é Meu,* de 1958, Oscarito representava um servidor considerado inepto pela própria esposa, justamente por não saber tirar partido do cargo que ocupava. A acusação era incisiva: "Você é um funcionário de última categoria, que não sabe dar os golpes que qualquer funcionário sabe dar. Você é a vergonha da classe, compromete a repartição em que trabalha. Eu teria vergonha de chamá-lo de colega!" E quando esse mesmo servidor recebe um prêmio oferecido por uma tal *Liga de Assiduidade do Funcionário Público,* é apenas porque – de acordo com o solene discurso de seu chefe – conseguiu o feito de "atravessar uma semana sem faltar um dia". A idéia de que aquele era um mundo feito de regalias não poderia ser apresentada de maneira mais clara.[18]

Mas se esse mundo efetivamente existia, por qual caminho se chegava a ele? Por meio das rotas estabelecidas pelas sólidas e costumeiras práticas de apadrinhamento, naturalmente. Era indispensável que o candidato a um emprego público minimamente relevante fosse indicado para ocupá-lo por alguém que, se não exercesse cargos oficiais de importância ele mesmo, fosse ao menos tido em alta conta pelos que os exerciam: se não um dos donos, um bom amigo dos donos do poder. Essa figura era mais conhecida, em termos informais, como *pistolão:* eminência cujo prestígio pessoal e político – um indissociável do outro, como impõe a cultura do Estado patrimonial – se manifestava precisamente por meio da colocação que obtinha para seu protegido.

Tal personalidade, de fato, não estava muito distante daquela que tinha condições de arranjar vantagens e negócios de ocasião nas transações comerciais com o poder público; e claro está que, tanto quanto ela, também podia ser transformada em personagem de encenações destinadas a enganar. Saber simular intimidade para com algum figurão da política nacional era o ponto de partida para a aplicação do *Conto do Emprego,* um ardil que passou a se expandir na mesma proporção que os laços da política de clientela que procurava refletir. Vejamos como se desenvolvia o logro em um caso mais ou menos típico.

Por volta de abril de 1949, os freqüentadores de uma certa padaria paulistana, localizada no bairro da Moóca, começaram a se familiarizar com a fisionomia de um novo freguês – um jovem bem-apessoado e de fala extremamente fluente – que passara a circular por ali. Àqueles com quem puxava conversa, o rapaz, muito seguro de si, se apresentava como um tenente aviador que chegara a exercer o cargo de piloto do próprio governador do Estado de São Paulo. Isso, em si, já seria suficiente para indicar situação de razoável importância para alguém que, com tão pouca idade, convivia com autoridades de tal porte. Mas era apenas a alguns, após certo tempo de

---

[18] *Esse Milhão é Meu.* Produção da Atlântida com direção de Carlos Manga, 1958.

convivência, que o jovem tenente revelava, em tom mais reservado, que sua influência política era muito maior do que se poderia supor em princípio: ele possuiria, na realidade, fortíssimos laços de proximidade para com um destacado parlamentar paulista, o deputado estadual Lincoln Feliciano.

Era a partir daqui que a armadilha em que ele procuraria enredar suas possíveis vítimas começava a ser montada. Lincoln Feliciano da Silva não era apenas um político de prestígio: era uma liderança que estava então em grande evidência. Eleito deputado estadual em 1947 pelo Partido Social Democrata, PSD, ele participara dos trabalhos da Constituinte Estadual e, após a conclusão destes,[19] exercera o cargo de presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo. Naquele mesmo mês de abril de 1949, enquanto o suposto tenente aviador rondava suas presas, Lincoln Feliciano era homenageado em concorrido jantar – amplamente noticiado pela imprensa – realizado no Automóvel Clube de São Paulo, ocasião em que teve sua atuação na presidência do parlamento paulista exaltada por representantes de diversos partidos, sobretudo dos maiores, PSD, PTB e UDN; foi, aliás, o líder da bancada udenista na Assembléia Legislativa, deputado Auro de Moura Andrade, quem abriu a sessão de saudações ao homenageado com um caloroso discurso.[20]

Privar da intimidade e da confiança de político de tal envergadura era algo que causava impressão, em especial se fosse levado em conta que, além de tudo, Lincoln Feliciano da Silva possuía um irmão, Antônio Feliciano da Silva, que exercia na época mandato como deputado federal, e que ambos pertenciam ao mesmo PSD, pelo qual se elegera o então presidente Eurico Dutra. A alguém que acompanhasse com um mínimo de atenção a vida política nacional, essa corrente de associações ocorreria naturalmente, inclusive com o que ela trazia de subentendido – a idéia de que quem estivesse, de alguma maneira, inserido em tal círculo, estava colocado próximo das mais altas esferas de poder.

Como seria de esperar, o que era implícito se faria explícito quando o jovem tenente passou a afirmar que tinha força suficiente para encaminhar demandas variadas. Aos donos da padaria que passara a freqüentar, e que se viam ameaçados de despejo por parte do proprietário do prédio onde esta funcionava, por exemplo, ele chegou a declarar, segundo uma testemunha, que "iria acertar isso para eles, falando primeiramente com o deputado Lincoln Feliciano, que por sua vez falaria com seu irmão Antônio Feliciano, deputado federal, e assim resolveria o problema da locação sem a menor dificuldade".[21] Um observador mais cético poderia alegar que talvez constituísse exagero imaginar que o caso exigisse a mobilização de um integrante do Congresso

---

[19] Após a queda do Estado Novo e a instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte – que promulgou a nova Constituição Brasileira em setembro de 1946 – , foram formadas assembléias constituintes estaduais, encarregadas de redigir os textos constitucionais pertinentes aos Estados. A Assembléia Constituinte de São Paulo foi composta pelos deputados estaduais eleitos em janeiro de 1947 e promulgaria a nova Constituição Estadual em de julho do mesmo ano.

[20] "Homenageado Ontem no Automóvel Clube o Sr. Lincoln Feliciano". *Folha da Manhã*, 3 de abril de 1949, p. 2.

[21] *Termo de Declarações* (contendo o depoimento da vítima): Processo-Crime Nº 6.691/49 (2ª Vara Criminal), ATJESP.

Nacional, já que a questão a ser tratada era a da simples renovação de um aluguel comercial; mas a loquacidade do tenente servia para encobrir tal aspecto, e mais do que isso – servia sobretudo para demonstrar que ele era alguém que não hesitava em fazer uso de sua rede de influências para socorrer aos que tomava como protegidos.

Essa imagem de poderoso benfeitor, uma vez competentemente construída, seria extraordinariamente útil. Foi como tal que o tenente finalmente abordou aquele que havia escolhido como vítima do golpe, um outro jovem, este nascido em Portugal e comerciário de profissão: um freqüentador da mesma padaria, que buscava melhor sorte na vida. A ele, o tenente faria revelações ainda mais sensacionais: em poucos dias, e graças às suas conexões políticas, seria nomeado nada menos do que fiscal chefe da alfândega de Santos, cargo dos mais ambicionados e expressivos. Para exercê-lo a contento, naturalmente, precisaria cercar-se de auxiliares leais, em quem pudesse depositar toda a sua confiança; e como dispunha de duas vagas a preencher, oferecia-lhe uma delas, pedindo-lhe ainda que indicasse para ocupar a outra um amigo que julgasse digno do posto. Ambos, sob sua supervisão direta, deveriam cuidar da seção de contrabandos.

A isca havia sido preparada com cuidado e atenção aos detalhes. A idéia de que o tenente tivesse sido escolhido para chefiar a alfândega de Santos se tornava tão mais plausível se fosse levado em consideração que seus supostos patronos – Lincoln e Antônio Feliciano – haviam nascido na cidade e ali conservavam ainda importantes bases políticas. Fazia sentido, ao menos em termos hipotéticos, que mantivessem a repartição aduaneira de sua própria cidade natal como sua área de influência administrativa. E o setor que seria entregue aos auxiliares do novo fiscal chefe era de fazer a imaginação voar nas alturas: a seção de contrabandos seria, com toda a probabilidade, o paraíso das mercadorias apreendidas e, portanto, desviáveis em benefício próprio – lugar onde verdadeiras fortunas poderiam ser formadas em prazo relativamente curto.

E que pedia em troca o tenente para abrir as portas que conduziam a semelhantes empregos? Em comparação com os benefícios que estes trariam, muito pouco. Na realidade, apenas o dinheiro para cuidar da regularização da situação dos candidatos aos cargos, posto que ambos – tanto o jovem comerciário português quanto o amigo que este havia indicado, de nacionalidade espanhola – eram estrangeiros, o que inviabilizava suas nomeações. Era preciso encaminhar o quanto antes seus processos de naturalização, e para fazê-lo o tenente recolheu seiscentos cruzeiros de um, quinhentos cruzeiros de outro, além de tomar deles algumas outras prendas com as quais parecia querer selar simbolicamente os vínculos que passavam a uni-los, como um anel que não valia menos que quatrocentos cruzeiros e um pequeno revólver avaliado em oitocentos cruzeiros.[22]

O final da história certamente já se deixa entrever. Os mesmos empregos haviam sido prometidos a várias outras pessoas ainda, que pagavam adiantadamente os valores solicitados

---

[22] *Ibidem.*

para a remoção de alguma dificuldade burocrática convenientemente inventada pelo golpista. A intimidade deste para com os irmãos Feliciano, ou quaisquer outras autoridades, era inteiramente fictícia, como também o era, evidentemente, a nomeação para chefiar a alfândega de Santos. E, no final das contas, nem mesmo tenente era o tenente: quando descoberto e interrogado pela polícia, ele declarou-se "escriturário", e além de tudo, então, "desempregado".[23] A queda da máscara pode ser particularmente humilhante para o vigarista que se especializa em interpretar personagens pomposas e importantes.

III

O risco de ver-se desmascarado, no entanto, sempre fez parte do cotidiano de quem se dedica à aplicação do conto-do-vigário, e de maneira alguma impediu que o *Conto do Emprego* se multiplicasse em variações cada vez mais criativas. Em um caso especialmente curioso, a constatação de que ele havia sido executado uma vez mais se deu quando, em um certo dia de agosto de 1949, a sede do Governo do Estado de São Paulo – então localizada no Palácio dos Campos Elíseos, na avenida Rio Branco – foi visitada por algumas pessoas que procuravam um certo funcionário: aquele que lhes havia vendido os cargos que agora gostariam de assumir.

Uma dessas pessoas se encarregaria, pouco depois, de explicar como se originara o mal-entendido. Por ocasião da prisão do golpista, ocorrida no mesmo dia, uma de suas vítimas – um jovem mecânico, morador de Piracicaba – contou, em depoimento tomado pela polícia, que

> [...] estando atualmente de férias, procurava o declarante conseguir melhor emprego quando foi informado por seu colega [...] que conhecia um indivíduo influente no Palácio dos Campos Elíseos; que, assim sendo, foi o declarante apresentado a esse indivíduo [...], o qual, alegava ser chefe dos cinematografistas do Palácio do Governo; que, entrando em entendimentos com esse indivíduo, o mesmo lhe pediu seis fotografias, carteira profissional, alistamento militar e mais a importância de cento e vinte e cinco cruzeiros; que, segundo lhe informou o acusado presente, o declarante iria ganhar por mês, o ordenado de Cr.$ 1.650,00; que, assim sendo, não teve dúvidas o declarante em entregar ao acusado presente todos os documentos solicitados pelo mesmo, bem como a importância já referida [...].[24]

---

[23] Cf. *Auto de Qualificação e Interrogatório* (com o depoimento do acusado), *ibidem*.

[24] *Auto de Prisão em Flagrante Delito* (contendo o depoimento de uma das vítimas): Processo-Crime Nº 26.257/49 (3ª Vara Criminal), ATJESP.

Desta feita, no entanto, o logro estava sendo aplicado de maneira um tanto precipitada: algo de incomum em se tratando do *Conto do Emprego,* que normalmente demandava um certo tempo de amadurecimento até que a encenação produzisse a impressão desejada naqueles que, depois de cuidadosamente selecionados, deveriam ser convencidos e ludibriados. Já o golpista que colocava o esquema em andamento nessa ocasião chegava a procurar recrutar vítimas tomadas ao acaso em plena rua, como revela o depoimento de outro dos indivíduos que haviam feito a inusitada visita ao Palácio dos Campos Elíseos. Segundo este,

> [...] estando certa ocasião em companhia de seu amigo e colega [...] à espera de condução, na Praça João Mendes, [...] foi interpelado pelo acusado presente se estavam trabalhando; que, à vista da resposta do declarante e de seu amigo, o acusado presente declarou ser tenente reformado da Força Expedicionária Brasileira e chefe dos cinematografistas do Palácio do Governo e que, poderia conseguir emprego para o declarante e seu amigo [...]; que, assim sendo, por solicitação do acusado presente, o declarante lhe deu em duas parcelas a importância de trezentos cruzeiros, um anel com as iniciais J. N., um relógio de pulso marca Nimra, cinco fotografias, o certificado militar e a carteira profissional [...].[25]

O vigarista em questão não mentia totalmente quando afirmava ter tido alguma experiência no mundo do cinema. De acordo com informações prestadas por companhia cinematográfica que anos antes o tivera como empregado, ele efetivamente havia trabalhado em várias das salas de exibição da empresa – como "auxiliar de limpeza", é bem verdade.[26] Fosse como fosse, sua maneira relativamente atabalhoada de operar – inclusive sem se preocupar muito com a preparação de uma fuga estratégica, uma vez aplicado o conto – facilitou em muito sua localização por parte da polícia.

Era com cuidado muito maior que agia outro dos executores do ardil. Em 1950, este conseguiu engambelar pelo menos duas pessoas; segundo o depoimento de uma delas, com o argumento habitual de que

> [...] era funcionário público municipal e que gozava de grande prestígio, haja vista que facilmente ele conseguiria arranjar colocação para amigos que desejassem trabalhar na Prefeitura, mediante a entrega de determinada importância; que assim, acreditando nas promessas [...], o declarante entregou ao mesmo a importância de hum mil e seiscentos e cinqüenta cruzeiros e, posteriormente, mais hum mil e quinhentos cruzeiros, totalizando a quantia de três mil, cento e cinqüenta cruzeiros [...].[27]

Este, contudo, era um golpista bem mais experiente. Quando não pôde mais protelar a entrega dos supostos empregos, declarou altivamente às vítimas que lhes devolveria tudo o que havia

---

[25] *Ibidem.*

[26] *Declaração* (emitida pela Companhia Cinematográfica Serrador), *ibidem.*

[27] *Termo de Declarações* (contendo o depoimento de uma das vítimas): Processo-Crime Nº 18.947/52 (1ª Vara Criminal), ATJESP.

recebido delas, e aparentemente cumpriu a palavra passando-lhes cheques preenchidos com os devidos valores. Com isso ganhou o tempo que precisava para viabilizar sua evasão; porque os cheques, naturalmente, não tinham fundos. Dois anos depois do ocorrido, o delegado adjunto de Repressão à Vadiagem ainda era obrigado a informar, em relatório relativo ao caso, que "o indiciado, apesar das diligências procedidas por esta Delegacia, não foi localizado."[28]

Aquele que certamente constituiria um dos casos mais sensacionais de aplicação do *Conto do Emprego,* no entanto, envolveria a organização de uma estrutura relativamente complexa, formada por golpistas que operavam em conjunto, e que procurariam iludir suas vítimas convencendo-as dos poderes de indicação de um partido político que sequer existia. Episódio tão extraordinário ocorreria em 1953, quando tais golpistas passaram a fazer circular a informação de que um destacado político, o ex-ministro e deputado federal Danton Coelho, estava articulando a criação de uma nova agremiação – o *Partido Social Radical* –, destinada a se transformar em um dos mais importantes sustentáculos parlamentares do segundo governo Vargas. Esses rumores incluíam ainda um valioso dado adicional: ao partido estaria reservado, junto à máquina administrativa federal, espaço proporcional à sua importância – vale dizer, cargos e mais cargos a serem preenchidos por aqueles que viessem a integrá-lo.

E não seriam esses quaisquer cargos. As colocações na administração federal eram as mais ambicionadas: aquelas que tinham maior expressão e que melhor remuneravam. Garantir desde logo o acesso a uma delas – mesmo que isso implicasse no pagamento de algum valor, como que para lhe garantir a reserva – podia ser negócio dos mais vantajosos. Os golpistas, que se apresentavam como representantes de Danton Coelho e do Partido Social Radical em São Paulo, exigiam essa contrapartida, naturalmente; mas antes de examinar com maior detalhe como se desenvolvia sua argumentação, valeria a pena verificar qual era o terreno em que eles vinham montando o cenário da encenação que executavam.

Porque, nesse caso, nem tudo era invenção. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que Danton Coelho de fato chegara a ser um dos homens da mais absoluta confiança de Getúlio Vargas. Ele desempenhara papel crucial, por exemplo, nas negociações que levaram o Partido Social Progressista, PSP, dominado por Adhemar de Barros, a apoiar a candidatura presidencial de Vargas em 1950, em aliança com o Partido Trabalhista Brasileiro, PTB; e tal era então sua autoridade como interlocutor do getulismo que, ainda na fase em que o pacto estava sendo negociado, um periódico paulistano chegou a defini-lo como "os olhos e os ouvidos" de Getúlio Vargas nas conversações com os representantes do PSP.[29] Tendo obtido cadeira na Câmara dos Deputados nas mesmas eleições que reconduziram Vargas ao poder, Danton sequer chegou a ocupá-la em um primeiro momento, uma vez que foi subseqüentemente escolhido para ocupar o

---

[28] *Relatório* (assinado pelo delegado adjunto de Repressão à Vadiagem): *ibidem*. O acusado chegaria a ser localizado posteriormente: em 1961, ele entraria com apelação contra a decisão do juiz que o condenou a três anos de reclusão.

[29] "Deixa Hoje São Paulo o Emissário de Getúlio". *Folha da Noite,* 3 de abril de 1950, primeira página.

Ministério do Trabalho do novo governo – cargo que passou a dividir com a presidência do PTB, que vinha exercendo desde agosto de 1950.

E, em segundo lugar, é preciso lembrar também que, não obstante tudo isso, em uma fase posterior de refluxo político, Danton Coelho realmente chegou a cogitar a formação de uma nova legenda. Isso ocorreria depois que, como resultado de acirradas disputas desenvolvidas no interior do PTB, ele foi afastado da presidência do partido, em junho de 1951, em uma crise que conduziria também à sua renúncia ao Ministério do Trabalho, poucos meses depois. Descontente tanto com o partido quanto com o governo – nos quais enxergava o mesmo abandono das linhas programáticas do que considerava o autêntico trabalhismo – , Danton e a facção que o tinha como líder passaram a discutir a organização de uma Frente Trabalhista Brasileira, como etapa inicial para a criação de outra agremiação política. A escolha de João Goulart para a presidência do PTB, em junho de 1952, serviu para apaziguar os ânimos e afastar temporariamente tal possibilidade de cisão, mas o assunto não chegaria a desaparecer por completo. Quando, em julho de 1953, Danton Coelho participou de uma reunião aberta com líderes sindicais paulistas e militantes petebistas, o periódico *O Dia* apressou-se em alardear que aquele encontro equivalia mesmo ao ato de fundação de legenda intitulada, precisamente, Partido Social Radical.[30]

Se é que naquela ocasião Danton Coelho estava de fato empenhado em viabilizar a formação de uma nova organização partidária, não o conseguiu: nunca um tal Partido Social Radical chegaria a funcionar ou a existir formalmente, como se sabe bem.[31] Mas certamente houve quem se beneficiasse – e muito – das notícias relativas à sua criação iminente. Porque os vigaristas a que já nos referimos acima não só se fizeram presentes na reunião que *O Dia* havia colocado em destaque como, em outras reportagens publicadas pelo mesmo jornal, fizeram o possível para associar seus nomes ao do deputado. Se se tratava de militantes políticos que se fizeram vigaristas, ou de vigaristas que se fizeram militantes políticos, não importa; o fato é que, daí em diante, eles souberam aproveitar ao máximo a oportunidade que se apresentava para colocar em andamento o *Conto do Emprego* em escala provavelmente sem precedentes.

---

[30] Cf. "Assentadas, Ontem, as Bases do Partido Social Radical". *O Dia*, 29 de julho de 1953, primeira página.

[31] Parece mesmo possível que Danton Coelho tenha caído em uma dupla armadilha no caso da reunião de que participou e que foi interpretada como ponto de partida para a constituição do novo partido. Para *O Dia*, periódico que noticiou o evento – notoriamente ligado a Adhemar de Barros, então firmemente empenhado em caminhar para a oposição ao governo – , aquela se apresentou como uma excelente oportunidade para iniciar uma série de ataques tanto a Danton quanto a Getúlio Vargas, acusando-os de pretender montar uma base sindical para "peronizar" o Brasil (em denúncia semelhante à que *O Estado de S. Paulo* fazia, na mesma época, contra o então Ministro do Trabalho, João Goulart). Em sua edição de 2 de agosto de 1953, por exemplo, *O Dia* afirmava: "Fala-se com muita insistência nestes últimos dias da formação de um novo partido em nossa terra com bases em sindicatos de trabalhadores, destinados a tomar o poder central da República nos mesmos moldes que Perón vem fazendo na República Argentina. E estes rumores, apesar de insistentes desmentidos, que vêm tanto de parte do sr. João Goulart como do próprio sr. Danton Coelho, confirmam-se cada dia que passa, o que faz prever dias mais negros ainda para a nossa pátria" ("Manobrados por 'Sabidões' da Política Vários Sindicatos e Líderes Sindicais", p. 9). Além disso, ao se fazer visto lado a lado com os golpistas que passariam a se apresentar como líderes do Partido Social Radical em São Paulo, Danton Coelho talvez tenha caído em uma segunda arapuca – aquela armada pelos que visavam explorar-lhe o nome.

Uma das vítimas, por exemplo, um comerciário que passava por dificuldades financeiras, seria convencida por um golpista – de acordo com suas posteriores declarações à polícia – que este "tinha um amigo muito íntimo do Deputado Danton Coelho e poderia por intermédio dele arranjar para o declarante um emprego federal, mediante a importância de Cr$ 15.000,00, quantia essa que seria dada no DASP, a fim de evitar concurso".[32] *DASP* era a sigla que correspondia ao Departamento Administrativo do Serviço Público, órgão que, em tese, deveria cuidar dos esquemas de seleção de pessoal da administração federal: seria preciso, alegava o estelionatário, subornã-lo para viabilizar a nomeação do pretendente a um cargo que valesse a pena. Em outra ocasião, o mesmo depoente afirmaria ainda à polícia que "inúmeras outras pessoas foram vítimas nas mesmas condições" que ele, sinal de que o logro vinha tomando vulto.[33]

Esta primeira possibilidade de aplicação do conto, no entanto, logo seria substituída por uma outra, envolvendo um enredo mais elaborado e muito mais sedutor. Pois se o partido a que estavam ligadas aquelas pessoas estava destinado a ocupar lugar de destaque junto ao governo federal, por que não alegar que toda uma autarquia estava sendo criada apenas para abrigar seus apadrinhados? A história era excelente e chegava mesmo a dobrar o valor a ser pago pela suposta colocação, conforme revela o depoimento de outra vítima, a quem o golpista

> [...] declarou que era quem estava investido de plenos poderes para a organização do Tombamento de Terras, região de São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais, e bem como indicar as pessoas a serem nomeadas; [...] que após essas explicações, [...] lhe fez ver que seria necessário contudo que o declarante contribuísse com a importância de Cr$. 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), importância que seria distribuída a "pessoas" do DASP, a fim de que esse órgão não impugnasse as nomeações e nem exigisse qualquer concurso; [...] que, dias depois, foi o declarante esclarecido [*por dois dos golpistas*] de que estavam eles incumbidos pelo Ex-Ministro Danton Coelho de fundar, aqui em São Paulo, o Partido Social Radical, e que as vagas para os cargos no Tombamento de Terras, seriam para aqueles que daquela facção política fizessem parte como dirigentes [...][34]

Um emprego magnífico, e que ademais lidava com os processos de tombamentos de terras, com todas as possibilidades de cobrança de propinas e outras formas de extorsão que estes traziam: em sua versão final, o golpe tinha adquirido um apelo tremendo. Nem mesmo a investigação policial que fundamentou a abertura de processo judicial relativo ao caso conseguiu, em suas averiguações, determinar com maior precisão por quanto tempo o ardil foi praticado, nem quantas pessoas se tornaram vítimas dele; o certo é que – por motivos óbvios – este não poderia ter ultrapassado o mês de agosto de 1954, quando Vargas cometeu suicídio. No final das contas,

---

[32] *Termo de Declarações* (datado de 10 de fevereiro de 1954 e contendo o depoimento de uma das vítimas): Processo-Crime Nº 21.739/55 (1ª Vara Criminal), ATJESP.
[33] *Termo de Declarações* (datado de 9 de março de 1954 e contendo o depoimento da mesma vítima): *ibidem*.
[34] *Termo de Declarações* (datado de 29 de abril de 1954 e contendo o depoimento da vítima): *ibidem*.

alguns golpes também podem ter seus prazos de validade, e o deste expirou com o desaparecimento do líder em cujo governo os golpistas alegavam possuir tanta influência.

Acontecimentos tão desconcertantes, no entanto, não poderiam terminar sem trazer algumas surpresas finais – e a maior delas seria a atitude da justiça em relação ao episódio. Em que pesassem os depoimentos de várias das vítimas e mesmo a confissão parcial de um dos golpistas de que efetivamente o conto vinha sendo executado, os acusados foram absolvidos em uma decisão de primeira instância, uma vez que o juiz encarregado do caso considerou que, além das declarações das pessoas prejudicadas, "não existem outros elementos de convicção pelos quais se possa concluir que os denunciados, efetivamente, as tivesse enganado, prometendo-lhes empregos, mediante o recebimento de determinadas quantias."[35]

Um promotor público decidiu apelar contra tal decisão, levando o caso a instância superior. Em maio de 1960 – sete anos depois dos acontecimentos em questão – a Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo confirmou, por unanimidade de votos, a deliberação anterior, com a seguinte argumentação:

> A impressão que se colhe da leitura das provas é que acusados e vítimas refletem a mentalidade de uma época em que se organizavam partidos políticos com base em criação de autarquias federais: os primeiros vendiam e os segundos compravam os empregos públicos a serem criados. Estes disputavam os futuros empregos e pagavam o preço estipulado. Aqueles gozavam de bafejo oficioso e almejavam prestígio eleiçoeiro. Era o fruto da mentalidade e dos costumes políticos dominantes. Os disputantes e compradores de cargos não foram felizes, porque o plano dos vendedores não se concretizou. Não podiam ignorar os primeiros que apenas compravam um bilhete de loteria, pois os empregos dependiam da criação de uma nova autarquia federal.
>
> Não se configurou, portanto, o crime de estelionato.[36]

A manifestação chama a atenção por dois motivos. Primeiro, porque considerou não ter existido a intenção de enganar por parte dos acusados – motivo pelo qual não se poderia condená-los pela prática de estelionato. Segundo, porque enxergou nos acontecimentos a marca de valores e costumes políticos talvez censuráveis, mas pertencentes a uma fase definitivamente ultrapassada da vida nacional. Males daquela natureza – problemas como a corrupção, o empreguismo e o tráfico de influências – estavam erradicados para sempre.

---

[35] *Sentença* (datada de 31 de dezembro de 1959): *ibidem.*
[36] *Acórdão* (datado de 9 de maio de 1960): *ibidem.*

Capítulo 5

Aqui Não Há Direito

Virei-me, enxerguei um tipinho de farda branca, de gorro branco, a passear em frente às linhas estateladas. [...] *O discurso, incisivo e rápido, com certeza se dirigia aos recém-chegados:*

– Aqui não há direito. Escutem. Nenhum direito. Quem foi grande esqueça-se disto. Aqui não há grandes. Tudo igual. Os que têm protetores ficam lá fora. Atenção. Vocês não vêm corrigir-se, estão ouvindo? Não vêm corrigir-se: vêm morrer.

Graciliano Ramos, *Memórias do Cárcere,* publicado postumamente em 1953

Quando um político diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida pedindo o nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com olhos semi-cerrados. Com um orgulho que fere a nossa sensibilidade.

Carolina Maria de Jesus, *Quarto de Despejo - Diário de uma Favelada,* 1960

I

Golpes como o *Conto da Mercadoria* ou o *Conto do Emprego* fundamentavam-se, em termos culturais, na imagem de um Estado generoso e acolhedor, sempre disposto a socorrer seus protegidos. Mas nem todos viam o mesmo quando dirigiam os olhos ao poder público; para muitos, o que se podia enxergar nele não era exatamente aquela maravilhosa fonte de inesgotáveis benesses – reais ou imaginárias –, e sim coisa bem diversa: uma temível estrutura permanentemente empenhada em controlar e restringir, perseguir e punir. Do ponto de vista destes, a disposição demonstrada pelo aparelho governamental não lembrava em nada a materna benevolência dedicada aos filhos – lembrava a madrasta intolerância reservada aos enjeitados.

É evidente que um aspecto estava ligado ao outro, como faces diferentes da mesma moeda. Os esquemas de inclusão e de exclusão social tinham, como perfeita contrapartida no plano institucional, aquela que se tornaria uma das máximas mais famosas da política nacional, lembrada e relembrada periodicamente ao longo do século XX: "aos amigos, tudo; aos inimigos, a lei" – frase cuja autoria já foi atribuída tanto a Arthur Bernardes quanto a Getúlio Vargas e que, provavelmente, não foi dita por nenhum deles, mas que ainda assim – *se non è vero è bene trovato* – exprime com rara propriedade não apenas seus estilos particulares de governar, mas a própria lógica do Estado patrimonial brasileiro. Porque o reverso do privilégio é a discriminação: aos que fossem tidos como adversários ou, no mínimo, como estranhos aos círculos de confiança do poder, os instrumentos oficiais de coerção e controle estavam prontos para funcionar de forma exemplar.

Bem se vê, assim, que para quem o Estado era ameaça, tudo se invertia: em vez da proteção, o que se apresentava era a perspectiva da brutalidade; em vez da facilidade, o risco de ver surgir a dificuldade; em vez do benefício, o perigo do prejuízo. Todos os contos-do-vigário de que tratamos até este ponto se valiam, de uma forma ou de outra, de mecanismos de sedução para ludibriar suas vítimas; aqui, no entanto, estamos colocados em outro ambiente psicológico, dentro do qual o deleite do sonho é substituído pelo sobressalto do pesadelo. Seria possível fundamentar esquemas de engano eficazes em terreno tão carregado de negatividade?

A resposta pode ser dada a partir de um exemplo concreto. Em 1959, um antigo cabo da Força Pública de São Paulo, expulso da instituição por indisciplina, decidiu continuar a usar o uniforme que não mais lhe pertencia em suas andanças pelas ruas paulistanas – fazendo-se passar pelo que deixara de ser, portanto. Como tal, exibia o comportamento autoritário que julgava inerente aos seus trajes: parava transeuntes escolhidos ao acaso para submetê-los a ásperos

interrogatórios, exigir-lhes a apresentação dos documentos pessoais, ou mesmo para passá-los em revista. Suas arbitrariedades, contudo, não se limitariam a isso. Certa feita, deteve um padeiro que vinha caminhando pacificamente para, sem maiores justificativas, dar-lhe voz de prisão; em seguida, e sempre fazendo uso de mais força do que seria necessário, o conduziu pelo braço ao interior de uma confeitaria localizada no Largo da Concórdia. Ali fez, por fim, a acusação que supostamente justificava suas atitudes: a de que o passante levava consigo um rádio portátil roubado. Ordenou então que o atônito padeiro esvaziasse os bolsos e colocasse o que trazia neles sobre um pedaço de papel que colocou sobre o balcão do estabelecimento. Obedecida a determinação, embrulhou tudo – mil e trezentos cruzeiros em dinheiro, documentos de identificação, um maço de cigarros, e alguns outros objetos miúdos –, sem esquecer de tomar posse também do rádio portátil, que preferiu carregar separadamente. Ele obrigaria ainda sua vítima a acompanhá-lo a outro local – um bar localizado no Largo General Osório –, onde mandou que ela fosse telefonar a alguém que pudesse trazer a nota de compra do rádio, naquela que seria uma prova de sua posse legítima. Quando o padeiro voltou, o cabo havia desaparecido com o aparelho e a maior parte de seu dinheiro.[1]

O terror, portanto, também podia ser aproveitado como base das tramas dos contos-do-vigário, ainda que isso não fosse tão usual. Mas mesmo nesse caso, o apelo às mentalidades correntes continuava a existir: era precisamente porque as práticas de violência policial faziam parte do cotidiano – e das representações do cotidiano – que um enredo tão kafkiano quanto o descrito acima podia funcionar. Uma vez instalada a idéia de que muito freqüentemente o poder se fazia presente por meio da prepotência, bastava saber imitar bem tal prepotência para parecer o poder: tanto quanto o uniforme, eram os modos arrogantes e abrutalhados do falso cabo da Força Pública que permitiam que ele se fizesse passar por um pernicioso, mas autêntico, representante da lei e da ordem.

Não deixa de ser eloqüente, em relação aos temores dos paulistanos, o fato de que o chamado *Conto do Policial* tenha adquirido certa expressão em São Paulo no período de que trata este estudo. No episódio mencionado, o golpista excedia os limites da autoridade que já não mais possuía; mais comum, no entanto, era encontrar os que se dedicavam a abusar da autoridade que nunca tinham chegado a possuir. Esse era o caso de um golpista pitorescamente conhecido como *Mancha Negra* – apelido certamente inspirado pela então famosa personagem das histórias em quadrinhos[2] –, como se pode verificar pela notícia de sua prisão, em julho de 1954:

---

[1] *Termo de Declarações* (contendo o depoimento da vítima): Processo-Crime Nº 436/59 (1ª Vara Criminal), ATJESP. O falso cabo desprezou a maior parte dos itens incluídos no embrulho que fizera, certamente por seu valor insignificante. Segundo o depoimento da vítima, enquanto telefonava, "o cabo em tela desapareceu levando consigo o rádio e quando o declarante foi até a Delegacia (3ª Delegacia) e lá abriu o pacote notou que faltava a quantia de hum mil cruzeiros".

[2] Nas revistas infanto-juvenis de Walt Disney que a Editora Abril publicava desde 1950, o *Mancha Negra* era um malfeitor que conseguia manter sua identidade sempre oculta. Sua figura foi assim descrita pelo autor de um pequeno dicionário sobre as histórias em quadrinhos, Ionaldo Cavalcanti: "Um dos principais inimigos do Mickey, o Mancha é um encapuzado de preto no estilo *Ku Klux Klan*. Apesar de ter sido preso várias vezes, jamais se preocuparam em olhar a cara do vilão": cf. *O Mundo dos Quadrinhos*, p. 146.

> Segundo se apurou, "Mancha Negra", visando extorquir dinheiro de comerciantes, intitulava-se agente do Departamento de Investigações. Em seu poder, foram apreendidos dezenas de distintivos com o emblema da República e contendo os dizeres "Fiscal do P.S.P.". Tais distintivos são semelhantes aos usados pelos delegados de polícia.
>
> Após as formalidades legais, "Mancha Negra" foi recolhido ao xadrez.[3]

A freqüência com que eram noticiados casos de vigaristas que se passavam por policiais servia, ela mesma, de testemunho do quanto a prática vinha se disseminando. Cerca de uma semana depois da prisão de *Mancha Negra,* por exemplo, um outro golpista foi flagrado no papel de "investigador" quando tentava entrar, sem pagar, em uma casa noturna situada no centro da cidade – barrado, ele não teve dúvidas em dar voz de prisão ao porteiro que lhe impedia o acesso. "Em altos brados, ameaçava chamar o plantão do DOPS", informava o periódico que relatou o incidente.[4] (Na ocasião, alguns integrantes do plantão policial foram efetivamente chamados, constataram a fraude e prenderam seu autor, o que serve para demonstrar uma vez mais que o vigarista competente sabe o momento certo de suspender a encenação e esgueirar-se para bem longe do local em que as coisas começam a sair do seu controle).

Outros estelionatários podiam julgar mais conveniente, ou talvez mais proveitoso, assumir o papel não de simples policiais, mas dos superiores hierárquicos destes. Era o que fazia o golpista que se dava a conhecer como "delegado", no acontecimento noticiado em março de 1943:

> A delegacia da Penha, há dias, recebeu uma denúncia de moradores do subúrbio de S. Miguel, declarando que no referido local um indivíduo, que se fazia passar por delegado de Ordem Política e Hotéis, havia procurado vários negociantes, de preferência donos de bares e pensões, e, sob o pretexto de que os seus livros de assentamento não estavam em ordem, lançava multas que eram cobradas no ato. O dr. Manoel Ribeiro da Cruz mandou dois investigadores da delegacia da Penha averiguar o fato no local e os policiais encontraram o referido indivíduo, que foi preso e levado à presença da autoridade. Tratava-se do conhecido malandro José Antonio Lyra. Depois das diligências preliminares, o delegado mandou abrir inquérito sobre o fato, apurando que José Antonio Lyra em princípios de fevereiro deste ano dormiu no Hotel Braz Cubas, na rua Couto de Magalhães, de onde furtou o livro de registro de hóspedes. Com esse livro o malandro foi a S. Miguel, munido de um carimbo que tinha os dizeres "Registro de Hóspedes - Delegado Especial de Ordem Política e Hotéis". No referido local, o malandro procurou os donos de bares e pensões e depois de exigir a exibição de uma licença especial lançava a multa que era cobrada no ato. Batia o carimbo nas folhas do livro roubado e assinava um nome qualquer.[5]

---

[3] "Intitulava-se Agente do D.I. para Extorquir Dinheiro de Negociantes". *Folha da Noite,* 23 de julho de 1954, primeiro caderno, p. 7.
[4] "Falso Investigador". *Folha da Noite,* 3 de agosto de 1954, primeiro caderno, p. 10.
[5] "Apresentava-se como Delegado de Polícia para Extorquir Dinheiro". *Folha da Manhã,* 2 de março de 1943, p. 3.

O golpe do falso policial podia ser o mais óbvio, mas não era, de maneira alguma, o único esquema que se podia colocar em andamento com base na idéia de uma autoridade pública que explorava indevidamente sua posição. Um episódio discutido em sessão do Tribunal de Justiça de São Paulo, em março de 1958, é particularmente ilustrativo quanto a isso. O caso relacionava-se às ardilosas manobras de um golpista determinado a tirar algum tipo de proveito de um amplo terreno localizado na região de Santo Amaro.[6] Em uma primeira investida, ele procurou o proprietário deste e exibiu-lhe o exemplar do Diário Oficial que trazia texto de um projeto de lei, apresentado por um certo vereador, propondo que a área em questão fosse desapropriada e aproveitada em obras de interesse público. Sabia-se bem, naqueles dias, que dificilmente a municipalidade pagava valor equivalente ao de mercado pelos bens que desapropriava, o que tornava o procedimento particularmente temido: ele era tido como que sinônimo de depreciação do patrimônio e, portanto, de perda de dinheiro. O golpista, entretanto, alegava ter como solucionar o problema. Dizendo-se íntimo do vereador que propusera a desapropriação, assegurava poder convencê-lo a retirar o projeto – mediante uma compensação, evidentemente, que no caso vinha a ser da ordem de dois milhões de cruzeiros (valor significativo, levando em conta que o próprio dono da propriedade a avaliava em onze milhões de cruzeiros, mas em todo caso inferior ao prejuízo que este sofreria se a desapropriação de fato fosse levada adiante).[7]

A história contada tinha algo de verdadeiro e algo de mentiroso. Era certo que projeto de desapropriação da área tinha sido apresentado na Câmara Municipal de São Paulo pelo vereador mencionado; mas era totalmente falso que este tivesse qualquer relação de proximidade para com o golpista que, valendo-se de seu senso de oportunidade (e de oportunismo), correra a procurar o proprietário do terreno. Tratava-se, na realidade, de um esquema parecido com o do Conto da Mercadoria aplicado às avessas, posto que aqui o suposto prestígio político seria usado não para a obtenção de alguma vantagem, mas para a eliminação de uma desvantagem. O golpe consistia em fingir ser possível interromper o curso do que já se colocara em andamento, mediante a simulação do tráfico de influências. E ele também se apresentava, é claro, na forma de uma extorsão, uma vez que caberia à possível vítima pagar uma gorda propina para, hipoteticamente, afastar aquilo que a ameaçava.

O proprietário do terreno reagiu com a mais viva indignação a tal oferta, recusando-se terminantemente a entregar qualquer valor aos que, acreditava, visavam achacá-lo. O golpista, por sua vez, reagiu com a obstinação de quem não estava disposto a entregar os pontos. Dois dias depois, partiu para uma segunda ofensiva, que consistia agora em propor não um pagamento em dinheiro, mas a transferência em seu nome de um lote dos fundos do mesmo terreno que motivava toda aquela discussão. A contrapartida seria a mesma: a retirada do projeto que

---

[6] Tratava-se, mais precisamente, de um terreno de 9.700 metros quadrados, situado na então chamada Estrada Velha de Santo Amaro (caminho que se transformaria na avenida Santo Amaro). Seria interessante lembrar que Santo Amaro, antes município autônomo, foi anexado à cidade de São Paulo em 1935, tornando-se um de seus bairros.

[7] Cf. *Revista dos Tribunais*. São Paulo, volume 282, 1959, pp. 177-178.

tramitava na Câmara Municipal. A reação provocada foi de redobrada cólera: "O proprietário não anuiu, tornou-se brusco, reafirmando que de modo algum se prestaria a essa patifaria", relatariam depois os juízes que discutiram o caso.[8] Nem isso seria suficiente para abater o ânimo do persistente golpista, que continuou a procurar periodicamente o dono da área, sempre com uma proposta diferente – a última delas, feita pouco antes de ser, por fim, denunciado à polícia, era a de que lhe fossem pagos ao menos duzentos mil cruzeiros, dez por cento do que pedira na primeira ocasião (em outro episódio em que, aparentemente, o vigarista não soube identificar o momento apropriado para sair de cena).

O golpe – nesse caso frustrado – manipulava com o atemorizante fantasma de um vereador supostamente empenhado em prejudicar aqueles que não se curvassem às suas determinações. Havia, no entanto, maneiras mais sutis de imitar o poder de intimidação das autoridades constituídas. Uma delas envolvia a sugestão de que retaliações variadas aguardavam aqueles que não soubessem curvar a espinha apropriadamente, nas esperadas manifestações de subserviência e adulação aos mandantes do momento. Veja-se, por exemplo, o que dizia nota publicada em setembro de 1943 na *Folha da Manhã:*

> Comunicam-nos da Superintendência de Segurança Política e Social:
>
> "Vem chegando ao conhecimento desta Superintendência, quase diariamente, que indivíduos inescrupulosos, na qualidade de representantes de revistas que se publicam nesta Capital ou nos Estados, têm percorrido estabelecimentos comerciais e industriais desta Capital, e mesmo do interior, dos quais vêm extorquindo importâncias, geralmente consideráveis, a pretexto de números especiais de homenagem a altas autoridades ou ainda para obras de propaganda do Estado Nacional, impondo 'quotas de cooperação' através de ameaças diversas, feitas expressa ou veladamente.
>
> Esta Superintendência cumpre o dever de prevenir a todos contra tais indivíduos, solicitando a colaboração dos interessados no sentido de identificá-los e denunciá-los para que contra esses espertalhões possa agir com todo o rigor que a lei penal prevê para a punição de delitos dessa natureza".[9]

O caso tem qualquer coisa de um surrealismo que bem caberia em um filme dos Irmãos Marx. E no entanto, era fora das telas que se davam tais acontecimentos: vigaristas procuravam o comércio e a indústria em busca de patrocínio para a publicação de revistas que, supostamente, fariam a exaltação dos governantes e de suas realizações – e deixavam claro que a falta de colaboração para com tais iniciativas seria encarada como atitude suspeita e sujeita a represálias. E, ao que tudo indica, o golpe vinha sendo aplicado com grande sucesso, ou não seria necessária uma nota de advertência oficial veiculada pela imprensa. Simular a imposição de uma bajulação forçada resultava em um engano dos mais eficientes: haveria indício mais eloqüente de que o temor ao poder podia ser amplamente manipulado pelos vigaristas mais criativos?

---

[8] *Ibidem*, p. 178.

[9] "Espertalhões Fantasiados de Representantes de Revistas". *Folha da Manhã*, 1° de setembro de 1943, p. 4.

II

O golpe das publicações que homenageariam altas autoridades coloca em evidência um aspecto relevante, em se tratando dos logros ancorados na crença de que era extremamente perigoso contrariar as expectativas e os humores oficiais: quanto mais autoritário fosse o regime em vigor, maiores eram as possibilidades de criação de contos-do-vigário que mimetizassem os próprios instrumentos do autoritarismo. O ardil acima descrito era executado em 1943, durante o Estado Novo – época em que se tornava especialmente plausível imaginar edições de glorificação ao governo e ao governante, à semelhança das que eram produzidas em série pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão federal talvez mais conhecido por sua sigla, DIP. Outro ardil, colocado em andamento ainda no período do Estado Novo, proporcionaria mais um exemplo, igualmente ilustrativo, da extensão com que as ações das autoridades de fato inspiravam as movimentações das autoridades de ficção. Para apresentá-lo com alguma propriedade, seria necessário trazer à lembrança algumas das circunstâncias geradas por influência da Segunda Guerra Mundial.

Em janeiro de 1942, como se sabe bem, o governo brasileiro rompeu relações com os países do Eixo – Alemanha, Itália e Japão – , em decisão que marcava o processo de aproximação aos chamados Aliados. A declaração formal de guerra só seria anunciada em agosto do mesmo ano, mas mesmo antes disso algumas medidas já haviam sido tomadas contra alemães, italianos e japoneses residentes no país. Em março de 1942, por exemplo, foi decretado o confisco de seus bens, ao mesmo tempo em que começavam a ser divulgadas determinações oficiais destinadas a controlar-lhes a movimentação pelo território brasileiro – como a obrigação de portar salvo-condutos emitidos pelas autoridades competentes, quando de seus deslocamentos e viagens.

Daí em diante, os jornais passariam a trazer praticamente todos os dias, como que em uma seção permanente, uma relação das providências a serem tomadas pelos que também eram conhecidos como "súditos do Eixo" (fossem eles naturalizados cidadãos brasileiros ou não). Vejamos alguns dos itens de tal relação, então publicados pela *Folha da Manhã* com o título de "Informações Úteis":

A exigência de salvo-conduto

> A exigência de salvo-conduto só atinge os cidadãos de nacionalidade alemã, italiana e japonesa, inclusive os naturalizados brasileiros. Para conseguir o salvo-conduto, o interessado deve apresentar uma fotografia tamanho 3 x 4.

BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

É gratuita a expedição de salvo-conduto e atestado de nacionalidade

A propósito da concessão de salvo-conduto e atestados de nacionalidade, temos recebido repetidas denúncias de que em determinados municípios estão ainda sendo exigidos dos interessados selos, firmas reconhecidas, etc.

A respeito, temos a informar que tal procedimento está em absoluto desacordo com uma portaria assinada pelo superintendente da Segurança Política e Social, major Olyntho de França, e publicada pela imprensa em dias do mês passado.

Nessa portaria é recomendado expressamente às autoridades policiais em exercício que o fornecimento do salvo-conduto e o da declaração de nacionalidade devem ser inteiramente gratuitos, não se devendo exigir selos, estampilhas ou firmas reconhecidas dos interessados.

A validade do salvo-conduto

A validade do salvo-conduto terá a duração estritamente necessária ao percurso da viagem a ser realizada pelo interessado. Processar-se-á a revalidação, mediante nova solicitação.

Aos que necessitam viajar constantemente, como operários, empregados, caixeiros viajantes, etc., desde quando provem essa circunstância em declaração expressa da firma em que trabalham ou por duas pessoas idôneas, cujas firmas deverão ser reconhecidas, serão fornecidos salvo-condutos com validade especial de 30 dias.

[...]

Hospedagem particular aos cidadãos do "eixo"

Os chefes de famílias ou donos de casas particulares que hospedarem cidadãos italianos, alemães ou japoneses, mesmo naturalizados brasileiros, devem fazer uma comunicação a respeito à Superintendência de Segurança Pública e Social, dentro do prazo de 24 horas.[10]

Passava a haver, portanto, uma série de normas a serem respeitadas (ainda que, aparentemente, alguns representantes dos poderes locais já começassem a demonstrar a habitual tendência ao zelo excessivo em suas demandas arbitrárias por estampilhas, firmas reconhecidas e outras miudezas burocráticas para a emissão dos salvo-condutos). Os cidadãos nascidos nos países com os quais o Brasil rompera relações ficavam obrigados a portar os devidos documentos de identificação e a exibi-los às autoridades, quando quer que estas os exigissem: não seria tal situação quase que um convite para que alguns nomeassem a si próprios autoridades, como forma de tirar partido daquela oportunidade?

Os que encararam as coisas dessa maneira agiram com uma rapidez impressionante; porque, pouco adiante naquele mesmo mês de março de 1942, surgia pela imprensa a primeira de uma série de advertências:

---

[10] "Informações Úteis". *Folha da Manhã*, 10 de março de 1942, p. 7.

> Comunicam-nos da Superintendência de Segurança Política e Social:
>
> "Tendo sido comunicado à Superintendência de Segurança Política e Social que diversos indivíduos, intitulando-se investigadores, estão usando de expedientes condenáveis para extorquir dinheiro de cidadãos e firmas comerciais pertencentes aos países do 'eixo', o major Olyntho de França Almeida e Sá, superintendente, previne que os funcionários e investigadores da Polícia são portadores de carteiras profissionais e distintivos que os identificam.
>
> Qualquer indivíduo, portanto, que se intitule inspetor ou funcionário da Polícia e que não exiba seus documentos, deve ser considerado chantagista e, como tal, preso e encaminhado àquela Superintendência.
>
> Mesmo aqueles que exibam documentos de identidade, igualmente devem ser detidos e encaminhados à Superintendência de Segurança Política e Social, quando exigirem dinheiro."[11]

Com a agilidade que lhes era típica, os vigaristas haviam já desenvolvido a trama de acordo com a qual, no papel de rigorosas autoridades policiais, interpelavam alemães, italianos e japoneses para, invariavelmente, descobrir alguma irregularidade na documentação que estes apresentavam: a isso se seguia a cobrança de valores em dinheiro a título de multa ou propina, naturalmente. Porque, no emaranhado das normas baixadas pelo governo, sempre se podia encontrar – ou fingir encontrar – um problema qualquer na forma ou no conteúdo do salvo-conduto: a ausência da estampilha que no final das contas não era necessária, a falta de um carimbo cuja existência era inventada, a alegação de que a validade do documento havia expirado por força de um novo e imaginário decreto, e assim por diante. O mundo da burocracia é extraordinariamente inspirador para uma mente criativa empenhada em forjar dificuldades.

Mas, nesse caso específico, talvez não seja justo culpar apenas os vigaristas profissionais pela exploração daqueles a quem eram dirigidas as determinações oficiais. Chama a atenção, no comunicado transcrito acima, o trecho final em que se afirma que mesmo os achacadores que efetivamente exibissem documentos de identificação como policiais deveriam ser detidos: sinal de que alguns dos verdadeiros representantes das forças da lei e da ordem *também* vinham se dedicando a espoliar os estrangeiros. Isso se tornaria ainda mais evidente no texto de uma outra advertência contra os falsos investigadores, publicada poucos meses depois:

> Continua a ação da Superintendência de Segurança Política e Social contra os falsos investigadores que, sob vários pretextos, procuram extorquir dinheiro dos súditos das nações do "eixo".
>
> Em virtude das medidas enérgicas adotadas pelo major Olyntho de França, não mais se verificou nenhum caso de extorsão realizado por qualquer funcionário policial. Todavia, algumas pessoas estranhas ao mesmo, surpreendidas em flagrante, foram detidas e processadas.[12]

---

[11] "Falsos Inspetores de Polícia Estão Agindo Nesta Capital". *Folha da Manhã*, 27 de março de 1942, p. 9.
[12] "Para Evitar a Ação dos Falsos Inspetores de Polícia". *Folha da Manhã*, 11 de agosto de 1942, p. 6.

Ao afirmar que a intervenção do major fizera cessar ocorrências envolvendo policiais, a nota, evidentemente, admitia que estas haviam existido antes. Mas mesmo que tal forma de abuso de autoridade tenha de fato terminado aí, sua cópia por parte dos golpistas de rua seguiu adiante com desenvoltura cada vez maior. Em maio de 1943, por exemplo, surgiu a notícia de que uma dupla de vigaristas, dotados de uma desfaçatez certamente acima da média mesmo para os padrões dos profissionais da área, haviam montado um pequeno escritório de despacho de documentos falsos *ao lado* do prédio onde funcionava o Serviço de Salvo-Contudos:

> O delegado Furtado de Mendonça, que dirige o Serviço de Salvo-Condutos da Superintendência de Segurança Política e Social, em diligência que realizou ontem, conseguiu surpreender em flagrante dois indivíduos que haviam instalado uma agência clandestina de despachante, à porta daquele departamento. Os mesmos, que são Luiz Cuesca e Francisco Alves Collaço, postavam-se no largo General Osório, e abordavam os que necessitavam obter salvo-conduto. Mediante o pagamento de quantias que iam de 5, 10 e 20 cruzeiros, comprometiam-se eles a retirar o documento desejado. O mais grave, porém, é que, conhecendo o funcionamento do serviço, não tinham o menor escrúpulo em atestar, eles mesmos, a nacionalidade brasileira para quem era estrangeiro. Com esse procedimento criminoso, conseguiram fazer passar por nacionais até súditos do "eixo" e assim procediam porque sabiam que o processo para salvo-conduto de brasileiros era muito mais fácil, pois bastava a apresentação de cidadãos portadores da carteira de identidade oficial. Para despistar a Polícia, ambos davam o seu endereço errado. Na ocasião de serem presos, os malandros se interessavam por Carmo Palermo, italiano, e Bolesiavas Debesys, lituano, apresentados como brasileiros.[13]

E, em setembro do mesmo ano, um novo comunicado informava que os vigaristas que se dedicavam a ludibriar italianos, japoneses e alemães vinham diversificando o golpe, agora impondo-lhes a exigência de que abandonassem suas próprias moradias – ponto de partida, certamente, para a realização de novas e, com toda a probabilidade, ainda mais pesadas cobranças:

> Comunicam-nos da Superintendência de Segurança Política e Social:
> "Tendo chegado ao conhecimento desta Superintendência que indivíduos inidôneos, aproveitando-se da situação atual e intitulando-se funcionários da polícia, estão intimando estrangeiros a mudar de residência, visando com isso satisfazer a interesses próprios ou de terceiros, o major superintendente da Segurança Política e Social faz público que tais intimações, quando do interesse da segurança nacional, serão feitas por escrito, convidando o estrangeiro a comparecer à Delegacia de Ordem Política e Social, seção de transferências de residência, onde serão atendidos pela autoridade encarregada do serviço".[14]

---

[13] "Dois Espertalhões Detidos pelo Serviço de Salvo-Condutos". *Folha da Manhã*, 13 de maio de 1943, p. 4.
[14] "Falsos Policiais em Ação". *Folha da Manhã*, 1° de setembro de 1943, p. 4.

Teriam tais episódios de logro baseado na intimidação ocorrido por igual entre as três comunidades nacionais atingidas pelas restrições dos tempos de guerra? É bem provável que não; porque – como bem demonstrou Roney Cytrynowicz em seu livro sobre o cotidiano paulistano durante os anos da Segunda Guerra Mundial[15] –, em termos gerais, os japoneses sofreram bem mais que os italianos e os alemães, por conta de um clima de preconceito e perseguição que era reforçado pelas próprias linhas de atuação do Estado Novo. As notícias e os comunicados de que nos valemos para procurar reconstituir as trapaças de que eram vítimas os "súditos do Eixo" não permitem entrever uma predileção particular dos vigaristas por imigrantes japoneses, enquanto vítimas potenciais de seus golpes; mas indício de que isso talvez ocorresse viria de um incidente acontecido já nos anos do pós-guerra.

Entre julho e outubro de 1949, um indivíduo que se apresentava como funcionário da Delegacia Especializada de Estrangeiros realizou rondas periódicas nas regiões de Itaquera, Guaianazes e Poá,[16] nas quais existiam significativos núcleos da comunidade japonesa. Aos integrantes desta que interpelava, a suposta autoridade ordenava a exibição imediata do documento oficial exigido dos estrangeiros residentes no país – a chamada *carteira modelo 19* – para, após um breve exame, contestar-lhe a legitimidade. Por determinação de um certo decreto-lei, afirmava em tom categórico, o documento teria que passar por processo de revalidação; e caso isso não fosse providenciado sem mais demora, seu portador estaria sujeito a penalidades que variavam da multa à prisão. Ele mesmo se encarregava de regularizar a situação, naturalmente, cobrando por isso valores que arrecadava no próprio ato – a um homem de quem tirou 350 cruzeiros, por exemplo, tomou a carteira modelo 19 e escreveu no seu verso: "Revalidada em 7-8-1949. Decreto 30 de 20-8-38". Com cuidadoso zelo burocrático, não se esqueceu de assinar um nome falso pouco abaixo dessa anotação.[17]

O vigarista – um comerciário desempregado – fez várias vítimas antes de ser finalmente identificado e detido. Parece não haver qualquer sinal de que, na mesma época, esquema semelhante estivesse ainda em aplicação entre os integrantes das colônias italiana e alemã em São Paulo. Para os integrantes da colônia japonesa, no entanto, aquele pesadelo feito de exigências oficiais absurdas, ameaças de encarceramento ou até mesmo de deportação, e economias arrancadas à força, continuava a se desenrolar.

---

[15] Cf. Roney Cytrynowicz, *Guerra sem Guerra - A Mobilização e o Cotidiano em São Paulo Durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Geração Editorial / Edusp, 2000.

[16] Itaquera e Guaianazes eram já bairros da Capital, mas Poá havia-se tornado município autônomo – desmembrado de Mogi das Cruzes, a que pertencia antes – por lei de dezembro de 1948, colocada em efeito em janeiro de 1949: cf. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade: *Ontem Vila de São Vicente, Hoje Estado de São Paulo - 500 Anos de Divisão Territorial e 100 Anos de Estatísticas Demográficas Municipais*. (*cd-rom*).

[17] Cf. *Denúncia* (apresentada por promotor público em 11 de janeiro de 1950): Processo-Crime No 7.130/50 (2ª Vara Criminal), ATJESP.

III

Dentro da categoria dos contos-do-vigário que funcionavam com base na reprodução do clima de constrangimento criado pelas autoridades públicas, no entanto, o golpe que provavelmente era mais freqüentemente aplicado talvez fosse também o mais antigo. Suas primeiras manifestações retrocedem mesmo ao século XIX, como se pode ver por nota publicada, em novembro de 1885, pelo *Diário Popular*: "O dr. delegado de polícia teve ontem denúncia de que alguns italianos, residentes no Bom Retiro, queixavam-se de haverem sido iludidos por um indivíduo que intitulara-se ajudante de fiscal da câmara municipal, e, nessa qualidade conseguiu receber dos mesmos italianos impostos municipais".[18]

Tratava-se já de uma primeira versão de esquema que atravessaria décadas para tornar-se trama corrente entre os paulistanos: o *Conto do Fiscal* passaria a fazer número cada vez maior de vítimas sobretudo entre o comércio, na mesma medida em que se multiplicavam as normas legais a serem respeitadas e o aparato oficial de fiscalização destas. Vejamos que forma tomava o logro em um episódio ocorrido em março de 1952, descrito pela própria vítima – o proprietário de uma lavanderia – em seu depoimento à polícia. Ali, esta declararia que:

> [...] no dia 26 do corrente apareceram no seu estabelecimento dois indivíduos que eram Fiscais da Campanha Governamental contra a Sonegação de Impostos; que depois de pedirem os livros do estabelecimento, ditos indivíduos, que são ainda jovens, ficaram exaltados e disseram que iam fechar o estabelecimento do declarante, porquanto haviam constatado diversas irregularidades; que depois taxaram ao declarante uma multa de duzentos cruzeiros, do que passaram recibo, firmado por um dos jovens; que depois disso retiraram-se, constatando então o declarante que fora vítima de dois espertalhões; [...][19]

Nesse caso, os vigaristas que haviam sabido simular tanta indignação para com os problemas que teriam encontrado lavraram e cobraram a multa na própria casa comercial, em procedimento que não seria lá dos mais regulares, mas que em todo caso não pôde ser contestado por uma vítima aturdida e devidamente aterrorizada. O golpe, entretanto, apresentava algumas variações em torno do mesmo tema, e a mais comum delas incluía na trama um desenlace um pouco diferente – um desenlace que apelava para a prática do pagamento de *suborno* a fiscais que constatassem irregularidades, como forma de fazer com que estes as ignorassem. Vejamos como se dava essa outra forma de desenvolvimento do embuste no caso de um proprietário de uma casa de produtos alimentícios, enganado em fevereiro de 1957 por três homens:

---

[18] "Estelionato". *Diário Popular*, 20 de novembro de 1885, p. 2.
[19] *Termo de Declarações* (contendo o depoimento da vítima): Processo-Crime Nº 20.791/55 (1ª Vara Criminal), ATJESP.

> [...] Um deles, que se achava fardado, permaneceu à porta, ao passo que os outros dois, que se diziam fiscais de renda, passaram a examinar os livros contábeis da firma. Em seguida, os dois começaram a remexer gavetas, concluindo depois, que [*à vítima*] poderia ser imposta uma vultosa multa, tantas e tamanhas eram as irregularidades encontradas. Alegaram os dois, ainda, que poderiam deixar de aplicar a multa devida, caso lhes fosse dada a importância de Cr$ 50.000,00. O certo é que [*a vítima*] aceitou a proposta dos dois homens, entregando-lhes a importância de Cr$ 20.000,00 e mais dois cheques, um de Cr$ 20.000,00 e outro de Cr$ 10.000,00, ambos ao portador e emitidos contra o Banco América do Sul S. A.[20]

A instituição da "caixinha" a ser paga aos fiscais corruptos tornara-se tão arraigada que o vigarista que conseguisse se fazer passar por um deles podia perfeitamente arrecadar um bom dinheiro, sem realizar outro esforço além do requerido por seu desempenho teatral. Eram tremendamente significativas as maneiras com que esses vigaristas se dirigiam aos comerciantes em cujas escrituras contábeis fingiam enxergar todo tipo de irregularidade: ao dono de uma loja que ameaçava multar em outubro de 1948, o golpista afirmou que "podia dar um jeito";[21] ao proprietário de um armazém que chamou de lado em fevereiro de 1957, outro golpista se limitou a sussurrar: "Qual é o meu?";[22] ao possuidor do bar em que teria encontrado múltiplos problemas em março de 1960, outro golpista ainda indagou: "como é, quer que eu multe a firma ou quer acertar comigo mesmo?"[23]. *Um jeito, o meu, acertar* – era o próprio léxico da corrupção que se apresentava, tal qual dialeto próprio que não existisse para outro propósito.

Em alguns casos, o realismo da encenação era suficiente para envolver as vítimas e arrancar delas as contribuições forçadas. Em outros casos, contudo, fazia-se necessário tornar o ambiente mais carregado, somando aos argumentos do vigarista que se passava por fiscal a presença de uma ameaça mais efetiva e imediata. Não era incomum, assim, que o falso funcionário da fiscalização se fizesse acompanhar por uma suposta autoridade policial, nas visitas de inspeção aos estabelecimentos comerciais. O depoimento do proprietário de um armazém de secos e molhados, registrado pela polícia em outubro de 1953, é verdadeiramente emblemático em relação a isso; contava ele então que

> [...] no dia vinte e três do corrente, por volta das treze horas, determinara que o seu empregado [...] fosse entregar quatro sacos de carvão a uma freguesa, residente nas proximidades; que, entretanto, logo depois de haver dito serviçal deixado o empório, ali retornava, agora em companhia de dois senhores, sendo um deles em traje civil, e

---

[20] *Denúncia* (encaminhada por promotor público em 4 de novembro de 1957): Processo-Crime Nº 24.306/57 (1ª Vara Criminal), ATJESP.
[21] *Termo de Declarações* (contendo o depoimento da vítima): Processo-Crime Nº 13.063/48 (1ª Vara Criminal), ATJESP.
[22] *Auto de Prisão em Flagrante* (contendo o depoimento da vítima): Processo-Crime Nº 15.594/57 (2ª Vara Criminal), ATJESP.
[23] *Assentada* (contendo o depoimento de uma das vítimas): Processo-Crime Nº 18.730/60 (2ª Vara Criminal), ATJESP.

> outro militar - Força Pública do Estado; que, uma vez no armazém, o civil perguntara ao declarante onde estava a nota fiscal referente ao carvão, ao que o declarante respondeu que havia se esquecido de expedi-la; que, diante disso, dito indivíduo lhe disse ser fiscal do estado e por isso iria autuá-lo, cuja multa a ser aplicada, era de cinco mil cruzeiros, mas, sendo o declarante pequeno comerciante, poderia "facilitar" desde que lhe desse a quantia de três mil cruzeiros, como "propina"; que, não concordara com essa proposta, não só por não possuir a quantia pedida, bem como por estar desconfiado com o referido indivíduo, visto ele não ter exibido documento que provasse ser ele fiscal do estado, como se dizia; que, por isso, o militar que acompanhava o mencionado "fiscal" lhe ameaçara de prisão, chegando mesmo a segurar-lhe por um dos braços, tirando-o dessa maneira de dentro do balcão onde se encontrava; [...].[24]

Caso se revelasse ineficiente a interpretação de um, entrava em cena a interpretação do outro: tornava-se muito mais difícil resistir às ofensivas de um fiscal corrupto quando estas eram seguidas de demonstrações de brutalidade policial. A ameaça de violência física, a perspectiva sempre presente de ser acusado de desacato à autoridade – o que, no mais das vezes, significava simplesmente não fazer de imediato o que a autoridade ordenava –, o risco de ver-se detido e conduzido à prisão: eram muitos os perigos representados pela figura do homem fardado; no final das contas, o melhor seria transigir para com a sua vontade, arbitrária que fosse.

O golpe do falso policial a que já nos referimos antes, assim, podia ser incorporado ao Conto do Fiscal, multiplicando-lhe a eficácia e adicionando-lhe ao enredo um toque de terror. Isso não chegava a tornar o esquema infalível, contudo; houve pelo menos um caso em que o comerciante assediado resistiu com bravura aos repetidos ataques da dupla formada pelo pseudo-fiscal e pelo pseudo-policial, levando-os à exasperação. O episódio é tão notável que vale a pena ser relatado; sobretudo porque a atitude do comerciante em questão – um japonês vindo de Mie e que se estabelecera como carvoeiro na Freguesia do Ó – não era inspirada pela desconfiança de que aqueles que o procuravam eram golpistas, e sim pela firme convicção de que nada fizera de irregular e que, portanto, nada devia. Abordado pelos mesmos vigaristas que haviam visitado o armazém de secos e molhados do caso transcrito acima, e no mesmo dia em que aquilo havia ocorrido, o carvoeiro contaria depois, em uma delegacia policial, sua história. Ali, declararia:

> Que, no dia vinte e três do corrente mês, quando em sua carvoaria, [...] observou que em frente à mesma estacionava um veículo, dele descendo dois civis e um militar da Força Pública do Estado; que logo depois, o civil que usava óculos, entrava em seu estabelecimento comercial, e dizendo-se fiscal do estado, solicitava ao declarante que lhe fosse mostrada [...] a nota do consumidor, visto o declarante ser associado da Cooperativa de Lenha e Carvão; que, atendeu ao determinado pelo mencionado "fiscal", a ele mostrando os documentos pedidos, havendo o referido elemento, com surpresa por parte do declarante lhe dito para que o acompanhasse até a rua Vinte e

---

[24] *Termo de Declarações* (contendo o depoimento de uma das vítimas): Processo-Crime Nº 20.819/54 (1ª Vara Criminal), ATJESP.

> Cinco de Março, sem contudo lhe dizer qual a repartição para onde iriam; que, por determinação do aludido "fiscal", em um caminhão de propriedade da firma, dirigia-se ao local determinado, quando nas proximidades da ponte do rio Tietê, o cidadão que usava óculos e que em companhia do já citado militar, viajava no caminhão que era dirigido pelo irmão do declarante, dera ordens para que fosse o veículo estacionado, ocasião essa em que disse ao declarante para que lhe desse dois mil e quinhentos cruzeiros, que o negócio seria resolvido, sem que fosse necessário irem até a repartição competente, onde seria solucionado o assunto; que, não concordara com essa proposta, por julgar que não havia praticado irregularidade alguma, sendo que o elemento mencionado, diante da recusa do declarante em aceitar a proposta determinara que o motorista desse partida ao veículo; que, instantes depois, novamente, o falso fiscal dizia ao motorista para que parasse o caminhão, oferecendo outro acordo ao declarante, desta vez pela quantia de um mil e quinhentos cruzeiros; que, desse mesmo modo, por mais duas vezes lhe foi feita oferta de um acordo, sendo que na última, o acordo poderia ser feito pela quantia de quinhentos cruzeiros; que, diante de sua recusa, o falso fiscal chamara o seu companheiro que os seguia de perto, pondo-o a par da recusa do declarante em fazer o acordo, ocasião essa em que o cidadão que vinha no automóvel dera ordens para que fosse[*m*] entregue[s] os documentos pertencentes ao declarante, enquanto os mesmos tomavam assento no veículo de aluguel que seguia o caminhão, tomando rumo ignorado; [...].[25]

Esgotadas todas as tentativas de intimidação, nada mais restava aos vigaristas senão darem-se por vencidos e partirem em retirada. Uma tal disposição de enfrentar as ameaças, no entanto, certamente não era comum. O Conto do Fiscal crescera de tal forma que a imprensa passara a sentir a necessidade de realizar advertências periódicas contra ele, como a publicada pelo jornal *A Noite* em junho de 1949:

> A polícia procura dar caça a diversos malandros que se fazem passar por fiscais do Imposto de Consumo e Renda. Impunemente vem muitos deles agindo há muito tempo, conseguindo ludibriar diversos comerciantes que, ingenuamente, se deixam levar pela conversa insinuante destes falsários e são, naturalmente, lesados no valor da importância paga.
>
> Dia a dia cresce o número de vítimas desses espertalhões que estão sendo procurados pela polícia. Milhões de cruzeiros já foram extorquidos dos muitos comerciantes lesados e ainda os responsáveis, na sua maioria, continuam soltos, o que representa novas possibilidades.[26]

Em setembro de 1959, seria a vez da própria Comissão de Abastecimento e Preços, COAP, órgão governamental encarregado de fiscalizar o comércio, que se sentiria na necessidade de realizar um alerta público, em nota publicada no *Correio Paulistano:*

---

[25] *Termo de Declarações* (contendo o depoimento de uma das vítimas): Processo-Crime Nº 20.819/54 (1ª Vara Criminal), ATJESP.

[26] "Falsos Fiscais Estão Agindo". *A Noite*, 30 de junho de 1949, p. 3.

A COAP de São Paulo emitiu ontem o seguinte comunicado:

"Tendo chegado ao conhecimento do Departamento de Policiamento Econômico deste órgão que indivíduos inescrupulosos têm se apresentado no comércio em geral e em particular nos açougues dizendo-se fiscais, aplicando multas e praticando verdadeiras chantagens, a COAP torna público o seguinte:

"Só são realmente fiscais da COAP os possuidores de cartão de identificação firmada pelo presidente, general José de Sousa Carvalho.

"Ninguém e nenhum fiscal tem autoridade para aplicar ou receber multas. Estas só são aplicadas em processos regularmente feitos, iniciados com documento de autuação (esta sim, a cargo dos fiscais), e amplo direito de defesa dos autuados, e recolhida, posteriormente, na forma de lei.

"No interesse do próprio comércio, deve ser sempre exigida a apresentação do referido cartão de identidade fornecida pela presidência da COAP.

"No caso de recusa dessa formalidade, que evidenciará tratar-se de pessoa estranha a este órgão, o fato deve ser imediatamente comunicado pelo telefone 36-5211 ou, se necessário, até mesmo à polícia."[27]

A advertência da COAP revelava a amplitude da ação dos golpistas junto aos comerciantes da chamada economia formal. Mas não revelava que estes vinham, além disso, avançando por igual sobre aqueles que atuavam naquela que se tornou conhecida como economia informal,[28] um setor que se expandira tanto quanto o crescimento da cidade entre as décadas de 1930 e 1950, em processo que não deixava de despertar protestos variados – em 1957, por exemplo, o periódico *Última Hora* reclamava providências por parte das autoridades públicas contra o que lhe parecia ser situação que atingira estágio inaceitável, relacionada à ação dos ambulantes que teriam transformado "as calçadas em mercado de quinquilharias" e convertido "o centro de São Paulo em praça de feira".[29]

O próprio fato de que os camelôs agissem ao arrepio das normas legais, uma vez que não eram registrados junto à municipalidade e não pagavam qualquer tipo de imposto ou taxa, já propiciava um ponto de partida amplamente favorável aos falsos representantes dos serviços de fiscalização que ameaçavam enquadrá-los com rigor exemplar, caso não concordassem em entregar as devidas gratificações. Durante vários meses ao longo de 1949, assim, um vendedor de frutas nascido na Espanha, e que mantinha uma pequena barraca nas ruas da Moóca, entregou parte de seus ganhos a um sujeito que alegava ser "fiscal da Prefeitura" e que aparecia pontualmente, a cada quinzena, apenas para realizar a coleta, antes de descobrir casualmente que este não

---

[27] Falsos Fiscais da COAP Estão Agindo em S. Paulo". *Correio Paulistano*, 17 de setembro de 1959, segundo caderno, p. 8.

[28] Adotamos aqui a expressão "economia informal" no sentido em que esta foi definida por Paulo Sandroni: "Parte da Economia que abrange pequenas unidades dedicadas à produção ou venda de mercadorias ou à produção de serviços. Sua denominação vem do fato de que a maioria destas unidades não é constituída de acordo com as leis vigentes, não recolhe impostos, não mantém uma contabilidade de suas atividades, utiliza-se geralmente de mão-de-obra familiar e seus eventuais assalariados não são registrados. Este setor é também denominado de economia subterrânea, clandestina, etc.": *Dicionário de Economia*, p. 95.

[29] "Marginais e Camelôs Tomam de Assalto a Cidade Despoliciada". *Última Hora*, 30 de outubro de 1957, segundo caderno, primeira página.

passava de um enganador.[30] Já o vendedor de mel que circulava pela cidade em 1959 teve uma experiência um tanto mais traumática, posto que foi procurado em sua própria casa por dois indivíduos que, à maneira dos mafiosos, vinham lhe impor a oferta de *proteção,* argumentando que "quebrariam qualquer galho, uma vez que eram os encarregados na fiscalização desse comércio" – isso depois de uma chegada triunfal em que um deles, colocando-se "à porta da casa do declarante em altos brados, afirmava: 'viemos aqui prender todos' [...]."[31]

Ardis que chegam a se enraizar de tal forma nas práticas e nas representações do cotidiano costumam ter vida longa, como já vimos em casos anteriores. Teria o Conto do Fiscal tido, então, vigência por muito tempo ainda? Livro publicado em 1999 por dois autores com experiência policial, Wagner Tomás Barba e Jorge Rodrigues da Silva – um pequeno catálogo que alertava contra os golpes mais aplicados quando de sua edição, intitulado *Contos do Vigário - Vacine-se Contra Eles* – traz parte da resposta. A obra mencionava não uma, mas três versões diferentes e então correntes do Conto do Fiscal: a em que o golpista finge identificar irregularidades na documentação de um estabelecimento comercial, a em que alega existirem problemas de falta de higiene em bares e restaurantes, e a em que procura casas em construção ou em reforma para simular a descoberta de certo trâmite burocrático não seguido, como a falta de alguma planta ou autorização exigida por parte da prefeitura. Em todas as três versões, as encenações continuavam conduzindo ao mesmo ato final: o pagamento de suborno para o representante da lei e da ordem.[32]

Quando um logro atinge semelhante estágio de longevidade e inserção social, talvez não seja exagerado enxergar nele a condição de autêntica tradição cultural. E se estas de fato refletem algo de muito significativo sobre o meio em que foram geradas, restaria tentar entender o que a trama em questão – feita de representações de poder e autoridade, de intimidação e submissão, e de perigos que só se desfazem por meio da corrupção – revela a respeito da sociedade que a desenvolveu e tornou freqüente.

---

[30] *Termo de Declarações* (contendo o depoimento da vítima): Processo-Crime Nº 15.172/50 (1ª Vara Criminal), ATJESP.

[31] *Termo de Declarações* (contendo o depoimento da vítima): Processo-Crime Nº 18.317/59 (2ª Vara Criminal), ATJESP.

[32] Cf. Wagner Tomás Barba e Jorge Rodrigues da Silva, *Contos do Vigário - Vacine-se Contra Eles,* pp. 52-57.

Conclusão

As mentiras serviam de base para as minhas tramas. A mentira é um encantamento, uma invenção que pode ser adornada até chegar a ser uma fantasia. Ela pode mesmo ser vestida com os trajes de uma concepção mística.

A verdade é o fato frio, sóbrio, não tão confortável de ser assimilado. Uma mentira é muito mais agradável. A pessoa mais detestável do mundo é aquela que sempre diz a verdade, que nunca romanceia.

Joe "Yellow Kid" Weil, vigarista norte-americano, em sua autobiografia, 1948

Tenho certeza de que a humanidade sempre desempenhou papéis; trata-se de um instinto inerente a todos nós. Algumas pessoas são melhores, outras piores, mas todas fazem isso. A criança brinca de faz-de-conta, chora quando lhe convém, faz gracinhas para evitar críticas e sorri quando necessário; ela prevê as reações que esperamos dela. Quem olha bem nos olhos de alguém que conseguiu provocar a risada que esperava, certamente perceberá o véu do ator. Todos nós já fizemos isso uma vez na vida, e muitos continuam fazendo – políticos, playboys, *cardeais e reis. Nós assumimos os papéis que melhor nos convêm e então interpretamos a fantasia dos outros.*

Laurence Olivier, *Ser Ator*, 1986

I

Logo no início deste trabalho, procuramos enunciar os dois princípios teóricos que orientaram sua elaboração: o da relação necessária entre as tramas dos contos-do-vigário e o ambiente cultural da sociedade em que estes são aplicados, e o da realização de uma autêntica teatralização por parte dos vigaristas quando da execução de seus engodos. Agora – alguns capítulos, diversos golpes, e razoável quantidade de golpistas e vítimas depois – , cabe tentar verificar em que medida os princípios formulados e os exemplos apresentados se colocaram de acordo, em um último esforço de discussão e análise. Procedimento que parece apropriado para uma conclusão, posto que, como se sabe, *concluir* significa tanto formar algum tipo de opinião tendo em vista o que foi exposto quanto atingir o estágio em que as coisas se encaminham para o seu final. Vejamos, então, o que seria possível concluir antes de concluir.

Talvez a melhor maneira de fazê-lo seja começar pelo que *não gostaríamos* que fosse concluído. Porque há idéias que se insinuam em torno de alguns temas e ali se instalam, em silêncio, como se lhes pertencessem naturalmente; e quando isso ocorre, deixar de manifestar abertamente a discordância implica no perigo de oferecer-lhes um aval implícito. No presente caso, há o risco de que se imagine que escolhemos estudar a prática do conto-do-vigário entre os brasileiros com base na crença de que o Brasil teria uma propensão particular para a vigarice – e não poderia haver ponto de vista com o qual concordássemos menos do que este.

A preocupação em deixar registrada a observação não constitui simples formalidade, se levarmos em conta que tal concepção não seria estranha a uma certa maneira de ver as coisas, de acordo com a qual a habilidade para a trapaça atingiria mesmo a condição de um dos grandes traços distintivos do caráter nacional. Em auto-representações um tanto confusas e contraditórias, muitos brasileiros enxergavam e enxergam seu próprio país como nação de segunda categoria, em grande medida porque seus habitantes estariam permanentemente empenhados em procurar enganar uns aos outros – *levar vantagem* constituiria, por excelência, o grande jogo nacional. Paradoxalmente, isso seria ao mesmo tempo motivo de vergonha e de orgulho: se por um lado o embuste e a velhacaria fundamentariam práticas obviamente condenáveis em termos éticos, por outro representariam também manifestações de um suposto espírito de molecagem, irreverência e esperteza que diferenciaria o brasileiro de todos os outros

povos do mundo.[1] Entre uma vergonha orgulhosa e um orgulho envergonhado, essas auto-representações aceitariam alegremente a idéia de que o Brasil, por sua própria natureza, produz mais e melhores vigaristas.

Para contestar a existência de uma tal e suposta primazia brasileira em assuntos de vigarice, não seria necessário realizar grande esforço: na falta de estudos comparativos a que recorrer, bastaria lembrar a freqüência com que os temas da artimanha, do engano e da trapaça se fizeram presentes nas páginas das mais variadas literaturas e dramaturgias nacionais para verificar que não há, em absoluto, tradição cultural isolada que possa reclamar preeminência ou destaque na matéria. Quem quer que tenha lido o *Decameron*, de Boccaccio, por exemplo, sabe bem que boa parte de suas histórias versa sobre ardis variados – o episódio inicial, aliás, correspondente à primeira novela da primeira jornada, já relata a lábia de um negociante sobrecarregado pelos mais vis pecados que, em seu leito de morte, engambela o frade confessor e passa a ser tido e proclamado como santo. Narrativas desse tipo – contando sobretudo casos em que a esperteza renderia vantagens a serem desfrutadas neste mundo mesmo – comporiam uma significativa vertente literária da renascença italiana, na pena de autores como Manetti, Bandello, Lasca e mesmo Maquiavel.[2] E ainda no século XVI surgiriam obras anônimas, mas extremamente significativas, narrando as proezas de protagonistas que fariam da patifaria, da tramóia e da mentira um eficiente meio de vida, como o *Till Eulenspiegel*, na Alemanha, e o *Lazarillo de Tormes*, na Espanha – este último tornado modelo para todo um gênero, o picaresco, no qual o próprio Cervantes chegaria a se exercitar.[3]

Seguindo a mesma linha, seria difícil imaginar um charlatão tão completo quanto o que Molière apresentaria em 1664, o *Tartufo*, que se fazia passar por virtuosíssimo religioso como forma de procurar colocar as mãos tanto na fortuna quanto na esposa de seu muito ingênuo protetor. E caso tais exemplos pareçam excessivamente afastados no tempo, seria então possível recordar que, em 1836, Nicolai Gógol lançaria *O Inspetor Geral* – considerada por Vladimir Nabokov como "a maior peça já escrita em russo"[4] – , tendo como personagem principal um espertalhão que saberia se fingir de alta autoridade governamental para explorar os moradores de um vilarejo russo; ou que, em 1842, o mesmo autor publicaria a primeira parte do igualmente admirável *Almas Mortas*, romance em que o protagonista, Chichicov, agia como um autêntico

---

[1] Parece emblemático de tal visão o argumento com o qual os amigos brasileiros do psicanalista Contardo Calligaris tentavam, no final da década de 1980, dissuadi-lo do plano de abandonar sua residência em Paris para transferir-se definitivamente para Porto Alegre: "Este país não presta": cf. Contardo Calligaris, *Hello Brasil! - Notas de um Psicanalista Europeu Viajando ao Brasil*, p. 13.

[2] Apresentados como *burlas*, alguns dos textos desses autores compuseram parte de uma excelente coletânea organizada por Lucia Wataghin: *Romeu e Julieta e Outros Contos Renascentistas Italianos* (Rio de Janeiro, Imago Editora, 1996). O volume traz, de Antonio Manetti, a "Novela do Gordo Entalhador"; de Matteo Bandello, "Burla de uma Mulher a um Fidalgo" e "Bembo Burlado"; de Lasca (ou Anton Francesco Grazzini), "Burla a Giansimone Fabricante de Bonês" e "Novela do Abade Preso como Louco Porque Não Gostava de Florença"; e de Maquiavel, "Belfagor, Arquidiabo, ou Conto do Diabo que se Casou".

[3] Cf. as *Histórias Exemplares* que Cervantes publicou em 1613 (a edição brasileira mais conhecida da obra provavelmente é a que a Editora Abril lançou em 1970, com tradução de Darly Nicolana Scornsienchi).

[4] Vladímir Nabokov, "The Government Specter", *in* Page Stegner (org.): *The Portable Nabokov*. New York, Penguin Books, 1982, p. 260.

vigarista – seu golpe consistia em comprar de proprietários rurais, a preços insignificantes, os títulos de posse de servos já falecidos, para hipotecá-los em seguida como se tais servos ainda estivessem vivos.[5] Além disso – e para trazer aqui uma última citação –, tampouco seria excessiva a lembrança de que, em 1857, ninguém menos que o autor de *Moby Dick*, Herman Melville, publicaria obra chamada *The Confidence-Man: His Masquerade* (lançado no Brasil como *O Vigarista: Seus Truques*)[6], um pequeno catálogo dos diferentes golpistas que agiam a bordo do vapor que seguia o curso do rio Mississipi, e que tinham na loquacidade sua principal arma de convencimento.

Supondo que as criações literárias e teatrais tenham a capacidade de, em alguma medida, refletir algo do ambiente social em que foram concebidas, uma tal multiplicidade de autores que tomaram o logro como tema, gerando semelhante galeria internacional de escroques, deveria servir para indicar que as práticas de engano, definitivamente, não têm pátria. E se, ainda assim, a alguém continuar a parecer plausível a idéia de que o Brasil possui qualquer destaque na área, sempre restará a alternativa de abandonar essa abordagem fundamentada na referência às obras de ficção para ressaltar que, de acordo com a opinião de alguns dos autores que se dedicaram ao assunto, aquele que já foi considerado um dos mais sérios candidatos ao título de maior vigarista de todos os tempos era um tcheco que operava dos dois lados do Atlântico.[7] Já travamos certo conhecimento com a figura de Victor Lustig – ou "Conde" Victor Lustig, como ele se fazia chamar para simular ares de uma nobreza que não possuía –, apresentado em um capítulo passado como um dos mais eficientes aplicadores do conto da máquina de fazer dinheiro nos Estados Unidos. Este, no entanto, seria apenas mais um dos esquemas executados em uma trajetória repleta de proezas. Porque, e para mencionar apenas duas delas, Lustig foi também o vigarista que, em Chicago, teve sangue-frio suficiente para engambelar a ninguém menos do que Al Capone; e que, em Paris, conseguiu vender a própria Torre Eiffel a dois compradores diferentes. O segundo caso constitui feito tão extraordinário que não poderia deixar de ser relatado, mesmo que rapidamente.

Em meados da década de 1920, Lustig leu nos periódicos parisienses a notícia de que a estrutura da Torre Eiffel estava desgastada e teria que passar por uma complexa e custosa reforma geral. Isso bastou para que brotasse em sua mente a idéia de uma trama, dentro da qual reservava para si próprio o papel de alto funcionário do governo francês. Como tal, ele logo entrou em contato com alguns negociantes do ramo da sucata, anunciando a suposta decisão oficial de desmontar definitivamente a torre e vendê-la aos pedaços, como material de segunda-mão. Dois desses negociantes acreditaram na história e pagaram bons preços para ficar com o que seriam os restos de um monumento condenado e obsoleto. O caso não deixa de trazer consigo uma certa lição em termos de relativismo cultural, já que mostra que exatamente no mesmo ponto onde

---

[5] Vale lembrar que a instituição da servidão estava, então, em pleno vigor na Rússia: ela só seria abolida em 1861, durante o reinado do Czar Alexandre II.

[6] A edição brasileira foi publicada pela Editora 34 em 1992, com tradução de Eliana Sabino.

[7] Cf. Carl Sifakis, *Frauds, Deceptions and Swindles*, p. 112.

alguns viam o grandioso símbolo de uma era de progresso técnico e científico, outros não enxergavam mais do que um futuro e lucrativo amontoado de ferro-velho.[8]

Seja como for – e para voltar à discussão que motivou a apresentação do exemplo –, um dos fatores que poderiam conduzir à conclusão de que os brasileiros teriam um pendor particular para a vigarice seria a força com que se firmou a idéia de que a *malandragem* constituiria uma das maiores peculiaridades do temperamento nacional. A questão, de certa forma, se torna mais complexa aqui, e para desenvolvê-la a contento seria necessário fazer presente a visão de quem estudou o fenômeno mais detidamente: referimo-nos a Roberto Da Matta e seu *Carnavais, Malandros e Heróis,* obra publicada originalmente em 1979 e tida já como um verdadeiro clássico da antropologia brasileira.

Tomando como exemplo a figura ficcional de Pedro Malasartes, Da Matta define mesmo o *malandro* como um dos heróis nacionais – o oposto de outro tipo paradigmático, o *caxias* para quem antes de tudo importaria manter a ordem, a disciplina e a hierarquia: "[...] o malandro é um ser deslocado das regras formais da estrutura social, fatalmente excluído do mercado de trabalho, aliás definido por nós como totalmente avesso ao trabalho e altamente individualizado, seja pelo modo de andar, falar ou vestir-se", afirma ele.[9]

Não menos importantes do que uma certa forma de andar, falar e vestir-se, na construção do que pode ser entendido como uma identidade, é a disposição geral de enganar ou, ao menos, levar algum tipo de vantagem nos circuitos cotidianos da interação social: nem todo mundo poderia ser malandro, evidentemente, porque se a sagacidade fosse dividida por igual, ninguém teria como recorrer a ela como forma de distinguir-se. O próprio universo da malandragem, aliás, comportaria variadas nuances:

> "O campo do *malandro* [...] vai numa gradação da *malandragem* socialmente aprovada e vista entre nós como esperteza e vivacidade, ao ponto mais pesado do gesto francamente desonesto. É quando o *malandro* corre o risco de deixar de viver do *jeito* e do expediente para viver dos golpes, virando então um autêntico *marginal* ou *bandido.*"[10]

---

[8] Cf. Josh Wilker, *Classic Cons and Swindles,* pp. 66-67. Já o caso envolvendo Al Capone foi assim descrito por Carl Sifakis: "Lustig pediu a Capone 50 mil dólares, prometendo duplicá-los no prazo de 60 dias por meio de um golpe que estava preparando. Capone entregou-lhe o dinheiro, ao mesmo tempo em que advertiu sobre como costumava tratar caloteiros e trapaceiros. Lustig simplesmente colocou o dinheiro no cofre de uma caixa-forte durante o período em questão e, depois disso, falou a Capone, com tristeza no semblante, que seu plano falhara e que ele não conseguira aumentar o capital. Capone estava prestes a explodir, imaginando que havia sido roubado, quando Lustig devolveu os 50 mil dólares, em meio a uma torrente de pedidos de desculpas. Capone não estava preparado para isso. Tendo imaginado que Lustig o havia enganado para surrupiar seu dinheiro, ele tinha que encarar agora o fato evidente de que o Conde estava sendo sincero. 'Se os seus planos fracassaram', afirmou Capone, 'você deve estar em dificuldades'. Ele então puxou cinco notas de mil dólares e as estendeu a Lustig. 'Eu sei cuidar dos meus protegidos quando eles jogam limpo comigo'. Agradecido, o Conde partiu levando os 5 mil dólares, que vinham a ser o que ele almejava desde o início": cf. *Frauds, Deceptions and Swindles,* p. 113 (tradução nossa).

[9] Roberto Da Matta, *Carnavais, Malandros e Heróis - Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro,* p. 204.

[10] Roberto Da Matta, *op. cit.,* p. 209.

A abordagem teórica adotada por Da Matta busca colocar em tela o que ele define como as *dramatizações* que a própria sociedade elabora como forma de procurar ver-se a si mesma: processo pelo qual esta "não inventa somente a peça e o enredo, o cenário e o palco", mas também "os papéis e os atores, bem como as condições em que a peça deverá ser encenada, e como será recebida"[11] – é a partir de tal perspectiva que ele desenvolverá a análise das histórias de Pedro Malasartes, protagonista de narrativas populares recolhidas e recontadas por estudiosos como Câmara Cascudo. Das dramatizações geradas no seio da própria coletividade, a que se refere Roberto Da Matta, às encenações de rua dos contos-do-vigário, aqui colocadas em destaque, certamente vai grande distância; ainda assim, não seria extravagante enxergar múltiplas influências das primeiras sobre as segundas. A questão, portanto, teria procedência: em termos gerais, nas tramas de engano criadas e representadas pelos golpistas profissionais, a quem estaria reservado o papel do esperto malandro pronto a levar vantagem, ao vigarista ou à vítima?

Na maior parte dos casos, certamente não ao vigarista. Porque se, como tudo leva a crer, os golpes que melhor funcionam são aqueles que acenam com algum tipo de benefício hipotético para a desavisada mas ambiciosa vítima que caiu em suas malhas, a personagem a ser interpretada pelo golpista não pode, em hipótese alguma, deixar entrever qualquer traço de malícia ou esperteza que lembrem malandragem. O aturdido caipira, o vendedor de máquinas de fabricar dinheiro ou o influente e generoso pistolão – para lembrar alguns dos papéis colocados em evidência por este estudo – devem, cada qual à sua maneira, demonstrar-se sinceros e confiáveis aos olhos das suas presas; a exibição de personalidades excessivamente astuciosas, mais propensas a levar vantagens do que a oferecê-las, não teria outro efeito senão o de provocar suspeitas, esvaziando os golpes de toda a sua força. Para além de seu círculo mais íntimo, o vigarista não pode se dar ao luxo de assumir-se como malandro: isso tirar-lhe-ia qualquer possibilidade de sucesso no exercício de seu ofício de vendedor de ilusões.

É à *vítima* que está reservado o papel de sagaz aproveitador, escolado em assuntos de malandragem, capaz de tirar partido de uma situação que surge inesperadamente para sair por cima – arrancando o bilhete premiado das mãos do interiorano, adquirindo o aparelho que faz dinheiro, aceitando o privilégio oficial que lhe é dado de mão beijada, por exemplo. Entre as muitas inversões que caracterizam a prática do conto-do-vigário, talvez a mais irônica seja esta: aqui, no final das contas, *malandro* vira *otário*.

---

[11] *Ibidem*, p. 196.

II

Uma das dificuldades envolvidas com o desenvolvimento das temáticas relacionadas aos contos-do-vigário é a de que, por vezes, suas manifestações assumem aspectos aparentemente pouco plausíveis – sobretudo por conta da impressão de que algumas pessoas se deixam enganar com excessiva facilidade pelas manobras dos golpistas de rua. Para recorrer a um exemplo já conhecido, em princípio talvez seja difícil de conceber como é possível que tramas tão rocambolescas quanto a do *Conto do Bilhete Premiado* consigam fazer tantas vítimas, ao longo de tanto tempo;[12] depois que o golpe é aplicado e dado a conhecer pelo relato do enganado, o acontecimento parece representar antes de tudo uma incrível demonstração do quanto este pode vir a ser crédulo e obtuso.

Isso *depois que o golpe é aplicado,* naturalmente. Porque, para quem já sabe como termina a história, cria-se a ilusória sensação de que tudo era muito previsível e, portanto, evitável: nada mais fácil do que julgar as atitudes de alguém sabendo, de antemão, em que elas resultaram. Ora, não seria excessivo ressaltar aqui que, em termos práticos, as coisas se passam de maneira muito diferente – e isso por conta do fato óbvio de que o golpista tem a seu favor, no trato com a vítima, um trunfo nada desprezível: o *fator surpresa.* Ele tem todo um esquema preparado, ensaiado, exercitado e previamente testado em cada detalhe; ela vê-se de súbito mergulhada em uma circunstância totalmente inesperada e que lhe pega inteiramente desprevenida. A desigualdade das posições é evidente. O vigarista de talento saberá tirar partido disso, mantendo-se sempre um passo à frente da vítima no jogo particular que se estabelece entre eles: antecipando-lhe reações, preparando-lhe conclusões, demandando-lhe decisões pouco refletidas, induzindo-lhe de todas as formas o comportamento até a consumação do logro. Um golpe pode vir a funcionar ou não; mas, quando funciona, é porque o golpista soube conduzir os acontecimentos o tempo todo, mantendo sempre o controle da situação.

---

[12] Seria interessante deixar aqui registrado que o autor desta tese passou pela experiência de ver-se abordado, em uma rua próxima de sua residência, por dois golpistas que encenavam o Conto do Bilhete Premiado, em meados da década de 1990. Não conseguimos identificar então aquilo como um golpe, mas como uma situação algo inusitada e que nos provocou certa sensação de estranhamento e desconforto; graças a isso, afastamo-nos do local sem chegarmos a nos envolver no desenrolar da trama. Pouco depois, chegou ao nosso conhecimento que os mesmos golpistas haviam tentado – também sem sucesso – enredar a própria *mãe* do autor deste trabalho com a conversa do bilhete de loteria sorteado. Comentando tais episódios a partir de então, surpreendemo-nos ao constatar a quantidade de conhecidos, e de conhecidos de conhecidos, que haviam sido igualmente abordados – e alguns, infelizmente, iludidos.

Eis porque uma das habilidades que se exige de um vigarista profissional é a aptidão de saber identificar quem é mais suscetível de cair na armadilha que prepara. "Nessa escolha, operam com admirável rasgo de psicologia", afirmava já Antonio Vieira em 1940,[13] reproduzindo a idéia – que se fazia comum entre os círculos policiais e jurídicos – de que o estelionatário experiente era ao mesmo tempo um aplicado estudioso do comportamento humano. Reconhecer, mesmo que de relance, a figura do indivíduo mais propenso a ser transformado em vítima seria mesmo fundamento para o exercício da profissão; ao lembrar-se do vigarista que conhecera em meados da década de 1950, Hiroito de Moraes Joanides – o marginal que depois se tornaria conhecido como "rei" da região dominada pela criminalidade e conhecida como *Boca do Lixo* – destaca exatamente esse aspecto:

> As embrulhadas que o cérebro do Osny bolava, visando tirar dinheiro, mansamente, do próximo (e do distante também), eram obras-primas do logro e da artimanha. Profundo conhecedor da alma humana, psicólogo que era por natureza, bastava-lhe a troca de umas poucas palavras com uma pessoa, para que ficasse sabendo, com exatidão, qual a faceta daquela personalidade seria mais vulnerável à aplicação de um logro, qual o tipo de golpe que melhor se aplicaria ao caso, bem como a avaliação instantânea do quanto poderia ser-lhe tomado. Que era unicamente nesse aspecto que os seres humanos lhe interessavam.[14]

A capacidade de escolher bem suas possíveis vítimas e a perícia para conduzi-las dentro das rotas prefixadas que levariam ao desenlace do golpe, assim, seriam verdadeiros requisitos para quem quisesse se dedicar às práticas de vigarice. Mas tudo isso de nada adiantaria se o candidato a golpista não dispusesse de uma boa criação dramatúrgica para colocar em cena – o enredo em sintonia com as mentalidades e imaginários coletivos para o qual tanto chamamos a atenção neste estudo. É a *trama* a ser apresentada e representada, com efeito, que organiza tudo dentro do mundo particular do conto-do-vigário; é ela que distribui papéis e destinos, provoca ações e reações, define motivos e motivações. Sobretudo é ela que, por sua força de persuasão, seduz e prende a vítima a uma lógica particular, fazendo desta mais uma intérprete; porque, como já ressaltamos antes, a vítima *também* passa a representar um papel dentro da efêmera teatralização colocada em andamento pelo conto-do-vigário.

Tão intenso chegava a ser esse envolvimento para com a encenação que, aos olhos de uma certa corrente de interpretação jurídica, ele colocava mesmo enganadores e enganados em situação de igualdade. A tese da *torpeza bilateral* – freqüentemente discutida nas décadas de 1940 e 1950 – sustentava que a vítima que travava relações com os vigaristas, enxergando na ocasião possibilidade de levar algum tipo de vantagem ilícita, era tão culpada quanto eles, independente das perdas que viesse a sofrer. Em uma sessão do Supremo Tribunal Federal que discutiu um caso de aplicação do *Conto da Guitarra,* realizada em junho de 1952, aquele que era

---

[13] Antonio Vieira, *Os Vigaristas,* p. 26.
[14] Hiroito de Moraes Joanides, *Boca do Lixo,* p. 52.

tido como um dos maiores expoentes do pensamento jurídico brasileiro, o Ministro Nelson Hungria, manifestou sua posição com clareza e ênfase:

> Senhor Presidente, sempre sustentei a impossibilidade jurídica da existência de estelionato no caso de torpeza bilateral. O patrimônio que a lei protege – quer a lei civil, quer a lei penal – é aquele que gravita na órbita legal. Se o patrimônio é empregado para fim ilícito, a lei deixa de protegê-lo. A admitir-se ponto de vista contrário, chegar-se-ia a resultados chocantes. Suponha-se que um indivíduo, inculcando-se como matador profissional, convença outro de que, se lhe der uma quantia determinada, irá matar um seu perigoso inimigo. Esse outro indivíduo, assim iludido, entregará a importância pedida, o "pretium sceleris", e o pseudo-matador profissional não mata ninguém, locupletando-se com o dinheiro. Será possível que a justiça penal considere isso estelionato, quando a própria justiça civil não poderia admitir a repetição do dinheiro entregue para fim torpe?
>
> Outros casos poder-se-iam figurar para mostrar a sem-razão dos que reconhecem o estelionato na torpeza bilateral. O exemplo clássico é o da meretriz, enganada pelo amante, de acaso, que não lhe paga o "pretium carnis". Como admitir que essa mulher possa vir bater às portas do templo da Justiça, a reclamar o ganho em um vil comércio?
>
> Afirma-se que o agente locupletou-se, de qualquer modo, com dinheiro alheio e revela periculosidade. Ora, a sociedade desinteressa-se do ladrão que furta ladrão, e a periculosidade subjetiva não basta para que haja crime. Só há crime em face do direito positivo, quando há dano ou possibilidade de dano a interesses juridicamente protegidos. Na espécie, o patrimônio, invertido em fim ilícito, deixou de ser protegido juridicamente. Não é possível conceber-se a lei tutelando um patrimônio empregado para fim criminoso. Se a pessoa enganada entregou dinheiro em troca de uma suposta máquina de fazer dinheiro falso, não há punir-se o fraudador, pois, de outro modo, estaria a justiça proclamando que este devia ter entregue uma autêntica máquina de fabricar falso numerário!... Nunca deparei com argumento suficiente para me convencer do desacerto do meu ponto de vista, no sentido da inexistência do estelionato quando se apresenta a torpeza bilateral.[15]

E quando, no debate que se seguiu a tais colocações, o Ministro Mário Guimarães argumentou que, a prevalecer tal ponto de vista, ficariam impunes os "passadores do 'conto do vigário'", Hungria replicou de maneira tão lacônica quanto direta:

> Isso serviria de escarmento, de lição, a essas pseudo-vítimas.[16]

Inflexível que fosse, a interpretação colocava-se em harmonia para com manifestações que, havia muito, afirmavam que a má-fé de um lado anulava a má-fé do outro, como que em um jogo de soma zero. Para tal visão, era mesmo como se a vítima fosse *merecedora* do prejuízo que sofrera. Ao apresentar, em março de 1934, o *Conto do Legado* – aquele em que o enganado era

---

[15] *Revista dos Tribunais*. São Paulo, volume 236, 1955, pp. 597-598.
[16] *Ibidem*, p. 598.

convencido a levar consigo o que imaginava ser um pacote de dinheiro a ser entregue a alguma instituição de caridade – , Willy Aureli comentava que os golpistas tinham como alvo indivíduos cuja cupidez fosse maior que a integridade pessoal: "Se não vejamos: o bobalhão, o mentecapto, etc., jamais é abordado pelo vigarista. Ele procura o simplório – é verdade – mas o simplório ambicioso, o ser que deseja lesar pois, até hoje e no andar de inúmeros anos, jamais se apresentou à Santa Casa de Misericórdia um 'otário' sobraçando o clássico 'paco' para fazer entrega da 'quantia' recebida em custódia." E acrescentava ainda, em tom ácido: "Já houve uma autoridade que quis resolver o magno problema: prender os queixosos que são menos honestos que os vigaristas."[17]

É evidente que essa linha de argumentação que equiparava vigaristas e vítimas não podia ser aplicada a *todos* os casos de estelionato, pelo simples motivo de que, em muitos deles – como vimos, aliás, no capítulo imediatamente anterior deste estudo – , o engano era perpetrado por meio da simulação de uma situação de perigo e ameaça, e não por meio do apelo de um falso benefício. Em nenhum sentido o cidadão que se vira aterrorizado pelo falso policial, ou o imigrante que fôra perseguido pelo suposto funcionário da Delegacia de Estrangeiros, agia de maneira mal-intencionada, visando obter alguma vantagem ilícita na transação com o golpista que o tapeava; a motivação, nesses casos, era muito claramente a de escapar como fosse possível daqueles apavorantes pesadelos dominados pelos espectros da violência e da arbitrariedade. Imaginar que toda vítima de um conto-do-vigário teria como meta passar o golpista para trás constitui uma generalização tão indevida quanto injusta.

Isso posto, não se pode escapar da constatação de que, na maior parte dos casos – ou, ao menos, na maior parte dos casos *identificados* pelo levantamento que fundamentou a presente tese – , os golpistas colocavam em andamento tramas montadas para fazer crer, aos que se deixassem levar por elas, que alguma forma de lucro os esperava. A sedução parece muito mais eficiente do que a intimidação, no território particular das trapaças e das tramóias; nele, valeria mais o ditado popular de que o peixe morre pela boca. É como se, na bolha de realidade inventada que o conto-do-vigário faz crescer dentro da realidade vivida do dia a dia, regras especiais governassem os acontecimentos para torná-los capazes de satisfazer antigas ambições e recônditas aspirações: subitamente, a vítima parece ter entrado em outro plano existencial, feito, todo ele, para seu proveito e satisfação.

Dir-se-ia mesmo que a experiência faz lembrar a de um *sonho:* o golpe bem elaborado e encenado, com efeito, tiraria muito do seu poder de envolvimento do uso hábil de elementos oníricos, capazes de fazer relaxar as defesas próprias do estado de vigília e estimular as atitudes

---

[17] "Perfis de Delinqüentes - O Passador do Conto do Vigário". *Folha da Noite,* 21 de março de 1934, p. 8. Tal tendência de culpar as vítimas reapareceria de tempos em tempos, como quando o titular da Delegacia Especial de Repressão à Vadiagem reuniu a imprensa, em 1958, para anunciar que, com base em decisão judicial, passaria a processar aqueles que viessem a entregar aos estelionatários valores que não lhes pertencessem, como ocorria com "empregados de firmas que perdem em contos do vigário dinheiro de seus patrões": cf. "Serão Processadas as Vítimas de Contos do Vigário". *Diário Popular,* 4 de fevereiro de 1958, segundo caderno, p. 16.

tomadas ao sabor dos impulsos de momento. A vítima dessa espécie de conto-do-vigário estaria como que sonhando acordada, e agindo de acordo com tal condição; e se esta observação não for de todo descabida, então talvez seja possível especular sobre suas implicações, levando em conta o quadro teórico montado por aquele que se destacou, entre tantas outras coisas, precisamente pelo esforço em procurar identificar as mensagens embutidas nas imagens que brotam espontaneamente durante o sono – Sigmund Freud, naturalmente. No clássico *A Interpretação dos Sonhos*, de 1900, Freud apresentou suas descobertas e sintetizou suas conclusões a respeito do tema; ali, ele fixaria o princípio que nos importa recordar aqui: o de que o sonho constitui, invariavelmente, a manifestação do *desejo*.[18]

Supondo, assim, que o conto-do-vigário que oferece vantagens ilusórias tem um certo parentesco para com o sonho, então ele também, à sua maneira, acena simbolicamente com a possibilidade de realização de algum desejo intimamente cultivado por quem se deixa enredar em suas malhas. Trata-se, aqui, de apresentar um enredo compatível para com um anseio que já se faz presente no espírito do indivíduo a ser enganado; trata-se de saber sintonizar aquilo que não é mais apenas uma genérica *disposição*, mas uma autêntica e bem determinada *predisposição*. Ao assumir ares de sonho em vias de se realizar, desta forma, o conto-do-vigário pode vir a ser extraordinariamente revelador em relação às ambições de quem se torna vítima dele – e, na passagem do individual para o coletivo, constituir-se em um espelho surpreendentemente nítido de algumas das correntes de imaginário da sociedade em que floresce. Para verificar em que medida tais considerações têm validade, seria necessário recorrer aos exemplos que este estudo já apresentou; é com base neles que se pode formular a questão: entre 1930 e 1960, que *desejavam* os paulistanos?

Tendo em mente as figuras dos caipiras que entregavam pequenas fortunas no *Conto do Legado* e no *Conto do Bilhete Premiado;* do técnico que vendia máquinas de fabricar dinheiro no *Conto da Guitarra* e do dinâmico empreendedor que iniciava a *Corrente da Prosperidade;* do alto funcionário que garantia negócios favorecidos com o governo no *Conto da Mercadoria* e do influente pistolão que arranjava colocações bem remuneradas no *Conto do Emprego* – personagens das principais tramas baseadas na sedução aqui examinadas –, a resposta parece

---

[18] Não haveria maneira mais adequada de ilustrar tal princípio do que recorrer às palavras do próprio Freud, quando da apresentação do que ele então definia como uma *descoberta:* "Não se devem assemelhar os sonhos aos sons desregulados que saem de um instrumento musical atingido pelo golpe de alguma força externa, e não tocado pela mão de um instrumentista; eles não são destituídos de sentido, não são absurdos; não implicam que uma parcela de nossa reserva de representações esteja adormecida enquanto outra começa a despertar. Pelo contrário, são fenômenos psíquicos de inteira validade – realizações de desejos; podem ser inseridos na cadeia dos atos mentais inteligíveis da vigília; são produzidos por uma atividade mental altamente complexa." (p. 136). E, mais à frente, em uma passagem que se tornaria famosa: "Eu mesmo não sei com que sonham os animais. Mas um provérbio, para o qual minha atenção foi despertada por um de meus alunos, alega realmente saber. 'Com que', pergunta o provérbio, 'sonham os gansos?' E responde: 'Com milho'. Toda a teoria de que os sonhos são realizações de desejos se acha contida nessas duas frases." (p. 145): cf *A Interpretação dos Sonhos*. Tradução de Walderedo Ismael de Oliveira. Rio de Janeiro, Imago Editora, 2001.

evidente: no período em questão os paulistanos desejavam, sobretudo, a ventura do *enriquecimento súbito*.

A perspectiva de colocar as mãos em uma bolada, de superar em curto prazo as agruras da necessidade e da falta de recursos, de ver-se repentinamente elevado à condição de pródigo milionário, tudo isso funcionava como um canto de sereia praticamente irresistível para os que se tornavam vítimas de cada um dos golpes acima mencionados; atordoados por tais miragens, eles se entregavam aos movimentos dos logros com uma avidez que não lhes permitia sequer suspeitar que estavam sendo embromados. Tão presente era a fantasia de uma fortuna que chegava da noite para o dia que ela proliferava, por exemplo, nos filmes nacionais da década de 1950, tornada um dos temas favoritos das comédias de sucesso: era essa a situação básica com a qual lidava o Mazzaropi de *Nadando em Dinheiro* (1952), o Procópio Ferreira de *O Homem dos Papagaios* (1953), o Zé Trindade de *Rico Ri à Toa* (1957), o Oscarito de *Esse Milhão é Meu* (1958). E ainda que nessas produções boa parte do humor resultasse da falta de jeito com que gente habituada à simplicidade da pobreza passava a ostentar a pose da riqueza, a idéia fundamental da prosperidade que surgia por golpe do destino continuava a despertar um fascínio insuperável.

É claro que o próprio processo de arranque econômico pelo qual havia muito vinha passando a cidade de São Paulo, com suas muitas histórias de enriquecimentos vertiginosos, servia para inspirar os mais maravilhosos sonhos do gênero. Algumas trajetórias haviam-se tornado mesmo paradigmáticas de uma certa mitologia paulistana, que versava sobre as alturas que poderiam ser atingidas pelos indivíduos que soubessem encarar as oportunidades com oportunismo – não dizia e repetia o povo, de acordo com a lembrança de uma das entrevistadas por Ecléa Bosi, que na mesma época em que São Paulo parara por conta da disseminação da *gripe espanhola* vinda dos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial, Francisco Matarazzo constituíra seu prodigioso patrimônio vendendo latas nas quais "punha metade banha e metade água"?[19]

Injusta que fosse a suspeita, posto que Matarazzo tornara-se um magnata do comércio e da indústria bem antes do período da guerra, a versão adquirira aparência de fato e ajudava a estimular as imaginações dos que nutriam devaneios de conquista da prosperidade. De certa forma, operava aqui a lógica contida na frase atribuída a Balzac, de acordo com a qual na origem de toda fortuna encontra-se um crime; e, se assim eram as coisas, cabia ao pretendente a ingressar no mundo da opulência estar permanentemente preparado e alerta, mesmo que fosse para cometer uma ilicitude qualquer. Até porque o negócio privilegiado que o levaria à abastança talvez aparecesse quando menos esperado, e semelhante ocasião demandaria resolução e agilidade – e não uma escrupulosa hesitação que provavelmente poria tudo a perder. Tais mecanismos mentais podiam funcionar no plano do consciente ou do inconsciente; em um caso ou outro, eles eram imediatamente ativados no momento mesmo em que o conto-do-vigário apresentava, como isca, a possibilidade hipotética de algum ganho mais expressivo. Quando a

---

[19] Ecléa Bosi, *Memória e Sociedade - Lembranças de Velhos*, p. 248.

trama se colocava em andamento, era o poderoso fluxo de um desejo contido que irrompia, para passar a comandar as ações e decisões da vítima.

Não parece difícil visualizar como isso se passava por ocasião dos golpes aqui mencionados, no ambiente mental e material de uma São Paulo que se alardeava tão extraordinariamente dinâmica e fértil em oportunidades de ascensão social. Mas talvez seja possível identificar, nessa ânsia de enriquecimento, a presença de representações bem mais antigas e duradouras no contexto da cultura brasileira. Em uma passagem particularmente instigante de seu *Raízes do Brasil,* Sérgio Buarque de Holanda faz uma distinção entre dois tipos paradigmáticos, o do "trabalhador" e o do "aventureiro", comentando que foi este segundo o que mais se fez presente por ocasião da exploração das terras brasileiras pelo empreendimento colonial português. As mentalidades que acompanhavam tal figura – cujo "ideal será colher o fruto sem plantar a árvore"[20] – se fariam mais nítidas por meio da comparação de diferentes universos éticos:

> Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção *espaçosa* do mundo, característica desse tipo.
>
> Por outro lado, as energias e esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são enaltecidas pelos aventureiros; as energias que visam à estabilidade, à paz, à segurança pessoal e os esforços sem perspectiva de rápido proveito material passam, ao contrário, por viciosos e desprezíveis para eles. Nada lhes parece mais estúpido e mesquinho do que o ideal do trabalhador.[21]

Semelhante propensão à aventura teria sido mesmo uma das influências decisivas na formação da vida nacional: para Buarque de Holanda, este "foi o elemento orquestrador por excelência"[22] em meio a um conjunto de fatores inicialmente tão variados quanto os grupos humanos e as culturas que aqui se encontraram, e as condições naturais e materiais que se ofereceram a eles. Porque, em perspectiva, a própria organização da grande lavoura com base na mão-de-obra escrava obedeceria à mesma lógica: "O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho."[23]

A passagem dos séculos parece ter tornado mais recônditas, mas não menos operantes, as linhas de semelhante *ética da aventura* nas regiões do inconsciente nacional. Porque é o mesmíssimo desejo de riqueza obtida antes pela ousadia que pelo trabalho – antes pelo gesto arrojado e impulsivo que pelo lento acumular da tediosa faina diária – que surgirá em plena São Paulo do século XX. É, novamente, a imagem da terra das infinitas oportunidades que se

---

[20] Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil,* p. 13.
[21] Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.,* p. 13.
[22] *Ibidem,* p. 16.
[23] *Ibidem,* p. 18.

apresenta aqui; mas das oportunidades que só podem ser aproveitadas pelos que sabem antecipá-las, intuí-las, agarrá-las com firmeza e convicção. E sem quaisquer melindres de natureza moral, posto que o autêntico aventureiro deveria saber, melhor do que ninguém, que *riqueza* rima melhor com *esperteza*.

As coisas, é claro, tornam-se tão mais curiosas na medida em que tal disposição mental e comportamental se tenha manifestado com tanta freqüência em São Paulo entre 1930 e 1960: na *cidade do trabalho* que, em tese, deveria estar provida justamente de uma *ética do trabalho* equivalente e que valorizasse mais a prosperidade construída passo a passo pelo laborioso esforço individual. A rapidez com que significativo número de paulistanos, em termos práticos, renegava tal idéia, só evidenciava o grau de artificialidade da representação da metrópole que não podia parar porque toda a sua atenção estava colocada na meta de trabalhar, trabalhar e trabalhar. Perceptivos que eram, os vigaristas *sabiam* que por trás das atarefadas figuras dos transeuntes que passavam, em ritmo apressado, pelas ruas de São Paulo, escondiam-se muitos intrépidos aventureiros prontos a lançar-se impensadamente, a qualquer momento, em algum audaz empreendimento que acenasse com lucro fácil, abundante e rápido.

III

Procuramos demonstrar, assim, que as tramas dos contos-do-vigário espelhavam mentalidades e imaginários, e que as mentalidades e os imaginários se deixavam reconhecer nas tramas dos contos-do-vigário: nessa relação de circularidade entre golpes e representações, o que sobressaiu foi a manifestação de uma *cobiça* que, quando aflorava, provocava como que uma cegueira em relação a tudo o mais e conduzia diretamente à arapuca montada. Era uma certa ambição desmedida o segredo que tantos paulistanos guardavam nos recantos de seus sonhos mais íntimos; e, por paradoxal que isso possa parecer, era justamente por meio das *mentiras* encenadas pelos vigaristas que semelhantes *verdades* ocultas se davam a conhecer.

Ou, para colocar as coisas em outros temos, nos golpes que fingiam trazer a perspectiva de ganhos, a vítima acreditava porque *queria* acreditar. Isso, de certa forma, ajuda a esclarecer de que maneira se dava a participação dos enganados nas tramas e tramóias dos contos-do-vigário; no entanto, continua a nos dizer pouco a respeito dos enganadores. O que vem a constituir questão bastante séria, porque um estudo sobre a vigarice deveria se esforçar para, em alguma medida, trazer também a palavra dos vigaristas: algo que fosse sobre como eles se encaravam a si próprios, além das suas opiniões a respeito das técnicas de seu ofício.

E esta é tarefa das mais problemáticas, porque, como ressaltamos logo no início do presente trabalho, o vigarista profissional procura obsessivamente a fuga e o esquecimento, basicamente por uma questão de segurança pessoal: seu instinto será sempre o de silenciar sobre seus feitos como forma de não se admitir criminoso. Tal comportamento reservado, aparentemente, se mantém mesmo quando as forças da lei e da ordem já o identificaram, agarraram e condenaram: o primeiro impulso do estelionatário conhecido como Paraíba, que Graciliano Ramos encontrou quando enviado à Colônia Correcional em que conviviam presos comuns e presos políticos, em 1936, foi o de negar-se a contar-lhe quaisquer de suas passadas aventuras: "Nós não devemos confessar a leigos os mistérios da nossa profissão", argumentava.[24] A meta de encontrar um relato em que um vigarista fale abertamente de suas atividades é das mais difíceis de ser atingida, e é levando em conta tal dificuldade que optamos por recorrer, aqui, às lembranças e aos esclarecimentos de um golpista estrangeiro: de um experiente finório norte-americano que, aliás, não nos é de todo desconhecido.

Na Introdução a esta tese, fizemos referência a algumas das façanhas praticadas por dois vigaristas que operavam em conjunto, e que simulavam poder obter de antemão, por canais privilegiados, os nomes dos cavalos vencedores nas pistas de corrida dos Estados Unidos: Billy Wall, que interpretava o papel de operador de telégrafo, e Joe Weil, que interpretava o papel de intermediário que levava a vítima a colocar dinheiro em uma aposta que parecia infalível. Em um raro caso de auto-exposição, o segundo destes vigaristas decidiria, na segunda metade da década de 1940, contar sua vida e seus feitos a um jornalista empenhado em tornar públicas suas revelações. "Yellow Kid" Weil – apelido pelo qual era mais conhecido[25] – tinha 70 anos de idade quando narrou, com certo grau de detalhe, suas aventuras ao repórter W. T. Brannon; o resultado foi o livro *"Yellow Kid Weil - The Autobiography of America's Master Swindler,*[26] lançado pela editora Ziff-Davis, de Chicago, em 1948. Declarando-se aposentado e, depois de alguns anos de detenção, quites para com a lei, Weil apresenta um depoimento que serve como um verdadeiro tratado a respeito das práticas de engano (uma única e pequena ressalva a ser feita é a de que seu retiro, aparentemente, não era ainda completo, posto que em seguida ele venderia os direitos de filmagem do livro a dois compradores diferentes, o próprio Brannon e um estúdio cinematográfico de Hollywood).[27]

Não estaríamos mal servidos, portanto, ao apelar para o testemunho de "Yellow Kid" Weil em uma tentativa de conhecer algo do mundo e do instrumental da vigarice, nas palavras de um de seus expoentes; porque o que temos aqui é a versão de um autêntico *criador* – Weil se destacava,

---

[24] Graciliano Ramos, *Memórias do Cárcere,* volume II, p. 126.

[25] O apelido originara-se da preferência de Weil pela leitura do *Yellow Kid,* personagem de desenhos de humor criado por Richard Fenton Outcault e publicado inicialmente pelo *New York World* e, a partir de 1896, pelo *New York Journal.* Segundo Naumin Aizen, o *Yellow Kid* é "considerado o precursor das modernas histórias em quadrinhos": cf. Álvaro de Moya (org.), *Shazam!,* p. 289.

[26] O título do livro poderia ser traduzido como *"Yellow Kid" Weil - A Autobiografia do Maior Trapaceiro dos Estados Unidos.*

[27] Cf. Carl Sifakis, *Frauds, Deceptions and Swindles,* p. 179.

entre outras coisas, pela capacidade de elaborar seus próprios golpes, em vez de simplesmente colocar em andamento os que já existiam. Foi por tal caminho que ele interpretou personagens tão variadas quanto as de agenciador de apostas de corridas de cavalos e de corretor imobiliário; de consultor de investimentos na bolsa de valores e de proprietário de instituições bancárias; de representante de investidores europeus nos Estados Unidos e de engenheiro de minas, entre muitas outras. Seu depoimento serve em particular para colocar em destaque o segundo dos princípios que fundamentam este estudo, o de que o conto-do-vigário aplicado com êxito se desenvolve por meio de uma autêntica *teatralização* dentro da qual todos – vigaristas e vítimas – interpretam papéis específicos de acordo com um roteiro pré-determinado.

Isso se torna evidente já no capítulo inicial, em que Weil faz referência ao golpista que o iniciou nas práticas de vigarice, um charlatão conhecido como Doc Meriwether[28] e especializado na aplicação de um logro relativamente antigo entre os norte-americanos, o da venda do remédio milagroso. Circulando no meio rural em companhia do então jovem "Yellow Kid" Weil, Meriwether parava nos lugarejos em que pudesse reunir alguma audiência para exaltar as virtudes medicinais de um preparado que ele mesmo fabricava: um líquido escuro que resultava da mistura de água de chuva, aromatizantes variados e álcool, entre outros ingredientes. O *Elixir de Meriwether*, como era chamado, era proclamado como infalível na cura de males diversos, sobretudo na eliminação dos parasitas intestinais. A recordação de Weil é apresentada por meio de uma descrição que tem expressivas semelhanças para com as indicações de um ato teatral, com entradas em cena, falas e marcações bem definidas, em uma seqüência que se iniciava com a arenga do próprio Doc Meriwether dirigida ao público:

> Ele mostrava a garrafa com o rótulo enfeitado e o líquido negro. Se a resposta fosse boa, Doc Meriwether mantinha o fluxo de uma prosa contínua e animada e recolhia o dinheiro. Mas se os negócios andassem devagar, essa era a deixa para que eu entrasse em ação.
>
> "Vou querer duas garrafas", eu dizia.
>
> "Duas garrafas, meu senhor? Mas apenas uma é suficiente para livrá-lo dos vermes."
>
> "As garrafas não são para mim", eu dizia. "São para meus dois filhos."
>
> "O senhor já experimentou este preparado antes?"
>
> "De fato já o experimentei, doutor. Na verdade, devo minha vida a ele."
>
> "O senhor poderia nos contar como foi isso?"
>
> "Posso, sim. Um ano atrás, eu estava tão fraco e sem energia que nem conseguia andar, muito menos tomar conta da minha fazenda. Os médicos haviam feito tudo que podiam por mim, mas eu era tido como um caso perdido. A hipoteca da minha fazenda estava para vencer. Eu ia perder tudo e então minha pobre mulher e minhas crianças iriam passar fome." Eu fazia aqui uma pausa para enxugar os olhos com a manga da camisa.

---

[28] No inglês estadunidense, a expressão *Doc* é diminutivo para *Doctor*. Isso significa que, em seu próprio nome, Meriwether dava a entender ter formação como médico – o que, evidentemente, não era verdade.

"Foi então que ouvi falar do Elixir de Meriwether. Comprei uma garrafa. Não acreditava que adiantasse, mas como tudo já estava perdido mesmo, não fazia mais diferença. Então eu o tomei. Antes mesmo de terminar a garrafa, meus vermes já haviam sido eliminados. Eu pude andar de novo. Minha força voltou. Logo comecei a me recuperar. Eu me sentia tão bem que podia trabalhar por dois. Consegui pagar a hipoteca da fazenda.

"E devo tudo isso ao Elixir de Meriwether. Eu vou dá-lo para meus dois meninos tomarem. Eu compraria as garrafas mesmo que elas custassem cinco dólares cada."

"Meu senhor", era a resposta de Meriwether com a voz trêmula de emoção, "o senhor tocou-me profundamente. Fez com que eu sentisse ter realizado algo pelo bem da humanidade. Como sinal do meu reconhecimento, deixe-me presenteá-lo com duas garrafas – inteiramente grátis."

Esta pequena representação normalmente fazia as pessoas se aproximarem. Elas quase que se empurravam umas às outras na corrida para trocar os dois dólares por tal remédio maravilhoso.[29]

Esta pequena representação[30]: o vocabulário teatral brota da boca do próprio "Yellow Kid" Weil. E assim será quando ele se referir a seu futuro comparsa, Billy Wall, definido como "um ator completo",[31] ou quando explicar que, na organização de alguns de seus golpes mais elaborados – como aquele em que montou toda uma casa de apostas falsa para tomar o dinheiro dos que julgavam saber quais cavalos venceriam as corridas –, eram contratados dezenas e dezenas de "figurantes".[32]

Weil, aliás, considerava a si próprio um ator bastante talentoso, e seria difícil deixar de reconhecê-lo como tal. Porque o homem que se fez passar por ativo empreendedor para vender, a milhares de pessoas, títulos de um luxuoso clube de campo inexistente;[33] que se tornou banqueiro para inventar uma instituição financeira, a *Simpson & Weil*, que orientava seus clientes a investir em apostas de corridas de cavalos, sob o eterno e falso pretexto da informação privilegiada;[34] que se converteu em inventivo cientista para impressionar toda uma platéia, ao demonstrar o funcionamento de um fantástico aparelho supostamente capaz de assar um frango em apenas trinta segundos[35] – entre diversas outras proezas do gênero – certamente era dotado de uma vocação teatral e de uma flexibilidade cênica fora do comum. Ao realizar um balanço final de sua trajetória, é assim que ele enfoca o tema:

---

[29] W. T. Brannon e "Yellow Kid" Weil, *"Yellow Kid" Weil - The Autobiography of America's Master Swindler*, pp. 4-5 (tradução nossa).
[30] "This bit of play-acting", no original: W. T. Brannon e "Yellow Kid" Weil, *op. cit.*, p. 5.
[31] "an accomplished actor", no original: *ibidem*, p. 21.
[32] "stooges", no original: *ibidem*, p. 25. A expressão *stooge* serve também para descrever o ator coadjuvante que contracena com o comediante nos quadros humorísticos, preparando-lhe as piadas ou tornando-se vítima delas. Neste sentido, a expressão teatral brasileira equivalente seria "escada".
[33] *Ibidem*, capítulo 7.
[34] *Ibidem*, capítulo 8.
[35] *Ibidem*, capítulo 19.

> O fato é que eu, na vida real, desempenhei mais papéis do que sequer poderia sonhar um ator comum. O ator tem um roteiro prévio cuidadosamente preparado para ele. Eu fazia meus próprios roteiros na medida em que seguia adiante, dependendo unicamente da minha própria habilidade para contornar qualquer situação inesperada.
>
> Algum pequeno gesto incompatível para com a personagem que eu estivesse interpretando, ou a resposta errada a alguma pergunta, poderiam ter-me traído. Felizmente para mim, sempre apresentei a resposta certa e conduzi de maneira convincente o papel que representava.[36]

Não deixa de ser surpreendente o grau de lucidez com que "Yellow Kid" Weil desenvolve suas considerações sobre as exigências colocadas para seu trabalho de atuação: é como se ele dissertasse, em suas próprias palavras, sobre a importância do que os teóricos do teatro definem como a fidelidade à *lógica da personagem,* em um esforço de auto-adestramento que incluía a procura permanente pela harmonia dos gestos e pela coerência das reações. A questão, aqui, está nitidamente colocada em plano muito superior ao do mero fingimento, para assumir proporções de busca do domínio das técnicas de uma interpretação tão realista quanto possível.

E não apenas isso. Além de ator, Weil desempenhava as funções de autor e de diretor: era com verdadeiro entusiasmo, mas também com atenção aos detalhes, que ele se dedicava às diferentes esferas desse fazer teatral tão particular. A criação de uma outra realidade – a realidade cuja invenção demandava a conjuração de todos os seus poderes de imaginação dramatúrgica – exigia empenho e desempenho: dir-se-ia que, para Weil, a satisfação pela encenação bem realizada era tão importante quanto a vantagem financeira obtida como resultado do golpe. De certa forma, seria isso que ele afirmaria em outro trecho de suas considerações finais:

> Um dos fatores que motivaram minhas ações era, evidentemente, o desejo de conseguir dinheiro. O outro motivo era o anseio por aventura – e esse era o único tipo de aventura para o qual eu estava preparado.[37]

Por vezes, semelhante anseio podia mesmo se mostrar mais forte que o próprio cálculo econômico. Weil narra um episódio que parece emblemático em relação a isso, posto que nele o envolvimento com a dramatização do golpe desviou-lhe totalmente a atenção do que poderia vir a ser uma extraordinária oportunidade de investimento. O caso se deu quando ele colocava em andamento mais um esquema destinado a iludir os ávidos freqüentadores dos hipódromos, sempre em busca da *dica* infalível em que aplicar seu dinheiro. Weil os convencia de que havia descoberto e adquirido um cavalo com potencial para se tornar ganhador de qualquer páreo que fosse, e que quem apostasse nele em sua corrida de estréia levaria um lucro fantástico. O próprio Weil se encarregava de coletar o dinheiro do entusiasmado apostador, depois de apresentá-lo a seu hipotético campeão: um cavalo que *parecia ser* tremendamente fogoso e ágil, mas que na

---

[36] *Ibidem,* p. 294 (tradução nossa).
[37] *Ibidem,* p. 293 (tradução nossa).

realidade não passava de um animal mal-preparado e de segunda categoria, sem quaisquer condições de chegar à frente de seus adversários. Depois da derrota inevitável, Weil simulava expressão de enorme surpresa e decepção, para partir embolsando o dinheiro das apostas que nunca chegara a fazer.

Logo se vê que, para o bom funcionamento de tal embuste, até mesmo *o cavalo* deveria representar um papel: o de imbatível vencedor que inesperadamente se transformava em patético perdedor. As coisas andaram bem para Weil até que ele deparou com uma intérprete que se recusava a fazer a sua parte. *Zibia,* uma égua que havia sido adquirida especialmente para a aplicação do golpe, não apenas parecia ser uma campeã: o era de fato. Ela insistia em correr cada vez mais rápido, ignorando mesmo os artifícios a que Weil lançava mão para tentar prejudicar seu desempenho.[38] Um problema para o qual ele não enxergava solução:

> Zibia tornou-se uma potranca bastante inconveniente. Eu logo percebi que ela poderia vencer, independente do que eu viesse a fazer para atrapalhá-la. Como não podia contar com ela, acabei por me livrar dela. Ela seguiu adiante e se transformou em uma das maiores ganhadoras de todo o país.[39]

O que o episódio tem de extremamente significativo é a reação de Weil. Porque, aparentemente, nunca chegou a passar-lhe pela cabeça – nem mesmo quando narrava o caso – a idéia óbvia de abandonar o golpe e procurar aproveitar as excepcionais aptidões de Zibia como uma autêntica competidora. Se o fizesse, treinando-a para disputar e vencer *grandes prêmios* país afora, Weil provavelmente lucraria muito mais do que com a sempre incerta operação de aplicação do ardil, e sem os riscos que tal operação trazia inevitavelmente. Mas esta foi uma oportunidade que ele simplesmente deixou passar, e Zibia exerceria sua vocação de campeã nas mãos de outros proprietários. O sonho de todo criador de cavalos – o de descobrir um animal com uma propensão natural para a vitória – era, para ele, um tremendo aborrecimento.

Essa tendência de se mostrar um ilusionista que, ocasionalmente, dava mais atenção ao mundo de fantasia que criara que ao objetivo de lucrar na maior escala possível – mesmo que o lucro viesse, ironicamente, por meios legais –, talvez afaste "Yellow Kid" Weil da maior parte dos vigaristas do seu tempo. Estes, com toda a probabilidade, tratavam as coisas com maior pragmatismo, até porque o mais comum era encontrar golpistas que se limitavam a reproduzir esquemas já existentes, sem buscar a invenção de novas tramas, como o fazia Weil quase que invariavelmente. Se desejarmos usar aqui seu testemunho como exemplo, portanto, seria melhor nos concentrarmos nos aspectos que o aproximavam de seus pares; e o mais expressivo destes era, novamente, a questão da *interpretação.* A procura por uma atuação dramática convincente era algo que unia desde o trapaceiro de segunda categoria até o mais refinado dos golpistas. Weil

---

[38] Um desses artifícios consistia em dobrar a ração de alimento e água do animal no dia da corrida – procedimento oposto ao dos outros criadores que, empenhados em tornar seus cavalos vencedores do páreo, não permitiam que estes recebessem mais do que um pouco de água antes da disputa: *ibidem,* p. 64.
[39] *Ibidem,* p. 69.

representara quantidade enorme de papéis, como ele próprio destacou no trecho transcrito acima; que mais teria ele a dizer a respeito das condições em que conduzia seus desempenhos teatrais? Algo que valeria a pena levar em conta:

> Para fazê-lo com êxito – como o fiz por cerca de meio século – eu precisava dominar, antes de mais nada, um vasto repertório de conhecimentos gerais. Além disso, precisava conhecer os rudimentos de várias profissões. Se eu desempenhasse o papel de um doutor, tinha que estar em condições de poder usar corretamente as expressões do vocabulário médico. Como engenheiro de minas, tinha que saber algo a respeito de geologia e mineralogia. Como corretor da bolsa ou dono de banco, tinha que estar atualizado para com os últimos e mais intrincados assuntos financeiros.[40]

O que "Yellow Kid" Weil ensina certamente valia para todos os vigaristas – mesmo que a problemática se apresentasse com graus diferentes de dificuldade, a depender da complexidade do papel a ser representado. Fosse qual fosse o caso, porém, impunha-se a necessidade de reunir os elementos fundamentais para viabilizar um desempenho *crível:* impunha-se a necessidade de dedicar tempo, talento e energia ao trabalho de *construção de uma personagem.*

A sonoridade stanislavskiana não se faz presente aqui por acaso. Com efeito, ela é evocada pelas próprias palavras de Weil, tornando inevitável a colocação da questão: seria possível tentar analisar os estilos de interpretação próprios dos vigaristas à luz dos parâmetros fixados por alguns dos grandes teóricos do teatro contemporâneo – como, digamos, Stanislavski e Brecht?

O que pareceria, em princípio, uma excentricidade e mesmo um despropósito talvez se torne algo de admissível, desde que fiquem acertados desde logo alguns pontos básicos. Primeiro, para partir do mais óbvio, que em nenhum sentido esta tese sugere que os praticantes do conto-do-vigário tivessem qualquer tipo de conhecimento formal do que ensinaram Stanislavski ou Brecht; os vigaristas eram, evidentemente, atores autodidatas que haviam tido as ruas e os exemplos dos colegas mais experientes como escola, e que em geral não possuíam formações ou informações que lhes permitissem lidar com os sofisticados conceitos teatrais formulados pelos mestres acima mencionados. Segundo, e em decorrência disso, que portanto não se pode propor aqui a discussão das formas de interpretação dos estelionatários tendo em vista, em cada detalhe, os mecanismos teóricos e práticos das correntes stanislavskiana e brechtiana: o que se pode imaginar é o estabelecimento de algumas relações de analogia inspiradas por certas disposições básicas e genéricas manifestadas por uma e outra – uma maneira de representar mais *visceral,* no primeiro caso, e mais *cerebral,* no segundo.

Supondo que tais pressupostos revelem-se aceitáveis, seria apropriado procurar delinear, em brevíssimas pinceladas, o que pertence a um terreno e o que pertence a outro. O ator e diretor russo Constantin Stanislavski (1863-1938) destacou-se por sua atuação no Teatro de Arte de Moscou, que fundou em 1898 em parceria com Vladimir Nemirovich-Dantchenko. Ali ele

---

[40] *Ibidem,* pp. 294-295 (tradução nossa).

desenvolveria as linhas do que viria a se tornar conhecido como o *Sistema Stanislavski,* um conjunto de técnicas e exercícios a serem seguidos pelo ator na preparação para o desempenho de um papel. A meta básica seria a de buscar pontos de identificação psicológica entre intérprete e personagem, em processo que deveria resultar em atuações marcadas pela naturalidade e pela espontaneidade. Cabia ao ator atingir essa *fé cênica* – vale dizer, essa capacidade de imersão em termos emocionais – recorrendo a sua própria experiência pessoal: buscando na memória lembranças e sentimentos cuja evocação conferisse consistência à composição (e, quando isso não fosse possível, a lembranças e sentimentos análogos a partir dos quais uma linha interpretativa pudesse ser estabelecida). Atuar equivalia, para Stanislavski, a um ato de incorporação e entrega, dentro do qual de nada adiantaria dispor de uma vocação que não se deixasse enquadrar pela disciplina: "Quanto maior é o talento do ator, mais ele se preocupa com sua técnica, sobretudo quanto às suas qualidades interiores", afirmava.[41]

Partindo de outra perspectiva – não necessariamente de todo oposta à de Stanislavski, como passaria a sustentar uma certa visão estereotipada das coisas – , Bertold Brecht (1898-1956) prescreveria um estilo de interpretação mais compatível para com seu universo dramatúrgico. Autor de muitas obras e seguidor do marxismo, ele buscava tornar o teatro instrumento de estímulo ao espírito crítico e à capacidade de reflexão; a *peça didática,* como a chamava, teria como função primária despertar consciências, não promover fantasias e ilusões. Decorreria daí um outro enquadramento para o trabalho de representação: o ator deveria adotar uma postura de *distanciamento*[42] em relação ao papel que lhe cabia levar ao palco, tentando antes *mostrar* do que *viver* a personagem.[43] Com isso, a encenação teria condições de atingir seu objetivo de instigar a inteligência da platéia, em processo que, se não excluía totalmente as situações mais emocionais, claramente privilegiava os processos de racionalização que reclamavam do espectador a tomada de posições éticas e políticas. Ao evitar a tendência de mergulhar na personagem, o ator estaria melhor preparado para sublinhar o contexto social da ação dramática. O distanciamento existia para fazer pensar.

Tomadas tais correntes teatrais em linhas muito gerais e esquemáticas, como o fizemos, segue-se a questão: de qual delas mais se aproximaria o vigarista, em seu trabalho instintivo de representação? Em princípio, a resposta parece ser evidente. Se o objetivo de quem aplica um conto-do-vigário qualquer é o de envolver sua vítima em um mundo artificial montado para viabilizar o engano, então nada seria mais importante do que tornar esse mundo plausível; e, para fazê-lo, o golpista tem que procurar desenvolver uma linha de interpretação marcadamente *realista* – uma linha que resultasse em uma atuação tão natural e espontânea quanto a que recomendava Stanislavski. Seria preciso incorporar a personagem em cada detalhe – em cada

---

41 Constantin Stanislavski, *A Construção da Personagem,* p. 315.

42 Para descrever esse distanciamento entre intérprete e personagem, a teoria brechtiana preferia adotar a expressão *estranhamento:* cf. Eraldo Pêra Rizzo, *Ator e Estranhamento - Brecht e Stanislavski, Segundo Kusnet,* p. 27.

43 Cf. Eraldo Pêra Rizzo, *op. cit.,* p. 43.

gesto, em cada frase, em cada sinal indicativo de sua personalidade dramatúrgica, como o fazia "Yellow Kid" Weil; seria preciso atingir por meios próprios algo de semelhante à empatia tão valorizada pela corrente stanislavskiana. Um vigarista de bom senso deveria ficar tão longe quanto possível de qualquer atitude que lembrasse o *aintiilusionismo* brechtiano, posto que sua intenção é justamente a de iludir. O distanciamento não lhe conviria, posto que ao explicitar que interpretação é interpretação, tornaria visível a própria face do logro que se tenta aplicar, com isso tirando-lhe toda possibilidade de êxito.

Haveria apenas uma pequena ressalva a ser feita a isso. Ao fazer-se ator, o golpista não pode se dar ao luxo de submergir tão completamente na personagem a ponto de esquecer que a encenação, no final das contas, tem uma meta precisa – a de separar a vítima de seu dinheiro. O próprio Stanislavski alertava contra os riscos que corriam os intérpretes que se deixavam levar pela "trilha falsa dos clichês e da superatuação",[44] e não constituiria excesso afirmar que tais perigos se fazem presentes *também* para os golpistas. Tomemos, como exemplo, o episódio que envolve um vigarista que já nos é conhecido: aquele fluente e simpático rapaz que se apresentava como o tenente que circulava pelas altas rodas da política e que prometia empregos públicos aos freqüentadores de uma certa padaria localizada na Moóca, em 1949. O proprietário do estabelecimento, em seu depoimento à polícia, deixava claro que começara a desconfiar do jovem ao verificar que as vantagens que este oferecia "eram muitas e tão repentinas", e comentava ainda que ele teria, "certa ocasião, dito que estava noivo de uma filha do Ministro da Guerra"[45] – um caso evidente de superatuação em que o entusiasmo pela personagem interpretada conduziu ao exagero de uma alegação implausível e, portanto, suspeita.

O fenômeno era mais comum do que se poderia imaginar em princípio. "Yellow Kid" Weil, ao se referir a um comparsa a quem cabia interpretar o papel de milionário como parte do enredo do golpe a que ambos se dedicavam, relembra:

> Aquele que finge ser fabulosamente rico, ainda que na realidade esteja na indigência, pode, com o tempo, se convencer a si mesmo de que possui uma fortuna. Essa era a obsessão do Coronel Jim Porter.
>
> Ele era bastante saudável mentalmente, e no entanto caía com facilidade no engano de crer que de fato era um magnata. Ele interpretava o papel de milionário aposentado tão bem que chegava a acreditar nele. Só de vez em quando deixava seu mundo imaginário e encarava a realidade, para lembrar que não passava de um velho que não possuía um tostão sequer.[46]

Por vezes, a realidade inventada se tornava tão mais interessante que o vigarista acabava por entrar no papel para não sair mais dele. Josh Wilker menciona os casos de dois golpistas que demonstram até que ponto semelhante envolvimento pode chegar. Um deles, o trapaceiro Charles

---

[44] Constantin Stanislavski, *op. cit.*, p. 49.

[45] *Assentada* (contendo o depoimento da primeira testemunha): Processo-Crime Nº 6.691/49 (2ª Vara Criminal), ATJESP.

[46] W. T. Brannon e "Yellow Kid" Weil, *op. cit.*, p. 78 (tradução nossa).

Orton, acabou seus dias na prisão acreditando piamente que de fato era o aristocrata Rodger Tichbourne, personagem que interpretara com tanta dedicação ao longo de sua carreira. E o outro, Oric Bovar, passou anos enganando suas vítimas com a alegação de que era o próprio Jesus Cristo em uma segunda passagem pela terra, até que certo dia decidiu *provar* a veracidade do que afirmava – e saltou para a morte do alto de um prédio, porque uma de suas divinas habilidades, a de levitar, não se manifestou naquela ocasião.[47]

Isso significa que ocasionalmente o apelo do engano é tão grande que chega a atingir o próprio enganador; dir-se-ia que, nesses casos, aquilo que poderia ser definido como a dimensão lúdica e estética do conto-do-vigário se coloca em primeiro plano para iludir até mesmo ao ilusionista. Se parece claro que uma atuação fundamentada na procura pela verossimilhança, em conformidade com o caminho stanislavskiano, era a mais adequada para o vigarista, nem por isso este deveria levar as coisas tão a fundo a ponto de tomar a interpretação como mais importante que o golpe em si. Um toque de distanciamento brechtiano, no final das contas, talvez seja indispensável: ele serviria para que o trapaceiro tenha sempre em mente que seu desempenho, envolvente que seja, tem um *propósito,* e que os movimentos da encenação não podem afastar-se dele. Era aliás assim – entre a *fantasia* da representação e o *cálculo* de como conduzi-la – que agiam os vigaristas que operavam em São Paulo entre 1930 e 1960. Um dos grandes nomes do teatro paulistano, o russo Eugênio Kusnet (1898-1975), defendia a tese de que era perfeitamente possível promover um encontro entre as propostas de interpretação de Constantin Stanislavski e de Bertold Brecht.[48] Talvez nunca lhe tivesse ocorrido que, de certa forma, e por caminhos inteiramente intuitivos, havia muito isso já vinha acontecendo – do lado de fora das salas de espetáculos.

IV

Envolvente e traiçoeiro em sua capacidade de gerar miragens, o conto-do-vigário serve como lembrete permanente de um princípio que deveria ser levado sempre em conta pela História Cultural, como de resto por qualquer outra área do conhecimento: o de que há uma diferença básica entre a *realidade* e a *percepção da realidade.* Supor que a segunda, limitada e variável que é, possa dominar inteiramente a primeira, não constitui apenas atitude das mais presunçosas – constitui também caminho seguro para aquele que a adota se tornar o enganador de si mesmo. Porque, no final das contas, não poderia haver ambiente mais propício para a instalação de um logro que aquele feito de convicções inabaláveis, princípios inquestionáveis e verdades atemporais.

---

[47] Cf. Josh Wilker, *Classic Cons and Swindles,* p. 67.
[48] Cf. Eraldo Pêra Rizzo, *op. cit.,* p. 99.

E no entanto, aí estão os vigaristas e os historiadores para mostrar que todas as ilusões de ótica são possíveis: que olhares podem ser dirigidos, desejos e medos manipulados, crenças e valores moldados pela força dos mais diversos sortilégios ao alcance da invenção humana. Uma história do conto-do-vigário revela algo sobre este e também sobre a própria história: demonstra que aquilo que é possível saber do passado será invariavelmente uma construção e que ela, firme que esteja em seus andaimes, poderá sempre ser retocada, reformada, corrigida, eventualmente substituída por completo. Colocada à parte a intenção consciente de iludir, haveria mais em comum entre vigaristas e historiadores do que estes últimos provavelmente estariam dispostos a admitir: criadores de mundos os primeiros, recriadores de mundos os segundos, ambos lidam com representações do real, organizando-as tão coerentemente quanto possível em suas narrativas. O perigo, naturalmente, é crê-las incontestáveis. Mesmo porque estamos aqui colocados em meio às artimanhas da linguagem, dentro das quais tão facilmente se tornam indistintos os limites entre o que é e o que não é fabulação – riscos agravados pela advertência trazida por Umberto Eco que, em um belo texto sobre o texto, ensina que "o modo como aceitamos a representação do mundo real pouco difere do modo como aceitamos a representação de mundos ficcionais."[49]

E se assim são as coisas, o que efetivamente ocorreu pode chegar a parecer muito menos convincente do que o que se imagina que poderia ter ocorrido: o vigarista triunfa sobre o historiador, ou então o historiador se faz vigarista sem o saber. "Se queres transformar-te num homem de letras, e, quem sabe um dia, escrever Histórias, deves também mentir, e inventar histórias, pois senão a tua História ficaria monótona", já o dizia, inteiramente persuasivo em sua existência ficcional, o preceptor do *Baudolino,* do mesmo Umberto Eco. Que concluía: "Mas terás de fazê-lo com moderação. O mundo condena os mentirosos que só sabem mentir, até mesmo sobre coisas mínimas, e premia os poetas que mentem apenas sobre coisas grandiosas."[50] Palavras ponderadas, posto que dirigidas a um trapaceiro incorrigível, capaz de tornar crível o incrível, ao ponto de quase iludir-se a si próprio: capaz mesmo de lançar-se em uma busca desesperada de um *Santo Graal* que sabia perfeitamente ser falso, mas que procurava como se fosse verdadeiro – como se fosse de fato a autêntica taça de que Cristo se teria servido em sua derradeira ceia junto aos apóstolos, o que fazia da relíquia das relíquias o embuste dos embustes.

A propósito: em junho de 1935, a *Folha da Noite* noticiava que durante escavações feitas em uma caverna localizada na Antióquia do Sul, "em terras da Palestina", havia sido encontrada "uma pequena caixa contendo um cálice de vidro ou uma taça, que os peritos comprovaram tratar-se de uma fina obra romana". A descoberta, afirmava ainda a notícia, correspondia ao "que se presume ser o cálice que Jesus Cristo utilizou na última ceia."[51]

---

[49] Umberto Eco, *Seis Passeios pelos Bosques da Ficção,* p. 96.
[50] Umberto Eco, *Baudolino,* p. 44.
[51] "O Cálice que Jesus Utilizou na Última Ceia". *Folha da Noite,* 21 de junho de 1935, primeira página.

Referências

Arquivos e Bibliotecas Consultados

Arquivo do Estado de São Paulo (São Paulo, SP)

Arquivos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (São Paulo, SP)

Biblioteca Central da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (Campinas, SP)

Biblioteca da Academia de Polícia Civil do Estado de São Paulo (São Paulo, SP)

Biblioteca da Faculdade de Direito/USP (São Paulo, SP)

Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH/USP, *Seção de Filosofia e Ciências Sociais* (São Paulo, SP)

Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH/USP, *Seção de Geografia e História* (São Paulo, SP)

Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH/USP, *Seção de Letras* (São Paulo, SP)

Biblioteca da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade (São Paulo, SP)

Biblioteca da Unidade Estadual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (São Paulo)

Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros - IEB/USP (São Paulo, SP)

Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem - IEL/Unicamp (Campinas, SP)

Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH/Unicamp (Campinas, SP)

Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (São Paulo, SP)

Biblioteca Municipal "Mário de Andrade" (São Paulo, SP)

Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro, RJ)

Fontes Bibliográficas

ANDRADA E SILVA, Raul de *et alii:* A Evolução Urbana de São Paulo. São Paulo, Coleção da Revista de História, 1955.

ASSIS, Machado de: A Semana - I. São Paulo, Editora Globo, 1997.

BRANNON, W. T., e WEIL, "Yellow Kid": "Yellow Kid" Weil - The Autobiography of America's Master Swindler. Chicago, Ziff-Davis Publishing Company, 1948.

BRUNO, Ernani Silva: História e Tradições da Cidade de São Paulo - Arraial de Sertanistas (1554-1828). São Paulo, Hucitec / Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 1984.

BRUNO, Ernani Silva: História e Tradições da Cidade de São Paulo - Burgo de Estudantes (1828-1872). São Paulo, Hucitec / Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 1984.

BRUNO, Ernani Silva: História e Tradições da Cidade de São Paulo - Metrópole do Café (1872-1918) e São Paulo de Agora (1919-1954). São Paulo, Hucitec / Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 1984.

CUNHA, Euclides da: Os Sertões. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1957.

DR. ANTONIO: Memórias de um Rato de Hotel. Rio de Janeiro, Dantes Editora, 2000.

FLOREAL, Sylvio: Ronda da Meia-Noite - Vícios, Misérias e Esplendores da Cidade de São Paulo. São Paulo, Boitempo Editoral, 2002.

GALVÃO, Patrícia: Parque Industrial. Porto Alegre, Editora Mercado Aberto / Editora da Universidade Federal de São Carlos - EDUFSCar, 1994.

JOANIDES, Hiroito de Moraes: Boca do Lixo. São Paulo, Labortexto Editorial, 2003.

JESUS, Carolina Maria de: Quarto de Despejo - Diário de uma Favelada. São Paulo, Francisco Alves, 1960.

LOBATO, Monteiro: America. São Paulo, Editora Brasiliense, 1951.

LOBATO, Monteiro: A Barca de Gleyre. São Paulo, Editora Brasiliense, 1951.

LOBATO, Monteiro: Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital. São Paulo, Editora Brasiliense, 1951.

LOBATO, Monteiro: Mundo da Lua e Miscelânea. São Paulo, Editora Brasiliense, 1951.

LOBATO, Monteiro: Urupês. São Paulo, Editora Brasiliense, 1951.

MORAES FILHO, Mello: Factos e Memorias. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1904.

PEDERNEIRAS, Raul: Geringonça Carioca - Verbetes para um Diccionario da Giria. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 1922.

PESSOA, Fernando: Contos. São Paulo, Edições Epopeia, 1986.

PESSOA, Fernando: Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação. Lisboa, Edições Ática, 1966.

PIERSON, Donald: Cruz das Almas. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editôra, 1966.

PIRES, Cornelio: Selecta Caipira. São Paulo, Livraria Liberdade, 1929.

RAMOS, Graciliano: Memórias do Cárcere. Rio de Janeiro, Editora Record, 1982, 2 v.

REIS, Vicente: Os Ladrões no Rio. Rio de Janeiro, Companhia Typographica do Brazil, 1903.

SILVEIRA BUENO, Francisco da: Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa. São Paulo, Edições Saraiva, 1964, 8 v.

VIEIRA, Antonio: Os Vigaristas. São Paulo, Arcadas Editora, 1940.

ZWEIG, Stefan: Brasil, País do Futuro. Tradução de Odilon Galloti. Rio de Janeiro, Editora Delta S. A., s.d. (tomo XIV da série *Obras Completas de Stefan Zweig*).

Bibliografia

ANDERSON, Perry: A Zone of Engagement. Londres, Verso, 1992.

ARAÚJO, Vicente de Paula: Salões, Circos e Cinemas de São Paulo. São Paulo, Editora Perspectiva, 1981.

ARIÈS, Philippe: O Homem Diante da Morte. Tradução de Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1989, 2 v.

BARBA, Wagner Tomás e RODRIGUES DA SILVA, Jorge: Contos do Vigário - Vacine-se Contra Eles. São Paulo, WVC Editora, 1990.

BERNARDI, Célia de: O Lendário Meneghetti - Imprensa, Memória e Poder. São Paulo, Anna Blume / Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp, 2000.

BLOCH, Marc: Apologia da História ou O Ofício de Historiador. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

BOSI, Ecléa: Memória e Sociedade - Lembranças de Velhos. São Paulo, T. A. Queiroz / Editora da Universidade de São Paulo - Edusp, 1987.

BRESCIANI, Stella (org.): Imagens da Cidade - Séculos XIX e XX. São Paulo, Anpuh-São Paulo / Editora Marco Zero / Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp, 1993.

BURKE, Peter (org.): A Escrita da História - Novas Perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo, Editora da Unesp, 1997.

BURKE, Peter: A Fabricação do Rei - A Construção da Imagem Pública de Luís XIV. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.

CALLIGARIS, Contardo: Hello Brasil - Notas de um Psicanalista Europeu Viajando ao Brasil. São Paulo, Editora Escuta, 1991.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de *et alii:* São Paulo 1975 - Crescimento e Pobreza. São Paulo, Edições Loyola, 1982.

CANDIDO, Antonio: Os Parceiros do Rio Bonito. São Paulo, Livraria Duas Cidades / Editora 34, 2001.

CANO, Wilson: Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo, T. A. Queiroz, 1983.

CAPELATO, Maria Helena: Os Arautos do Liberalismo - Imprensa Paulista, 1920-1945. São Paulo, Brasiliense, 1989.

CARVALHO, José Murilo de: A Formação das Almas - O Imaginário da República no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (orgs.): A História Contada - Capítulos de História Social da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Roger: A História Cultural - Entre Práticas e Representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa / Rio de Janeiro, Difel / Bertrand Brasil, 1990.

CISCATI, Márcia Regina: Malandros da Terra do Trabalho - Malandragem e Boemia na Cidade de São Paulo (1930-1950). São Paulo, Anna Blume / Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp, 2001.

CYTRYNOWICZ, Roney: Guerra Sem Guerra - A Mobilização e o Cotidiano em São Paulo Durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo, Geração Editorial / Editora da Universidade de São Paulo - Edusp, 2000.

DA MATTA, Roberto: Carnavais, Malandros e Heróis - Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

DELUMEAU, Jean: História do Medo no Ocidente, 1300-1800. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

ECO, Umberto: Baudolino. Tradução de Marco Lucchesi. Rio de Janeiro, Editora Record, 2001.

ECO, Umberto: Seis Passeios pelos Bosques da Ficção. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

FAORO, Raymundo: Os Donos do Poder - Formação do Patronato Político Brasileiro. São Paulo, Editora Globo / Publifolha, 2000, 2 v.

FAUSTO, Bóris: Crime e Cotidiano - A Criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo - Edusp, 2001.

FAUSTO, Bóris: Negócios e Ócios - Histórias da Imigração. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

FEBVRE, Lucien: Combates pela História. Tradução de Leonor Martinho Simões. Lisboa, Editorial Presença, 1977, 2 v.

FERRO, Marc: Os Tabus da História. Tradução de Maria Angela Villela. Rio de Janeiro, Ediouro, 2003.

FINLEY, M. I.: Uso e Abuso da História. Tradução de Marylene Pinto Michael. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

FOUCAULT, Michel: Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

FREUD, Sigmund: A Interpretação dos Sonhos. Tradução de Walderedo Ismael de Oliveira. Rio de Janeiro, Imago Editora, 2001.

GAMA, Lúcia Helena: Nos Bares da Vida - Produção Cultural e Sociabilidade em São Paulo, 1940-1950. São Paulo, Editora Senac, 1998.

GAY, Peter: Freud para Historiadores. Tradução de Osmyr Faria Gabbi Junior. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

GEREMEK, Bronislaw: Os Filhos de Caim - Vagabundos e Miseráveis na Literatura Européia, 1400-1700. Tradução de Henryk Siewierski. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

GIANNETI, Eduardo: Auto-Engano. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

GUMBRECHT, Hans Ulrich: Em 1926 - Vivendo no Limite do Tempo. Tradução de Luciano Trigo. Rio de Janeiro, Editora Record, 1999.

HENDERSON, M. Allen: How Con Games Work. Secaucus, Citadel Press, 1997.

HOBSBAWM, Eric J. e RANGER, Terence (orgs.): A Invencão das Tradições. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric J.: Bandidos. Tradução de Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque de: Raízes do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1977.

KOUDELA, Ingrid Dormien: Brecht: Um Jogo de Aprendizagem. São Paulo, Editora Perspectiva / Editora da Universidade de São Paulo - Edusp, 1991.

KUPER, Adam: Cultura - A Visão dos Antropólogos. Tradução de Mirtes Frange de Oliveira Pinheiro. Bauru, Editora da Universidade do Sagrado Coração - Edusc, 2002.

LE GOFF, Jacques (org.): A História Nova. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

MORSE, Richard M.: Formação Histórica de São Paulo - De Comunidade a Metrópole. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.

MORSE, Richard M.: O Espelho de Próspero - Cultura e Idéias nas Américas. Tradução de Paulo Neves. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

MOYA, Álvaro de (org.): Shazam! São Paulo, Editora Perspectiva, 1977.

NAXARA, Márcia Regina Capelari: Estrangeiro em sua Própria Terra - Representações do Brasileiro, 1870/1920. São Paulo, Anna Blume / Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp, 2002.

OLIVIER, Laurence: Ser Ator. Tradução de Beth Vieira. Rio de Janeiro, Editora Globo, 1987 (a edição original foi publicada em 1986 pela editora Simon and Schuster, de Nova York, com o título de *On Acting*).

RAGO, Margareth: Os Prazeres da Noite - Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1991.

RAMOS, Fernão (org.): História do Cinema Brasileiro. São Paulo, Art Editora, 1987.

REIS FILHO, Nestor Goulart: São Paulo e Outras Cidades - Produção Social e Degradação dos Espaços Urbanos. São Paulo, Hucitec, 1994.

RIBEIRO, José Antônio Pereira: Fraude e Estelionato. São Paulo, Sugestões Literárias S/A, 1973.

RIZZO, Eraldo Pêra: Ator e Estranhamento - Brecht e Stanislavski, Segundo Kusnet. São Paulo, Editora Senac, 2001.

SACHS, Ignacy, WILHEIM, Jorge, e PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.): Brasil - Um Século de Transformações. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

SALIBA, Elias Thomé: Raízes do Riso - A Representação Humorística na História Brasileira: Da Belle Époque aos Primeiros Tempos do Rádio. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

SALLA, Fernando: As Prisões em São Paulo: 1822-1940. São Paulo, Anna Blumme / Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp, 1999.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de (org.): Habitação e Cidade. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP / Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp, 1998.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de (org.): São Paulo 1934-1938 - Os Anos da Administração Fábio Prado. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1999.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos: Nem Tudo Era Italiano - São Paulo e Pobreza (1890-1915). São Paulo, Anna Blume / Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.): História da Vida Privada no Brasil - Contrastes da Intimidade Contemporânea. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SCHWARZ, Roberto: Ao Vencedor as Batatas - Forma Literária e Processo Social nos Inícios do Romance Brasileiro. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1992.

SEVCENKO, Nicolau (org.): História da Vida Privada no Brasil - República: Da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau: Orfeu Extático na Metrópole - São Paulo, Sociedade e Cultura nos Frementes Anos 20. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SIFAKIS, Carl: Frauds, Deceptions and Swindles. Nova York, Checkmark Books, 2001.

SOUZA, Carlos Roberto de: Nossa Aventura na Tela. São Paulo, Cultura Editores Associados, 1998.

STANISLAVSKI, Constantin: A Construção da Personagem Tradução de Pontes de Paula Lima. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1986.

STEGNER, Page (org.): The Portable Nabokov. New York, Penguin Books, 1982.

STRASBERG, Lee: A Dream of Passion - The Developmento of the Method. Boston, Plume, 1988.

TOLEDO, Benedito Lima de: São Paulo: Três Cidades em Um Século. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1981.

TOTA, Antonio Pedro: O Imperialismo Sedutor - A Americanização do Brasil na Época da Segunda Guerra. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

VEIGA, Joffre Martins (org.): Antologia Caipira - Prosa e Poesia de Cornélio Pires. São Paulo, Edições "O Livreiro" Ltda., 1960.

VEYNE, Paul: Como Se Escreve a História. Tradução de Alda Baltazar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1995.

VIEIRA, Hermes: Formação Histórica da Polícia de São Paulo. São Paulo, Secretaria de Estado da Segurança Pública, 1965.

VIEIRA, Hermes e SILVA, Oswaldo: História da Polícia Civil de São Paulo. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1955 (Volume nº 283 da coleção *Brasiliana*).

VOVELLE, Michel: Ideologias e Mentalidades. Tradução de Maria Julia Cottvasser. São Paulo, Brasiliense, 1991.

WATAGHIN, Lucia (org.): Romeu e Julieta e Outros Contos Renascentistas Italianos. Tradução de Nilson Moulin. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1996.

WHITE, Hayden: Trópicos do Discurso - Ensaios sobre a Crítica da Cultura. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo - Edusp, 1994.

WILKER, Josh: Classic Cons and Swindles. Filadélfia, Chelsea House Publishers, 1997.

Anuários e Obras de Referência

CAVALCANTI, Ionaldo A.: O Mundo dos Quadrinhos. São Paulo, Edições Símbolo, 1977.

CUNNINGHAM, Antonia (ed.): Guinness World Records - 2002. Nova York, Bantam Books, 2002.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL - CPDOC: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2000 (*cd-rom*).

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA DO ESTADO: Anuário - 1959. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1961.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA DO ESTADO: Anuário - 1961. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1963.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA DO ESTADO: Anuário - 1962. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1964.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA DO ESTADO: Resumo Anual - 1955. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1957.

FRANCO, Cid: Dicionário de Expressões Populares Brasileiras. São Paulo, Editoras Unidas Ltda., s. d.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE: Ontem, Vila de São Vicente, Hoje, Estado de São Paulo - 500 Anos de Divisão Territorial e 100 Anos de Estatísticas Demográficas Municipais. São Paulo, SEADE, 2001 (*cd-rom*).

GUÉRIOS, R. F. Mansur: Dicionário de Etimologias da Língua Portuguesa. São Paulo, Companhia Editora Nacional / Editora da Universidade Federal do Paraná, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE: Anuário Estatístico do Brasil - 1958 - Ano XIX. Rio de Janeiro, IBGE, 1958.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE: Anuário Estatístico do Brasil, Volume 60 - 2000. Rio de Janeiro, IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro, IBGE, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE: Séries Estatísticas Retrospectivas - Volume 1: Repertório Estatístico do Brasil.. Rio de Janeiro, IBGE, 1986.

NASCENTES, Antenor: Tesouro da Fraseologia Brasileira. Rio de Janeiro, Livraria Editora Freitas Bastos, 1945.

ROCHA, João Cezar de Castro (org.): Nenhum Brasil Existe - Pequena Enciclopédia. Rio de Janeiro, UniverCidade Editora / Toopbooks, 2003.

SANDRONI, Paulo (org.): Dicionário de Economia. São Paulo, Editora Best Seller, 1989.

SOCIÉTÉ DES NATIONS: Annuaire Statistique de la Société des Nations. Genebra, Société des Nations, 1936.